

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**OS TRABALHADORES CATARINENSES E A EXPERIÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO
DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS NOS ANOS 1930**

EDUARDO TEIXEIRA COELHO

FLORIANÓPOLIS, 4 DE MARÇO DE 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**OS TRABALHADORES CATARINENSES E A EXPERIÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO
DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS NOS ANOS 1930**

EDUARDO TEIXEIRA COELHO

Dissertação
apresentada ao
Curso de Pós-
Graduação em
História, da
Universidade
Federal de Santa
Catarina, como
parte do requisito
para a obtenção
do grau de Mestre
em História, sob a
orientação do
Prof. Dr. Adriano
Luiz Duarte.

FLORIANÓPOLIS, 4 DE MARÇO DE 2010.

Este trabalho foi escrito conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

Termo de Aprovação

Eduardo Teixeira Coelho

OS TRABALHADORES CATARINENSES E A EXPERIÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS NOS ANOS 1930

Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de MESTRE em HISTÓRIA CULTURAL.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte (UFSC)

Profª Drª Bernadete Aued (UFSC)

Prof. Dr. Dainis Karepovs (Fundação Perseu Abramo)

Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão – Suplente (UFSC)

Prof. Adriano Nevo Codato – Suplente (UFPR)

*A Aldo Coelho,
que me ofereceu os primeiros ensinamentos
sobre a cultura e a vida dos trabalhadores.*

e

*A Gerson, Elisabete e Vinicius
Com amor.*

Agradecimentos

Pessoas foram essenciais no decorrer deste trabalho. Que ofereceram o suporte emocional e acadêmico.

Dentre estes agradeço primeiramente ao meu orientador Adriano Luiz Duarte, que acreditou nesta pesquisa e no seu pesquisador, pelos conselhos, pelas perguntas certas quando a escrita travava e pela paciência ao longo de um trabalho tão longo e árduo, mas que foi empolgante e intrigante.

Agradeço a Celso Martins, que me atendeu ainda quando esta pesquisa era apenas uma ideia de projeto de dissertação. Foi ele que me ofereceu as primeiras informações e documentos. E a quem sou imensamente grato pela confiança.

Agradeço ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, a Biblioteca Pública de Santa Catarina, principalmente a figura de Almeri Machado, ao Centro de Memória do Poder Legislativo, pelo trabalho inestimável, ao Arquivo Público do Estado do Paraná, aos serviços e eficiência do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, ao Arquivo Nacional, ao Tribunal Superior Eleitoral, e ao arquivo da Câmara dos Deputados.

Registro ainda os meus agradecimentos a banca de qualificação, Bernadete Aued e Paulo Pinheiro Machado, pelas exposições e pontuações para a melhoria deste trabalho.

Resumo

Em 1932 o Governo Provisório (1930-1934) decretou o “Código Eleitoral” para regular as eleições à Assembléia Nacional Constituinte de 1933. O “Código” estabeleceu a representação das associações profissionais (ou representação classista), onde os representantes eram eleitos pelas associações profissionais ou sindicatos, que foram oficializados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Esta representação foi introduzida por grupos que compunham o Governo Provisório influenciados pelo corporativismo da década de 1930.

O foco deste trabalho é analisar a participação dos trabalhadores de Santa Catarina no processo de institucionalização da representação das associações profissionais e as atividades dos representantes dos trabalhadores eleitos para a Constituinte Nacional, e para a Assembléia Legislativa Estadual.

O trabalho buscará distinguir o argumento, principalmente dos trabalhadores, otimizado no processo de institucionalização da representação classista, assim como durante as eleições classistas das associações dos trabalhadores. Como eles se posicionaram, a quais grupos eles se aproximaram, as idéias que eles tinham sobre representação classista, como eles vislumbraram a representação classista, quais os interesses que eles suscitavam sobre a representação profissional.

A atividade dos representantes eleitos serão, também, analisadas, a maneira que os trabalhadores de Santa Catarina, Pennafort Antonio Álvaro de Souza e Ventura Soares, se posicionaram na Constituinte Nacional (1933-1934).

O trabalho focalizara a organização e a argumentação política e associativa dos trabalhadores para a instituição da representação classista na Assembléia Legislativa, durante a Constituinte Estadual (1935), as eleições classistas que se seguiram, bem como a participação do representante eleitos dos trabalhadores, Paulo Janz Júnior.

Palavras-chaves: Representação das Associações Profissionais; Movimento operário em Santa Catarina; Organização sindical; Política catarinense.

Resumé

En 1932 le Gouvernement Provisoire (1930-1934) a décrété le “Code Electoral” pour réguler les élections à l’Assemblée Constituante Nationale de 1933. Ce code a institué la représentation des associations professionnelles (ou représentation de la classe), où les représentants sont élu par les associations professionnelles ou par les syndicats, qui ont été formalisés par le Ministère du Travail, de l’Industrie et du Commerce. Cette représentation a été introduite par les groupes qui composent le Gouvernement influencé par les corporatisme des années 1930.

L’objectif central de ce travaille, c’est d’analyser la participation des travailleurs de Santa Catarina au processus d’institutionnalisation de la représentation des associations professionnelles et des activités des représentants des associations profissionnelés élus à la Constituante Nationale, et a l’Assemblée Législative d’Etat.

Le travail sera de distinguer les arguments, principalement ceux travailleurs, utilisés dans le processus d’institutionnalisation de la représentation de la classe, ainsi que pendant les élections de la classe, auxquelles les travailleurs ont participé. Comment ils se sont positionnés, quels groupes ils approchaient, les idées qu’ils avaient sur la représentation de classe, comment on envisageait la représentation de la classe, ce qui mis en évidence des questions qui étaient liées à la représentation professionnelle.

Les activités des représentants élus seront, aussi, analysées, la manière dont ouvriers de Santa Catarina, Antonio Pennafort de Souza et Alvaro Soares Ventura, se sont positionnés dans la Constituante Nationale.

Le travail aura focalisera l’organisation et l’argumentation politique et associativist de travailleur pour instituer la représentation classiste à l’Assemblée Legislative, durant la Constituante Estadual (1935), les élection classiste qui ont suivi, tout comme la participation du représentant des travailleurs élu, Paulo Janz Junior.

Mots-clés: Représentation des associations professionnelles; Mouvement ouvrier de Santa Catarina; Organisation de syndicats; Politique de Santa Catarina.

Sumário

Introdução.....	12
Capítulo 1: Representação das Associações Profissionais e Corporativismo: o debate nos anos 1930.....	18
1.1 <i>Apresentação</i>	18
1.2 <i>Representação das Associações Profissionais.....</i>	18
1.3 <i>Redefinição do Papel do Estado nos Anos 1930.....</i>	19
1.4 <i>Representação das Associações Profissionais: Projetos em Debate nos Anos 1930.....</i>	28
1.5 <i>Definição do Modelo para a Representação das Associações Profissionais e Procedimento para as Eleições.....</i>	46
1.5.1 <i>Critérios e Instruções para a Eleição dos Deputados Classistas</i>	55
1.5.2 <i>Reuniões e Estabelecimento de Candidaturas.....</i>	63
1.5.3 <i>Eleição dos Deputados Classistas dos Empregados.....</i>	67
1.6 <i>A Participação dos Representantes das Associações Profissionais dos Empregados.....</i>	71
Capítulo 2: A Experiência dos Trabalhadores Catarinenses como Representantes Classistas na Assembleia Nacional Constituinte	78
2.1 <i>Apresentação</i>	78
2.2 <i>A Representação das Associações Profissionais no Contexto Político de Santa Catarina</i>	78
2.2.1 <i>Os sindicatos como “órgão legislativo”</i>	78
2.2.2 <i>A representação operária no Conselho Consultivo de Santa Catarina.....</i>	81
2.2.3 <i>O “Clube Três de Outubro” e os trabalhadores catarinenses</i>	83
2.2.4 <i>Organizações Partidárias Catarinenses: conciliação entre pensamento liberal e intervencionismo estatal</i>	90
2.2.5 <i>Partido Operário Socialista</i>	95
2.3 <i>Sindicalização e Greves: às vésperas das eleições.....</i>	100
2.4 <i>Processo das Eleições Classistas em Santa Catarina.....</i>	104
2.4.1 <i>Eleições dos Delegados-Eleitores dos Empregados em Santa Catarina</i>	105
2.4.2 <i>As Eleições dos Representantes Classista dos Empregados</i>	109
2.5 <i>Os Trabalhadores Catarinenses na Constituinte Nacional</i>	111
2.5.1 <i>Antonio Pennafort de Souza</i>	112
2.5.1.1 <i>Nacionalização da Cabotagem.....</i>	114
2.5.1.2 <i>Praticagem Obrigatória</i>	116

2.5.1.3	<i>A Experiência como Argumento</i>	117
2.5.1.4	<i>Articulações Proletárias na Constituinte</i>	122
2.5.2	<i>Álvaro Soares Ventura</i>	126
2.5.2.1	<i>Desencontros e Encontros com o PCB</i>	127
2.5.2.2	<i>Palavra Cassada</i>	129
2.5.2.3	<i>Meu Partido...</i>	131
2.5.2.4	<i>Denúncias e Militância no Distrito Federal</i>	134
Capítulo 3: A Participação dos Trabalhadores no Processo de		
Institucionalização da Representação das Associações		
Profissionais em Santa Catarina		
		137
3.1	<i>Apresentação</i>	137
3.2	<i>O Movimento Operário e o Contexto de Constitucionalização</i>	
	<i>de Santa Catarina</i>	137
3.2.1	<i>Disputas Eleitorais: os Trabalhadores no Jogo Político</i>	137
3.2.2	<i>“Irmão do Trabalho”: A Liga dos Trabalhadores</i>	
	<i>de Santa Catarina</i>	143
3.2.2.1	<i>Manifestos e Propostas</i>	143
3.2.2.2	<i>Os Candidatos</i>	150
3.2.3	<i>A ANL em Santa Catarina e a sua Repercussão</i>	
	<i>no Meio Operário</i>	153
3.3	<i>Os Trabalhadores Catarinenses e o Processo de</i>	
	<i>Institucionalização da Representação das Associações</i>	
	<i>Profissionais</i>	159
3.3.1	<i>A Construção de uma Percepção Política</i>	
	<i>e a Organização Classista</i>	160
3.4	<i>A Representação das Associações Profissionais</i>	
	<i>no Debate da Constituinte Estadual</i>	174
3.5	<i>Eleições Classistas</i>	194
3.6	<i>Paulo Janz Junior: O Deputado Classista dos Empregados</i>	199
Conclusão		206
Fontes		215
Bibliografia		218
Anexos		226

Introdução

Este trabalho tem como propósito estudar a participação dos trabalhadores em Santa Catarina no debate sobre a instituição da representação das associações profissionais, bem como a participação parlamentar como representantes classistas, forma de representação, esta, na qual os sindicatos e associações profissionais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho elegiam representantes ao Parlamento (nacional e estadual).

A representação das associações profissionais existiu enquanto durou o período constitucional dos anos 1930, desde sua inserção no “Código Eleitoral de 1932” até novembro de 1937, quando o golpe do “Estado Novo” fechou o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas. A importância da representação das associações profissionais não está no ato em si do Governo Provisório que a instituiu, mas no debate e perspectivas elaboradas para a sua defesa ou crítica, no caso deste trabalho, a experiência dos trabalhadores com relação à representação classista.

Ao focarmos na participação dos trabalhadores estabelecemos uma abordagem diferente das demais pesquisas que tiveram como problemática a representação das associações profissionais. Tais trabalhos reservam interesse particular aos que estabeleceram esta forma de representação, os quais compunham o Governo Provisório, instituído após a “Revolução de 1930”. Além disso, destacam a representação classista como resultado da instituição de uma política corporativista no pós-1930, oposição a forma de representação na liberal-democracia, a defesa de um Estado centralizador e, em última análise, a formação de uma maioria governista no Parlamento com representantes facilmente manipulados.

O argumento exposto, por estes trabalhos, aponta para uma perspectiva de cima para baixo, relegando aos seus principais interessados que iriam ocupar a representação classista (empregados, empregadores, profissionais liberais e funcionários públicos) um papel marginal, apenas como expectadores e engrenagens deste sistema de representação. Ao abordarem a participação dos trabalhadores que tomaram parte na representação classista são identificados como coniventes com política do Governo Provisório que destruiu suas organizações mais combativas e autônomas e, como pelegos que se submeteram à política conciliatória do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Por sua vez, este trabalho busca recuperar a participação dos trabalhadores, como interlocutores do debate pela instituição da representação classista, bem como as atividades dos trabalhadores catarinenses como representantes classistas na Assembleia Nacional Constituinte (1933-34) e na Assembleia Legislativa (1935-37). Nos delimitamos, apenas aos trabalhadores, aqueles que seriam responsáveis pela escolha dos representantes classistas dos empregados. Contudo não os isolamos dos demais interlocutores, patrões, funcionários públicos, profissionais liberais e políticos. Nos debates, tentamos recuperar as argumentações e interesses nutridos pelos trabalhadores, portanto não se trata apenas de caracterizar os que eram a favor ou contra a representação classista. Fazendo-o assim procuramos demonstrar o quão complexo e diverso poderia ser o mundo do trabalho em Santa Catarina.

Embora a pesquisa se limite ao estado de Santa Catarina, podemos ter uma noção do tratamento dado pelos governos estaduais a representação classista, a diversidade de correntes dentro da classe trabalhadora, e as discussões que ocorriam num âmbito regional, que podem ter se repetido em outros estados.

Pouco estudada, a representação classista geralmente é elencada como um dos exemplos da implantação de uma política corporativista após a “Revolução de 1930”, ou então como uma manobra de Getúlio Vargas para estabelecer uma maioria na Assembleia Constituinte (1933-34), referindo-se aos representantes dos trabalhadores. Já, esta última argumentação é complementada com a observação de que, tal só foi possível graças à criação de sindicatos afinados com o Ministério do Trabalho, sobretudo nos estados da Federação onde o movimento operário tinha um pequeno ou nenhum histórico combativo e autônomo, dentre estes estaria Santa Catarina. Seriam estes estados os responsáveis por terem enviado à capital federal um grande número de representantes dos trabalhadores já cooptados pelo governo.

Este trabalho não busca descaracterizar esta ideia, pois era uma possibilidade naquele momento, o que buscamos ao longo do trabalho foi apresentar as perspectivas que motivaram os trabalhadores ao defender (ou não) a representação classista e as atividades, argumentações e ideias dos trabalhadores de Santa Catarina desempenhadas no Parlamento.

Quando se afirma que o corporativismo foi um meio para que o governo estabelecesse o controle sobre a organização da classe trabalhadora é necessário que se faça uma ressalva. As políticas corporativistas ao serem implementadas pelos “de cima” têm como objetivo cumprir determinadas funções e é implementado para que

cumpra uma dinâmica que favoreça a classe dominante. Contudo, quando essas políticas corporativistas chegam aos “de baixo” são submetidas a uma outra leitura, são percebidas a partir de suas experiências, assim a função e a dinâmica original são revertidas para que se cumpram e se moldem aos interesses desses.

Não podemos negar que era interesse do Governo Provisório estabelecer uma maioria na Constituinte Nacional, e mesmo controlar os representantes classistas, principalmente se levarmos em consideração a implantação de uma série de políticas corporativistas que visavam centralizar os confrontos entre patrões e empregados, estabelecer uma legislação trabalhista que inibisse a autonomia e principalmente controlar os processos de organização dos trabalhadores através do Ministério do Trabalho. Porém, quando estas políticas corporativistas chegam aos trabalhadores a leitura é estabelecida de outra perspectiva, encarada de outra forma, por vezes como um direito, algo que lhes pertenciam.

Por isso, foi necessário nos atermos as várias mobilizações e atividades do movimento operário em Santa Catarina, relacionadas a legislação social ou a organização dos trabalhadores, pois suas argumentações e as avaliações que prestavam sobre as questões trabalhistas, associativas e políticas nos fornecem vestígios de como os trabalhadores interpretaram e, as ideias que nutriam com relação as leis que afetavam suas organizações e suas atividades e a relação entre eles e os patrões.

Tais considerações e apropriações por parte dos trabalhadores nos servirão para compreendermos como os trabalhadores em Santa Catarina reagiram frente às primeiras medidas corporativistas, e se houve continuidade, é importante para percebermos a forma como encaravam as medidas do Governo, como a implantação da representação classista.

Dessas noções iniciais que os trabalhadores mantinham sobre o corporativismo, serão analisados, mais detidamente, os argumentos dos trabalhadores com relação à representação das associações profissionais, e como se deu, em Santa Catarina, o envolvimento dos trabalhadores com o processo de instituição da representação das associações profissionais e como representantes classistas.

Entre as concepções teóricas que influenciaram no desenvolvimento do trabalho e do seu argumento central esta a obra de Edward Palmer Thompson, “A formação da classe operária inglesa”¹.

¹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3v.

Nos apropriamos de sua perspectiva que busca compreender a classe trabalhadora a partir de suas ações, ideias e de sua cultura, adquiridas através de suas experiências. Experiências estas que serão tomadas como base para suas escolhas. Outro trabalho relevante na escrita deste foi a tese de doutorado de Alvaro Augusto de Borba Barreto, “Aspectos institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930”², que nos ofereceu a amplitude teórica e histórica do tema, principalmente o amplo debate que havia sobre a reconfiguração do Estado pós-1930, e sobre a institucionalização da representação das associações profissionais, que segundo Barreto possui uma historicidade própria.³

Para o desenvolvimento deste trabalho nos utilizamos de vários fundos documentais, e que foram submetidos a perspectiva teórica citada antes, porém de todas as fontes, os jornais talvez sejam os mais controversos. Principalmente por não serem jornais operários, mas sim periódicos de circulação regional. O mais controverso é a utilização de dados sobre a formação sindical em Santa Catarina, pois não é a fonte mais propícia para se analisar esta questão.

Os sindicatos atuais, que guardam a mesma denominação dos sindicatos criados no início dos anos 1930, não guardam qualquer informação sobre as atividades associativas desse período, ou foram destruídas ou se perderam. A Delegacia Regional do Trabalho, órgão criado nos anos 1930 sob a denominação de Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, também não possui sob sua guarda documentação referente aos anos 1930. Estas deveriam ser as mais “confiáveis” para termos acesso as informações sobre os sindicatos nos anos 1930.

Dessa forma, deveríamos nos abster de descrever o processo de formação sindical no estado? Mesmo diante de algumas dificuldades, sobretudo pela escassez de dados, optamos por fazê-lo, mas não de forma conclusiva ou extensa, o que demandaria uma pesquisa mais específica, o que os jornais, também, não nos permitam. Optamos por acompanhar esse processo, sobretudo por serem as associações profissionais a base na qual se dariam as eleições dos representantes das associações profissionais e, também, por ser um tema constante dentro do movimento operário em Santa Catarina nos anos 1930.

² BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. *Aspectos institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930*. Porto Alegre, 2001. Tese (Doutorado em História). PUCRS. 2v.

³ Cf. BARRETO, op. cit., p. 14.

Mas, ainda há outras formas para cruzar com os dados adquiridos nos jornais, como os ofícios de vários sindicatos à Interventoria e ao Governo do Estado, depositados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; a denominação dos sindicatos que participaram nas eleições classistas – sendo que, o principal requisito era que o sindicato fosse reconhecido pelo Ministério do Trabalho – presentes nos Boletins Eleitorais; mas, sobretudo o depoimento de trabalhadores que anos depois descreveram situações e atividades das quais participaram nos anos 1930 e que vão de encontro ao que é descrito nos periódicos.

Outras fontes usadas neste trabalho foram a documentação do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e da Câmara dos Deputados.

Ao longo da pesquisa nestas fontes percebemos que há uma série de temas sobre a classe trabalhadora em Santa Catarina nos anos 1930, que ainda devem ser analisados e estudados de forma mais detida. São questões como: custo e padrão de vida dos trabalhadores, a legislação trabalhista no estado, a própria organização sindical, os movimentos sociais, a relação com grupos políticos, a militância comunista, entre outros.

Para expor aquilo que foi pesquisado, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, mais que uma revisão bibliográfica sobre o tema, é uma análise sobre a representação das associações profissionais e as concepções sobre corporativismo, ligados a ela. Destacaremos os conceitos que decorriam desse processo como a centralização do Estado, a autoridade, a harmonia social, a negação da luta de classes, o anti-liberalismo, que eram chaves na construção do discurso corporativista, seja dos tenentes, da Igreja Católica, dos integralistas, entre outros. Neste capítulo exporemos, ainda, o processo para a definição do modelo de representação das associações profissionais implementado no Brasil.

No segundo capítulo abordaremos a conjuntura política e social do movimento operário em Santa Catarina. Desde o processo de sindicalização das associações profissionais – que serviriam posteriormente de base para as eleições classistas – até as mobilizações e greves que ocorreram às vésperas das eleições classistas. Em seguida trataremos das eleições classistas, o processo de escolha dos delegados-eleitores pelas associações dos trabalhadores e, a eleição dos representantes classistas no Distrito Federal. Por fim, trataremos da participação de dois trabalhadores catarinenses no Parlamento nacional: Antonio Pennafort de Souza, que participou dos trabalhos da

Assembleia Nacional Constituinte (1933-34), e Alvaro Soares Ventura, que assumia a vaga na Constituinte quando esta já desenvolvia os trabalhos de câmara ordinária.

No terceiro capítulo será abordada a instituição da representação classista na Assembleia Legislativa, a participação dos trabalhadores nesse processo e a atividade do representante dos trabalhadores: Paulo Janz Junior.

Para tanto procuraremos recuperar, inicialmente, o contexto político e associativo do movimento operário. Um período que se estende de 1934 até 1937, na qual houve uma intensa participação dos trabalhadores, de forma partidária e associativa. Culminando na organização dos trabalhadores e de suas associações no momento em que era decido a institucionalização da representação das associações profissionais na Assembleia Legislativa.

Capítulo 1: Representação das Associações Profissionais e Corporativismo: o debate nos anos 1930

1.1 Apresentação

Neste capítulo, trataremos do debate referente à representação das associações profissionais com destaque na participação dos trabalhadores no processo de definição da representação de suas associações no Parlamento.

Nesse debate, o corporativismo, o autoritarismo e a centralização política são as palavras-chave que comporão o contexto de críticas ao liberalismo e à liberal-democracia, dirigidos por instituições, por políticos e por intelectuais. Grupos estes que saíam em defesa de projetos pela maior presença do Estado na sociedade e na economia.

Provavelmente, entre as questões que mais mobilizaram os intelectuais, estava a solução da “questão social” por meio da intervenção do Estado e de forma a manter-se a harmonia social – preceitos vinculados ao corporativismo. Na conceção de um novo modelo de Estado, passaremos também a vislumbrar as instituições que o compunham, como o Parlamento.

1.2 Representação das Associações Profissionais

Primeiramente é preciso entender, de forma geral, o que foi a representação das associações profissionais, de acordo com o modelo adotado no Brasil.

Nos anos 1930 foi estabelecido no país, pelo Governo Provisório (1930-1934), a representação das associações profissionais, que consistia na eleição de representantes pelos membros das associações profissionais⁴ para integrar o Parlamento, composto por representantes da sociedade e das associações profissionais.

O objetivo era modernizar o sistema representativo e que o Parlamento espelhasse os setores que constituíam o setor produtivo, reunindo patrões e trabalhadores na elaboração de leis e discussões que

⁴ Tais associações não se limitavam aos sindicatos profissionais, estavam incluídas também associações de funcionários públicos – que não podiam, segundo a legislação, se sindicalizar – e associações de profissionais liberais, que também não estavam incluídos na legislação sindical, vindo apenas a sê-lo após 1934.

envolvessem a organização do trabalho. Tinha ainda um forte compromisso com a anulação da luta de classes.

Essa forma de representação se limitou à década de trinta e teve uma curta duração entre 1933 e 1937, quando o Congresso Nacional e Assembleias Legislativas foram dissolvidas pelo golpe do Estado Novo.

1.3 *Redefinição do Papel do Estado nos Anos 1930*

A ideia de adotar o processo de representação das associações profissionais estava calcada na adoção de políticas corporativistas, que a nosso ver, possuía uma implicação clara: inibir o conflito social e promover a harmonia de classes, paradigmas estes constantes no discurso de instituições, como a Igreja Católica, de intelectuais e de políticos. A organização da classe trabalhadora, por sua vez, tinha um lugar de destaque nas formulações que visavam à solução para a “questão social”.

Porém, quando nos referimos ao corporativismo, estamos generalizando um conjunto de ideias que foram compartilhadas por vários grupos, mas que não estavam sujeitas às mesmas definições e nem tinham um papel diferente na idealização que faziam do Estado.

Não nos limitaremos a abordar sobre os grupos nacionais, mas também as influências internacionais que receberam. Sendo assim, abordaremos o corporativismo italiano, português e católico que, por sua vez, vinham como alternativa ao questionamento dos valores da liberal-democracia.⁵

As propostas antiliberais da década de 1930 estavam arraigadas em pensadores e instituições antimodernas que viam a liberal-democracia com desconfiança, tendo construído seu arcabouço teórico nas décadas anteriores, ou remontavam ao século XIX. A exemplo da Igreja Católica Romana, que não parava de reproduzir intelectuais contrários ao liberalismo.⁶ Segundo Cândido Rodrigues,

⁵ Cf. HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; HALL, Michael M. Corporativismo e fascismo: as origens das leis trabalhistas brasileiras. In: ARAÚJO, Ângela (org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002. MCILROY, John. Os sindicatos e o Estado. In: *Ibid.*; PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, PINTO, António Costa (orgs.). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁶ Cf. HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp.113-119.

os autores que são tidos como pais do tradicionalismo e da contra-revolução, com ênfase em Edmund Burke, De Bonald, De Maistre, Danoso Cortés, até a expressão mais forte desse tipo de pensamento no século XX, Carl Schmitt, importa mencionar que temas como tradição, autoridade, primado do cristianismo católico, crítica à soberania popular, aos Direitos do Homem, crítica à democracia liberal, postulado do Estado de exceção e ditadura fizeram-se presentes nos discursos desses pensadores e influenciaram fortemente o pensamento católico (embora não só ele) e os governantes não somente durante o século XIX mas também no XX.⁷

Os movimentos que antecederam à queda do liberalismo, nos países em que conquistaram o poder, como apontou Hobsbawm, possuíam três pontos em comum: Primeiro, eram receosos a qualquer tipo de revolução social que preceituava o combate à subversão da velha ordem social. Segundo, eram contrários às instituições liberais. Terceiro, eram nacionalistas, bandeira que lhes garantia legitimidade e popularidade. Apesar disso, havia distinções na forma de regime adotado: poderia ser autoritário, estatismo orgânico (com setores da economia compondo o Estado) ou fascista.⁸

O fascismo, em particular, teve grande influência sobre os pensadores brasileiros, deixando de ser um movimento localizado. Iniciou-se na Itália em 1923 e propagou-se mundialmente, tendo como uma de suas causas a “Grande Depressão”, ocupando corações e mentes dos intelectuais autoritários. Os movimentos fascistas mais relevantes, fora da Itália e da Alemanha, foram fundados durante a ascensão de Hitler ao poder. Viu-se, nessa época, nas palavras de Hobsbawm, uma “retirada acelerada e cada vez mais catastrófica das instituições políticas liberais”, dando lugar ao fascismo, parecia ser “a história de sucesso da década”, segundo o mencionado anteriormente.⁹

Nas décadas anteriores a 1930, esses movimentos haviam influenciado intelectuais, como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, os quais propuseram a definição das diretrizes do

⁷ RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos*. Belo Horizonte: Autêntica; Fapesp, 2005, p. 93.

⁸ Cf. HOBSBAWM, op. cit., pp. 117-119.

⁹ Cf. Ibid., pp. 112, 115, 120, 137.

Estado brasileiro, pós-1930.¹⁰ Segundo Ângela Araújo, esses intelectuais “identificavam a crise das instituições liberais no Brasil não só pela sua inadequação à nossa realidade, mas também como parte de um movimento mais geral de transformação das estruturas sociais e políticas das sociedades ocidentais”.¹¹ O que não significava uma simples adequação das ideologias fascistas, mas estas ofereciam valores para questionar a liberal-democracia, a descentralização do poder e a ineficiência do Estado (da forma como era nas décadas de 1910 e 1920) e da inadequação das instituições republicanas implantadas no Brasil.

Outra grande influência recebida pelos intelectuais e políticos brasileiros, foi a encíclica “*Rerum Novarum*”, editada pelo papa Leão XIII. Seu conteúdo buscava definir a relação entre os operários e os patrões e traduzia o pensamento católico (e não só este) com relação à questão social. Esse documento do século XIX, imbuído do espírito conservador da Igreja Católica, criticava o liberalismo e defendia o retorno a uma sociedade medieval dividida em corporações e tendo a Igreja como o cerne de uma vida virtuosa, modesta e comprometida com as tradições.¹² O que atraía neste documento político e social da Igreja era o princípio da “concordia das classes”:

assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exactamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode

¹⁰ Francisco Campos e Oliveira Vianna chegaram a ocupar cargos no governo entre 1930 e 1945.

¹¹ ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo: Edições Sociais, 1998, p. 31.

¹² Em determinado ponto à “Encíclica” procura confortar: “aos deserdados da fortuna, aprendam da Igreja que, segundo o juízo do próprio Deus, a pobreza não é um opróbrio e que não se deve corar por ter de ganhar o pão com o suor do seu rosto” seguindo o modelo de Jesus Cristo, “Quem tiver na sua frente o modelo divino, compreenderá mais facilmente o que Nós vamos dizer: que a verdadeira dignidade do homem e a sua excelência reside nos seus costumes, isto é, na sua virtude; que a virtude é o património comum dos mortais, ao alcance de todos, dos pequenos e dos grandes, dos pobres e dos ricos; só a virtude e os méritos, seja qual for a pessoa em quem se encontrem, obterão a recompensa da eterna felicidade.” Cf. IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. PONTIFICADO DE LEÃO XIII. *Carta Encíclica Rerum novarum – sobre a condição dos operários*. Vaticano, 1891. Disponível na internet: < http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_1-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html>. Acesso em: 19 mar. 2009.

haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital.¹³

A encíclica ainda suscitava questões como hierarquia, defendia a propriedade privada como direito natural e condenava o socialismo. Este último por ir de encontro a dois preceitos da “Rerum Novarum”, tais como: a perturbação em todas as classes da sociedade, desvirtuando os laços de verdadeira amizade entre patrões e empregados e ameaça à inviolabilidade da propriedade particular.¹⁴

Porém, a encíclica, como parte da doutrina da Igreja, não se constitui na ação prática dos preceitos que eram expostos; ao contrário, instruía suas ações e estas ficavam a cargo de suas instituições.

Nas décadas de 1920 e 1930, surge uma nova forma de “expressão organizada” da Igreja, como afirma Coutrot: os movimentos leigos.¹⁵

No Brasil, esse papel foi desempenhado pela reação católica, baseada no Centro Dom Vital e apoiada por uma elite intelectual leiga como agente e força social, cujos expoentes do movimento foram Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima.¹⁶ Conforme Candido Rodrigues analisou em seu estudo sobre os intelectuais católicos da revista “A Ordem”, a queda do liberalismo ofereceu à Igreja, afastada desde a “Proclamação da República”, a possibilidade de se reaproximar do Estado brasileiro. Entretanto, não era uma intenção isolada, já que o regime pós-1930 também tinha interesse nessa aproximação. Ambos possuíam pontos em comum: eram conservadores, combatiam a luta de classes e tinham uma visão antiliberal. O resultado deveria ser um Estado paternalista e de cooperação. Cada qual tinha algo a oferecer: a Igreja, a hierarquia e a domesticação das consciências; por sua vez, aqueles que ocupavam o poder, o ensino religioso e o abrigo às tradições católicas.¹⁷

A aproximação entre o fascismo e a fé católica era estabelecida, principalmente, por governantes que dirigiam regimes corporativistas nos quais os países possuíam instituições que os distinguiam como tal. Salazar, em Portugal e Franco, na Espanha, se colocaram como

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Cf. COUTROT, Aline. *Religião e política*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996, p. 344.

¹⁶ Cf. RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos 1934-1945*. Belo Horizonte: Autêntica/ FAPESP, 2005, p. 138.

¹⁷ Cf. *ibid.*, pp 139-141.

simpatizantes de Hitler, alegando estarem “ligados pela mesma ideologia.”¹⁸ A questão é que o Estado corporativo desenvolveu-se em círculos fascistas que recorreram à tradição católica para formularem seus programas. E o que aproximava Igreja, regimes corporativistas e fascistas era, segundo Hobsbawm, “um ódio comum pelo Iluminismo do século XVIII, pela Revolução Francesa e por tudo o que na sua opinião dela derivava: democracia, liberalismo e, claro, mais marcadamente, o ‘comunismo ateu.’”¹⁹

O comunismo era o inimigo comum daqueles que procuravam uma alternativa ao liberalismo e na tentativa de manter o capital. Dessa forma, o medo de uma revolução social encabeçada pelos comunistas parecia mais ameaçador aos políticos de direita do que as ideias ultraconservadoras que tomavam a forma de movimentos de massa, como ocorreu na Itália e na Alemanha. A aproximação a esses grupos visava coibir e suprimir tudo que comprometesse o *status quo*, sobretudo quando se tratava da classe operária organizada. Países da Europa que possuíam regimes liberal-democratas e que possuíam governos constitucionais e eleições para parlamentos representativos não foram depostos pela esquerda.²⁰ Segundo Hobsbawm,

O perigo vinha exclusivamente da direita. E essa direita representava não apenas uma ameaça ao governo constitucional e representativo, mas uma ameaça ideológica à civilização liberal como tal, e um movimento potencialmente mundial, para o qual o rótulo “fascismo” é ao mesmo tempo insuficiente, mas não inteiramente irrelevante.²¹

O anticomunismo, nos anos 1930, reafirmava valores que os intelectuais brasileiros propunham, juntamente com um projeto corporativista, com a nacionalidade e com a colaboração de classes. O comunismo e o liberalismo eram nocivos a esses princípios, pois sua intenção ia além de propor soluções à questão social, acabavam, pois, acirrando o conflito dentro da sociedade, um pela luta de classes, outro pelo individualismo.²²

A organização do trabalho, na contemplação dos intelectuais dos anos 1910 e 1920, deveria estar alinhada aos ideais de nacionalidade,

¹⁸ Cf. HOBBSAWM, op. cit., p. 118 e 120.

¹⁹ Ibid., p. 118.

²⁰ Cf. Ibid., pp. 113, 116, 126 e 128.

²¹ Ibid., p. 116.

²² ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento...*, p. 31.

contribuindo para a ordem, autoridade e hierarquia, contrapondo-se ao liberalismo, responsável por conduzir a sociedade ao caos, dismantelar o espírito de comunidade, corromper a função social do trabalho e acirrar a luta de classes.²³ Assim, entre as primeiras ações do Governo Provisório, em 1930, estava a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – denominado também de Ministério da Revolução. A própria denominação do Ministério indicava uma composição tripartite, característica do corporativismo, sendo seu objetivo aproximar as partes envolvidas no processo produtivo, desfazer conflitos, proporcionar a harmonia e colaboração de classes. Segundo Maria Rosa Araújo,

o Ministério do Trabalho passa a desempenhar um papel de árbitro entre interesses antagônicos, sem reconhecer a existência de antagonismos e pregando a colaboração de classes. Cedendo ora às pressões do proletariado ora às exigências do empresariado, O ministério do Trabalho implementa a legislação social satisfazendo um setor em detrimento do outro.²⁴

De acordo com Ângela Araújo,

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), a Lei de Sindicalização, a Legislação Trabalhista e Previdenciária, o Departamento Nacional do Café. O Código de Minas e de Águas, o Conselho Federal de Comércio Exterior e os demais conselhos técnicos constituíam exemplos da centralização, do intervencionismo ampliado e do corporativismo que passaram a caracterizar o novo Estado. A criação destas instituições, que configuravam uma nova forma de Estado, mostrava que as ações do governo Vargas, ao longo dos seus quinze anos, não constituíam em respostas ad hoc a questões e pressões conjunturais, mas indicavam a execução de um projeto político que vinha sendo elaborado e, nos anos 30, adquiriu contornos mais precisos.²⁵

²³ Cf. *Ibid.*, loc. cit.

²⁴ ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *O batismo do Trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 31.

²⁵ ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento...*, p. 26.

A ocupação da estrutura estatal, através de uma ampla burocracia, era vista como uma das formas mais eficientes de se coordenar e ordenar mudanças sociais e econômicas, principalmente com relação à solução para a questão social, que convergia para os pressupostos antiliberais vistos, anteriormente, tais como: harmonia social, combate ao socialismo, tradição, autoridade, hierarquia, comunidade nacional (mas mantida a inviolabilidade da propriedade). Com o Estado ficava apenas o papel de centralizar e interferir no mercado de trabalho.

Contudo, quando generalizamos o projeto de corporativismo adotado pelo Governo Provisório, não identificamos as vertentes e os grupos que o constituíam: positivista, tenentista, integralista, patronal.²⁶

Como identificou Ângela Araújo, na citação anterior, o Ministério do Trabalho, a legislação trabalhista e os conselhos técnicos são exemplos da centralização e do desenvolvimento de políticas corporativistas promovidas por aqueles que assumiram o poder do Estado em 1930. Podemos acrescentar a essas medidas a implantação da representação das associações profissionais, prevista no novo Código Eleitoral (Decreto 21.076, fevereiro de 1932).

No entanto, o que nos parece mais peculiar é o seu caráter híbrido, pois todo o Código remetia a características da liberal-democracia com a representatividade proporcional da sociedade. Por sua vez, a representação das associações profissionais, prevista no título das Disposições Gerais, no artigo Art. 142, afirmava, que as associações profissionais também deveriam ser convocadas para a Constituinte, sem mais nenhuma especificação de como deveria ser aplicada.²⁷

Tal situação traz à tona outro ponto importante do pensamento dos intelectuais e políticos que compunham o Governo Provisório: ao mesmo tempo em que propunham uma presença intensa do Estado em detrimento do liberalismo, defendiam os paradigmas da liberal-

²⁶ Cf. MORAES FILHO, Evaristo de. Prefácio. In: ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *O batismo do trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 17; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas no contexto da Primeira República. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, GRANZIERA, Rui G. (Orgs.). *Getúlio Vargas & a economia contemporânea*. Campinas, SP: Unicamp, São Paulo: Hucitec, pp. 171-176; BOSI, Alfredo. Formações ideológicas na cultura brasileira. *Estudos Avançados*. 1995, v. 9, n.25, pp. 275-293; SILVA Zélia Lopes da. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero, 1990; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

²⁷ Cf. Art. 142. No decreto em que convocar os eleitores para a eleição de representantes á Constituinte, o Governo determinará o número de representantes nacionais que a cada Estado caiba eleger, bem como o modo e as condições de representação das associações profissionais. In: BRASIL. *Coleção das Leis de 1932. Ato do Governo Provisório (Decretos Janeiro a Março)*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1942, v. 1, p. 222.

democracia. Esta característica não aponta, necessariamente, para à composição do Governo Provisório por grupos antagônicos, mas à possibilidade de coexistir um discurso liberal e intervencionista, sendo este último dirigido a campos específicos, como apontou Ângela Araújo sobre o pensamento do ministro do Trabalho, Lindolfo Collor (1930-32):

Lindolfo Collor defende precipícios liberais e prega concomitantemente a intervenção do Estado na organização do trabalho e da riqueza da nação. Suas idéias de “socialização da riqueza” e “sindicalização do trabalho” condenam uma organização política do pensamento das classes profissionais, que devem estar unidas apenas para a defesa de reivindicações de caráter econômico e social.²⁸

Portanto, os projetos propostos nessa época não se dimensionavam apenas por extremos (intervencionista ou liberal), mas havia propostas que procuravam conciliar a intervenção do Estado, sobretudo no que diz respeito às questões econômicas e sociais, bem como à manutenção da livre iniciativa.

Ainda a esse respeito, o que generalizamos como liberalismo, Álvaro Barreto aponta para dois conceitos distintos: o liberalismo como a doutrina política de divisão do Estado, dos poderes que o constitui e das leis que o regem, e liberismo, como não-interventor na economia. Consoante com Barreto, como se pode verificar nesta citação, o liberismo era passível de mudanças²⁹,

Embora minoritários e dissonantes do ritmo geral, há autores que criticam o absenteísmo social e econômico, mas resguardam os valores políticos; que continuam a acreditar que este arcabouço tem valor em si mesmo e, ao lado da democracia, é o marco do desenvolvimento social e a chave para o ingresso na “modernidade”, bem como que é possível adota-lo com sucesso no país. Enfim, que reconhecem a crise, querem mudanças, porém não almejam novos arranjos institucionais, apenas a adaptação da liberal-democracia aos novos

²⁸ ARAÚJO, Ângela. op. cit., p. 94.

²⁹ Cf. BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. *Aspectos institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930*. Porto Alegre, 2001. Tese (Doutorado em História). PUCRS. v. 2, pp. 243.

tempos. Assis Brasil e Gilberto Amado são dois exemplos. Para eles, a solução encontra-se na adoção de mecanismos que aprimorem os procedimentos eleitorais, tais como: sistema proporcional, sufrágio secreto e universal.³⁰

No decorrer do Governo Provisório, a conciliação entre intervencionismo e liberal-democracia parecia se tornar mais próxima, à medida havia demonstrações de retorno ao regime constitucional, sobretudo após a elaboração do “Código Eleitoral”, após a “Revolução Constitucionalista”, em 1932. Outra demonstração dessa tendência é a atitude dos tenentes reunidos no “Clube Três de Outubro” e propensos à manutenção do regime discricionário (da ditadura) como forma de eliminar as oligarquias. Eles viam, naquele momento, que era inevitável a convocação da Constituinte e passaram, por essa razão, a apoiar iniciativas político-partidárias, tais como: a “União Cívica Nacional” (UCN)³¹ e partidos como o “Partido Socialista Brasileiro” de São Paulo (PSB-SP).

Entre outras ações do clube, que envolvia articulação e pressão política, estava a de cunhar no “Código Eleitoral” um de seus pontos políticos, isto é: representação das associações profissionais reafirmada depois no “Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução política e Social do Brasil”, apresentado em fevereiro de 1932, conforme relato dos integrantes que constituíam a comissão que elaborou o “Código Eleitoral” e daqueles que analisaram a participação dos tenentes nesse período.³²

Geralmente, a representação das associações profissionais surge no rol de exemplos do modelo de Estado autoritário como menção capaz de expor o afastamento do modelo democrático e de projetos autoritários. Contudo, para Rogério Santos, esse momento possui uma conotação mais elaborada do que as simples conceituações apresentadas para distinguir as práticas do estado autoritário:

³⁰ Ibid., p. 244.

³¹ A UCN era uma coalizão de partidos que apoiavam o Governo Provisório, havia a expectativa de que se tornasse um partido nacional. Ao fim passou apenas a congregar um programa comum em que os partidos associados a ela defendessem na Assembleia Nacional Constituinte.

³² Cf. GOMES, Angela Maria de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. *Revista Ciência Política*. Rio de Janeiro, v. 21, nº. 3, jul.-set. 1978, p. 56; GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: Id. (Org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 431; Barreto, op. cit., v. 1, p. 32 e 44.

o equívoco da tradição, a qual vê no autoritarismo um conceito político suficientemente explicativo, tenha sido ignorar que o constitucionalismo antiliberal não se constitui somente como uma usina de críticas ao Estado liberal, mas pressupõe um modelo de Estado que pretende uma legitimação democrática distinta da representação parlamentar.³³

Entre as mais diversas propostas que surgiram sobre a representação das associações profissionais, o modelo tendia para o estabelecimento de uma forma de representação que aproximasse sociedade e Estado, sem os embates políticos ou de interesses pessoais. Dirigida à classe trabalhadora, essa representação cumpria com o objetivo de anular o conflito entre trabalhadores e patrões, remetendo as decisões ao parlamento. A representação das associações profissionais tinha como suporte uma das principais medidas do Governo Provisório na organização do trabalho: a sindicalização e os sindicatos oficializados, postos em prática pelo Ministério do Trabalho desde 1931. Assim, auferia-se às associações profissionais dos trabalhadores organizados nos sindicatos oficiais a possibilidade de atuarem como representantes do processo produtivo no Parlamento.

A representação das associações profissionais compunha o contexto em que era proposta uma nova forma de organização do Estado e formas de representação da sociedade, baseada na negação da luta de classes, na harmonia social e na conciliação política. Embora essas questões envolvessem as classes operária e patronal, era no primeiro grupo que a representação deveria auferir maior impacto. Assim, o debate sobre a representação das associações profissionais se estende sobre a conjuntura da organização da classe trabalhadora, após 1930.

1.4 Representação das Associações Profissionais: Projetos em Debate nos Anos 1930

Os trabalhos acadêmicos que estudam a classe trabalhadora de 1930 a 1964, identificam nesse período a constituição do processo de cooptação por lideranças populistas, a subordinação da sua organização

³³ SANTOS, Rogério Dutra dos. Francisco Campos e os fundamentos do constitucionalismo antiliberal no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 50, nº. 2, 2007, p. 282.

ao Estado apoiado por pelegos e pelo sindicalismo amarelo³⁴, em contraposição ao período anterior, ou seja, a Primeira República (1889-1930), momento em que o movimento operário, engendrado pela independência e autonomia, constituía um movimento combativo e revolucionário, destacadamente formado pelos anarco-sindicalistas.

Entre as teses difundidas, destaca-se o controle das instituições da classe trabalhadora pelo Estado, a partir de 1930, em conformidade com um projeto centralizador e corporativista. A pretensão da representação das associações profissionais, desde de sua concepção à eleição dos delegados-eleitores e deputados classistas, foi mais um indício desse processo. Ao promover a representação de classes por intermédio das entidades oficializadas pelo Governo Provisório e referendadas por lideranças sem experiência de luta, ou indicadas pelo Ministério do Trabalho, que confirmava a manipulação.³⁵

Tudo isso, por sua vez, demarca o surgimento de novas questões fomentadas pela historiografia, identificada com o Novo Sindicalismo, concernente à organização dos trabalhadores, no final da década de 1970 e nos anos 1980. Questões como essas traziam consigo o rompimento com modelos da década de 1960 e da Ciência Política dos anos 1970 levando, segundo Fortes e Negro, “a uma multiplicação dos problemas” relativos ao período e a experiência operária. Ainda segundo estes a historiadores: “Com isso sobreveio uma ênfase na capacidade de os trabalhadores se inserirem no processo histórico, numa contraposição ao determinismo das análises dominantes vigentes.”³⁶

Contudo,

Se a revisão trazia novidade, pode-se dizer que também apresentava elementos de continuação. Um deles foi afirmar a total ruptura entre o movimento operário do pré e do pós-1930, data

³⁴ Sindicalismo amarelo refere-se às associações de trabalhadores que era patrocinada ou estava sobre influência do poder público, é também demarcado pelo comprometimento com a conciliação e o diálogo com os patrões. Oposto ao movimento operário combativo, que tinha nas greves uma das suas principais formas de atuação.

³⁵ Neste sentido v. ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1982, p. 57 e 73; GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: Id. (Org.). *Regionalismo ...*, p. 117; BARRETO, op. cit., v. 1, p. 8; Confrontar com: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*, 1990. São Paulo: Vértice, 1990, pp. 119 e 120.

³⁶ FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 186.

em que o Estado passou a implementar, nacionalmente, uma política de regulação e concertadamente das relações de trabalho e da organização sindical. Mesmo trabalhos centrados no questionamento da periodização que estabeleceu a Revolução de 1930 como “origem do Brasil contemporâneo” acabaram, de certo modo, por reavivar a idéia de uma censura no âmbito da experiência operária.³⁷

Cabe ressaltar que, em parte, as críticas são direcionadas principalmente à representação das associações profissionais dos empregados, com o argumento de que estaria ela sob controle do governo, submissa a ele e destituída de qualquer interesse legitimamente classista. De acordo com Álvaro Barreto, muitas das referências acadêmicas sobre a representação das associações profissionais acabam fazendo eco ao que afirmavam os contemporâneos no debate contrário a essa representação, considerada uma artimanha varguista, sem nenhuma fundamentação teórica ou racionalmente estruturada, vinculada apenas à “luta política, quando não à difamação”, conforme expõe Barreto.³⁸ Isso se justifica pela “ausência” de verdadeiras lideranças e a ‘inautenticidade’ dos que vieram a ocupar o espaço da representação classista”, pela manipulação e interesses políticos que incorriam sobre ela, essas são as opiniões dos vários opositores como afirma Barreto.³⁹

Os trabalhos que seguem essa perspectiva não consideram o processo histórico em que estava inserida a instituição da representação das associações profissionais, desconsiderando, pois, o debate entre as mais variadas propostas, ou mesmo deixando de analisar a participação dos deputados classistas.⁴⁰

É necessário apreciarmos, no debate, o modo como a classe trabalhadora se inseria. Uma das referências mais frequentes é ao “Clube Três de Outubro”, o qual foi o principal defensor e mesmo o

³⁷ Ibid., loc. cit. Não faremos uma revisão ampla e pontual desta historiografia, mas procuramos associa-la e questionar determinadas afirmações ao longo do trabalho.

³⁸ Cf. BARRETO, op.cit., v. 1, p. 8. Alguns dos trabalhos acadêmicos que Barreto analisa, nesta perspectiva, são: TAVARES, Ana Lúcia de Lyra. *A Constituinte de 1934 e a representação profissional*. Rio de Janeiro: Forense, 1988; BERNARDO, Antônio Carlos. *Tutela e autonomia sindical*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982; SILVA, Zélia Lopes da. *O Arcaico e o moderno na Constituinte de 1933-34*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em História). USP, 1991; ARAÚJO, Ângela. op. cit.; ERICKSON, Kenneth. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

³⁹ Cf. BARRETO, op. cit., v. 1. p. 13.

⁴⁰ Cf. Ibid., p. 12 e 13.

responsável pela inserção da representação das associações profissionais no “Código Eleitoral”. As evidências sobre a intervenção do clube, partem de várias fontes. Augusto do Amaral Peixoto, tesoureiro do clube, afirmou:

(...) no primeiro decreto que foi levado ao presidente Getúlio Vargas não havia essa representação (...) Nós soubemos disso e fomos ao Getúlio (...) e dissemos que, como ele sabia, essa era uma das teses do Clube Três de Outubro. (...) E, quando nós fomos a ele, então, pedir que incluisse a representação profissional na Assembléia Constituinte, ele concordou e nos entregou o decreto elaborado por Maurício Cardoso. Nós levamos esse decreto e fizemos as modificações (...).⁴¹

Além disso, Abelardo Marinho, também membro do clube, eleito deputado em 1933, assumiu no plenário da Constituinte a responsabilidade, compartilhada com Stênio Lima, pelo artigo onde convocava as associações profissionais a participarem da Constituinte: “devo declarar que o conteúdo do art. 142 do Código Eleitoral, na parte referente à dita representação, consultou, em absoluto, ao nosso pensamento, redigido que foi pelo capitão Stênio Lima e por mim.”⁴²

Para Ângela de Castro Gomes, a influência do clube estava vinculada diretamente à “importância da presença política dos tenentes”, entre os quais estavam os líderes fundadores do clube, principais bases de sustentação do Governo Provisório e de Getúlio Vargas. Esse grupo, segundo Gomes, “propunha a restauração da verdade eleitoral através do estabelecimento de reformas que ultrapassavam e fugiam ao escopo político liberal.”⁴³

Como parte do Governo Provisório, os tenentes se contrapunham às “oligarquias dissidentes” com um projeto de Estado centralizador e um regime forte. Tenentes e oligarcas haviam se integrado à heterogênea “Aliança Liberal” na campanha presidencial de 1930. Com

⁴¹ AMARAL PEIXOTO, Augusto do. *Augusto do Amaral Peixoto (depoimento, 1975)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC-História Oral, 1982, p. 104-5, apud BARRETO, op. cit., v. 1, p. 32.

⁴² BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. 21^o. Sessão, 6 mar. 1934. *Annaes da Assembléa Nacional Constituinte*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 330. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp>. Acesso: 12 abr. 2009.

⁴³ GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: Id. (Org.). *Regionalismo ...*, p. 429 e 430.

o movimento revolucionário, derrubaram o governo de Washington Luís e impediram que o candidato eleito, Julio Prestes, assumisse a presidência. Os embates e as disputas pelo modelo de governo, o qual deveria se constituir a partir de outubro de 1930, era inevitável. Entre as principais discussões, estava o retorno imediato ao regime constitucional defendido pelas oligarquias. Já para os tenentes, o regime discricionário deveria ser prorrogado, à medida que a ditadura promovesse as reformas sociais necessárias, e se desmantelasse o poder regional das oligarquias.⁴⁴ Era necessária uma organização nacional que congregasse todos os “revolucionários” e a defesa de seus ideais. Assim, num primeiro momento,

no mês de novembro de 1930, os tenentes e seus aliados civis lançaram um manifesto propondo a criação da Legião Revolucionária, uma organização nacional que congregasse as chamadas “forças revolucionárias”. Com caráter civil e militar, um dos seus objetivos era reforçar o apoio popular ao Governo Provisório, garantindo a implementação das suas propostas. Mas a Legião não conseguiu se estruturar em diversos estados da federação.⁴⁵

Mas, apesar da proposta de organização nacional e de massas, as “Legiões Revolucionárias” não conseguiram alcançar seus objetivos e acabaram, portanto, assumindo feições regionais.

Seguida a essa tentativa, instituiu-se o “Clube Três de Outubro”, em fevereiro de 1931, com os mesmos objetivos de uma organização revolucionária, com valores próprios:

Além das críticas ao federalismo oligárquico, do programa do clube constavam a defesa de um governo central forte; a intervenção do Estado na economia; a representação corporativa eleita por associações profissionais reconhecidas pelo governo; a instituição de conselhos técnicos de auxílio ao governo; [...] e a implantação da legislação trabalhista. Diferentemente da legião, o clube não pretendia ser uma organização de massa, mas um núcleo de pressão junto ao

⁴⁴ Cf. PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA e DELGADO, op. cit., p. 17;

⁴⁵ Ibid., p. 21.

Governo Provisório e um centro de discussão e debate.⁴⁶

A ideia de uma representação das associações profissionais foi nutrida pelos tenentes desde a organização das “Legiões”:

O Manifesto da Legião de São Paulo, lançado em quatro de março de 1931 e assinado pelos principais componentes da organização, mas em realidade redigido por Plínio Salgado, afirmou que o poder federal devia atentar para “a representação de classes, produzindo um legislativo de técnicos, e não políticos (...). Esse assunto, por ser de relevantíssima importância para a efetivação do ideal revolucionário, precisa encontrar a fórmula em que se possa exprimir o pensamento básico da unidade da Pátria.”⁴⁷

A despolitização do parlamento, afastado do individualismo e do regionalismo, é um dos elementos que possibilitaria uma representação real, como definiu a “Legião Fluminense” em seu manifesto de abril de 1931:

Precisamos é de um governo em que haja representação real de classes; em vez de um legislativo de políticos palavrosos, um legislativo de técnicos; em vez do empirismo na elaboração das leis, a prévia consulta aos estudiosos e a conselhos especializados, para que a regra jurídica se adapte à realidade, fugindo-se ao absurdo de pretender que a realidade se amolde à regra jurídica.⁴⁸

A estratégia das organizações que agrupavam os tenentes não se limitava apenas às propostas de representações das associações, mas também estava empenhada numa aproximação com os sindicatos de operários, com o objetivo de promover um movimento de massas. A influência dos tenentes incluía ainda apoio técnico na formação dos sindicatos e em estudos sobre a legislação trabalhista.⁴⁹

⁴⁶ Ibid., p. 22.

⁴⁷ BARRETO, op. cit., v. 1, p. 33.

⁴⁸ Ibid., p. 34.

⁴⁹ Cf. ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. *Entre a revolução e o corporativismo: a experiência sindical dos ferroviários da E. F. Sorocabana nos anos 1930*. São Paulo, 2006. Tese (Dissertação em História) USP, p. 201 e 202.

O “Partido Socialista Brasileiro” (PSB), durante o I Congresso Nacional Revolucionário, em novembro de 1933, produziu um programa identificado com o socialismo e com a defesa de questões relacionadas à organização do trabalho e aos trabalhadores.⁵⁰ Entre elas, podemos relacionar:

a sindicalização instituidora da jornada máxima de 8 horas, do salário mínimo, da regulamentação do trabalho feminino e dos menores, de leis de acidentes de trabalho, caixa de aposentadorias e de pensões, férias e repouso semanal remunerado, justiça do trabalho sumária e gratuita, cooperativismo, colaboração dos sindicatos para elaboração do Código do Trabalho.⁵¹

Segundo Karepovs,

Embora, como destacado em seu manifesto de fundação, o PSB anunciasse uma vocação nacional, a partir de sua criação foram sendo fundados partidos socialistas em vários Estados: Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo. Tais partidos, visando, sobretudo, as eleições à Constituinte, programadas para maio de 1933, organizaram-se em torno dos grupos tenentistas no poder e mantinham com o partido surgido do Congresso Revolucionário uma relação, digamos, federativa, o que significava, na prática, uma grande autonomia em relação ao PSB, marca da força da cultura política local no Brasil.⁵²

O PSB deveria defender, por meio de seus deputados, as teses consagradas no Congresso Revolucionário, que incluía a representação das associações profissionais numa Câmara una e mista. Segundo Barreto, as ideias do Congresso foram classificadas pelo seu presidente, Juarez Távora, como radicalismo socialista.⁵³ As principais propostas do

⁵⁰ Participaram do Congresso Clube 3 de Outubro, Legião Cívica 5 de Julho, Legião Paranaense, Legião Revolucionária de São Paulo, Partido Liberal Socialista (também de São Paulo) e da Ação Integralista Brasileira (que se retirou durante os trabalhos do congresso), sob a presidência de Juarez Távora. Cf. KAREPOVS, Dainis. PSB-SP: Socialismo e tenentismo na Constituinte de 1933-34. *Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, Florianópolis, v. 13, n.º. 16, 2006, p. 171.

⁵¹ *Ibid.*, p. 172.

⁵² *Ibid.*, p. 173.

⁵³ Cf. BARRETO, op. cit., v 1, p. 51.

tenentismo estavam cunhadas ali: combate ao facciosismo regional, centralização e intervenção nas organizações sociais e na economia. Era uma mudança estratégica, deixando a defesa de uma ação ditatorial para a partidária (pelo menos por hora) para continuar a divulgar e defender no regime constitucional, suas ideias. Porém, nem todos os congressistas aderiram ao PSB. Outras forças políticas definiram caminhos próprios, mas ainda sobre a chancela da centralização e do intervencionismo, como o integralismo – parte divergente dos tenentes.⁵⁴

Como vimos anteriormente, o responsável pela redação do “Manifesto da Legião de São Paulo” foi Plínio Salgado, um dos fundadores e dirigentes da “Ação Integralista Brasileira” (AIB). Portanto, não seria incoerente que a AIB apresentasse sua proposta abrangendo a representação das associações profissionais:

No Manifesto Doutrinário, lançado em sete de outubro de 1932, que marcou a fundação da AIB: “(...) após cada indivíduo ter se inscrito em sua ‘classe’, temos que: ‘essas classes elegem, cada uma de per si, seus representantes nas Câmaras Municipais, nos Congressos Provinciais e nos Congressos Gerais. Os eleitos para as Câmaras Municipais elegem o seu presidente e o prefeito. Os eleitos para os Congressos Provinciais elegem o governador da Província. Os eleitos para os Congressos Nacionais elegem o Chefe da Nação, perante o qual respondem os ministros de sua livre escolha. Esses representantes todos devem ser de absoluta confiança de cada classe, vindo os seus nomes indicados pelos Conselhos Municipais, Provinciais e Nacionais, saídos também do partido Único que é a concretização de todas as classes profissionais.”⁵⁵

Outro líder do integralismo, Miguel Reale, também apresentou considerações sobre a representação das associações profissionais: “os representantes da Nação devem sair do seio das associações organizadas. A representação que hoje se efetua através dos quadros artificiais dos partidos deve se realizar através dos quadros naturais das profissões.” Em “ABC do Integralismo” define o caráter desta

⁵⁴ Cf. SAES, Décio A. M. Classe média e política no Brasil: 1930-1964. In: FAUSTO, op. cit., t. III, v. 3, pp. 490-492.

⁵⁵ BARRETO, op. cit., v. 1, p. 36.

representação como seguindo um dos “princípios fundamentais” do Integralismo, a colaboração de classes.⁵⁶

O projeto integralista viabilizava todos os cargos eletivos a partir das organizações profissionais. Não havia uma representação ou uma câmara específica que reunisse os representantes das associações profissionais. O parlamento nacional e estadual era composto por indivíduos que vinham de um partido único, formado pelas classes profissionais.

A AIB integrava o contexto de questionamento aos valores do liberalismo, baseados em princípios de colaboração de classes, combate ao comunismo, hierarquização da sociedade, despolitização da representatividade e centralização, como expresso na citação acima. Segundo Marcos C. Maio e Roney Cytrynowicz:

Para a AIB o que deve caracterizar a vida em sociedade é um sistema corporativo e hierarquizado, harmônico e enquadrado em uma rígida disciplina. A sociedade constituiria um todo indissociável que deve ser governado como as engrenagens de uma máquina, a partir de um chefe único ao qual se deve submissão e lealdade totais. Níveis hierárquicos intermediários são criados em função das diferenças “naturais” de agregação. Uma vez que o conflito não seria constitutivo da vida social, mas, pelo contrário, uma fraqueza, toda manifestação de diferença, de divergência, de conflito, deveria ser combatida. Para que todo funcione em harmonia, os inimigos da nação precisam ser identificados, isolados, combatidos e, em última instância, eliminados.⁵⁷

O Estado deveria promover a unidade nacional, afastando qualquer tipo de divisão, partidária, regionalista, luta de classes, como já mencionamos. O Estado Integral deveria estar acima de todas as classes e ser formado pela unidade das classes e não dos indivíduos, apenas a “representação dos trabalhadores é a representação popular”⁵⁸, como afirmou Miguel Reale, líder e ideólogo integralista.

⁵⁶ Cf. *Ibid.*, p. 37.

⁵⁷ MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil*. In: FERREIRA e DELGADO, op. cit., p. 55.

⁵⁸ Cf. TRINDADE, Helgio. *Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)*. t. III. v. 3 São Paulo: Difel, 1983, pp. 319-324.

Entre outras vozes que se colocavam no debate, estava a Igreja Católica. A ação dos católicos ocupou o espaço da disputa partidária através da formação, em 1932, da “Liga Eleitoral Católica” (LEC) e, como não poderia ser diferente, tinha em seu programa a defesa dos princípios morais católicos (ensino religioso, combate ao divórcio, prestação de serviço religioso às forças armadas). Mas permitia também que se assumisse posicionamento frente a outras questões, sendo a de nosso interesse a representação das associações profissionais. Alceu Amoroso Lima, um dos líderes do laicato católico, à frente do movimento católico do “Centro Dom Vital” e da LEC, defendeu a representação das associações profissionais com base na doutrina social da igreja, um modelo designado por ele como “Estado ético-corporativo.”⁵⁹

Segundo Barreto,

Nele a representação das associações profissionais tem um papel importante, pois o legislativo estrutura-se a partir de duas câmaras: a política, com função deliberativa, composta de representantes em número proporcional à população dos Estados (nunca mais de um deputado por 200.000 habitantes), eleitos metade por sufrágio individual e metade por sufrágio profissional; e a corporativa, com função consultiva, composta de representantes dos grupos econômicos, administrativos, culturais e morais, fixados por lei especial, tendo por base o sindicato, que “deve ser mantido livre na profissão organizada, assegurando-lhe o direito de se organizar com base religiosa.” A Câmara corporativa precisaria ser escutada antes da tomada de qualquer decisão, e a iniciativa de uma lei poderia ser de qualquer das câmaras.⁶⁰

Além de sua própria proposta político-social, de um parlamento misto e uma Câmara Corporativa, o pensamento católico era uma variante que influenciava os intelectuais de direita, incluindo o próprio integralismo. Plínio Salgado considerava a ideia de a AIB ser o partido

⁵⁹ O modelo apresentado seria formado por duas câmaras, uma política composta metade por representantes eleitos por sufrágio individual e a outra metade por sufrágio profissional; a outra, corporativa, formada por representantes dos grupos econômicos, administrativos, culturais e morais. A primeira possuía poderes deliberativos, já a segunda tinha função consultiva. Cf. BARRETO, op. cit., v. 1, p. 37.

⁶⁰ *Ibid.*, loc. cit.

dos católicos⁶¹, sobretudo através dos princípios listados na encíclica “Rerum Novarum”. Mas a atuação da Igreja não se limitava ao campo intelectual. Ao longo dos anos 1930, ela adotou medidas de coação e influenciou os políticos que compunham o Governo Provisório. O conselho reunido por Vargas para reformar a legislação referente ao processo eleitoral, foi acompanhado por uma comissão de juristas católicos, pensadores e publicistas católicos, composta pelo cardeal Dom Leme. Mantida durante e após a Constituinte, tinha a incumbência, como afirmou o cardeal, de “proceder à revisão dos nossos textos legislativos, para deles escoimar, quanto nos seja possível, as disposições contrárias à doutrina católica.”⁶²

A proposta de uma representação de classes, em um sentido mais amplo, que incluía manifestações artísticas e religiosas, não parecia tão inoportuno à Igreja Católica e nem mesmo estranho. Em Portugal, a Igreja e os institutos missionários tinham direito à indicação de dois representantes na Câmara Corporativa.⁶³

Pelo menos, desde a Primeira República, já havia iniciativa por parte da Igreja Católica ou de seus fiéis para a organização de centros operários católicos. Contudo, a partir de 1931, com o Decreto 19.770/1931, ficou inibida a ação católica sobre as organizações sindicais, devido à proibição de propaganda religiosa. Assim limitou-se o acesso aos trabalhadores urbanos e impediu-se a organização de associações profissionais sindicalizadas em caráter confessional, segundo José O. Beozzo: “A Igreja neste período, movendo-se numa pauta autoritária e corporativista, guarda, entretanto esta proposta de sindicalismo livre e autônomo, reivindicação tanto de socialista quanto de anarquista”.⁶⁴

A intenção da Igreja Católica, como se vê nas palavras do historiador, era a possibilidade de livre trânsito nas organizações operárias, combatendo os comunistas, os anarquistas, os reformistas e o monopólio do Estado, deixando espaço livre para organizar a classe operária.⁶⁵ Ou seja, liberdade e autonomia significavam apenas a possibilidade de a Igreja Católica realizar a mediação de conflitos

⁶¹ Cf. BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, op. cit., t. III, v. 4, p. 318.

⁶² Ibid., p. 302.

⁶³ FERREIRA, Nuno Estêvão. O corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa (1935-1945). In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomaes. *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 178 e 179

⁶⁴ BEOZZO, op. cit., t. III, v. 4, p. 314.

⁶⁵ Cf. Ibid., loc. cit.

trabalhistas e interferir nas relações de trabalho. Não deixava, entretanto, para as organizações operárias a liberdade e a autonomia de definir caminhos e escolhas próprias, principalmente as de caráter político e ideológico.

As referências e pesquisas que exploram a organização operária nesse momento afirmam que as organizações sob a liderança de anarquistas e comunistas resistiram às investidas do Governo Provisório, mantendo uma posição combativa e independente. Contudo, reconhecem que os comunistas – trotskistas e o “Partido Comunista do Brasil” (PCB) – passaram de alguma forma a se apropriar da organização criada pelo Ministério do Trabalho e assumiram algumas propostas com o fim de transformá-las em organizações revolucionárias.⁶⁶

Com relação à representação das associações profissionais, os comunistas ou pelo menos algumas de suas lideranças, viam-na como forma de explorar os trabalhadores. Astrojildo Pereira, em 1934, definiu-a como “uma rele mascarada semifascista, onde alguma centena de pretensos delegados sindicais homologaram carneiramente os nomes apontados pelo governo.”⁶⁷ Ainda segundo este militante, seria um “pura escamoteação, uma simples manobra para desviar os eleitores operários de uma possível concentração de votos nos seus próprios candidatos nas eleições de três de maio.”⁶⁸

A essas críticas também se juntava o líder anarquista Hélio Oiticica:

Que diabo vai fazer o proletariado num parlamento burguês? Considera-se um pobre tecelão semi-analfabeto e mais um plantador de mandioca, analfabeto de todo, a discutir leis sociais, orçamentos, escola nova e valorização da moeda! (...) Representação de classe é um programa encapuzador, que o proletariado organizado repele, só aceitável à desprezível fração de obreiros amarelões, chefiados por socialistas de moda, funcionários de ordenado certo ou ex-proletários a serviço de governos e patrões.⁶⁹

⁶⁶ SILVA, Zélia Lopes da. *A domesticação dos trabalhadores...*, pp. 13, 70, 71 e 124.

⁶⁷ BARRETO, op. cit., v. 1, p. 7.

⁶⁸ Ibid., p. 104, cf. com a nota 28, mesma página.

⁶⁹ OITICICA, Hélio. *A Plebe*. 24 dez. 1932 apud BARRETO, op. cit., v. 1, p. 104.

Todavia, contrapondo-se a essas perspectivas, estavam os trabalhadores que defendiam a representação das associações profissionais, sobretudo os trabalhadores eleitos deputados classistas. Segundo João Vitaca, deputado classista dos empregados, tal defesa deve-se à organização do operariado, que lhe assegura o direito de se fazer representar nas Assembleias.⁷⁰

Sendo assim, torna-se relevante confrontar o posicionamento daqueles que menosprezavam a participação dos trabalhadores e questionavam sua representatividade (liderança) entre os operários. Alberto Surek, deputado dos empregados, assume a representação como um serviço patriótico de todas as classes:

os comerciantes, os empregados, os proletários, os funcionários públicos representam, inquestionavelmente, uma força poderosa da Nação. Representam a Nação e aqui, como delegados dos sindicatos a que pertencemos, temos em vista defender os superiores interesses do país.⁷¹

Segundo Antônio Rodrigues, também deputado classista dos empregados, “essa é a questão que mais interessa aos trabalhadores, pois a adoção da representação parlamentar implica reconhecer a existência de uma consciência operária no Brasil.”⁷²

Ainda, entre as críticas arroladas e ligadas aos interesses dos patrões e empresários, a presença dos operários como representantes classistas com funções deliberativas no parlamento se dava pela possibilidade de “progressão de favores”, como afirmava Paim Vieira⁷³:

Os operários, valendo-se do seu crescido número, enviarão à Câmara profissional boa quantidade de representantes. Se estes mantiverem-se fiéis à classe que os elegeu, procurarão obter-lhe uma progressão de favores, conhecidos pelo nome de reivindicações operárias, que levarão a produção ao aniquilamento. Porque, no fim de uma série de concessões descabidas, o capital seria esmagado, as indústrias cairiam na mão dos operários,

⁷⁰ Cf. BARRETO, op. cit., v. 2, p. 249.

⁷¹ SUREK, Alberto. *Anais...*, v. 7, 29 jan. 1934, p. 55-6 apud BARRETO, op. cit., v. 2, p. 249.

⁷² BARRETO, op. cit., v. 2, p. 249.

⁷³ Paim Vieira foi juntamente com Arlindo Veiga dos Santos e Sebastião Pagano fundador da “Ação Imperial Patrimonista” com base em um projeto político tradicional, defesa da restauração da monarquia, do corporativismo e nacionalismo. Cf. MACEDO, Ubiratan Borges de. *Liberalismo e justiça social*. São Paulo: Ibrasa, 1995, p. 231.

implantando-se a anarquia e a miséria. (...) Mas, se os representantes da classe obreira, por interesses pessoais, entrarem em entendimentos particulares com os patrões, então resulta a exploração simultânea do capital e do trabalho em proveito dos políticos, que promoverão greves e, em seguida exigirão dos patrões recompensas para extingui-las.⁷⁴

Portanto, de um lado estão comunistas, anarquistas e defensores do interesse patronal criticando a participação dos trabalhadores como representantes classistas. Os primeiros concebiam a representação como um engodo burguês, uma manobra para desviar os trabalhadores de seus valores revolucionários; os segundos, pela viabilidade de os operários transformarem a representação num meio de conceder “concessões descabidas” à classe trabalhadora, e a possibilidade de produção vir a ser controlada por estes. Do outro lado, os trabalhadores que exerceram a representação das associações profissionais e a defendiam como “consciência operária”.

Além disso, o posicionamento dos comunistas⁷⁵, sobretudo do PCB, não permaneceu o mesmo com relação à sindicalização e oficialização dos sindicatos: mesmo criticando o Decreto 19.770/1931, o PCB admitia, já em 1931, que a lei poderia servir aos seus ideais revolucionários. Em 1932, haviam oficializado as entidades que tinham sob seu controle ou mantinham atividades nas associações oficializadas.⁷⁶

Segundo Alvaro Barreto,

Frente a essas características, parece evidente que – longe de ser um problema ou justificar grandes análises para verificar se era adequado ou não, como ocorria com os “revolucionários” – a perspectiva de que o movimento sindical viesse ocupar espaço na Constituinte contemplava integralmente o modo como os “reformistas”

⁷⁴ VIEIRA, Paim. *A organização profissional e a representação de classes*. Apud BARRETO, op. cit., v. 2, p. 276.

⁷⁵ Dizemos comunistas, pois havia pelo menos dois grupos com atividades junto à classe trabalhadora, os trotskistas e os reunidos no PCB, o primeiro grupo não via com desconforto a política de sindicalização do Ministério do Trabalho, porém o segundo grupo ofereceu resistência, lutando pela permanência de sindicatos independentes da ação governamental. Cf. ANTUNES, op. Cit., p. 103-112.

⁷⁶ Cf. BARRETO, op. cit., v. 1, p. 112-113.

entendiam a ação do próprio movimento sindical.⁷⁷

Como afirmamos, anteriormente, a representação das associações profissionais e organização dos trabalhadores eram questões que se transpassavam. As discussões sobre a representação das associações profissionais ocorriam ao mesmo tempo em que a legislação sobre a sindicalização era efetuada, fosse por iniciativa governamental ou pelos próprios trabalhadores. Frisamos, os trabalhadores e sua participação nesse processo de implementação e participação na Constituinte teve, nas associações profissionais, um papel fundamental: uma tinha a função de servir a outra. A base sindical, oficializada pelo Ministério do Trabalho, era a fonte dos representantes.

Se a representação das associações profissionais era ou não uma ameaça à organização revolucionária da classe trabalhadora não se sabe, porém tendia mais a uma abordagem ideológica do que à análise de participação dos trabalhadores no processo; Sendo assim, desconsidera-se que a representação das associações profissionais atendesse os interesses de uma grande parcela do movimento operário, base que possibilitou à própria organização da estrutura sindical oficial.⁷⁸ Tais assertivas nos são relevantes, pois adiante, procuraremos confrontar a participação e os interesses dos trabalhadores no processo de constitucionalização com a atividade dos representantes classistas dos empregados na Constituinte.⁷⁹

Sendo assim, não rejeitamos a ideia de que o Governo Provisório tivesse interesse em ter sob seu controle as organizações dos trabalhadores, interferindo diretamente em suas associações de tal forma que as reivindicações perdessem terreno, uma vez que o interesse geral era extinguir o conflito de classes. Objetivo nutrido, igualmente, pelos proponentes da representação das associações profissionais, inspirado em bases teóricas autoritárias ou corporativistas.

Faz-se necessário, pois, compreender a ação das lideranças e do movimento operário nesse processo, ou seja, como articularam suas experiências com as políticas de corporativismo do Governo Provisório, de que modo os trabalhadores defrontaram-se e redefiniram sua cultura de classe. Nessa circunstância, a representação das associações profissionais poderia ser redefinida pelos trabalhadores, como parte de

⁷⁷ Ibid., p. 110.

⁷⁸ Cf. Ibid., p. 106.

⁷⁹ Cabe lembrar que, nos referimos à ação dos trabalhadores catarinenses, suas organizações e aqueles que participaram da Constituinte Nacional e a estadual.

sua cultura política e como extensão de suas instituições de classe, para a pluralidade das suas manifestações.

Assim, contrapomo-nos às justificações que definem a organização da classe trabalhadora e do movimento operário, sedimentado numa perspectiva ideológica, aglutinador da real expectativa da classe trabalhadora, idealizando as “comunidades operárias”, por sua vez, subestimando, segundo Cláudio Batalha, Fernando T. Silva e Alexandre Fortes, “os aspectos que indicavam dispersão e variabilidade de referências e comportamentos.”⁸⁰

A própria contradição, no movimento comunista, entre os que criticavam a representação das associações profissionais e os que apoiavam nos parece importante para compreendermos o processo de formação da classe trabalhadora a partir de suas experiências culturais. Conforme argumentação de Mike Savage: “Vital para o entendimento da variedade das culturas de classe e atitudes que se desenrolam em qualquer sociedade é colocar o complexo processo da formação da classe em evidência.”⁸¹

Os proponentes, já abordados anteriormente, não explicitaram de forma mais detalhada os critérios de escolha dos representantes das associações profissionais. O que se sabe, porém, é que outras vezes estiveram presos aos modelos de outros países. Além disso, nem todos propunham a incorporação da representação das associações profissionais ao parlamento; pretendiam, sim, que fosse uma câmara ou conselho separados; ou então, apenas consultiva, e não deliberativa. Essas características poderiam ser combinadas, entretanto, dependeria de quem estivesse propondo a instituição da representação das associações profissionais. Por outro lado, havia aqueles que mais se aproximavam do modelo adotado, sobretudo no que diz respeito ao caráter deliberativo dos representantes, que era para o “Clube Três de Outubro” um de seus pontos indeclináveis.⁸²

O caráter corporativista das propostas é inegável. Desde o Congresso Geral, a exemplo dos integralistas ou da Câmara Corporativa concebida por Alceu Amoroso Lima, reuniam setores da sociedade eleitos por suas respectivas associações culturais, religiosas (católicas) ou profissionais. Por trás, estava resguardado o ideal de harmonia entre classes.

⁸⁰ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes, SILVA, Fernando Teixeira da, FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas, SP: Unicamp, pp. 12 e 13.

⁸¹ SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: *ibid.*, p. 34.

⁸² Contudo o “Clube Três de Outubro” propunha um Conselho que viesse a substituir integralmente o parlamento político.

A incorporação da classe trabalhadora nessa conjuntura era essencial, já que um dos princípios da representação das associações profissionais era eliminar o conflito de classes e, de acordo com os proponentes, os trabalhadores seriam a classe mais vulnerável aos elementos estranhos a classe. As condições da classe trabalhadora e a legislação que regulamentava o trabalho corriam paralelamente à representação das associações profissionais. Cada tendência formulou propostas de como deveria dar-se a organização dos trabalhadores, e o papel que deveriam desempenhar na sociedade. Assim, podemos defini-las, de forma geral, como: liberais (sem qualquer intervenção ou regulamentação no processo produtivo); reformistas (tuteladas pelo Estado e garantidas por uma legislação que não perturbe a produção e que seja conciliadora); ou autonomistas (para os quais a legislação, mesmo incitada por ação governamental, não deveria limitar ou interferir na organização dos trabalhadores e em suas formas de reivindicação).

Os liberais estavam afastados das decisões, nesse momento (mais presente na classe patronal) ou quando não, propunham conciliar virtudes liberais com aspectos reformistas, mantendo-se a doutrina política e optando-se pela intervenção econômica, estavam mais próximos do grupo reformista, porém, apenas redefiniam a relação entre patrões e empregados, cuja legislação trabalhista, determinada pelo estado e mediadora nesse processo era uma opção mais confortável e conciliatória.

Já os reformistas, diferentemente, tinham uma convicção e objetivava mudanças mais drásticas com a completa reformulação do papel do Estado, fortemente centralizado e patrocinador da cidadania social. Fato este que não só definiria a relação entre patrões e operários, mas também todos os aspectos da economia, da representatividade da sociedade e das instituições.⁸³

Por fim, os autonomistas, que defendiam a reformulação do Estado, das instituições que o compunham, do regime político e econômico, como também pretendiam a mais completa autonomia da classe trabalhadora, norteadas por propostas socialistas.⁸⁴

⁸³ Cf. FERREIRA e DELGADO, op. cit., p. 9.

⁸⁴ Nossa intenção não é discutir atentamente cada uma destas tendências, mas apenas afirmar a variação que existia. Destas, a segunda possuiu maior peso, mas não significa que houvesse um grupo coeso ou uma perspectiva única, ela possuía variações, como vimos, sobre os modelos de representação determinados por tenentes, integralistas ou católicos, é uma questão complexa que seria definido em última instância pela prática, ou melhor pelo Governo Provisório, mas sem a identificação a um grupo – como ressaltamos anteriormente divididos entre várias

Ainda, concernente à implantação do projeto corporativista, com relação às “massas trabalhadoras”, Ângela Araújo afirma que

a relação do Estado varguista com as massas trabalhadoras não pode ser pensada apenas enquanto controle e desmobilização, pois havia nela um componente de busca do consentimento e da adesão destas massas na medida em que o corporativismo, juntamente com a legislação social que estava a ele diretamente associada, representaram o reconhecimento de direitos sociais e políticos às estas classes, o estabelecimento de garantias contra o arbítrio patronal e a criação de novos canais de participação em diferentes agências estatais, correspondendo assim, ao atendimento de parte dos seus interesses de classe.⁸⁵

Havia, portanto, uma parcela do movimento operário disposta a integrar-se às instituições criadas pelo Governo Provisório: contudo, esse comprometimento estava subordinado ao reconhecimento das associações profissionais pelo Governo, de forma que as organizações e atividades dos trabalhadores estavam sob controle estatal. Autonomia e liberdade sindical se dissolviam sob a gestão do Estado.

Depois que a representação das associações profissionais foi incorporada ao “Código Eleitoral”, o possível abandono da ideia poderia ser afastado, mas não antes, sem controvérsias, dentro do próprio Governo. A decisão última ficou a cargo do Executivo. Ele definiu o processo de escolha (eleição) e a divisão dos representantes classistas na Assembleia Constituinte, porém, não havia garantia de que a representação sobrevivesse à Constituinte, pois o “Anteprojeto de Constituição” não previa sua institucionalização. Ela deveria ser decidida pelos constituintes, entre os quais estavam os mesmos que a viam como algo fora do lugar, numa democracia representativa, a mera importação de uma ideia exótica, ou a tentativa de implantação de um regime fascista.

tendências muitas vezes conflitantes. Cf. ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento...*; GOMES; etc.

⁸⁵ ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento...*, p. 81.

1.5 Definição do Modelo para a Representação das Associações Profissionais e Procedimento para as Eleições.

Devemos ainda considerar que a representação das associações profissionais não se instituiu de forma simples, pois havia, dentro do próprio Governo provisório, o conflito entre os que a apoiavam e defendiam e aqueles que eram contrários a ela, sobretudo à possibilidade, dessa representação, integrar o parlamento. Essa forma de representação também nos expõe as discussão que havia sobre novas formas de organizar o Estado e, conseqüentemente, suas instituições. Assim, a representação das associações profissionais fazia parte de um processo histórico em que modelos e propostas eram debatidos por vários grupos nos anos 1930.

O próprio termo “representação das associações profissionais” procura expor de forma mais abrangente a variedade de nomes que surgiram no debate, na década de 1930, tomados muitas vezes como sinônimos. Expressões como “representação classista”, “representação profissional” e representação “de interesses coletivos” estavam vinculadas a interlocutores diferentes. Todavia, uma mesma expressão poderia ter diferenças político-organizacionais, dependendo do conteúdo proposto pelo interlocutor e a ela atribuído. Desta forma, como Álvaro Barreto adverte em sua tese sobre o tema, as expressões que definiam a representação das associações profissionais, quando apresentavam mínimas diferenças institucionais, representavam importantes divergências entre projetos, perspectivas e intenções de seus proponentes. Portanto, não se trata apenas de um debate intelectual e teórico, mas revela o seu lado político e a disputa entre grupos antagônicos.⁸⁶

Um dos primeiros impasses estava na regulamentação da representação das associações profissionais, já que o “Código Eleitoral” silenciava a respeito do regime de adoção de escolha dos representantes. Fato este que ficou por um longo período sem legislação oficial.

O primeiro atrito veio com a comissão encarregada de elaborar o “Anteprojecto de Constituição”. A partir daí, segundo Barreto, os críticos e os defensores poderiam utilizar este espaço de discussão para impor suas preferências.⁸⁷ A comissão foi organizada pelo Decreto 21.042 de 14 de maio de 1932, mas não teve seus trabalhos concluídos devido à “Revolução Constitucionalista”. Posteriormente, mais uma vez foi organizada com o amparo legal do Decreto 22.040 de 1º de novembro

⁸⁶ Cf. BARRETO, op. cit, v. 1, pp. 17 e 23.

⁸⁷ Ibid., p. 52.

de 1932. A “Subcomissão do Itamarati”, como ficou conhecida, deveria elaborar o “Anteprojeto” e depois submetê-lo a uma equipe maior, o que acabou não ocorrendo, ficando a Subcomissão como única idealizadora do projeto.⁸⁸

Como analisa Alvaro Barreto, os pesquisadores que estudam a representação das associações profissionais destacam que ela foi excluída do Anteprojeto, fato que denotaria o compromisso da maioria da Subcomissão com o sistema liberal e a manutenção do poder regional. Porém, desconsideram que em outras partes do “Anteprojeto” foi incluída a representação das associações profissionais, a qual estaria presente na composição exclusiva dos Conselhos Municipais, o Conselho do Distrito Federal (de forma mista) e no Conselho Supremo⁸⁹ que substituiria o Senado.⁹⁰

Dessa forma, a Subcomissão não excluía por completo a representação das associações, mas não a destinava a compor a Assembleia Nacional formada por representantes da sociedade em geral. Segundo Barreto, a Subcomissão: “acatava a idéia de que o Estado precisava [...] abrir espaço à participação, ou a consulta às classes organizadas. Isto é, mostrava-se disposta a ‘modernizar’ o Estado e a superar o modelo liberal até então aplicado.” Mas, complementa: “havia muitas distinções na concepção desse ‘espaço’, que iam das mais exaltadas até as mais tênue.”⁹¹

Como não se chegava a um denominador comum, mesmo entre os favoráveis à medida, nem havia uma proposta específica que idealizasse a representação das associações profissionais no legislativo. Um membro da comissão, João Mangabeira, foi encarregado de redigi-la e apresenta-la como alternativa para deliberação.

Na definição da representação das associações profissionais pela Subcomissão na Assembleia Nacional, aqueles que se posicionaram a favor da proposta estavam mais ligados ao Governo Provisório e, por

⁸⁸ Era formada por Antunes Maciel, Osvaldo Aranha, José Américo, Afrânio de Melo e Franco, Assis Brasil, Antônio Carlos de Andrada, Carlos Maximiliano, Arthur Ribeiro, Prudente de Moraes Filho, Agenor de Roure, João Mangabeira, Góis Monteiro, Themistocles Brandão e Oliveira Vianna. A comissão se reuniu e efetuou seus trabalhos da data em que foi organizada até novembro de 1933, a véspera da Constituinte. Cf. *Ibid.*, p. 53.

⁸⁹ Seria formado por 21 representantes dos estados e do Distrito Federal, e 14 representantes de ordem administrativa, cultural e técnica, eleitos e indicados por outras organizações e instituições.

⁹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 54.

⁹¹ *Ibid.*, loc. cit.

sua vez, aqueles que contrariaram a proposta identificavam-se mais com as forças políticas regionais.⁹²

O voto de cada membro da Subcomissão é relevante, pois remete a todo o debate exposto anteriormente, entre os que defendiam um novo modelo de representatividade (neste caso a representação das associações profissionais), diverso da liberal-democracia, e os que reafirmavam a preservação da representação proporcional (dentro da liberal-democracia), como a única forma de representatividade condizente com os anseios da população. No entanto, encontravam um meio termo para agregar as mudanças propostas pelos defensores da representação das associações, de uma forma que não comprometesse o sistema político liberal-democrático.

Na proposta elaborada por Mangabeira prevalecia:

Uma Assembléia Nacional mista, composta por $\frac{3}{4}$ de deputados eleitos pelo povo por sufrágio universal e sistema proporcional, $\frac{1}{4}$ de representantes de classe, eleitos de seguinte forma: a) 40% das vagas caberiam aos capitalistas, representados pelos patrões do setor comercial, industrial e agrícola; 40% aos trabalhadores manuais de qualquer natureza, contanto que o salário não ultrapassasse três contos de réis, pois quem recebesse mais do que essa cifra, faria parte da categoria da classe capitalista; 20% às profissões liberais, professores e técnicos, ainda que fizessem parte permanente do funcionalismo público; b) cada classe só poderia eleger um profissional que ela efetivamente pertencesse, sendo nulos os votos dados a pessoas estranhas; c) ninguém teria direito a mais de um voto profissional, nem poderia ser eleito por mais de uma classe; d) esses deputados seriam eleitos pelos respectivos representantes de todas as assembléias estaduais, mediante voto secreto.⁹³

Segundo Barreto, essa proposta divergia daquela apresentada pelo “Clube Três de Outubro”, o qual propunha “casas” separadas para cada

⁹² Foram a favor da incorporação da representação das associações profissionais na Assembleia Nacional: Cavalcanti, Góis Monteiro, Aranha, José Américo, Antunes Maciel e Mangabeira. Foram contra: Melo Franco, Antonio Carlos, Maximiliano, Roure, Ribeiro, Morais Filho, e Oliveira Vianna. Cf. *Ibid.*, p. 55.

⁹³ *Ibid.*, p. 56.

sistema de representação, isto é: uma câmara para os representantes da sociedade e outra para os representantes das associações (profissionais e culturais). A fórmula apresentada por Mangabeira, na opinião de Barreto, era uma alternativa ao modelo do clube, considerado radical. A proposta de Mangabeira (exposta acima) aproximava-se do modelo que foi adotado pelo Governo Provisório na composição dos classistas na Constituinte, a qual trataremos mais adiante.⁹⁴

Cavalcanti concordava com a proposta de Mangabeira, porém, considerava-a como transição do que ele denominava como parlamento grande e inadequado para uma pequena Assembleia formada apenas por técnicos. Assim, o modelo de individualismo-democrático passaria para um modelo de interesses sociais.⁹⁵ Segundo Barreto, Mangabeira justificava a presença da representação das associações profissionais como forma de qualificar o sistema político, possibilitando uma câmara mais livre, autêntica e tecnicamente mais capacitada, por não estar sob controle de um chefe político, mas por representar os anseios da coletividade.⁹⁶ José Américo também argumentava que a representação das associações profissionais era mais qualitativa do que o parlamento tradicional, sendo aquela capaz de afastar os interesses parciais, regionais e partidários, possibilitando ainda o incentivo para a organização de acordo com os interesses coletivos.⁹⁷

Em nenhum momento os membros da Subcomissão que defendem a participação de associações profissionais chamam aos debates representantes dos trabalhadores ou suas entidades profissionais. Não apresentam nenhuma petição, defesa ou manifestação por parte dos trabalhadores e das organizações patronais (as quais, também, eram incluídas na representação das associações profissionais). Nem mesmo, uma sessão conjunta com representantes dos empregados e dos empregadores para opinarem sobre a definição do modelo de representação das associações profissionais e a distribuição dos representantes no parlamento nacional e nos conselhos municipais, já que este modelo de representação incidia sobre a organização de suas associações. As propostas partiam muito mais de um debate ideológico e teórico, cujas influências, opiniões e a apresentação de casos concretos são de países europeus onde a representação das associações foi implantada.

⁹⁴ Cf. *Ibid.*, p. 57.

⁹⁵ Cf. *Ibid.*, loc. cit.

⁹⁶ Cf. *Ibid.*, p. 59.

⁹⁷ Cf. *Ibid.*, loc. cit.

Manifestações por parte dos trabalhadores vieram com a Constituinte já em curso, expostas pelos próprios representantes das associações profissionais. E em suas argumentações prevaleciam as justificativas similares às usadas por Cavalcanti, Mangabeira e José Américo:

Vitaca afirma que, nos sindicatos, os eleitores se sentem mais identificados com as necessidades coletivas e os eleitos têm noção mais viva de sua responsabilidade política. Surek assegura que essa representação é o único meio eficiente para elevar o nível do eleitorado, porque os sindicatos funcionam como filtro: eles só permitem a entrada de indivíduos que tenham tal direito e estejam à altura de fazer parte destes.⁹⁸

Por sua vez, os membros da subcomissão que apresentaram veto sobre o texto alternativo de Mangabeira afirmavam que, na prática, era um sistema inviável. Reafirmavam que o sistema liberal-democrático ainda era a melhor maneira de refletir a totalidade dos interesses da nação. Assim se posicionavam Roure, que distinguia os interesses das classes como: “parciais por natureza e incapazes de efetuar a síntese impulsionadora da organização pública”.⁹⁹ Morais Filho e Antônio Carlos afirmavam que a presença no legislativo das associações profissionais dependia de sua organização para obter um índice de votos que lhes permitisse a garantia desse espaço. Maximiliano e Oliveira Vianna eram contrários à representação das classes porque, segundo eles, não havia divisão de classes. Para o primeiro, era inviável a implantação do voto dos sindicatos, pois estes, não existiam no país. Para o segundo, o resultado de sua concretização seria funesto, tendo em vista o risco de se criarem organizações de fachada, bem como se perpetuar o voto de cabresto.¹⁰⁰

Por outro lado, alguns viam a possibilidade experimental de representantes das associações profissionais. Roure, Maximiliano, Melo Franco e Vianna propunham que ocupassem vagas no legislativo do Distrito Federal e dos municípios; Antonio Carlos e novamente Vianna e Melo Franco, aceitavam a representação das associações em órgãos técnicos consultivos.

⁹⁸ BARRETO, op. cit., v. 2, p. 253.

⁹⁹ Cf. BARRETO, op. cit., v. 1, p. 59.

¹⁰⁰ Cf. Ibid., p. 60.

A discussão sobre a representação das associações profissionais e sua inclusão no “Anteprojeto de Constituição” se encerrava na Subcomissão do Itamarati, mas o impasse continuava, já que se deveria cumprir o Artigo 142 do “Código Eleitoral”, que naquele momento, estaria sujeito à revogação do referido Artigo ou à implantação de uma representação apenas consultiva.¹⁰¹

Ciente dessa possibilidade e correndo o risco de ter esvaziado seu próprio programa político, o “Clube Três de Outubro” estabelece sua própria comissão, formada por Waldemar Falcão, Abelardo Marinho, Herculino Cascardo e Stêneo Lima, para atingir um modelo de representação das associações profissionais na Constituinte. As discussões dessa comissão antecederam o próprio debate na Subcomissão.

Segundo Ângela de Castro Gomes, a comissão elaborou: “um projeto de cunho marcadamente corporativista, que chega a ser examinado por uma Comissão Especial, especificamente criada para recebe-lo e propor uma fórmula definitiva.”¹⁰² Percebe-se a influência e a acessibilidade que essa organização possuía dentro do Governo Provisório, a ponto de encarregar a organização de uma comissão para atender e estudar o projeto elaborado pelo clube.

A proposta apresentada, intitulada “Anteprojeto da lei de sindicalização e representação política das classes”, não se limitava apenas à representação das associações profissionais, mas incluía a organização e oficialização das associações que elegeriam seus representantes, substituindo o Decreto 19.770/1931, mas mantendo o papel do Ministério do Trabalho de reconhecer as entidades profissionais.¹⁰³

Segundo o anteprojeto do clube, a eleição deveria ocorrer sob a convocação de assembleia exclusiva para tal deliberação denominada “Convenção”:

Num primeiro estágio, essas convenções seriam realizadas pelas associações municipais de sindicatos dentro de cada uma das categorias de afinidades técnicas, mediante delegados eleitos pelas assembleias gerais (exigia-se maioria absoluta de votos), com o objetivo de eleger os representantes no legislativo municipal. Num

¹⁰¹ Cf. *Ibid.*, p. 62.

¹⁰² GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: *Id.* (Org.). *Regionalismo ...*, p. 434.

¹⁰³ Cf. BARRETO, *op. cit.*, v. 1, p. 62 e 63.

segundo estágio, a convenção deveria ser realizada pelas associações estaduais, do mesmo modo e com funções análogas. Finalmente, a convenção nacional elegeria o representante no Congresso.¹⁰⁴

O anteprojeto do clube foi enviado ao Ministério da Justiça para que este o analisasse e tomasse as decisões cabíveis. Organizou-se uma nova comissão para apreciar o projeto e promover suas modificações. Segundo Alvaro Barreto: “o anteprojeto do Ministério da Justiça definia eleição indireta, a ser realizada em graus sucessivos (sindicato, convenção estadual e nacional) pelas categorias profissionais, divididas entre patrões e empregados.”¹⁰⁵ A condição para que a associação profissional participasse do pleito seria seu reconhecimento no Ministério do Trabalho e credenciamento junto à Justiça Eleitoral.¹⁰⁶

Depois de elaborado o projeto, este foi encaminhado ao Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE) para consulta, conforme as palavras do Ministro Antunes Maciel:

Não seria possível ao governo tomar qualquer deliberação, a respeito de tão palpitante assunto, sem ouvir este egrégio Tribunal (...) [que] deverá estudar, portanto, o assunto sob integral liberdade, para opinar como melhor entender e representar emendas ou substitutivo ao esboço do projeto, formulado de modo a ficar o governo habilitado a decidir afinal.¹⁰⁷

Nota-se na fala do ministro que o envio do projeto ao TSJE visava a que este o referendasse, ou na pior das hipóteses, apresentasse emendas ao projeto; Ele não considerava, no entanto, que o Tribunal pudesse repudia-lo completamente. Getúlio Vargas descreveu esta atitude como um “erro” ao levar, nas suas palavras, este: “assunto estranho às atribuições do tribunal.”¹⁰⁸ O TSJE organizou uma comissão que deveria apreciar o projeto e elaborar um parecer. O ministro responsável pelo relatório final foi José Miranda Valverde, que

¹⁰⁴ Ibid., p. 65.

¹⁰⁵ Ibid., p. 67.

¹⁰⁶ Cf. Ibid., pp. 67 e 68.

¹⁰⁷ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 18 fev 1933, p. 3 apud BARRETO, op. cit., v. 1, p. 66.

¹⁰⁸ Cf. BARRETO, op. cit., v. 1, p. 71.

se posicionou contrário à proposta e foi seguido, unanimemente, pelo voto dos demais ministros. Segundo Valverde:

As associações profissionais poderão, com vantagem manifesta para o interesse geral, organizar-se de forma a serem aproveitadas como órgãos consultivos do Parlamento ou da administração pública. Tal é a solução indicada por mestres insignes e com seguros fundamentos. Quando, porém, à representação política, não nos parece aconselhável, em função das razões expostas e ainda porque viria atribuir o voto plural aos associados dos sindicatos. Somos, em conclusão, pelo Parlamento democrático.¹⁰⁹

O parecer não apenas expõe o posicionamento contrário dos ministros, como reafirma as críticas sobre a função deliberativa da representação das associações profissionais, e dispõe a representação como um modelo antidemocrático. Posicionamento, aliás, que recaía sobre o “Clube Três de Outubro”, principal idealizador do projeto. Mas, os ministros aceitavam a ideia de que a representação das associações profissionais poderia ter apenas caráter consultivo. Não era uma recusa completa ao sistema, mas apenas à sua função deliberativa que, por sua vez, era um dos pontos mais marcantes da proposta do clube. Segundo Alvaro Barreto,

sem recusar a participação dos grupos profissionais, repudiam que ela ocorra no parlamento e/ou tenha atributos deliberativos – como, aliás, verifica-se no contexto brasileiro. Baseados nas mesmas ponderações alguns podem advogar a representação com funções consultivas; outros, com funções deliberativas a serem exercidas fora do parlamento, seja porque não há parlamento, seja porque ele tem seus poderes esvaziados – e os arranjos específicos são os mais variados.¹¹⁰

Sendo assim, depois de prorrogada, caberia ao chefe do Governo Provisório a decisão final, não só para confirmar, a presença dos representantes das associações profissionais na Constituinte, mas

¹⁰⁹ VALVERDE, José Miranda. Relatório. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 18 fev. 1933, p. 3 apud BARRETO, op. cit., v. 1, p. 70.

¹¹⁰ BARRETO, op. cit., v. 2, p. 253.

também para regular a forma de escolha e disposição na Assembleia Constituinte. Mas Vargas, como de seu costume, ainda consultou aliados políticos: o interventor do Rio Grande do Sul – Flores da Cunha –, e outros políticos que se faziam ouvir pelos jornais, conforme expõe Ângela de Castro Gomes:

Numa carta a Getúlio Vargas, Flores da Cunha, interventor gaúcho, esclarece a posição da comissão diretora do Partido Republicano Liberal [...], embora o PRL aceite este “princípio”, não acredita que seja possível implantá-lo no Brasil, inclusive porque, até o momento, nenhum país do mundo conseguira chegar a uma fórmula adequada.¹¹¹

Além disso, Flores da Cunha comentou a respeito da decisão do TSJE: “mal andariam os revolucionários se começassem desrespeitando os arestos das autoridades por eles próprios instituídas.”¹¹² José Carlos de Macedo, líder da “Chapa Única por São Paulo Unido, e Olegário Maciel, interventor de Minas Gerais e líder do “Partido Progressista” políticos influentes, oriundos de estados-chave para a estabilidade do Governo Provisório, também eram contrários a representação das associações profissionais. É importante destacar que foram esses estado (SP, MG e RS) os principais articuladores do movimento revolucionário de 1932, levado a cabo por São Paulo e, anteriormente apoiado pelo Rio Grande do Sul e Minas.

Segundo Ângela de Castro Gomes, a posição desses políticos ao negar a representação das associações profissionais,

caminhava junto com a proposta de manutenção de um regime federativo, sem reduções significativas à autonomia dos estados e com representação política proporcional à sua população. Trata-se de uma questão que explicitava os interesses políticos das oligarquias regionais que se encontravam novamente no controle dos estados, dividindo-as quanto ao problema da maior ou menor autonomia dos

¹¹¹ GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: Id. (Org.). *Regionalismo ...*, p. 434.

¹¹² Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas em 5/3/1933 apud GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: Id. (Org.). *Regionalismo ...*, p. 434.

estados e da maior ou menor intervenção do Estado na vida econômica do país.¹¹³

Todavia, Vargas não recuou de manter a representação das associações profissionais na Assembleia Nacional Constituinte, em parte pressionado pela “ala amiga” que pleiteava “vivamente”, como declarou o Ministro da Justiça Antunes Maciel, a inovação institucional no parlamento com atribuições deliberativas. Por sua vez, o Governo, não cede às oligarquias, mantém a representação das associações profissionais, mas não adota a fórmula proposta pelo “Clube Três de Outubro”. O respaldo veio com a reunião ministerial em 1º de abril de 1933, cujos ministros, unanimemente, chancelaram a instituição da representação das associações profissionais.¹¹⁴

1.5.1 Critérios e Instruções para a Eleição dos Deputados Classistas

Os procedimentos que regulavam o número de representantes das associações profissionais e as eleições classistas foram apresentados em uma série de decretos antes e durante a instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Foi um total de cinco decretos. O primeiro (nº. 22.621) apenas definiu o número de quarenta cadeiras destinadas aos representantes das associações; os demais decretos definiram divisão dos representantes (empregados, empregadores, funcionários públicos e profissionais liberais) e o processo de escolha. Sendo o último de 14 de julho de 1933, a seis dias das eleições classistas.¹¹⁵

Segundo Barreto,

A necessidade de emitir quatro decretos para definir os procedimentos a serem adotados antes, durante e depois do pleito, mostra que o Governo Provisório enfrentou dificuldades para estabelecer ou esclarecer os critérios que regiam a escolha. Para alguns, é o indicio de um problema mais profundo: ele não possuía um projeto político suficientemente bem concebido para a representação de classes. Para outros, o Governo

¹¹³ GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: Id. (Org.). *Regionalismo ...*, p. 435.

¹¹⁴ Cf. GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: Id. (Org.). *Regionalismo ...*, p. 436 e 437.

¹¹⁵ Seguiram ao Decreto 22.621, os decretos 22.653 (20 de abril), 22.696 (11 de maio), 22.745 (24 de maio) e 22.940 (14 de julho).

simplesmente demorou a encontrar uma fórmula adequada para a escolha da nova bancada, independentemente de ter ou não um projeto preconcebido. Para um terceiro grupo, a demora deveu-se à busca não de uma fórmula qualquer, mas daquela que lhe permitisse controlar com razoável segurança essa eleição.¹¹⁶

A nosso ver, o Governo Provisório intencionava chegar a um modelo consistente e intermediário, sem contrariar os defensores da proposta e ao mesmo tempo sem parecer um modelo radical. Com respeito a esse projeto, o Ministro da Justiça – Antunes Maciel – escreveu a Vargas: “É uma fórmula, repito, de meio-termo, que deixará a desejar para os extremistas, porém significa uma leal satisfação do Governo, aos elementos esforçados que clamam pela representação de classes”.¹¹⁷ Além disso, permitia “controlar” as etapas afastando brechas dentro do seu próprio aparato técnico e jurídico, que estava relacionado à sindicalização promovida pelo Ministério do Trabalho.¹¹⁸

Através do Decreto 22.621 de 5 de abril de 1933, o Governo estabeleceu o número de vagas destinado à bancada dos classistas, ou seja 40 vagas para as associações profissionais, de acordo com o referido decreto: “quarenta eleitos - na forma e em datas que serão reguladas em decreto posterior - pelos sindicatos legalmente reconhecidos e pelas associações de profissões liberais e as de funcionários públicos existentes nos termos da lei civil.”¹¹⁹

Com o Decreto 22.653 de 20 de abril, definiu-se o caráter da representação e sua inserção na Constituinte, de acordo com este decreto: “tomarão parte na Assembléia Nacional Constituinte, com os mesmos direitos e regalias que competirem aos demais membros, 40 representantes de associações profissionais.”¹²⁰ Sendo assim, eram afastadas quaisquer dúvidas. A Assembleia Constituinte seria composta por representantes da sociedade e das associações profissionais, ambas

¹¹⁶ BARRETO, op. cit., v. 1, p. 99.

¹¹⁷ Resposta de Antunes Maciel a Getúlio Vargas em 4/4/1933 apud GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: Id. (Org.). *Regionalismo ...*, p. 436.

¹¹⁸ Cf. BARRETO, op. cit., v. 1, p. 101.

¹¹⁹ BRASIL. Governo Provisório. *Decreto 22.621*, 5 de abr. de 1933. Disponível na internet: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 27 maio de 1933.

¹²⁰ BRASIL. *Coleção das Leis de 1933. Ato do Governo Provisório (Decretos de Abril a Junho)*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1934, v. 2, p. 78; Cf. BARRETO, op. cit., v. 1, p. 74.

com poderes parlamentar e deliberativo¹²¹. No mesmo Decreto a bancada dos classistas foi dividida em duas classes: empregadores (20 cadeiras) e empregados (20 cadeiras). Os profissionais liberais foram incluídos na primeira, com 3 representantes, enquanto os funcionários públicos, na segunda, com 2 representantes.¹²²

O Decreto 22.745 de 24 de maio de 1933, ampliou o prazo de reconhecimento das entidades profissionais junto ao Ministério do Trabalho, finalizado em 20 de maio, e prorrogado para 15 de junho de 1933.

Sobre esse aspecto, vários autores têm utilizado esse dispositivo como argumento para expor a manipulação do pleito exercido pelo Governo, com o intuito de formar um colégio eleitoral de classistas que pudesse manipular e defender os interesses governamentais na Constituinte. Alvaro Barreto, ao analisar a questão aponta para uma perspectiva pouco explorada. Segundo este historiador, a prorrogação do prazo beneficiou mais os interesses patronais, os quais tiveram mais tempo para organizar e oficializar suas entidades profissionais, do que na criação de entidades proletárias de “carimbo”. De acordo com os dados apontados por Barreto, das 59 entidades de trabalhadores criadas entre 24 de maio e 15 de junho de 1933, período de prorrogação, 37 enviaram eleitores ao Distrito Federal. Por outro lado, as organizações patronais, que tinham 19 entidades até 20 de maio nesse mesmo ano, receberam mais 39 associações. Segundo afirma Barreto: “a medida alterou muito mais intensamente o panorama dos empregadores do que dos empregados, justamente aqueles [os empregadores] que mais tinham interesses distintos do Governo”.¹²³

¹²¹ Havia propostas diferentes, anteriores a Constituinte Nacional e durante esta, que variavam entre uma divisão na representatividade em câmaras separadas, ou ainda, na atribuição de poderes consultivos a representação das associações profissionais, integradas ou não a uma câmara única.

¹²² BRASIL. *Coleção das Leis de 1933. Atos do Governo Provisório (Decretos de Abril a Junho)*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1934, v. 2, p. 78.

¹²³ *Ibid.*, p. 128; Cf. *Ibid.*, pp. 116-118 e 128-130; ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento...*, p. 140.

Tabela I:**Relação de sindicatos e período de reconhecimento, entre 1931 e 15 de junho de 1933**

Período	Total de Empregados*	Total de Empregadores
1931	41	3
1932	121	4
1 ^o . Quadrimestre de 1933	85	1
Maio/15 jun, 1933	97	50
Total	344	58

Fonte: Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Rio de Janeiro (14-20), out. 1935 – abr. 1936; DIÁRIO OFICIAL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 24 jul., 25 jul., 29 jul., 03 ago. 1933, p. 14694-8, 14764-5, 15106, 15419-20 apud BARRETO, op. cit., v. 1, p. 124.

* Duas entidades não constam na relação: uma porque a data de reconhecimento está errada, outra porque há apenas a data de dissolução.

Ao analisar a Tabela acima, percebe-se que o reconhecimento dos sindicatos dos empregados manteve o ritmo de crescimento, mesmo quando não estava consagrando a representação das associações profissionais. Observa-se também que o reconhecimento dos sindicatos patronais foi o que apresentou maior índice de entidades reconhecidas no período compreendido entre maio e 15 de junho de 1933.¹²⁴

Alvaro Barreto também analisa e contrapõe-se ao uso do termo controle, que autores como Ângela de Castro Gomes e Ângela Araújo utilizam para expor a imposição do Governo Provisório de associações profissionais sob o seu domínio, e afastadas de lideranças mais autênticas e combativas, no processo de escolha dos representantes das associações profissionais.¹²⁵ De acordo com Barreto, o posicionamento político dos anarquistas, do PCB e dos trotskistas que recusavam, naquele momento, participar do pleito pois consideravam: “medida paliativa ou simplesmente manipulatória”.¹²⁶ Portanto,

o fato de essas correntes não estarem representadas na bancada classista eleita para a Constituinte, não indica a manipulação do pleito. Por outro lado, porque essas mesmas correntes podem não ter aceitado participar do pleito. Por outro, mesmo que tenham participado, elas podem não ter granjeado a vitória.¹²⁷

¹²⁴ Cf. BARRETO, op. cit., v. 1, p. 123-126.

¹²⁵ Cf. Ibid. 103-115.

¹²⁶ Cf. Ibid., p. 104.

¹²⁷ Ibid., p. 105.

Ainda, segundo Barreto, entre as razões que mostravam os deficientes resultados das correntes revolucionárias estava a vantagem do sindicalismo reformista ter oficializado suas entidades profissionais e por ser favorável as medidas implantadas pelo Governo Provisório como o atendimento às reivindicações históricas do operariado, bem como a fixação de direitos.¹²⁸

A composição por uma maioria reformista, no entanto, não significava o atendimento completo às determinações que vinham do Ministério do Trabalho e do Governo, o que poderia resultar até mesmo em posições completamente diferentes, como afirma Ana Lúcia Oliveira: “a adesão ao sindicalismo corporativo podia gerar um processo contraditório e conflituoso, onde estivessem presentes elementos de aceitação e resistência.”¹²⁹

Outro exemplo pode ser identificado na composição das chapas que disputaram o pleito classista dos trabalhadores. Havia duas, uma com nomes balizados pelo Governo, e outra de oposição. No resultado das eleições, tanto a chapa oficial como a de oposição tiveram representantes eleitos; além disso, havia nomes que estavam presentes nas duas. É importante frisar o seguinte: os que foram enquadrados na minoria proletária (por se manterem à margem da influência governamental e defenderem uma posição mais combativa e independente na Constituinte) a qual era composta por Acyr Medeiros, Vasco de Toledo, Waldemar Reikdal e João Vitaca, faziam parte da chapa oficial ou estavam em ambas.¹³⁰ (Ver Anexo I: a relação dos representantes dos empregados eleitos com as respectivas situações, oficial ou oposição.)

Através do Decreto 22.696 de 11 de maio de 1933, ficou explicitada a instrução sobre o pleito classista em dois níveis: no primeiro, eram eleitos os delegados-eleitores pelas organizações profissionais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho; no segundo, depois de divulgado o nome dos delegados-eleitores, estes eram encaminhados para o Distrito Federal onde participavam da eleição dos deputados classistas. Havia determinação de datas específicas para cada tipo de associação profissional, divididas na Constituinte Nacional em

¹²⁸ Cf. *Ibid.*, loc. Cit; ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento...*, p. 187.

¹²⁹ OLIVEIRA, Ana Lúcia Valença de Santa Cruz. *Sindicalismo corporativo no Brasil: o caso dos bancários do Rio de Janeiro*. Niterói, 1996. Doutorado (Tese em História). UFF, p. 27-8 apud BARRETO, op. cit., v.1, p. 112.

¹³⁰ BARRETO, op. cit., v. 1, pp.162 e 163; ARAUJO, Ângela. *A construção do consentimento...*, p. 268.

empregadores, empregados, funcionários públicos ou profissionais liberais, nos dias 20, 25, 30 de julho e 3 de agosto de 1933 respectivamente.¹³¹ (Ver Anexo II o número de eleitores que estavam aptos a participarem do pleito no Distrito Federal).

Eram critérios de elegibilidade para deputado classista: ser brasileiro nato, ter mais de 25 anos – sem distinção de sexo –, ser alfabetizado, estar na posse dos direitos civis e políticos, comprovar exercício da profissão há pelo menos dois anos e filiação à categoria profissional.

O processo de homologação das eleições possuía instâncias diferentes para cada tipo de representação. Para os representantes das associações profissionais cabia ao Ministério do Trabalho homologar os resultados, já para os representantes da sociedade ao Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. A regulamentação que determinava os critérios de elegibilidade também diferia. A exemplo da idade mínima na dos candidatos a deputado constituinte era de 21 para os deputados populares e de 25 para os deputados classistas.¹³²

A distribuição adotada para as próximas Legislaturas da Câmara Federal foi diferente, tendo como base os ramos da atividade econômica.¹³³ A forma de agrupamento dos deputados classistas dentro da Câmara demarcou a diferença entre o modelo adotado pelo Governo Provisório à Constituinte e o instituído pela Assembleia Nacional Constituinte, mantendo-se a distinção entre patrões e empregados, bem como as bases da eleição dos delegados-eleitores e as associações profissionais.

Como se pode notar, as eleições no primeiro nível ocorriam de forma direta: todo o associado poderia votar em um candidato. Já nas eleições realizadas no Distrito Federal, eram indiretas: o delegado-eleitor fazia uso de uma atribuição concedida por seus pares, a de eleger um deputado classista.

A Assembleia – que já possuía a dualidade de representação amparada pelos decretos 22.653/1933 e 22.696/1933 –, tinha a administração, bem como a eleição modelos diferentes para se eleger um deputado (modelos de representatividade e de elegibilidade diferentes compondo uma mesma Assembleia). O sistema de votação incluía a forma direta e indireta (na segunda instância do pleito

¹³¹ BRASIL. *Coleção de Leis de 1933. Atos do Governo Provisório (Decretos de Abril a Junho)*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1934, v. 2, p. 347 et. seq.

¹³² Cf. BARRETO, op. cit., v. 1, p. 118.

¹³³ Os setores da atividade econômica eram: transporte, indústria, comércio, agropecuária, profissionais liberais e funcionários públicos.

classista). Enquanto para os representantes da sociedade a administração e a apelação do pleito recaia sobre o TSJE, para o pleito dos representantes das associações profissionais, a administração cabia ao Ministério do Trabalho, para a apelação do resultado, porém, ficava a cargo do TSJE.¹³⁴

Segundo Álvaro Barreto, nas eleições indiretas para representantes das associações profissionais, não se estabeleciam candidaturas prévias, tudo deveria ocorrer nos escassos dias em que os delegados-eleitores chegavam ao Distrito Federal e no dia da eleição. Segundo o autor, criava-se com essa prática ampla potencialidade de candidatos, sendo esta particularidade

um dado importante sobre como o Governo Provisório procurou deixar em aberto a alocação de vagas, afinal, uma infinidade de pessoas poderia pleitear a eleição, bastando para isso que não estivesse contemplada em algumas das restrições. Essa “inflação” de candidatos potenciais dificultava sobremaneira que alguém conseguisse consolidar as chances de ser eleito, especialmente no caso dos empregados, face às diversidades do meio. Ao mesmo tempo, para viabilizar sua eleição, obrigava esse pretendente (e as forças por trás dele) a realizar costuras políticas em sua entidade, em sua cidade ou em seu estado, em sua categoria profissional, com o grupo ideológico ao qual estava mais próximo, como o(s) interventor(es) ou o próprio Governo.¹³⁵

As eleições estavam circunscritas apenas a um distrito eleitoral, coincidente com o território nacional, e não a um estado, de acordo com Barreto: “ao contrário dos representantes do povo, eleitos em base estadual, os classistas seriam nacionais, o que se pode considerar bastante razoável, afinal a fundamentação dessa representação era a vinculação a uma classe existente no país.”¹³⁶

O voto era secreto, em cédulas impressas, datilografadas ou mimeografadas, em lista aberta, com nomes que mais agradavam os delegados-eleitores, identificando na lista o nome de deputados titulares e suplentes (18 titulares e nove suplentes para os empregados).

¹³⁴ Cf. BARRETO, op. cit., v. 1, p. 102.

¹³⁵ Ibid., p. 119.

¹³⁶ Ibid., p. 120.

Segundo Barreto, a possibilidade de listas impressas indicava que muitas delas poderiam chegar já com os nomes definidos e poderiam ser endossadas pelo eleitor, ou até mesmo serem alteradas. Mas, ainda segundo o autor, o Governo Provisório estava estimulando a negociação entre os eleitores para definirem candidaturas de consenso, já que se tratava de um pleito tão aberto:

O Decreto 22.696 tornava clara essa disposição, ao trazer inovações que aparentemente objetivavam ajudar os delegados-eleitores no bom cumprimento do desafio de eleger os constituintes, mas que serviria, na verdade, como mecanismo de fortalecimento das negociações. O artigo 20 determinava que “mediante solicitação de cada grupo de eleitores de que tratam estas instruções, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá consentir realizem os interessados, em local indicado pelo mesmo Ministro, nesta Capital, uma reunião preparatória para a eleição de seus representantes. Nesta reunião servirá a mês escolhida pelos interessados”. Como delegados-eleitores deveriam chegar oito dias antes do pleito, é evidente que essas reuniões aconteceriam para definir chapas, aparar arestas e convencer os indecisos.¹³⁷

Portanto, se por um lado havia liberdade de escolha, de negociação; por outro, ficava claro que o Governo Provisório pretendia manter o controle da escolha de possíveis chapas e da eleição dos deputados das associações profissionais.

Barreto, inclusive, faz menção ao artigo 20 do referido Decreto, acima citado, que dá poder ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio para decidir o local, onde aconteceria a reunião extraoficial. O que nos permite inferir que uma reunião com esses propósitos, realizada sem sua autorização, poderia ser encarada como um ato subversivo, provocando um descontrole governamental.

Ou seja, a liberdade desses delegados de se reunirem era limitada. Assim podemos levantar duas deduções. Primeira, que o grupo de delegados-eleitores não era formado, em sua maior parte, por pessoas comprometidas com o Governo Provisório; o que não seria necessário, se as organizações sindicais e seus delegados-eleitores fossem definidos

¹³⁷ Ibid., p. 121.

pelo Governo. A segunda está relacionada diretamente ao grupo dos empregados, dos trabalhadores; isso significa a possibilidade de evitar manifestações contrárias ao Governo, principalmente de militantes operários presentes entre os delegados.

1.5.2 Reuniões e Estabelecimento de Candidaturas

A respeito das “reuniões prévias” dos trabalhadores, elas ocorreram e se deram em mais de um dia, o que poderia significar que um grande número dos delegados-eleitores daquele grupo já estivesse presente na capital. O jornal “República” republicou, na sua edição de 19 de julho de 1933, um noticiário do “Jornal do Brasil”, comentando sobre as reuniões realizadas pelos delegados-eleitores. As reuniões eram diárias, conforme o jornal, e estavam presentes delegados-eleitores do centro, norte e sul do país. Mas não deixava clara se essas reuniões diárias eram apenas dos empregados. Entretanto, levando-se em consideração ao contexto, acreditamos que sim, pois não há qualquer menção aos empregadores, profissionais liberais ou funcionários públicos. Por outro lado, o nome de alguns trabalhadores são mencionados: João Borges Falcão, Adalberto Camargo, Vasco de Toledo e Martins e Silva (os dois últimos eleitos, posteriormente, deputados classistas). O posicionamento do jornal é contrário à representação das associações profissionais¹³⁸, e criticava a forma como os trabalhadores decidem e determinavam as chapas, segundo o “Jornal do Brasil”:

Nessas reuniões, esses delegados desenvolveram uma intensa atividade política e fazem acordos e combinações, sistema Republica Velha, os quais dão em resultado as escolhas pelo sempre condenado critério regional.

A reunião de ontem, na sede da União dos Empregados em Hotéis e Restaurantes, à rua da Constituição 71, foi presidida pelo sr. João Borges Falcão, da delegação baiana, e secretariado pelos srs. Adalberto Camargo, Vasco Carvalho de Toledo e Martins e Silva, respectivamente de Pernambuco, Paraíba e Pará. Foram lidas e discutidas sugestões, a respeito, enviadas pela

¹³⁸ Cf. BARRETO, op. cit., v. 1, p. 71 e 91.

Paraíba Pará e Baía; foram discutidos diversos assuntos relativos ao norte.¹³⁹

Uma das formas de opor-se à representação das associações classistas era classificando-a como mais um instrumento político, neste caso caracterizado como “sistema Republica Velha”. Ou seja, os pontos mais sensíveis da representação das associações profissionais, que prezava pela ausência de interferências políticas e regionais, bem como pela negação de conflitos, culminava, segundo o “Jornal do Brasil”, com a manutenção da “atividade política” e do “critério regional.” O que nos leva a considerar que havia entre os trabalhadores a tomada de posicionamento político. Além disso demonstra que os trabalhadores procuravam alternativas para se chegar a um consenso, sem acirrar disputas eventuais entre grupos ideológicos diferentes ou dispersa-las através de ações isoladas.

Devemos, pois, considerar ainda que a representação das associações profissionais, apesar de preconizar o afastamento dos trabalhadores do envolvimento com a política e o conflito, acabava estimulando debates e estabelecimento de objetivos e interesses dos trabalhadores; sobretudo, quando isso significava a definição de direitos, principal objetivo das Constituintes.

A tática usada pelos trabalhadores na definição das vagas a serem ocupadas, utilizando como parâmetro a questão regional, poderia indicar o uso de uma “prática” conhecida e difundida, ou que possibilitasse maior equidade entre as regiões:

os delegados-eleitores presentes à assembléa de ontem foram unanimemente de opinião que, agindo de conformidade e harmonia de vistas com os seus companheiros dos demais Estados e Distrito Federal, seja a divisão feita em três partes iguais, que vem a ser seis deputados e três suplentes, respectivamente, para o norte, centro e sul.¹⁴⁰

A estratégia que acreditamos estar por trás dessa atitude, não visava costurar acordos regionais, mas a proporcionar coesão e evitar a divisão dos trabalhadores, conforme podemos deduzir neste trecho do “Jornal do Brasil”, na edição a pouco citada: “vários oradores se fizeram

¹³⁹ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 18 fev. 1933. In: REPUBLICA. Florianópolis, 19 jul. 1933, p. 1.

¹⁴⁰ Ibid., loc. cit.

ouvir, defendendo o princípio de coesão do proletariado nacional, tendo em mira a confraternidade e a união dos operários brasileiros, para, fortalecidos melhor pugnar pelas suas aspirações.”¹⁴¹

Apesar do “Jornal do Brasil” mencionar, inicialmente, que estavam presentes trabalhadores do Centro, Norte e Sul do país, termina o artigo reduzindo apenas aos delegados-eleitores do Norte. Porém, adiante o jornal faz referência à participação de um delegado-eleitor de Santa Catarina – região Sul do país – na reunião que objetivava a definição das vagas entre os estados, afirma o “Jornal do Brasil”:

Um delegado de Santa Catarina, que ali se achava como espectador, obtendo consentimento da casa para externar-se sobre o caso, declarou que o bloco do sul, formado de S. Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, se contentará com seis representantes, desde que haja acordo com os outros.¹⁴²

Quem era esse trabalhador catarinense? Não podemos afirmar com certeza, porém, ele fala em nome do bloco formado pelos estados do Sul (São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul), como ele se tornou representante desses estados? Também não possuímos fontes que elucidem essa informação, mas é preciso nos fixarmos ao número de vagas afirmadas durante essa reunião e apoiada pelo representante do Sul, para confrontarmos com as vagas assumidas pelos representantes dos demais estados. Assim, é possível inferir se houve ou não um acordo entre os trabalhadores, na distribuição de vagas entre as três regiões citadas.

Os representantes dos estados do Norte, durante a reunião, definiram o número de deputados provenientes de cada estado que formava esta região, ficando conforme a tabela abaixo:

¹⁴¹ Ibid., loc. cit.

¹⁴² Ibid., loc. cit.

Tabela II:
Proposta de distribuição de deputados classistas dos empregados da região Norte

Estados	Número de delegados	Deputados	Suplentes
Pará	22	1	1
Bahia	7	1	1
Sergipe	2	1	-
Ceará			
Maranhão	5	1	-
Piauí			
Rio Grande do Norte			
Paraíba	5	1	1
Alagoas			
Total	41	5	3

Fonte: O ESTADO. Florianópolis, 19 jul. 1933, p. 1.

Os candidatos já estavam sendo definidos, porém, num colégio eleitoral com mais de 300 delegados, o Norte não teria condições de eleger seus próprios candidatos com o número total de delegados-eleitores que possuía (41 delegados), sem antes entrar em acordo com os demais representantes dos outros estados. Assim, o presidente da reunião ficou incumbido, de acordo com o “Jornal do Brasil”: “entender-se antes do pleito com as delegações do centro e do sul.”¹⁴³

Outras reuniões ocorriam em locais diferentes do Distrito Federal onde se organizavam outras chapas. Provavelmente o trabalhador de Santa Catarina tivesse emitido a opinião de uma reunião anterior. E nem todas as reuniões possuíam o clima confraternizador, na assembleia que ocorreu na “União dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro”, houve “agitação” e os debates foram “acalorados.” Nessa mesma reunião o delegado-eleitor, Jonas Vieira de Machado, do Espírito Santo, pronunciou que sua delegação já fez a escolha do seu candidato: “sr. Gilberto Gabeira, delegado-eleitor e presidente da Federação dos Trabalhadores do Espírito Santo.”¹⁴⁴ Gilberto Gabeira foi, posteriormente, eleito deputado classista. Assim, as reuniões possuíam seu efeito prático: definir e chegar ao consenso sobre as candidaturas.

Portanto, havia a definição de candidaturas. Os trabalhadores tiveram, mesmo a poucos dias da eleição, a possibilidade de se

¹⁴³ Ibid., loc cit.

¹⁴⁴ Ibid., p. 2.

reunirem, estabelecerem negociações e forma como eles se distribuiriam dentro da Assembleia Constituinte.

1.5.3 Eleição dos Deputados Classistas dos Empregados

A eleição para deputados classistas dos empregados ocorreu no dia 20 de julho, no Palácio Tiradentes, das 16h30min às 2h40min do dia seguinte, entre a votação e a apuração do escrutínio. Compareceram 279 eleitores, tiveram 12 abstenções (4,25% do total), 2 votos em branco, somando-se, portanto, 268 votos úteis. O processo foi presidido pelo Ministro Salgado Filho e secretariado por dois delegados-eleitores. Foram eleitos 12 titulares e quatro suplentes. Restavam ainda 6 vagas de titulares e 5 de suplentes a serem preenchidas. Sendo assim, foram selecionados para disputar o segundo turno os 12 mais votados entre os titulares que não haviam obtido o número suficiente de votos no primeiro turno. Para suplentes foram selecionados os 10 mais votados.¹⁴⁵

O segundo escrutínio durou das 5h às 8h45, entre votação e apuração. Participaram 225 votantes, abstenção de 16,66% em relação ao primeiro turno, três votos em branco e três anulados, ou seja, 219 votos válidos.¹⁴⁶ Os deputados eleitos estão dispostos nos Quadros II e III:

Quadro II:			
Relação dos candidatos eleitos e número dos respectivos votos em primeiro turno			
<i>Titulares</i>			
Candidato	Entidade	Estado	Votos
Acyr Medeiros	Trab. Rurais Porciúncula	RJ	218
Antonio Ferreira Neto	Emp. Indústria Hoteleira	PE	210
Gilbert Gabeira	Emp. da Cia. Central Brasil de Força Elétrica	ES	197
Vasco de Toledo	Aux. do Comércio de João Pessoa	PB	191
Antonio Rodrigues de Souza	Estivadores de Salvador	BA	180
Waldemar Reikdal	Fundidores	PR	178
Luiz Martins e Silva	Trab. do Livro e do Jornal de Belém	PA	176

¹⁴⁵ BARRETO, op. cit., v. 1, p. 158.

¹⁴⁶ Ibid., p. 159.

Francisco Moura	Químicos	SP	175
Antonio Pennafort de Souza	Estivadores de São Francisco do Sul	SC	148
Sebastião Luiz de Oliveira	Soc. De Resist. dos Trab. em Trapiche e Café	DF	145
Ennio Sermenha Lepage	Comeciários de Santos	SP	137
João Miguel Vitaca	Gráficos de Pelotas	RS	137

Suplentes

Mario Bastos Manhães	Comerciários de Vitória	ES	151
Álvaro Soares Ventura	Estivadores de Florianópolis	SC	143
Floriano Pereira da Silva	Foguistas de Belém	PA	141
George Bolchevier	Não informado		136

Fonte: Delegados-eleitores dos Empregados. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 24 jul. 1933, p. 14694-8/ Ata da eleição dos deputados classistas (empregados), realizada em 20 jul. 1933, p 14582-3 apud BARRETO, op. cit., v. 1, p. 158.

Quadro III:

Relação dos candidatos eleitos e número dos respectivos votos em segundo turno

<i>Titulares</i>				
Candidato	Entidade	E st.	Escr.1	Escr.2
Alberto Surek ⁱ	Comerciários de Juiz de Fora	MG	127	163
Eugenio Monteiro de Barros ⁱ	Comerciários	DF	123	109
Antonio de Oliveira Sobrinho ⁱ	Não informado		106	?
Guilherme Plaster ⁱ	Metalúrgicos de Campinas	SP	105	125
Armando Avellonal Laydner ⁱ	Ferrovários da Sorocabana	SP	104	151
Edmar da Silva Carvalho ⁱ	Aux. do Comércio de Rio Grande	RS	100	104
Edwald da Silva Possolo ⁱ	Bancários	DF	94	144
Antonio Telles Martins	União dos Emp. em Hotéis, Restaurantes	DF	74	53
Armando de Almeida	Não informado		72	46
Viriato Abtonio Mendes	Trab. em Transportes Terrestres	DF	67	32
Cornélio José Fernandes Netto	Professores	DF	59	82
Alvarim Manguiera Marques	Emp. na Usina de Eletric. de Aracaju	SE	55	34

<i>Suplentes</i>				
Asterio Luiz dos Prazeres ¹	Marceneiros	BA	134	96
Francisco da Silva Duarte ¹	Carpinteiros de Porto Alegre	RS	134	86
Salvador Gulizia ¹	Barbeiros e Cabeleireiros	SP	131	128
Cyro Mendes ¹	Bancários de Fortaleza	CE	122	136
Armando de Almeida	Não informado		98	?
Francisco Carmo Villaça	Não informado		77	55
Olívio Capitulino de Barros	Soc. Aux. do Comércio de Maceió	AL	60	40
Raymundo Nonato da Costa Rosa ¹	Emp. Câmara, Culinários e Panific. Marít.	DF	54	128
Almerinda Farias Gama	Datilógrafos e Taquígrafos	DF	50	56
Sabatino José Cassini	Metalúrgicos	DF	43	53

i – Eleitos.

Fonte: Listagem dos delegados-eleitores representantes dos empregados. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 24 jul. 1933, p. 14694-8/ Ata da eleição dos deputados classistas (empregados), realizada em 20 jul. 1933. Idem. 22 jul. 1933, p. 14582-3 apud BARRETO, op. cit., v. 1, p. 159.

Cabe agora confrontar esta relação de deputados com os debates ocorridos antes das eleições, durante as reuniões prévias. Conforme as informações obtidas através do noticiário do “Jornal do Brasil”, ficou acordado, como expusemos na seção anterior (1.5.2) que a região Norte pleitearia 6 vagas na Assembleia Constituinte, e na reunião que houve essa definição, um representante de Santa Catarina, confirmou um acordo em que o Sul aceitaria também 6 vagas.¹⁴⁷

Álvaro Barreto analisa a participação de Francisco da Silva Duarte, do “Sindicato dos Carpinteiros de Porto Alegre” e presidente da “Federação Operária do Rio Grande do Sul”, nas definições dos candidatos a deputados classistas, sobretudo na tentativa de influenciar a delegação do Rio Grande do Sul. Segundo este autor, Francisco Duarte não foi homologado como delegado-eleitor, mas foi eleito como suplente (v. Quadro III). A sua não-homologação, veio em decorrência do tumulto que provocou ao tentar impor dois nomes aos eleitores gaúchos e, conforme Barreto, dois nomes foram sugerido, e dois foram

¹⁴⁷ Ficariam as 18 vagas para deputados titulares divididas entre três regiões, Norte, Centro e Sul, este último composto por São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

eleitos. Essa seria a cota do Rio Grande do Sul na Constituinte.¹⁴⁸ O jornal também faz referência e especifica quais eram as cotas entre os estados que compunham o bloco do Norte.

Conforme publicação no jornal acima descrito, se considerarmos a divisão dos membros da reunião da região Norte, na reunião, observa-se que couberam esta região 5 vagas (v. Tabela II). Ao identificarmos os seus representantes, nos Quadros II e III, vemos que esse número é reduzido a uma vaga. Conforme o representante catarinense, o Sul pleiteou seis vagas. De acordo com o número de eleitos provenientes daquela região, notamos que o número de vagas obtido são oito, isto é, duas a mais. O Rio Grande do Sul, como expôs Barreto, teve duas vagas. Os demais estados que compunham a região Central tiveram ao todo 6 vagas, incluindo o Distrito Federal.¹⁴⁹ Portando, a região Sul incrementou duas vagas.

No entanto, essa correlação de vagas por região é muito mais complexa, principalmente se consideramos que houve intervenção do Governo, no pleito, ou de pessoas ligadas a este. Mas a noção de manipulação não é igualmente suficiente para dizer que todos os deputados classistas dos empregados eram integrantes de uma chapa oficial. Nem é possível afirmar que a chapa oposicionista não tenha obtido êxito: “não é seguro enfatizar que tenha surgido no pleito uma

¹⁴⁸ Cf. BARRETO, op. cit., v. 1, p. 160; Com respeito a não homologação de Francisco Duarte, poderia ter sido ocasionada, segundo Barreto por uma nota de repúdio do sindicato que ele representava poderia estar entre as motivações que o excluíram do processo, porém houve ainda a tentativa de Duarte de influenciar a escolha dos candidatos, impondo dois nomes: “Os dados indicam que ele tentou impor aos eleitores gaúchos os nomes do engenheiro Gabriel Pedro Moacyr e do funcionário do Banco do Brasil, Ewaldo Possolo (eleito), ambos repudiados pelo delegados de Pelotas, Rio Grande e Parte dos de Porto Alegre, o que originou um tumulto entre os delegados.” *Ibid.*, p. 151.

¹⁴⁹ A forma de distribuição regional varia entre os autores, Ângela de Castro Gomes inclui o Espírito Santo como parte do “Bloco do Norte”, uma noção mais política do que uma divisão geográfica, o mesmo o faz Álvaro Barreto. Nós optamos por analisar essa questão, levando-se em conta as considerações e a divisão que foi exposta pelo “Jornal do Brasil”, durante a reunião dos trabalhadores da região Norte, e pelo agrupamento proposto da região Sul. Se adotássemos a concepção de distribuição pelos estados que integravam o “Bloco”, incluindo assim o Espírito Santo, o número de deputados alcançaria a proposta aventada pelos “delegados” da região Norte, 5 vagas. Por sua vez, Ângela de Castro Gomes identifica 6 deputados provenientes dos estados que compunham o “Bloco”, com a inclusão de mais um deputado capixaba, isto porque considera o deputado Mario Bastos Manhães, que ocupou a vaga de Ennio Sermenha Lepage, porque este não tinha idade mínima de 25 anos e sim 23 incompletos. Seu diploma foi cassado pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em agosto de 1933. Cf. GOMES, Ângela de Castro. *Regionalismo e centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, pp. 471 e 474; BARRETO, op. cit., v. 1, pp. 159-162 e 165.

proposta de cunho marcadamente oposicionista, enquanto a chapa governista incluía tão-somente elementos ‘cordatos’.¹⁵⁰

Ao final dos recursos interpostos no Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Eninio Lepage, um jovem deputado de 23 anos, teve seu diploma cassado por não ter a idade mínima exigida por lei para ocupar o cargo, ou seja, 25 anos de idade. Sendo assim, foi substituído pelo primeiro suplente, Mario Bastos Manhães, motivando a primeira alteração de deputados que assumiram a Constituinte em 15 de novembro de 1933.

1.6 A Participação dos Representantes das Associações Profissionais dos Empregados

As ponderações por parte dos trabalhadores sobre a representação das associações profissionais vieram em grande parte ou em sua totalidade, após o estabelecimento desta na Constituinte. Os trabalhos que exploram essa temática procuram destacar o papel do Governo Provisório e principalmente do “Clube Três de Outubro”, na instituição da representação das associações profissionais, explorando pouco o a participação dos trabalhadores nesse processo, incluindo as eleições (com exceção para Alvaro Barreto, que procura analisar todos os posicionamentos possíveis, classificando-os, geralmente, de “ministerialistas”, “amarelos” ou “pelegos”), apontando, assim, para uma direção quase pejorativa.

Obviamente não há como negar que o “Clube Três de Outubro” foi um dos mais ardorosos defensores, porém o que procuramos desenvolver até este momento é a associação entre os trabalhadores e a representação das associações profissionais, tanto em seu processo de instituição como da participação na Constituinte, tendo-a como uma janela na qual podemos vislumbrar a relação entre o projeto corporativista e a organização dos trabalhadores. A participação no parlamento nos permite analisar o processo de construção da cidadania e a articulação entre experiências, ideais históricos dos trabalhadores e atividade política.

Com respeito à participação dos trabalhadores na Constituinte, as referências são mais substanciais, porém, se prendem ao caráter

¹⁵⁰ BARRETO, op. cit., v. 1, p. 163; Todos os deputados que apresentaram durante a Constituinte uma posição marcadamente crítica ao Governo e que compunham a “minoría proletária” (Medeiros, Vitaca, Reikdal e Toledo) estavam na “chapa oficial”, sendo que dois também estavam presentes na “chapa oposicionista”, Reikdal e Medeiros. Cf. *Ibid.*, pp.162 e 163.

ideológico com que estavam envolvidos alguns dos deputados classistas. A referência mais clara é a “minoría proletária”, o restante da bancada é posto à margem por não representar os “ideais revolucionários” do movimento operário.

Discussões que envolviam a constitucionalização da representação das associações profissionais e os parâmetros da organização sindical tiveram a articulação e o envolvimento do conjunto dos representantes classistas dos empregados, nas várias etapas que seguiram à elaboração da Constituição, um percurso longo e conflituoso.

Em princípio, o “Anteprojecto de Constituição”, elaborado pela Subcomissão do Itamarati, deveria ser discutido e redefinido pela Comissão dos 26, subdividida por temas correspondentes ao texto constitucional. Cada subdivisão deveria elaborar um texto alternativo onde fossem incorporadas as emendas consideradas pertinentes aos relatores, ou seja, criava-se dentro das próprias subcomissões um espaço de disputas. Os textos finais de cada subcomissão deveria dar origem ao substitutivo. Porém, ao que parece, o trabalho dessas subcomissões estava desarticulado, o que criou uma série de contradições entre as seções do projeto e levou a Comissão Constitucional a adotar uma nova estratégia.¹⁵¹

Sendo assim, criou-se uma Comissão Revisora, formada pela diretoria da Comissão dos 26 mais os relatores de cada tema, com a função de “sistematizar” as partes do substitutivo, agora sem divergências. Concluída essa etapa, o texto foi enviado novamente para a Comissão dos 26, para novas emendas. Nessa etapa, as emendas com maioria de subscrição (mais de 13) eram incorporadas ao texto e enviadas ao plenário.¹⁵²

Novamente, esse substitutivo foi submetido à apreciação da Comissão dos 26, subdividida em oito subcomissões, encarregadas de “sistematizar” as propostas e produzir um novo substitutivo. Segundo Barreto, as subcomissões tomavam como base de seus textos as “emendas de coordenação” que tinham por trás um grande número de assinaturas e que reuniam as grandes bancadas. Cada relatório era enviado ao plenário para ser submetido à votação.¹⁵³

Ainda no início de julho de 1934, a elaboração do texto constitucional foi submetida a uma nova comissão. O documento tinha a

¹⁵¹ Cf. *Ibid.*, p. 182; A Comissão dos 26 era formada por representantes dos estados e por representantes classistas, e eram responsáveis por analisar as emendas e elaborar o projeto de constituição.

¹⁵² Cf. *Ibid.*, loc. cit.

¹⁵³ Cf. *Ibid.*, p.183.

finalidade de corrigir contradições, incoerências e preceder à redação final formando o substitutivo 1B que, após publicado, passou a receber emendas, que foram votadas diretamente no plenário.”¹⁵⁴ Dessa forma, podemos perceber que há um choque de projetos políticos, o que levava a elaborar e reelaborar várias vezes o texto substitutivo.

Conforme dito inicialmente, a representação das associações profissionais poderia ou não ser instituída pela Assembleia Nacional Constituinte para as legislaturas posteriores. A Constituinte suscitou, ainda, outra problemática fundamental: o processo de sindicalização que, como destacamos, era um ponto essencial para as eleições classistas e trazia à tona o debate entre autonomia sindical versus controle estatal, pluralidade ou unicidade sindical. Esses temas também sofreram transformações cada vez que eram submetidos a uma nova composição de comissão.

Nas idas e vindas do substitutivo, os representantes dos empregados estiveram envolvidos em várias matérias das mais diferentes temáticas; contudo, nos fixaremos em duas delas: a representação das associações profissionais e a organização sindical. Quanto à representação das associações profissionais, é preciso destacar que havia duas posições: a de se manter o texto do “Anteprojeto”, sem representação; e a de incluí-la na Constituição. Com respeito ao primeiro grupo, havia a possibilidade de a proposta partiu de uma representação profissional (técnica) consultiva. Ou seja, a incompatibilidade estava com a proposta de uma representação parlamentar das associações profissionais, sobretudo com poderes deliberativos.¹⁵⁵

Porém, a maioria das emendas sobre o tema (13 ao todo) era favorável à representação das associações profissionais com funções iguais aos representantes da sociedade. Todos os representantes dos empregados apresentaram emenda ou subscreveram outras a favor.¹⁵⁶ Mesmo os empregadores, em sua maioria, aceitavam a ideia. Os que se posicionaram contra foram: Horácio Lafer, Pacheco e Silva, Roberto Simonsen e Alexandre Siciliano, que acatavam o programa da “Chapa Única por São Paulo Unido”, o que contrariava a representação das associações profissionais.

O relatório apresentado pela Comissão Revisora incorporava a representação parlamentar das associações profissionais, indicando a

¹⁵⁴ Ibid., p. 184.

¹⁵⁵ Cf. Ibid., p. 184 e 185.

¹⁵⁶ Cf. Ibid., p. 186.

aceitação na Constituição. A sua inclusão suscitou uma série de críticas. Uma delas era de que os classistas presentes na Constituinte tinham sido “constituídos” por Vargas e estavam envolvidos em negociações políticas, como a tentativa de eleição presidencial, que deveria ocorrer apenas no final dos trabalhos constitucionais e que redundavam em “favores futuros”.¹⁵⁷ Tais declarações partiam de Raul Fernandes, do “Partido Radical” do Rio de Janeiro, expostas através do jornal “Correio da Manhã”, provocando reações e reposta no plenário da Assembleia Constituinte.

Entre os que se manifestaram estavam os representantes classistas dos empregados, principais acusados de barganha política e que tinham sua representatividade contestada. Vasco de Toledo caracterizava a atitude de Fernandes como uma “fobia” da representação das associações profissionais, nas palavras de Toledo: “Faço um apelo no sentido de que, de uma vez para sempre, desapareça essa campanha, surda ou declarada, contra a representação de classes, desde que os classistas, aqui dentro têm direitos iguais aos dos outros, direitos dos quais, em absoluto, não abdicam.”¹⁵⁸

Martins e Silva, também representante dos empregados, procurou afirmar a importância da representação das associações profissionais e desvinculá-la da interferência governamental:

A representação profissional na Constituinte, muito embora injustificada como elemento de insubordinação ao pensamento do governo provisório, tem agido com absoluta e rigorosa independência, ouvidos fechados às questões políticas, para se orientar exclusivamente na imparcialidade como vem julgando os assuntos de interesses puramente coletivos e nacionais.¹⁵⁹

A participação dos trabalhadores na Constituinte era vista como a mais suscetível de cooptação e interferência do Governo nas suas atividades, e foi repetido por autores que trataram do tema. Ângela de Castro Gomes afirma que era na bancada dos empregados que, segundo a historiadora, “inequivocamente o governo exercia o controle” e

¹⁵⁷ Cf. *Ibid.*, p. 191. As eleições para presidente da República foi indireta, e ocorreu em 17 de julho de 1934.

¹⁵⁸ TOLEDO, Vasco de. *Anais...*, v. 8, 26 fev. 1934, p. 467 apud BARRETO, op. cit., v. 1, p. 192.

¹⁵⁹ MARTINS E SILVA, Luis. *Anais...*, v. 12, 23 mar. 1934, p. 462-3 apud BARRETO, op. cit., v. 1, p. 192.

classifica a representação das associações profissionais como um “instrumento” para neutralizar as grandes bancadas.¹⁶⁰

Outra crítica ao sistema de representação das associações profissionais passava pela atividade parlamentar dos deputados classistas, considerados inaptos nas atividades do legislativo, pois não possuíam formação intelectual, não sabiam proferir discursos, redigir projetos, nem se comportar em plenário, se expressar ou tratar os demais deputados.¹⁶¹

Contudo, em grande parte, essa característica de apresentar uma postura rústica e limitada era destacada pelos próprios deputados. A nosso ver, muito mais como uma atitude ou estratégia de retórica para destacar a experiência que possuíam. João Vitaca afirmou: “[esta] tribuna que já hospedou os maiores talentos e expoentes da erudição brasileira, pudésemos um dia, nós os trabalhadores, erguer a nossa voz, na sua simplicidade, mas no desejo de bem servir à nossa causa.”¹⁶²

A legislação social era a temática que mais movimentou a participação dos representantes dos empregados, “praticamente todos os discursos e emendas dos deputados giraram em torno da questão social”, afirma Ângela de Castro Gomes. E é neste ponto que nos parece haver algumas contradições entre as afirmações de controle, por parte da bibliografia e da atividade dos representantes classistas dos empregados, não esclarecendo em que sentido “governistas” e “minoría proletária” divergiam.

As mesmas referências que afirmam um distanciamento entre aquelas duas frações da bancada dos empregados apontam para a união desta pela garantia dos direitos conquistados: “De forma geral, todos os elementos da bancada lutam pela regulamentação e consolidação da legislação social, procurando garantir na Constituição todos os direitos já consagrados por leis anteriores, bem como assegurar seu cumprimento por parte dos patrões.”¹⁶³ Da mesma forma, na ampliação de direitos, onde estava incluído a declaração de greve, em que mesmo aqueles que adotam uma posição “governista” subscrevem a sua incorporação na Constituição. Cabe destacar que direito de greve era uma contradição ao corporativismo, que tinha a colaboração de classes

¹⁶⁰ Cf. GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: Id. (Org.). *Regionalismo ...*, p. 474, 482 e 485; ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento...*, p. 268-272.

¹⁶¹ Cf. BARRETO, op. cit., v. 1, p. 193.

¹⁶² Cf. *Ibid.*, p. 194.

¹⁶³ GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: Id. (Org.). *Regionalismo ...*, p. 475.

como um dos seus princípios fundamentais, sendo este direito combatido pelo Governo Provisório. Portanto a greve era diretamente contrária aos interesses do Governo. Todavia, a maioria dos representantes dos trabalhadores era a favor dessa medida, e não apenas a “minoria proletária”, 14 dos dezoito representantes subscreveram a emenda que garantia tal direito.¹⁶⁴

A autonomia sindical, que também contrária aos interesses do projeto governista, foi chancelada pela bancada dos empregados e efetivamente incluída na Constituição. A autonomia dos sindicatos era um dos pontos mais caros ao movimento sindical denominado de “combativo”, mas não só, a Igreja e mesmo os empregadores, também visavam afastar a interferência estatal sob as associações profissionais.

Portanto, qual era a distinção entre a maioria e a minoria proletária na Constituinte, já que questões chaves da organização dos trabalhadores estavam unidas? Ao que nos parece, a distinção era político-ideológica, a “minoria proletária” se posicionava com tendências socialistas. Contudo, isto não significa que representassem uma coalizão de esquerda.

De forma geral, havia articulação entre os representantes dos empregados e apoio mútuo em emendas apresentadas, mesmo quando propostas por deputados classistas ligados ao “Clube Três de Outubro” e ao Governo. Como exemplo podemos citar a emenda de Abelardo Marinho de Albuquerque de Andrada – classista dos profissionais liberais – o qual propôs a obrigatoriedade de sindicalização às pessoas maiores de 18 anos. Destaca-se também a abrangência municipal do sindicato e impedimento de associações profissionais mistas (agrupa trabalhadores de qualquer setor profissional), propostas vinculadas ao anteprojeto de sindicalização do “Clube Três de Outubro” e que através de emendas foi co-assinada por mais 30 deputados, entre eles os classistas dos empregados: Alberto Surek, Monteiro de Barros, Mário Manhães, Antnio Rodrigues de Souza, Pennafort, Reikdal, Toledo e Vitaca, lembrando que os três últimos compunham a “minoria proletária.”¹⁶⁵

Com relação à autonomia sindical, aparecem as emendas, nº. 877 assinada pelos representantes dos empregados Laydner, Toledo,

¹⁶⁴ Estamos nos referindo a emenda 266 de autoria de João Miguel Vitaca e subscrita por Francisco de Moura, Guilherme Plaster, Waldemar Reikdal, Gilbert Gabeira, Alberto Surek, Sebastião de Oliveira, Mario Manhães, Antonio Rodrigues de Souza, Ferreira Neto, Antonio Pennafort, Vasco de Toledo, Martins Silva e Armando A. Laydner. Cf. BRASIL. *Annaes da Assembléa...*, 30 nov. 1933, p. 189.

¹⁶⁵ Cf. BARRETO, op. cit., v. 1, p. 225.

Reikdal, Vitaca, Ferreira Neto, e a 1.139, assinadas por Vasco de Toledo, Vitaca, Rodrigues de Souza, Gabeira, Pennafort, Surek e Laydner.¹⁶⁶ Esta última ainda previa a unicidade sindical, que não foi acatada no texto final da Constituição, prevalecendo a pluralidade. A unicidade era defendida pelo Governo provisório, e igualmente pelos representantes da “minoría proletária”, entre os proponentes da emenda anterior, e também pelo PCB. Vitaca afirmava ao defender a unicidade sindical:

Não podemos admitir a pluralidade sindical senão como simples propósito de dividir os trabalhadores para que o patronato possa mais livremente explora-lo e oprimi-lo. A unicidade sindical é necessária não só para defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores de uma determinada profissão ou ramo da indústria, mas ainda para o exercício dos direitos políticos de representação profissional que acabam de ser assegurados pela Assembléia Nacional Constituinte.¹⁶⁷

O contexto e as posições de classistas seja pelas suas influências de esquerda ou governamental se entrecruzam, não representam uma oposição a qualquer medida que partisse do lado contrário.

A participação dos trabalhadores na Constituinte, mais que expor a submissão de suas associações, expõe o processo de negociação, estratégias, escolhas que possibilitassem a inserção de direitos trabalhistas. Além disso, diferente do que ocorreu na Primeira República, os trabalhadores participavam do processo legislativo relacionado à defesa e à luta de suas reivindicações. Luta que não se limitava, apenas, ao parlamento, mas absorvera este espaço e a representação das associações profissionais como extensões de suas instituições habituais: o sindicato e as associações de auxílio mútuo.

¹⁶⁶ Cf. *Ibid.*, loc. cit., e 225 e 226.

¹⁶⁷ VITACA. *Anais...*, v. 22, p. 92-3 apud BARRETO, op. cit., v. 1, p. 227.

Capítulo 2: A Experiência dos Trabalhadores Catarinenses como Representantes Classistas na Assembleia Nacional Constituinte

2.1 Apresentação

Neste capítulo exporemos o debate e o contexto no qual ocorreram as eleições para a representação das associações profissionais, em Santa Catarina, com a mobilização e participação de lideranças dos trabalhadores, do movimento operário e suas instituições. Momento esse marcado por movimentos grevistas e pelo processo de sindicalização, seguido pelas eleições para a representação das associações profissionais, realizadas em dois níveis: para delegados-eleitores e para deputados classistas. Por fim abordaremos a participação dos dois trabalhadores catarinenses que foram eleitos como representantes das associações profissionais dos empregados, Antonio Pennafort de Souza e Álvaro Soares Ventura.

2.2 A Representação das Associações Profissionais no Contexto Político de Santa Catarina

2.2.1 Os sindicatos como “órgão legislativo”

No ato que deu início ao processo de sindicalização em Santa Catarina, realizado na cidade de Joinville¹⁶⁸, o representante do Ministério do Trabalho, Agripino Nazareth¹⁶⁹, destacou que a função

¹⁶⁸ Anteriormente havia sido criado um “Sindicato de Ofícios Vários” em Mafra, região Norte do estado. Cf. A NOTICIA. Joinville, 17 nov 1931, p. 6.

¹⁶⁹ Agripino Nazareth – identificado como patrono do Departamento Nacional do Trabalho e “chefe” da delegação que estabelecia os sindicatos segundo os parâmetros do Decreto 19770/1931, Lei de Sindicalização. Foi advogado e jornalista, nos anos 1910 e 1920, envolveu-se em revoltas e na Bahia e no Rio de Janeiro. Participara como liderança no Distrito Federal, na Revolta dos Sargentos, entre 1915-16, e em 1918, da insurreição anarquista ao lado de José Oiticica, Manuel Campos, Astrojildo Pereira, Carlos Dias, Álvaro Palmeira, José Elias da Silva, João da Costa Pimenta. O representante especial do Ministério do Trabalho, conhecido como militante (“socialista confesso”) participou da formação do Partido Socialista Brasileiro juntamente com outros que integrou-se o Ministério do Trabalho, como Evaristo de Moraes e Francisco Alexandre. No Ministério do Trabalho foi um dos que participaram da redação do decreto 19770. Cf. GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas, 1999; São Paulo: Vértice, 1988, p. 167; BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. *Aspectos institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930*. Porto Alegre, 2001. Tese (Doutorado

dos sindicatos era tornarem-se um órgão representativo que, em colaboração com o Governo, deliberasse com o Legislativo, nas palavras do próprio A. Nazareth: “Sem qualquer ideologia os sindicatos serão um órgão de colaboração com o governo, um órgão legislativo, a quem aquelle apresentará os seus ante-projectos quer operários quer patronaes.”¹⁷⁰

Esse “órgão legislativo”, denominação dada por Nazareth, seria consultivo, como fora idealizado por diversas corrente ideológicas antes e durante a Constituinte. Por outro lado, temos aqui uma proposta de um representante do Ministério do Trabalho para o estabelecimento desse tipo de câmara consultiva ou técnica. Havia, portanto, um projeto anterior à constitucionalização para se instituir a representação das associações profissionais e, que possivelmente o esforço do Ministério do Trabalho em organizar associações sindicalizadas caminhasse nesse sentido, o estabelecimento da base para uma eleição classista. Segundo Alvaro Barreto, o chefe do Governo Provisório foi um dos primeiros a aventar tal modificação no Direito Constitucional Brasileiro em um banquete oferecido às Classes Armadas, em janeiro de 1931, quando fazia menos de dois meses que assumiu o poder,

incluiu-a no programa de mudanças na estrutura política brasileira que a “revolução” pretendia realizar: “modifica o regime representativo, com a aplicação de leis eleitorais previdentes, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo, ainda, a representação por classes em vez do velho sistema

em História). PUCRS, p. 33; SÜSSEKIND, Arnaldo. *A CLT novembro de 1943*. [jun. 2002]. Entrevistador: Magda Barros Biavaschi. Rio de Janeiro, 2002. Entrevista concedida para tese de doutoramento no Instituto de Economia da UNICAMP. (transcrição). Disponível em: < <http://iframe.trt4.jus.br/portalltr/htm/memorial/MENU/DEPOIMENTOS/Entrevista%20com%20Arnaldo%20Sussekind%20-%2027%20de%20junho%20de%202002.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2008; BIAVASCHI, Magda Barros. *O direito do trabalho no Brasil – 1030/1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. Campinas, SP, 2005. Tese (doutorado em Economia). UNICAMP, pp. 75, 129, 176 e 181. Disponível em: < <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000385083>>. Acesso em: 16 ago. 2008; FEDERAÇÃO ANARQUISTA GAÚCHA. Histórias classistas do anarquismo no Brasil e RGS. *A-Infos*. maio 2006. Disponível em: < <http://www.ainfos.ca/06/may/ainfos00323.html>>. Acesso em: 16 ago. 2008; BENTO, Cláudio Moreira. As revoltas pró-República Parlamentar 1915/16 (Ou “Revoltas de Sargentos”). *RESENET*. 2001. Disponível em: < <http://www.resenet.com.br/revoltasrepub.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2008; BATISTA, Carlos José Baqueiro. *Ensaio sobre o movimento operário na Bahia na República Velha*. jul. 1996. Disponível em: <<http://www.geocities.com/appl-bahia/bahia.html>>. Acesso em: 16 ago. 2008; Castellucci, Aldrin A. S. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira Republica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n°. 50, pp. 147-149, et. seq.

¹⁷⁰ Cf. A NOTICIA. Joinville, 17 nov. 1931, p 3.

da representação individual, tão falho como expressão da vontade popular.”¹⁷¹

Em outra oportunidade, na instalação da subcomissão responsável pela revisão eleitoral, em maio de 1931, Vargas afirmou:

o momento é propício à execução de vasta reforma na ordem jurídica e, portanto, social, dados os poderes extraordinários do Governo e a liberdade de ação que ele vos outorga [...] sem as longas alterações dos Congressos, sem as exigências da política e o facciosismo dos partidos.¹⁷²

O que podemos distinguir é que o projeto de instituir a representação das associações profissionais estava tão presente, em 1931 quanto em 1932 e 1933, quando foram constituídas as comissões do “Código Eleitoral”, a comissão do pré-projeto de Constituição ou os decretos que regulamentavam as eleições e o papel que os representantes classistas tiveram na Constituinte. Que forma assumiria a representação das associações profissionais não estava claro. Sabemos das críticas que tanto Vargas quanto seu alto escalão tinha contra o sistema liberal-democrático e a defesa da formação de uma Câmara corporativa, semelhante às experiências internacionais em Portugal e na Itália, como transparece no trecho do seu discurso às classes armadas. Essas mesmas críticas aparecem também no discurso de Agripino Nazareth.¹⁷³

Alguns pontos do discurso de Agripino Nazareth sobre uma eventual representação das associações profissionais se aproximavam do sistema adotado em 1933, para a Constituinte, os pontos são: a eleição de seus representantes através das associações profissionais (reconhecidas pelo ministério do Trabalho), organizadas de acordo com o Decreto 19.770/1931¹⁷⁴, meta iniciada em Santa Catarina sob sua responsabilidade de Agripino Nazareth; outro ponto era a divisão por classes, operários e patrões – distinguidos posteriormente como empregados e empregadores.

Tais pontos vão ao encontro da tese defendida por Álvaro Barreto de que a representação das associações profissionais contém

¹⁷¹ BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. *Aspectos institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930*. Porto Alegre, 2001. Tese (Doutorado em História). PUCRS. 2v, p. 77. (grifos do autor)

¹⁷² *Ibid.*, loc. cit.

¹⁷³ *Ibid.*, pp. 34-36.

¹⁷⁴ A regulamentação das associações profissionais de 19 de março de 1931.

historicidade própria, elaborada e reelaborada ao longo do Governo Provisório e, após este, influenciada pelo contexto e pelos debates na constitucionalização desse tipo de representação.¹⁷⁵ Na definição de Agripino Nazareth é uma representação de colaboração consultiva, e não deliberativa como o foi na Constituinte Nacional, na Câmara Federal e nas Assembleias Legislativas.

2.2.2 A representação operária no Conselho Consultivo de Santa Catarina

Ainda em 1931, o interventor de Santa Catarina, o Gen. Ptolomeu de Assis Brasil, havia considerado a participação de trabalhadores nas atividades do Conselho Consultivo Estadual, instituído pelo Decreto Federal 20.348/1931¹⁷⁶. Segundo ele, deveriam compor o Conselho Consultivo Estadual cinco ou mais cidadãos brasileiros de “reputação ilibada” que morassem próximo ou na capital do estado. Não havia referência à instrução, renda, ou qualquer outra atribuição. A decisão partiria do próprio interventor.

Naquele momento, novembro de 1931, foi encaminhado à “Liga Operária e Beneficente de Florianópolis” (uma das mais antigas associações de auxílio mútuo, criada em 1891) o pedido para que indicassem dois “representantes do operariado.”¹⁷⁷ A “Liga Operária” recorreu à “União Beneficente e Recreativa Operária”¹⁷⁸ (associação de auxílio mútuo, também de Florianópolis, criada em 1922), para que as duas, em conjunto, apontassem os representantes. A escolha da “Liga Operária” recaiu sobre José Boiteux, juiz de direito e desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. O motivo da escolha não foi esclarecido pela associação, mas, cabe salientar que esse magistrado, anteriormente, mantinha contato com os trabalhadores, em Florianópolis, sobretudo proferindo palestras sobre a educação moral e profissional do

¹⁷⁵ Cf. BARRETO, op. cit., pp. 11-14.

¹⁷⁶ O Conselho Consultivo fazia parte do Decreto nº 20.348 de 29 de agosto de 1931, conhecido como “Código dos Interventores”, era uma espécie de assembléia que deveria fiscalizar e prestar assistência ao interventor nas suas decisões, além disso, o Decreto organizava e regulava a administração pública, receita e tributação dos estados. Aqui analisaremos apenas o que pese aos Conselhos estaduais, pois havia a possibilidade de conselhos municipais conforme o Decreto supracitado e a composição dos seus membros.

¹⁷⁷ O ESTADO. Florianópolis, 12 nov. 1931, p. 6.

¹⁷⁸ Tratadas a partir daqui como “Liga Operária” e “União Operária.”

operariado, bem como no combate ao alcoolismo.¹⁷⁹ Por sua vez, a “União Operária” sugeriu uma consulta aos trabalhadores para indicação, já que os operários, em sua maioria, não se filiara a nenhuma das associações.¹⁸⁰

A representação do operariado não integrou o Conselho Consultivo por duas razões: primeira, o representante da “Liga Operária”, José Boiteux, era funcionário do estado e, portanto, incompatível para ocupar o cargo, conforme o Decreto que instituiu os Conselhos Consultivos¹⁸¹; segunda, a “União Operária” pediu a extensão do prazo para a indicação do representante dos trabalhadores, de acordo com a intenção das associações citadas, através da convocação dos trabalhadores, de acordo com a proposta da “União Operária”: “uma reunião da classe onde seriam escolhidos os seus legítimos ‘leaders’”. Mas em se tratando de um Decreto Federal, o prazo era irrevogável.¹⁸²

Além disso, houve por parte de membros da “União Operária” o questionamento sobre a ligação da associação com poderes governamentais e políticos, pois o estatuto desta associação não permitia qualquer tipo de vínculo político-partidário, argumentavam alguns dos seus integrantes. Acatando esse posicionamento, a diretoria da “União Operária” retirou a associação da escolha. O mesmo percurso foi tomado pela “Liga Operária”.¹⁸³ Contudo ficou a experiência. A possibilidade de uma representação operária no Conselho Consultivo e a decisão dos trabalhadores de o fazerem através do voto, da escolha através de suas associações de classe.

¹⁷⁹ Cf. COLLAÇO, Vera Regina Martins. *O Teatro da União Operária: um palco em sintonia com a modernização brasileira*. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em História). UFSC, p. 65 e 114.

¹⁸⁰ O ESTADO. Florianópolis, 12 nov. 1931, p. 6. Trabalhadores e interventor já haviam estabelecido uma aproximação, quando aqueles ofereceram a este uma homenagem, logo após assumir o controle do estado, após a entrada dos “revolucionários” na capital. Cf. O ESTADO. Florianópolis, 10 nov. 1930, p. 4.

¹⁸¹ “Não poderão ser membros do Conselho Consultivo Estadual: a) os funcionários públicos estaduais ou municipais em atividade e os funcionários de empresa ou instituto subvencionado pelo Governo respectivo; b) os parentes até 3º. Grau inclusive de membros do mesmo Governo, ou de outro membro do mesmo Conselho.” BRASIL. *Coleção das Leis de 1931. Atos do Governo Provisório (Decretos setembro a Novembro)*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1942, v. III, p. 665.

¹⁸² O prazo estabelecido era de 15 dias, a contar da sua publicação no Diário oficial para a composição dos respectivos Conselhos e apreciação dos nomes pelo Chefe do Governo Provisório. Foi publicado no “Diário Oficial” em 23/10/1931, portanto expirava em 7/11. Ibid., p. 666;

¹⁸³ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 12 nov. 1931, p. 6.

2.2.3 O “Clube Três de Outubro” e os trabalhadores catarinenses

No início de 1932, a referência à representação das associações profissionais em Santa Catarina veio associada ao programa “mínimo” do “Clube Três de Outubro”¹⁸⁴, vinculado pelo jornal “O Estado”. Depois uma série de editoriais e noticiários abordaram as discussões e os projetos em torno dessa representação.

O programa do “Clube Três de Outubro”¹⁸⁵ definia princípios que deveriam nortear suas atividades, numa eventual convocação para a Assembleia Constituinte, que entre outros pontos defendia a formação da Constituinte composta por duas formas de representação, uma política e a outra social. A primeira era definida nos seguintes termos pelo “Clube Três de Outubro”:

uma corrente propriamente política, constituída de seis representantes por Estado, Districto Federal e Território do Acre, garantiddos os direitos das minorias.

Taes representantes serão eleitos pelo voto quantitativo dos cidadãos, considerados este como simples partes componentes da sociedade política organizada pelos partidos políticos a que pertencerem.¹⁸⁶

A segunda era uma

corrente social, constituída pelos representantes das associações profissionais e instituições culturaes, etc., devidamente organizadas.

Esses últimos representantes serão eleitos em número proporcional às populações dos respectivos Estados e ao gráo de desenvolvimento associativo ahi verificado.

Tal eleição será feita por meio do voto qualitativo dos cidadãos (segundo voto), expresso através das

¹⁸⁴ “PROGRAMA DO CLUB TRÊS DE OUTUBRO.” In: O ESTADO. Florianópolis, 30 mar. 1932, p. 1.

¹⁸⁵ Constava ainda, no programa do “Clube Três de Outubro”, como princípios uma ação de “saneamento moral” impedindo que “haja possibilidade de se reimplantarem nas esferas políticas e administrativas [...] os políticos corruptos e incapazes”; incompatibilizar todos aqueles que tenham exercido cargo eletivo e político entre 5 de julho de 1922 e 24 outubro de 1930, com exceção “sómente para os que tenham contribuido material, pratica e effetivamente para a Revolução”; Anulação do antigo alistamento eleitoral e instituição de um órgão (“sistema”) que determine e apure as eleições. Ibid, loc. cit.

¹⁸⁶ Ibid, loc. cit.

forças colectivas atrás enumeradas, desde que sejam estas organizadas nos moldes legais.¹⁸⁷

Mas essa foi uma atribuição inicial que sofreu transformações ao longo da elaboração do Código Eleitoral de 1932, pelo Decreto que regulava a eleição classista e o número de representantes, e ainda durante a Assembleia Constituinte. Além disso, outros grupos compartilharam a mesma proposta em seus programas políticos, com suas respectivas variações, como vimos no capítulo anterior.

Não foi apenas no seu programa político que o “Clube Três de Outubro” buscou aproximar-se da classe operária. O clube procurou também estabelecer contato direto com os operários, como ocorreu durante a sua fundação, em 12 de março de 1932, em Florianópolis.¹⁸⁸ O líder operário, Álvaro Soares Ventura, então presidente da “Federação Regional dos Sindicatos de Florianópolis” (FRSF)¹⁸⁹ e membro do “Sindicato dos Metalúrgicos”,¹⁹⁰ durante reunião da FRSF expôs aos demais o convite recebido:

O sr. Álvaro Soares communicou á assembléa que havia sido convidado por um grupo de officiaes do exército para assistir á leitura do programma do ‘3 de Outubro’, e narrou o motivo da solidariedade do Syndicato dos Operários em Construção Civil áquelle club.¹⁹¹

Como aponta o trecho acima, as organizações sindicais correspondiam ao contato realizado pelo clube. O “Sindicato dos Operários em Construção Civil”, através do secretário geral, João Soares, também presente à reunião da FRSF, dirigiu apoio ao programa do clube: “O Syndicato dos Operários em Construção Civil, reunido em

¹⁸⁷ Ibid, loc. cit.

¹⁸⁸ O ESTADO. Florianópolis, 14 mar. 1932, p. 6. Foram fundadores do Clube, 1º. tenente Idino Sardenberg, presidente; capitão Antonio Carlos Bittencourt, vice; 1º. tenente Orlando Ramagem, secretário; 1º. tenente Mario Gomes, tesoureiro; Conselho deliberativo: capitão de corveta Amarílio Vieira Cortez, 1º. tenente Juvêncio Campos; 1º. tenente Frederico Drummond; 2º. tenente João Benício Cabral e 2º. tenente Joaquim Carvalho. Tendo a presença do capitão-tenente da Marinha Aurélio Linhares representando o Clube Três de Outubro da capital federal.

¹⁸⁹ A “Federação Regional dos Sindicatos de Florianópolis” reunia os sindicatos organizados de Florianópolis e São José, seu objetivo era intensificar a sindicalização e agilizar o processo de reconhecimento pelo Ministério do Trabalho. Cf. O ESTADO. Florianópolis, 29 fev. 1932, p. 1.

¹⁹⁰ Cf. REPUBLICA. Florianópolis, 22 mar. 1932, p. 3

¹⁹¹ O ESTADO. Florianópolis, 21 mar. 1932, p. 6; REPUBLICA. Florianópolis, 22 mar. 1932, p. 3.

assembléa geral, resolveu hypotecar solidariaedade ao Club 3 de Outubro e ao seu programma.”¹⁹²

Podemos associar o apoio do sindicato ao clube, à medida que este propunha uma série de medidas que alcançavam a classe operária, através de um programa político que se dispunha a reivindicar no Parlamento, com a convocação da Constituinte, os direitos concernentes aos operários.

Como vimos, o programa do “Clube” destacava um ponto que abrangia, sobretudo, as organizações operárias oficializadas, a possibilidade de elegerem representantes de suas associações. Provavelmente, eram estes ideais que chamavam a atenção dos operários, e que contavam com o apoio dos operários Álvaro Soares Ventura e João Soares.

Entretanto, não significava a adesão de todos os trabalhadores ou líderes na capital. A fala de Álvaro Ventura sobre a participação na reunião do “Clube Três de Outubro” e o posicionamento político desta organização criou alvoroço entre os participantes da reunião da FRSF. Antonio Vieira Machado, do “Sindicato dos Chauffeurs”¹⁹³ combatia diretamente a participação de operários e do envolvimento de suas instituições na política,

concitando os operários a unirem-se e trabalharem com afinco para o alevantamento moral da classe e que abandonassem por completo as idéias políticas, só pensando no partido do trabalho. Solicitou ainda o orador aos seus camaradas mais inteligentes a guiarem os menos instruídos afim de que estes possam dentro de pouco tempo serem elementos de destaque na classe.¹⁹⁴

Aparteando outro trabalhador, Antonio Vieira Machado, numa alusão que parece se dirigir ao “Clube Três de Outubro”, disse: “agora que os operários estão mais ou menos arregimentados, têm aparecido ás ultimas horas ‘salvadores’ do ideal proletário, mas que justamente neste momento o que menos precisavam elles era desses ‘salvadores’.”¹⁹⁵ Lourenço Zukoski, membro do “Sindicatos dos Operários da Construção Civil”, externou seu pensamento referente à política, os males que ela provoca quando penetra nas associações

¹⁹² O ESTADO. Florianópolis, 17 mar. 1932, p. 1.

¹⁹³ O ESTADO. Florianópolis, 19 mar. 1932, p. 6.

¹⁹⁴ *Ibid.*, loc. cit.

¹⁹⁵ *Ibid.*, loc. cit.

operárias.¹⁹⁶ Não apenas na capital como em outras partes do estado, podemos notar a cautela que as diretorias de sindicatos e associações de classe tinham ao tratar de política, geralmente conclamando que seus membros não participassem das disputas políticas, para que estas não trouxessem “desinteligência” ao seio da classe trabalhadora.

Porém, notamos que esses líderes mantinham estreitas relações com políticos locais, como se percebe na escolha de José Boiteux pela “Liga Operária”. Rafaela Leuchtenberger, analisando a atuação de duas associações mutualistas de Florianópolis, nas décadas de 1910 e 1920, descreve essa relação: “para a associação, ser apadrinhada possuía suas vantagens, pois poderiam contar com o apoio [de políticos] em algumas causas e vitórias, assim como verbas e doações.”¹⁹⁷ Segundo a historiadora, alguns dos membros das diretorias eram identificados como “Republicanos partidarisados.”¹⁹⁸ Portanto, os operários e suas lideranças possuíam ligações com ideias políticas opondo-se a outras ideias igualmente políticas que vinham influenciando lideranças operárias. No discurso de fundação do “Clube Três de Outubro”, Idínio Sardenberg expôs o que talvez tenha causado atrito entre as lideranças durante a assembleia da FRSF:

O *socialismo* nas suas diversas modalidades – diz José Ingenieros – abrange um corpo de doutrinas que estabelece certos modos da intervenção e ingerência do Estado nas relações entre produtores e consumidores.

Taes modalidades, como sabeis, são o socialismo de Estado e o collectivismo.

São doutrinas que se processam e com as quaes a illustre assembléa tem íntimo contacto e mesmo deve, em parte, *constituir* objecto do programa de nosso club, pelo que me dispenso de maiores comentários.¹⁹⁹

Essa demonstração de uma relação entre a classe operária e a política não havia ficado mais estreita, ela sempre existiu. O que causou o desentendimento era a possibilidade de se afetar um determinado

¹⁹⁶ Cf. Ibid., loc. cit.

¹⁹⁷ LEUCHTENBERGER, Rafaela. *Liga Operária Beneficente de Florianópolis e União Beneficente Recreativa Operária: uma história de mutualismo e resistência*. 2004. 130 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004, p. 52.

¹⁹⁸ Cf. *ibid.*, p. 51.

¹⁹⁹ O ESTADO. Florianópolis, 15 mar. 1932, p. 1. (grifos nossos)

pacto que pudesse existir entre os trabalhadores, suas lideranças e os políticos locais, como ocorreu nas décadas anteriores ou ainda dividir o movimento operário em disputas partidárias.²⁰⁰

As atividades do “Clube Três de Outubro” e o seu contato com o movimento operário não ficou limitado à capital. O clube também tinha como atividade a organização de comissões de estudo sindical, como a que foi realizada em Itajaí, com o estabelecimento de um núcleo do clube. Tais comissões eram formadas por membros do clube que tinham o objetivo de apurar o motivo do retardamento no processo de reconhecimento dos sindicatos nessa cidade, auxiliar na organização de sindicatos e o reconhecimento destes junto ao Ministério do Trabalho, dessa forma, apoiava a política trabalhista do Governo Provisório.²⁰¹ Poderiam também, ocupar cargos relacionados ao Ministério do Trabalho.

Em Joinville, membros do “Clube Três de Outubro” como o tenente do Exército Frederico Drummond – membro fundador do “Clube” em Florianópolis – ocupava o cargo de presidente da Comissão de Arbitragem.²⁰² O capitão-tenente da Marinha, Aurélio Linhares, também presente na fundação do Clube em Florianópolis – representando o Clube da capital federal – estava diretamente ligado ao processo de sindicalização em Joinville, entre agosto de 1932 e janeiro de 1933, quando pediu sua exoneração do cargo de representante do Ministério do Trabalho.

São particularmente interessantes as palestras que membros do clube e do Exército organizavam sobre a legislação e organização sindical. O público participante dessas reuniões era formado por políticos, industriais e operários. Aurélio Linhares teve pelo menos uma de suas palestras publicadas no jornal “A Notícia”, com o título “Leis Sociais”. O jornal a descrevia como “um hymno de harmonia entre patrões e operários, base em que assenta a prosperidade dos povos.”²⁰³ Determinava o novo rumo que se seguiu a “Revolução de 1930” na conquista de direitos trabalhistas, traduzidos em termos como: “sem

²⁰⁰ Cf. BATALHA, Cláudio Henrique. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na primeira república. *Ciências Sociais Hoje*, 1990. São Paulo: Vértice, 1990, p. 121.

²⁰¹ O PHAROL. Itajaí, 24 mar. 1932, p. 1.

²⁰² As Comissões de Arbitragem eram compostas de representantes dos empregadores, empregados e um membro da ordem dos advogados indicado pelo Ministério do Trabalho. A composição dos representantes, ou vogais, das classes eram realizada através de eleições.

²⁰³ A NOTICIA. Joinville, 8 ago. 1932, p. 1.

ódios” ou “sem sacrifícios”. Negava a existência de qualquer conflito ou luta de classes:

A organização do trabalho é uma das realizações da Revolução de 1930.

Alcançada em outros povos á custa de sangrentas e longas lutas sociais, ela representa, obtida assim, sem ódios e sem sacrifícios, uma conquista digna do espírito liberal do povo brasileiro.²⁰⁴

Ao longo de sua palestra, suas referências vão se distinguindo. Para Linhares a questão da legislação trabalhista e do emprego não possuíam uma atribuição individualista, estavam associadas à doutrina de interesse geral, que de acordo com o conferencista, deveria prevalecer sobre o interesse particular, como vinha ocorrendo em todos os países: “na Itália fascista, na democrática França e na Inglaterra aristocrática, ela [a doutrina] é quem orienta a legislação social moderna.”²⁰⁵ Seu pensamento demonstra os principais ideais do modelo de Estado corporativo da década de trinta, destacando suas referências autoritárias.

Ao tratar da participação e da representação popular na política, Aurélio Linhares, atribuiu a vitória da “Revolução de 1930” como catalisador do ambiente político, como ponto de mutação entre uma velha e uma nova realidade social: “não podemos admitir que se perpetua o absurdo de, na mesma Nação, viverem isolados o Governo e o povo.”²⁰⁶ Porém, segundo o palestrante, para que essa união (governo e povo) se concretiza-se em caráter definitivo:

é preciso que o povo se constitua em associações onde se formem e definam as ideias e aspirações representativas dos interesses das várias classes. Só daí poderão nascer os partidos políticos que representem as classes populares como é do verdadeiro feitio do nosso regime democrata, e que levem ao Congresso e ao Governo homens que interpretem as necessidades do povo.²⁰⁷

Ao abordar as associações como um meio de constituição de interesses políticos (ideias e aspirações), Linhares faz uma ressalva retornando à Lei de Sindicalização:

²⁰⁴ A NOTICIA. Joinville, 11 ago. 1932, p. 1.

²⁰⁵ A NOTICIA. Joinville, 13 ago. 1932, p. 2.

²⁰⁶ A NOTICIA. Joinville, 16 ago. 1932, p. 2.

²⁰⁷ Ibid., loc. cit.

Não se deduza destas minhas palavras que os sindicatos deverão ser elementos políticos; contrariamente, a Lei os proíbe, de um modo terminantemente, de tratarem de política em seu seio. E nem poderão eles se prestar a manobras de políticos, porque nenhum elemento estranho à classe poderá pertencer a ele. A sua função será apenas, neste sentido, de desenvolver a consciência particular e coletiva, acelerando o revigoramento do povo.²⁰⁸

A palestra de Aurélio Linhares, sobretudo nesta última parte, está ligada às aspirações do “Clube Três de Outubro”, com uma proposta de participação política e o seu direcionamento para as classes populares e operária. O referido texto faz alusão ao momento em que ocorriam os combates da “Revolução Constitucionalista”, entre julho e outubro de 1932. Portanto, o setor que apoiava o Governo Provisório estava consciente de que a ditadura era “transitória”, como apontou Linhares.

Sendo assim, era necessário estabelecer organizações político-partidárias que adaptavam à nova realidade. A perspectiva de transição da ditadura, como afirmou Linhares, expunha o fracionamento por que passava o movimento tenentista entre aqueles que defendiam a continuidade do regime discricionário e os que já a apoiavam organização partidária. Segundo Ângela de Castro Gomes: “havia setores tenentistas que já aceitavam realizar um esforço de aproximação com os políticos oligárquicos, enquanto outros permaneciam rígidos em sua proposta de manutenção da ditadura e de exclusão do ‘profissionalismo político’”.²⁰⁹ É o que podemos identificar na composição dos espectadores das palestras citadas anteriormente, com a presença de prefeitos, industriais, entre outros daqueles que constituíam a elite local.

Com a convocação de eleições para a Assembleia Constituinte, a realizar-se em maio de 1933, inicia-se o processo de organização partidária. Assim o tratamento da “questão social” e modelos políticos que incidissem sobre ela viriam à tona e seriam apreciados no debate e nos programas dos partidos políticos. Analisando esse processo, em Santa Catarina, percebe-se que todos os partidos, de uma forma ou de outra, abordavam a questão social.

²⁰⁸ Ibid., loc. cit.

²⁰⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 29.

2.2.4 Organizações Partidárias Catarinenses: conciliação entre pensamento liberal e intervencionismo estatal

No processo de organização partidária, no estado de Santa Catarina, para a disputa eleitoral à Constituinte, os partidos “Liberal Catarinense” (PLC), “Legião Republicana Catarinense” (LRC), “Partido Social Evolucionista” (PSE) e “Partido Republicano Catarinense” (PRC)²¹⁰ seguiram caminhos semelhantes ao abordarem a questão social, apresentavam como referência o princípio de colaboração de classes, oposta ao conflito entre classes que, em determinadas ocasiões, chegou-se a negar que existisse no Brasil. Além disso, destacaram nos programas partidários a conciliação entre o pensamento liberal e a intervenção do Estado.

Os discursos e posicionamentos do PLC, PRC e LRC eram claramente calcados na doutrina social da Igreja Católica, sendo seu melhor expoente a “Encíclica *Rerum Novarum*”, onde evocavam a “solidariedade social” e a “concórdia de classes”²¹¹: “Não se pode conceber nada mais impatriótico, nada mais condenável do que esse acirramento de ódios entre patrões e operários”, criticava Adolfo Konder presidente do PRC, “façamos a aliança definitiva entre o Capital e o Trabalho”²¹², concluía parafraseando, a “*Rerum Novarum*”. Henrique Rupp Júnior, presidente da LRC, afirmava que o “Capital e trabalho se completam na finalidade da melhoria e do aperfeiçoamento social.”²¹³

O PRC foi mais adiante, não apenas usou os termos do pensamento católico para a questão social, como também assimilou o

²¹⁰ O PLC compunha até 1930 o grupo que apoiara a “Revolução de 1930”, depois dividindo-se em LRC e PSE. A LRC foi organizada inicialmente em 1931 como “Legião Revolucionária Catarinense”, tinha as mesmas motivações das “Legiões” que foram criadas após o movimento revolucionário de 1930, a de se constituir em guardião dos ideais “revolucionários”. O PSE foi criado em 1933, com a intenção de ser o partido oficial, teve o apoio do Interventor Ruy Zobarán (1932-33) e foi fundado pelo seu secretário de Interior e Justiça, Manoel Pedro da Silveira. O PRC era até 1930 o partido regional que indicava os sucessores do governo estadual.

²¹¹ Definido na “Encíclica” por “não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital.” Cf. IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. PONTIFICADO DE LEÃO XIII. *Carta Encíclica Rerum novarum – sobre a condição dos operários*. Vaticano, 1891. Disponível na internet: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html>. Acesso em: 19 mar. 2009; O ESTADO. Florianópolis, 26 jan. 1933, p. 6; Id., 15 abr. 1933, p. 6; A PÁTRIA. Florianópolis, 31 mar. 1933, p. 7; REPÚBLICA. Florianópolis, 4 abr. 1933, p. 2.

²¹² O ESTADO. Florianópolis, 26 jan. 1933, p. 6.

²¹³ A PÁTRIA. Florianópolis, 31 mar. 1933, p. 7.

programa político da “Liga Eleitoral Católica” (LEC) – braço partidário da Igreja Católica – no qual constava a defesa à liberdade sindical que, como vimos no capítulo anterior, era relevante para a formação de sindicatos católicos, era contrário a interferência do Estado, bem como a inibição da criação de associações profissionais confessionais, como especificava o Decreto 19.770/1931.

Segundo Konder: “Os sindicatos podem e devem subsistir, mas como organização de classes e desoficializados, em regime de plena liberdade, segundo preconiza a Liga Eleitoral Catholica.”²¹⁴

As críticas à legislação partiam também da LRC, então aliada do Governo Provisório, que identificava a estrutura sindical implantada pelo Governo como instigadora da “confusão” e do surgimento de “indivíduos espertos” que, segundo Henrique Rupp Jr., presidente da LRC, orientavam o operariado a fazerem a defesa “intransigente” dos seus direitos.²¹⁵

Por outro lado, o PLC e o PSE incluíam em seus programas a legislação sindical como uma conquista do Governo Provisório, a quem apoiavam. O PLC definiu, na Lei Orgânica do partido, sua posição frente à organização dos trabalhadores, definindo: “reconhecimento dos sindicatos como órgãos das relações entre o estado e os vários ramos da atividade humana, por eles representados no tocante aos seus interesses coletivos.”²¹⁶ O PSE justificava a ditadura como um intervalo na vida constitucional para que o “problema social deixasse de ser um caso de policial”, nas palavras de Manoel Pedro da Silveira, uma das lideranças do partido.²¹⁷

Com relação à implantação da representação das associações profissionais, segundo Konder, o PRC criticava o modelo que seria adotado no Brasil, porque esbarrava na peculiaridade que o levou a ser implantado na Itália, ou seja, no Brasil não havia o contexto, a organização política e as ideias que havia no país de Mussolini. Porém, mostrava-se favorável à instituição de uma Câmara Técnica – também uma das possibilidades sustentadas no debate sobre a representação das associações profissionais:

No Brasil, entendeu-se ou entende-se ainda adotar parcialmente as conclusões italianas, sem que se tivesse o cuidado de armar primeiro as mesmas premissas.

²¹⁴ O ESTADO. Florianópolis, 26 jan. 1933, p. 6; Cf. Id., 15 abr. 1933, p. 6.

²¹⁵ Cf. A PÁTRIA. Florianópolis, 31 mar. 1933, p. 2.

²¹⁶ O ESTADO. Florianópolis, 04 abr. 1933, p. 3.

²¹⁷ Cf. Id., 3 mar. 1933, p. 6.

Digo parcialmente, porque o que se pretende ou se pretendeu fazer entre nós é um parlamento híbrido, composto de mandatários directos do povo e de representantes das classes.

[...]

O corporativismo, com feição política e deliberativa, revelan-se de todo inoperante.

Não está, porém, fora de propósito a formação de uma camara especial de technicos, com funcções consultivas, á semelhança do Conselho Econômico Alemão, medida, que, sem riscos nem inconvenientes, poderia ser encartada na legislação brasileira.²¹⁸

O PSE também se posicionou diante da adoção da representação das associações profissionais. Nos debates para a organização do seu programa partidário, esteve em pauta para votação um artigo que incluiria a representação das associações profissionais na “Lei Orgânica do Partido” como um de seus itens basilares. Estavam presentes dois operários na discussão, Arnaldo Santiago, representando os trabalhadores de São Francisco do Sul, e José Rodrigues Fonseca, representando a FRSF, o qual demonstrava interesse na defesa da proposta e sua inclusão no programa partidário. Porém, o posicionamento do partido se modificou no decorrer das reuniões, quando foi apresentada uma emenda para que se excluísse o artigo que se posicionava a favor da representação classista. José Rodrigues Fonseca reafirmou, então, sua convicção e diante desse ato retirou-se da convenção.²¹⁹ Conforme noticiou o jornal “O Estado”:

Durante a sessão da tarde, o representante da Federação dos Sindicatos locais, sr. José Rodrigues Fonseca, protestando contra uma sugestão do sr. Arnaldo Santiago, secundada pelo sr. Ernesto Lacombe, contrária à representação de classes, pediu licença para abandonar os trabalhos do Congresso, uma vez que nada mais lhe era dado fazer ali.

²¹⁸ Ibid., loc. cit.

²¹⁹ Cf. A PATRIA. Florianópolis, 4 mar. 1933, p. 1. O jornal “A Pátria” anunciou: “Por sugestão dos congressistas Ernesto Lacombe e Arnaldo Santiago, o Congresso deliberou não aceitar a representação de classes. Nesta ocasião, o sr. José Rodrigues Fonseca [...] retirou-se.”

De resto, a sugestão que contrariou o ponto-de-vista do representante da Federação dos Sindicatos foi aceita quase que unanimemente.²²⁰

Por fim, as organizações partidárias possuíam outro ponto em comum: a tentativa de conciliar o pensamento liberal e a intervenção do Estado. Ivens de Araújo, uma das lideranças do PLC, advogava pela defesa do liberalismo como: “único meio de realização da felicidade geral”²²¹, desafiando os que proclamavam: “no mundo, não há mais lugar para os liberais.”²²² Contudo, na sua *romântica* defesa do liberalismo não descarta a intervenção do Estado na produção, conforme sua afirmação: “para coordenar, orientar e auxiliar a iniciativa individual, não como instrumento de coerção, mas como elemento de aperfeiçoamento coletivo.”²²³ Na própria “Lei Orgânica” do PLC o Estado era evocado para: “intervir no tocante à produção, para coordenar, orientar e auxiliar a iniciativa individual e defender os interesses gerais da Nação”²²⁴, além de proporcionar a organização do trabalho sobre o aspecto técnico, com a racionalização dos métodos de produção.²²⁵

Mesmo o PRC, que se opunha à legislação sindical e à interferência do Estado (considerados pelo partido como concessão aos “extremismos socializantes”²²⁶) não descartava a possibilidade de estabelecer algumas garantias, para resguardar o trabalhador inativo

²²⁰ O ESTADO. Florianópolis, 4 mar. 1933, p. 1.

²²¹ REPÚBLICA. Florianópolis, 4 abr. 1933, pp. 1 e 2.

²²² *Ibid.*, loc. cit.

²²³ *Ibid.*, loc. cit.

²²⁴ CORRÊA, Carlos Humberto. Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de trinta e a política em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1984, p. 163; O ESTADO. Florianópolis, 4 abr. 1933, p. 3; É interessante notar que Nereu Ramos trata da “racionalização do poder” no seu discurso para a organização da “Lei Orgânica” do PLC e durante vários números do jornal “República”, do qual ele era diretor, publicou-se uma série de artigos tratando da racionalização do trabalho. Os artigos tratavam das experiências sobre o aumento da produção industrial com métodos em que se concentravam no trabalho humano, facultando ao Ministério do Trabalho esta “obra de ação eminentemente social.” Segundo os artigos, “promove-se nesse sentido um movimento reformador em prol do proletariado, garantindo-lhe direitos, concedendo-lhe favores, a fim de ser possível o equilíbrio entre capital e o trabalho.” O jornal estava ligado ao Partido Liberal e a Interventoria, que utilizava o jornal para a publicação de ator oficiais. A partir de 1934 passaria a ser o órgão oficial do partido. Cf. REPÚBLICA. Florianópolis, 25 jan. 1933, p. 2; *Id.*, 26 jan. 1933, p. 2.

²²⁵ Cf. CORRÊA, *op. cit.*, p. 163.

²²⁶ O ESTADO. Florianópolis, 26 jan. 1933, p. 6.

daquele que necessitasse de “defesa e assistência”²²⁷, conforme aparece no “Programa do Partido”:

Assegurando às classes trabalhadoras amparo e defesa, dentro das normas da justiça social e dos princípios de fraternidade humana. Instituição de um *systema* de seguro contra acidente, enfermidade, velhice e morte do operário. Proteção aos filhos do operário e da mulher grávida. Equiparação aos operários dos trabalhadores rurais, pequenos lavradores, empregados domésticos e diaristas.²²⁸

Zélia Lopes da Silva analisa esse mesmo processo em São Paulo, nas décadas de 1910 e 1920, como um projeto da burguesia industrial cujo Estado ganha um “novo papel” como gestor do mercado da força de trabalho, amparado pela ciência (racionalização do trabalho) e pelas leis sociais.²²⁹ Porém, a legislação é dirigida aos interesses do capital com o objetivo de amparar o trabalhador inativo, por acidente, doença ou morte, cuja responsabilidade do seguro social fica a cargo do Estado. Esse era o tipo de intervenção aceita, sobre o trabalhador inativo, desonerando a classe patronal dos encargos.

A perspectiva de “melhorar o *standard*” da classe trabalhadora, como expresso por Adolfo Konder, visava ao lar do operário, do trabalhador, não o espaço da fábrica. Não se discutiam questões como insalubridade, horas de trabalho e férias. A Legislação não interferia nesse espaço; era restrita, portanto, à necessidade eventual do trabalhador de ausentar-se temporariamente. Apenas o período necessário para reabilitar-se garantia que não recaísse sobre as expensas, segundo Konder, do “comandante.” Seria necessário também recursos a manutenção de sua numerosa prole, exército de futuros trabalhadores que garantiria a reprodução de mão-de-obra barata.²³⁰

Essa espécie de conciliação entre o pensamento liberal e maior influência do Estado expõe um projeto (ou podemos pensar em projetos) que ainda estavam em diálogo. O ideal liberal e centralizador, por mais incongruente que pareça, caminhavam juntos. Assim é que podemos reconhecer, no “Código Eleitoral de 1932” e no “Anteprojecto de

²²⁷ Ibid., op. Cit.

²²⁸ O ESTADO. Florianópolis, 15 abr. 1933, p. 6.

²²⁹ SILVA, Zélia Lopes da. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero; CNPq, 1990, p. 9 e 26.

²³⁰ O ESTADO. Florianópolis, 26 jan. 1933, p. 6.

Constituição”, a coexistência do ideal liberal-democrático (representatividade proporcional) com a introdução da representação das associações profissionais, baseada num ideal corporativista de representação, que por sua vez criticava representatividade política, vista como desvirtualizadora da representação da sociedade. A própria Constituição de 1934 teve esse caráter “híbrido”, liberal e corporativista.²³¹

2.2.5 *Partido Operário Socialista*

Neste mesmo período houve a tentativa de se organizar um partido operário em Santa Catarina. Porém as fontes sobre o “Partido Operário Socialista” (POS) são limitadas, há apenas uma nota de jornal e um manifesto, ambos depositados no Arquivo Público de Santa Catarina. A razão desse arquivamento deve-se a conflitos entre os fundadores desse partido.²³²

Antonio Ramos, que na ocasião era presidente do “Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches de São Francisco do Sul”²³³, desvinculou-se do cargo provisório de tesoureiro do partido, por constar no “Estatuto do Sindicato” o impedimento de seus associados participarem, em nome do “Sindicato”, de atos políticos, doutrinários e religiosos. Dessa forma remeteu a Antonio Pennafort de Souza – presidente do sindicato “União dos Operários Estivadores de São Francisco do Sul” – um ofício de afastamento. O Mesmo ofício foi enviado ao jornal “Liberal” para seu ato tornar-se público:

Illmo. Snr. Antonio Pennafort de Souza. M. D.
Presidente do Partido Político Socialista. Nesta.
Baseado nos Estatutos do Sindicato dos
Trabalhadores em Armazéns e Trapiches no
Capitulo I, Artigo 2, Letra “A” (transcrevendo) –
A trabalhar mora, intellectual e material dos seus
associados, não permittindo na Séde Social, nem
fora da mesma em nome do Syndicato, a
propaganda de ideas políticas partidárias, ou de
qualquer outra espécie que adotem principio ou

²³¹ Cf. BARRETO, op. cit., p. 53, 54 e 69; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 37 e 38.

²³² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC). Ofícios de Diversos para Governador, 1933, jan.-dez., ff. 275A e 276.

²³³ A NOTICIA. Joinville, 28 nov. 1931, p. 4; Id., 2 fev. 1932, p. 4; APESC. Ofícios de Diversos para Governador, 1933, jan.-dez., f. 275A.

methodo de acção differente dos acceitos pelo Syndicato.

No cargo de Presidente do Mesmo, dentro d'esta base, considero-me exonerado de thesoureiro provisório, assim como differente a qualquer organização desse partido político.²³⁴

Contudo, pela sequência da documentação, também depositada no Arquivo Público do Estado, o afastamento não foi encarado de forma amigável por Antonio Pennafort, pois remeteu ao “Syndicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches” a cobrança de uma dívida por ter elaborado os estatutos do referido sindicato²³⁵, além disso, expôs como uma acusação o envolvimento de Antonio Ramos com políticos locais. Em officio, Pennafort acusava o recebimento de correspondência e rebatia:

Acusa o rebebimento de uma correspondência não official por não estar com o signete desse Syndicato, dactado de 23 do passado, remetida por Domingos Ramos, na qual teve a indignidade de sençurar (sic) o Presidente da Sociedade União dos Operários Estivadores, que tinha violado o disposto do Capitulo I, Art. 2º., letra (a) dos Estatutos do Syndicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches.²³⁶

Sobre o “Estatuto do Sindicato”, dizia ele, “felizmente foi elaborado pelo signuario deste com o concurço (sic) de Ramos Muniz Cerqueira, ex-presidente do Syndicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches.” Continuava,

observando que o actual Presidente desse Syndicato [Armazéns e Trapiches], não tem a competência necessária para me censurar, pois não teve nessa classe homem capaz para confeccionar os Estatutos do Syndicato em apreço, e que como dirigente de uma corporação Syndicalizada, venho protestar, contra o acto indecorozo do Presidente, desse, Syndicato Domingos Ramos que querendo ser mestre, por

²³⁴ APESC. Offícios de Diversos para Governador, 1933, jan.-dez., f. 275A.

²³⁵ Antonio Pennafort de Souza pertencia ao sindicato dos estivadores de São Francisco do Sul, “União dos Operários Estivadores”, e contribuiu com o “Syndicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches de São Francisco do Sul” na elaboração deste sindicato.

²³⁶ APESC. Offícios de Diversos para Governador, 1933, jan.-dez., f. 277.

insinuação de Políticos intreceros, deixou de observar o Disposto do Decreto 19.770, de 19 de Março de 1931, no que diz respeito o seu Art. 1º, letra (f), abstenção, no seio das organizações syndicaes, de toda e qualquer propaganda de ideologias doctarias, de caracter social, político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos electivos, extranhos a natureza e finalidade das associações.²³⁷

Pennafort questionava a dubiedade de Domingos Ramos em relação a sua posição com o “Partido Operário” e frente a outras atitudes em que o envolviam com política partidária,

qual o motivo que o selebre Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Armazens e Trapiches na sua individualidade não pode fazer parte de um partido Político Operários Socialista? E pode delegar poderes a pessoas extranhas a classe, para fazer representar o Sindicato em um congresso Político Burguez!...Está assim criminoso o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches, por dois ponto de vista, primeiro por consentir que o Sindicato se faça representar em um congresso Político, segundo porque o 1º Secretário desse Sindicato faz parte da Directoria do Núcleo Político, do Rocio Grande, chefiado pelo Prefeitos deste Município.²³⁸

Possivelmente, Pennafort se referia à participação de Arnaldo Santiago, no “Congresso Revolucionário”, entre 3 e 5 de março. O ofício de Domingos Ramos foi enviado em 23 de fevereiro de 1933 e a resposta de Pennafort veio em 3 de março, o que poderia estabelecer uma conexão entre a atitude do primeiro e o furor do segundo. O desligamento de Domingos do POS e a seu apoio a outro partido (“Social Evolucionista”) ao qual o prefeito de São Francisco do Sul, Rogério Vieira, pertencia. O que aponta para outro desdobramento dessa rixa. É o interesse que líderes operários poderiam ter na influência sobre a política local, bem como a relação destes com os partidos tradicionais.

²³⁷ APESC. Ofícios de Diversos para Governador, 1933, jan.-dez., loc. cit.

²³⁸ APESC. Ofícios de Diversos para Governador, 1933, jan.-dez., ff. 277 e 277v.

Isso fica mais evidente quando analisamos os ofícios em que são mencionados os advogados dos respectivos interessados. Pennafort havia finalizado o seu ofício com uma advertência ao presidente do “Sindicato de Armazéns e Trapiches”:

solicito da Directoria desse Syndicato o pagamento integral do meu serviço, em ter elaborado os Estatutos do Syndicato [...], na importância de Quinhentos mil reis, 500\$000, no prazo de 48 quarenta e oito oras (sic), sob pena de eu abrir uma punição judicial por intermédios de meus advogados, Drs. Marinho Lobo e Leonel Costa, contra este Syndicato.²³⁹

Em ofício posterior, é o escritório dos advogados Ribeiro Pontes e Rogério Vieira que encaminha ao “Sindicato de Armazéns e Trapiches” o requerimento de Pennafort. Um jogo intrincado e confuso, encoberto por discórdias e envoltimentos políticos.

A resposta do sindicato foi dada durante uma Assembleia Geral Extraordinária, onde, entre outros assuntos tratados, estava a cobrança de Antonio Pennafort. A “coletividade” votava pelo não pagamento da importância baseando-se no argumento do Presidente e do primeiro secretário, João Gomes Moreira, de que o compromisso de Pennafort havia sido o de elaborar o “Estatuto” e o de datilografar gratuitamente, Pennafort, em troca pediu apenas a colaboração de uma pessoa e uma fita para máquina Ramington, a pessoa escolhida para auxiliá-lo foi Ramos Muniz Cerqueira, que foi recebeu 10 mil réis. Segundo Domingos Ramos declarou, a ação contra ele foi movida por Pennafort por: “não querer acompanhar-o no partido político Operário”, e ainda de acordo com Ramos estava usando a dívida como um instrumento de vingança para ameaçar o sindicato, agindo assim por “instrumento de vingança ameaça este Syndicato.”²⁴⁰

Apesar da decisão da coletividade de não efetuar o pagamento, João Quadros Junior, segundo secretário do sindicato, explicou a coletividade: “que deveríamos pagar esta importância, embora injusta, pois este Syndicato por quinhentos mil reis não [ilegível] lá fóra na boca de quem quer que seja.”²⁴¹ Novamente, João Gomes Moreira reitera a explicação já exposta e sugere que se elabore um “inquérito” ao

²³⁹ APESC. Ofícios de Diversos para Governador, 1933, jan.-dez., f. 277v.

²⁴⁰ APESC. Ofícios de Diversos para Governador, 1933, jan.-dez., f. 279v.

²⁴¹ APESC. Ofícios de Diversos para Governador, 1933, jan.-dez., ff. 279v e 280.

Ministério do Trabalho e que de lá que viesse a solução, o que foi acatada pelos demais.²⁴²

Além dessa referência ao “Partido Operário Socialista”, havia outras informações contidas no seu manifesto de fundação: “convida-se ao Operariado de São Francisco do Sul, para reunião que terá lugar no dia 19 do corrente [fevereiro], (Domingo) na Sede da Sociedade União dos Operários Estivadores.” Segundo o manifesto a inensão do POS seria para: “concorrer-mos na próxima Eleição da Constituinte que se realizará no dia 3 de Maio do corrente anno. Partido que vai ser criado terá os seus Estatutos igual ao Partido Acção Nacional Trabalhista, com Sede no Rio de Janeiro.” Assinavam o manifesto como parte da comissão fundadora, Antonio Pennaforte de Souza, Arnaldo Joaquim Tavares, Domingos Ramos, Silvino Borba, Fernando Baron, Rozendo do Espírito Santo e Manoel Amorim dos Santos.²⁴³

Nas informações eleitorais, tanto do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral quanto dos informativos eleitorais publicados nos jornais, não há quantificação de votos, nem a indicação dos candidatos durante a eleição de 3 de maio.²⁴⁴ Mas não seria esta a última vez que trabalhadores encaravam a experiência na arregimentação de uma organização partidária.

Ocorreu uma tentativa de formar-se um partido durante o I Congresso Operário, realizado em Florianópolis, em novembro de 1933, mas não se concretizou. Em outubro de 1934 houve a formação da “Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina” a qual concorreu nas eleições para a Constituinte Estadual e reuniu sob uma legenda trabalhadores de várias partes do estado.

Até aqui, procuramos descrever o posicionamento das várias organizações políticas e sociais sobre a representação das associações profissionais, tendo como ponto de partida a questão social. Como se sabe, uma das principais características dos partidos, principalmente os compostos por políticos tradicionais – como PLC, PRC e LRC – era a negação do conflito de classes, e como procuramos demonstrar, esse discurso vinha associado ao pensamento católico calcado na “Rerum Novarum.” Esses partidos possuíam, também em comum, o posicionamento contrário à instalação de um regime fascista, criticando os métodos utilizados na Itália. Mas ao mesmo tempo reconheciam que

²⁴² APESC. Offícios de Diversos para Governador, 1933, jan.-dez., f. 280.

²⁴³ APESC. Offícios de Diversos para Governador, 1933, jan.-dez., f. 276.

²⁴⁴ BRASIL. Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. *Boletim Eleitoral*, n. 96, de maio de 1933, pp. 2063-2065.

o Estado deveria possuir um papel mais atuante, realizando uma autocrítica – como foi o caso do PRC – ao redefinir a relação Estado e sociedade.

Por sua vez, os trabalhadores integravam esse contexto. A participação na organização dos sindicatos, desde novembro de 1931, não pode ser resumida a uma simples identificação de setores “atrasados”. A escolha dos trabalhadores estava acompanhada de interesses de classe, que passavam pela própria possibilidade de união, bem como o acesso aos direitos trabalhistas. Mas se o considerássemos como “atrasados”, só isso seria suficiente para explicar o comportamento desses trabalhadores? Se adotássemos esse epíteto, poderia ele definir os interesses do movimento operário? Ou ainda, tal consideração aponta para uma história, do movimento operário, pouco significativa? Acreditamos que não.

Em determinados momentos, os interesses dos trabalhadores e do Ministério do Trabalho se entrecruzavam, contudo não significava que os trabalhadores estavam dispostos a perder sua autonomia ou a agir de forma condescendente com o Governo Provisório ou com o Ministério, sobretudo quando as reivindicações e direitos eram desrespeitados. Desta forma, os trabalhadores que ao longo dos dois anos do Governo Provisório haviam ensaiado uma proximidade aos ideais propostos, via Ministério do Trabalho, diante do descumprimento da legislação trabalhista encabeçaram movimentos grevistas, em Laguna, Joinville, Florianópolis e Itajaí, cidades onde o processo de sindicalização foi assimilado por grande número de trabalhadores e lideranças operárias. Sendo que tais movimentos ocorriam próximos às eleições para os representantes classistas.

2.3 *Sindicalização e Greves: às vésperas das eleições*

Além das críticas recebidas pelos que se opunham à representação das associações profissionais no seu contexto histórico, e mesmo posteriormente, classificada muitas vezes como um simples modo de ampliar o poder de Getúlio Vargas na Assembleia Nacional Constituinte e fazer impor os seus propósitos, é vista também como um projeto que agregava o sindicalismo corporativista do Ministério do Trabalho, sindicatos sem nenhuma experiência combativa e criados sob a influência de lideranças “reformistas” ou “ministerialistas.”

O processo de sindicalização em Santa Catarina, teve início em novembro de 1931 com a intermediação do representante do Ministério do Trabalho, Agripino Nazareth. Pelas cidades que passou eram

organizadas de assembleias de trabalhadores onde expunha os benefícios da organização sindical, isto é, as associações reconhecidas pelo Ministério do Trabalho. Nas reuniões os trabalhadores de uma mesma atividade profissional poderiam se reunir e formar um sindicato, em caráter provisório, pois só seriam reconhecidos após o recebimento da carta sindical, além disso, organizações de trabalhadores, já existentes, poderiam sindicalizar suas associações, para isso era necessário que alterassem seus estatutos, moldando o novo de acordo com o Decreto 19.770/1931.²⁴⁵ Os trabalhadores, não apenas participaram do processo, como deram continuidade quando Nazareth deixou o estado. Nos anos que se seguiram, 1932 e 1933, não só foram criadas novas instituições sindicais organizadas pelos trabalhadores, como também lideranças operárias que buscavam legitimar a ação sindical com acesso aos direitos trabalhistas instituídos pelo Governo Provisório. Entre os quais, podemos citar, a regulamentação sobre as férias, Decreto sobre as 8 horas de trabalho e sobre o salário mínimo.

As considerações feitas há pouco confirmam a referência sobre o sindicalismo pós-1930 e sobre a ação de lideranças mais em sintonia com o projeto “harmonioso” do Ministério do que com as reais aspirações do movimento operário, calcado em princípios revolucionários – geralmente associados aos anarquistas e ao PCB. Porém, ao lado de católicos e reformistas²⁴⁶, havia o grupo de comunistas que buscavam a sindicalização das associações. Eram lideranças com experiências anteriores na conquista de direitos. São eles Álvaro Soares Ventura, José Rodrigues da Fonseca, Manoel Alves Ribeiro, entre outros.²⁴⁷ O que não destoava da participação de

²⁴⁵ Em uma dessas assembleias, reuniram-se aproximadamente 1.200 operários em Joinville. Cf. A NOTICIA. Joinville, 19 nov. 1931, p. 6.

²⁴⁶ Cf. COLLAÇO, Vera Regina Martins. *Teatro da União Operária: um palco em sintonia com a modernização brasileira*. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em História) UFSC, 2004, pp. 36 e 37.

²⁴⁷ Este grupo realizava nos anos 1910 e 1920 reuniões anarquistas. Na década de 1920 quando foi fundado o “Partido Comunista do Brasil” (PCB), já possuíam ligações com os fundadores no Rio de Janeiro, sobre tudo Álvaro Ventura. Durante a campanha da “Aliança Liberal” e na “Revolução de 1930” este grupo apoiou os “revolucionários”, chegaram a pegar em armas para “defender a revolução.” Chegando a ser preso, posteriormente, por se negar a entregar as armas. As discussões para se fundar o PCB no estado havia iniciado em 1929, que acabou sendo postergado pela campanha “Liberal” e pela “Revolução de 1930”. Em 1934 Alvaro Ventura tornou-se deputado classista e fez sua “confissão de fé comunista”, nesse mesmo ano foi organizada a “Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina”, um partido formado por trabalhadores que concorreu às eleições proporcionais à Constituinte Estadual, e reunia nomes associados ao comunismo no estado, alguns deles foram “acusados” de serem comunistas, assim como a própria “Liga dos Trabalhadores” foi considerada um partido comunista. Em 1935 participaram da formação da “Aliança Libertadora Nacional” (ANL), com o levante em

comunistas e do PCB em outras partes do país, que buscavam a legalidade de suas ações pela sindicalização; ou na divergência que havia entre a própria cúpula do PCB, entre 1920 e 1930, ou entre cúpula e os membros do “Partido.”²⁴⁸

No entanto, quando o Ministério do Trabalho e sua política corporativista e conciliatória não demonstravam resultados práticos, os trabalhadores não receavam em conduzir uma política mais ofensiva. As reivindicações deixaram de ser conduzidas ao governo do Estado ou ao Ministério e passaram para os movimentos grevistas²⁴⁹, que tiveram seu ápice em 1933, sobretudo no primeiro semestre, quando se dava o início de um processo eleitoral que conduziu à Constituinte e, acima de tudo, à eleição dos representantes das associações profissionais. Os trabalhadores de Laguna, Joinville e Florianópolis, por exemplo, tinham suas ações voltadas para melhores condições de trabalho – caso dos estivadores de Laguna –, e pela adoção das 8 horas de trabalho na indústria.²⁵⁰

novembro vários foram presos, entre eles Álvaro Ventura e José Rodrigues, e enviados para o Rio de Janeiro. Alguns autores associam a formação do PCB em Santa Catarina a ANL. A fundação “forma” seria em 1939, quando participou de campanha contra as ações do eixo em Santa Catarina, mas ainda na ilegalidade. Cf. MARTINS, Celso. *Os comunas*. Florianópolis: Edeme, s/d., pp. 15-22; RIBEIRO, Manoel Alves (Mimo). *Entrevista*. s/d. Entrevistador: Celso Martins. Florianópolis, s/d. Depoimento concedido a Celso Martins; VIEIRA, Jaci Guilherme. O Partido Comunista do Brasil: a difícil tarefa de se colocar como vanguarda dos operários em Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 3º. fase, nº. 18, 1998.

²⁴⁸ Cf. BARRETO, op. cit., pp. 111-115; KAREPOVS, *A esquerda...*, p. 459-461 e 651. SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição à História do PCB*. São Paulo: Global, 1984, pp. 57, 69-74, 83-86.

²⁴⁹ O período em que ocorreram estes movimentos se estende de novembro de 1932 a junho de 1933.

²⁵⁰ Antecedendo a esse período, houve uma série de reivindicações que incluía a aplicação da Lei de Férias, editada em 1926, a intermediação junto à Interventoria para que o valor sobre os aluguéis fossem congelados, e ainda uma campanha popular contra a tarifa de “instalação” de energia elétrica. Em Laguna estava em jogo o exercício da estiva apenas aqueles profissionais sindicalizados e a utilização de “lingadas” – amarras que uniam e sustentavam as mercadorias içadas a bordo – para que o transporte de mercadorias, seu carregamento, não continuasse a ser feito sobre a cabeça dos estivadores, durou aproximadamente 1 mês. A greve em Joinville durou 8 dias e estava ligada a reivindicação das oito horas de trabalho, promulgada naquele momento pelo Governo Provisório. A princípio o movimento foi desencadeado pelos estivadores, mas depois teve a adesão de outros ofícios. No caso dos padeiros, reivindicavam que as 8 horas de trabalho nas padarias fossem respeitadas. O sindicato, oficializado em dezembro de 1932, esteve desde então em diálogo com os proprietários de padarias sobre o respectivo tema. O insucesso nas conversações levou os padeiros a declarar estado de greve. Florianópolis permaneceu sem pão durante 5 dias. Ao final, conquistaram as 8 horas, antes do aval do decreto por Getúlio Vargas. Cf. CORREIO DO SUL. Laguna, 1 jan. 1933, p. 3; A NOTICIA. Joinville, 8 jan. 1933, p. 8; O ESTADO. Florianópolis, 11 jan. 1933, p. 6; A PATRIA. Florianópolis, 9 jan. 1933, p. 8.

Paralelamente, os trabalhadores procuravam adquirir o reconhecimento de algumas de suas organizações sindicais, criadas em 1931 e 1932, que ainda não possuíam a “carta” de oficialização do Ministério do Trabalho, preceito elementar para que a associação de classe participasse do pleito classista. Essa ação foi dirigida por lideranças dos trabalhadores, que através da “Federação do Trabalho de Santa Catarina”, encaminharam pessoalmente no Distrito Federal o pedido dos sindicatos.²⁵¹

Neste percurso, percebemos que havia distinções entre os sindicatos a respeito do processo de sindicalização. Havia as associações de classe, de auxílio mútuo e de assistência, existentes há vários anos, podendo estas optar pela sindicalização de sua associação. Quando uma categoria profissional não possuía uma associações pré-existente, os trabalhadores de uma determinado setor profissional realizavam reuniões para se “organizar” o sindicato. Tais opções visavam à “oficialização”, ou seja, quando recebiam a “carta” de reconhecimento do Ministério do Trabalho por este haver aprovado o estatuto do sindicato. Isso significa que tanto uma forma como a outra não implicava o reconhecimento automático de organizações sindicais, mesmo as que tiveram a intermediação do representante do Ministério do Trabalho.

Esse processo é usado, por alguns autores, como argumentação para justificar a existência de um grande número de sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho (classificados, por estes mesmo autores, como “sindicatos de carimbo”) em regiões com uma organização operária mais atrasada, em contraposição ao movimento operário “autônomo” e “combativo” do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Nesse sentido, não descartamos a hipótese de que a existência dessa artimanha do Governo Provisório, e do seu principal interessado, Vargas, seja totalmente falsa, principalmente para ampliar a base de apoio na Assembleia Nacional Constituinte. O que consideramos inadequado é a generalização, que não leva em consideração a diferença no processo histórico de formação dos sindicatos nos estados durante os

²⁵¹ Durante a pesquisa fomos identificando e contabilizando os sindicatos que eram anunciados nos jornais. Quando iniciou o processo de sindicalização em Santa Catarina, havia até dezembro de 1931, cerca de 40 sindicatos. Até o final de 1933 identificamos um total de 50 sindicatos e duas Federações de trabalhadores – uma em Joinville e outra em Florianópolis. Contudo, muitos desses não tiveram continuidade, eram simplesmente criados provisoriamente, mas não chegavam efetivamente a manter suas atividades muito menos a receberem a carta sindical do Ministério do Trabalho, que oficializava essa associações, as associações nestas condições serão expostas no decorrer do trabalho.

anos 1930 e como os trabalhadores fizeram-se parte deste processo. Como no caso de Santa Catarina.

Os sindicatos que elegeram seus delegados-eleitores foram na sua maioria criados entre novembro de 1931 e janeiro de 1932, quando a representação das associações profissionais ainda não estava consolidada.

Se novamente nos servirmos da organização e da participação dos trabalhadores catarinenses, no decorrer do período que coincide com o Governo Provisório e, por sua vez, da implantação de uma política corporativista, podemos notar que havia entre os trabalhadores a perspectiva de participação, através de suas instituições, no corpo institucional do Estado. Seja através dos sindicatos como “órgão legislativo”, como mencionado por Agrippino Nazareth; ou na possibilidade de representantes dos trabalhadores no Conselho Consultivo Estadual no qual, cabe lembrar, os trabalhadores buscariam a legitimação pela consulta às suas associações de classe e através de eleições entre seus pares, num momento em que qualquer forma de escrutínio era desconsiderada e postergada pelo Governo Provisório, sobretudo no que diz respeito à formalização de uma Constituinte.

Além disso, as organizações sindicais transitavam entre o projeto corporativista do Ministério do Trabalho (quando isso representava uma forma de organizar os trabalhadores e para a conquista de direitos); e uma posição combativa, quando não tinham os direitos respeitados. Os trabalhadores sabiam se aproveitar tanto de uma fórmula quanto de outra (corporativismo ou combatividade), dependendo da avaliação sobre o momento e da fórmula que lhes parecesse mais favorável.²⁵²

2.4 *Processo das Eleições Classistas em Santa Catarina*

Depois de um longo processo para a regulamentação do Artigo 142, do “Código Eleitoral” (1932), no qual se previa a representação das associações profissionais, o Governo Provisório regulamentou, através de quatro decretos, entre 20 de abril e 14 de julho de 1933, os quais expunham o fracionamento e o modo de escolha da bancada dos

²⁵² Sobre a perspectiva de uma apropriação da estrutura sindical e a noção de “patrimônio adquirido v. SILVA, Fernando Teixeira. Direitos, Política e Trabalho no Porto de Santos. In: FORTES, Alexandre. *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, SP: UNICAMP, 1999.

deputados classistas (22.653, 20 abril)²⁵³, as instruções para as eleições dos representantes das associações profissionais (22.696, 11 maio), a ampliação do prazo para reconhecimento das entidades (22.745, 24 maio). Por fim, fez esclarecimentos e completou as instruções sobre a instituição da representação das associações profissionais na Constituinte Nacional.

Esta seqüência de decretos para regular a eleição e a atividade dos deputados classistas nos leva três hipóteses: a dificuldade, do Governo Provisório, para estabelecer critérios que regeriam a escolha dos representantes das associações profissionais; a inexistência de um projeto político bem concebido; ou a demora seria uma estratégia para controlar a eleição, com segurança, isto é, o objetivo era evitar a ascensão de grupos que ameaçassem a harmonia social.²⁵⁴

Vencidas as dificuldades, pelo menos em parte, os sindicatos e associações profissionais deveriam eleger seu delegado-eleitor através de assembleia geral convocada pela diretoria.²⁵⁵ No total, 25 sindicatos de empregados, em Santa Catarina, estavam aptos a participarem do pleito no Distrito Federal.

2.4.1 Eleições dos Delegados-Eleitores dos Empregados em Santa Catarina

Diante da confirmação da representação das associações profissionais na Assembleia Constituinte e a da definição das regras para as eleições, os sindicatos e associações passaram a mobilizar-se e definir os seus representantes.²⁵⁶

O processo de escolha deu-se através de reuniões preliminares que tinham o intuito de debater a instituição da representação das associações profissionais e propor os candidatos. Os sindicatos deveriam definir se participariam ou não do pleito classista. O que nos leva a crer que não havia consenso e que o debate não estava encerrado, pelo

²⁵³ Cabe lembrar, 40 cadeiras destinadas a bancada dos deputados classistas, sendo estas divididas em 20 aos empregados, sendo 2 destinadas aos funcionários públicos, e 20 aos empregadores, sendo 3 destinadas aos profissionais liberais.

²⁵⁴ Cf. BARRETO, op. cit., 99-101.

²⁵⁵ Cf. BRASIL. *Coleção das Leis de 1933. Atos do Governo Provisório (Abril a Junho)*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1934, v. II, pp. 78 e 79.

²⁵⁶ A primeira Assembléia Geral realizada em Santa Catarina, para eleger o delegado-eleitor ocorreu em São Francisco do Sul, em 1º de junho, pelo sindicato “União dos Operários Estivadores”, sendo eleito Antonio Pennafort de Souza. Cf. O ESTADO. Florianópolis, 2 jun. 1933, p. 1.

menos entre os trabalhadores.²⁵⁷ Portanto, é possível que alguns sindicatos tenham contestado a representação e se negado a eleger seus representantes.

Vencida essa etapa, passava-se à indicação dos candidatos das respectivas associações sindicais. Eventualmente poderia ocorrer uma espécie de “campanha” em que mais de um candidato por associações estivesse concorrendo. Como se tratava de uma disputa, a indicação de determinados candidatos poderia ocasionar o desentendimento entre as correntes que estivessem disputando a vaga.²⁵⁸ Após eleito, o candidato proferia um discurso, agradecendo pela “missão” a que lhe era incumbido.²⁵⁹

Manoel Alves Ribeiro – militante do PCB dos anos 30 até 1980 – relatou em entrevista, décadas depois, que houve, em Florianópolis e região, uma campanha para eleger Álvaro Ventura. Devemos considerar, pois, quaisquer redefinições existentes sobre a memória deste militante e trabalhador, sobretudo quanto ao processo eleitoral, pois, segundo Ribeiro, houve a mobilização dos sindicatos, que contou com a influência do PCB, para eleger Alvaro Ventura. Porém apenas um sindicato era responsável pela indicação de seu delegado-eleitor, e não um conjunto de sindicatos em um estado. Mas não invalida a possibilidade de ter ocorrido mobilizações nos locais de trabalho, nesse caso, nas estivas, já que Ventura pertencia à “União dos Operários Estivadores de Florianópolis”, como uma forma de “campanha”.²⁶⁰ Segundo depoimento de Ribeiro, a campanha de Ventura: “foi bastante intensa, com comícios nas portas das fábricas, principalmente nas cidades periféricas de Florianópolis, como São José, Biguaçu e Palhoça.”²⁶¹

O processo de escolha poderia contar, ainda, com a presença do representante estadual da Inspeção Regional do Ministério do Trabalho, para o controle e administração do pleito para delegado-

²⁵⁷ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 31 maio 1933, p. 1. “Após prolongados debates num ambiente de pura cordialidade, ficou deliberado, por absoluta maioria de votos, que a “Assemércio” se faria representar à Convenção dos Representantes Profissionais por um de seus sócios, cuja eleição realizar-se-á dentro em breve dias.” Ibid., loc. cit.

²⁵⁸ Foi o exemplo da “Associação dos Funcionários Públicos Cíveis de Santa Catarina” em que a indicação do presidente da associação teve oposição, sobre o argumento de ser sua “presença imprescindível” a frente da sociedade. Cf. O ESTADO. Florianópolis, 15 jun. 1933, p. 6; Id.,
²⁵⁹ cf. O ESTADO. Florianópolis, 10 jun. 1933, p. 6.

²⁶⁰ Cf. RIBEIRO, Manoel Alves. *Entrevista...*, f. 2; Martins, Celso. *Os Comunas...*, p. 54.

²⁶¹ RIBEIRO, Manoel Alves. *Entrevista...*, f. 2.

eleitor²⁶², o inspetor desempenhava o mesmo papel que o Ministro do Trabalho, no Distrito Federal, o qual acompanhava as eleições para deputados classistas, além de presidi-las.²⁶³

As escolhas dos delegados-eleitores dos empregados de determinados sindicatos recaíram sobre lideranças que participavam do movimento operário em Santa Catarina e que ocuparam a presidência de associações de classe, bem como participaram em movimentos de sindicalização, de reivindicação e de greve.²⁶⁴

Álvaro Soares Ventura (delegado-eleitor da “União dos Operários Estivadores”) e João dos Passos Xavier (“Sindicato dos Operários em Construção Civil”), estiveram à frente do movimento pela sindicalização em Florianópolis, São José e Biguaçu, coordenando em 1932, por intermédio da “Federação Regional dos Sindicatos de Florianópolis”, a “campanha” pela organização sindical, na qual estavam incluídas viagens ao Rio de Janeiro para a oficialização das associações.

Passos Xavier fez parte da diretoria provisória do “Sindicato dos Operários em Construção Civil”²⁶⁵, como delegado geral e da FRSF, como presidente provisório. Álvaro Ventura, por sua vez, foi presidente da FRSF. Porém, se ambos perseguiram os mesmos objetivos, ou seja, organização e sindicalização dos trabalhadores, politicamente, estavam em lados opostos, já que Álvaro Ventura era um dos principais elementos do grupo de comunistas do estado e João dos Passos estava ligado ao movimento católico, mas nem por isso deixou de reivindicar a execução das leis trabalhistas.²⁶⁶

Egídio Cidade foi presidente da “União dos Estivadores de Laguna”²⁶⁷ (pela qual foi escolhido como delegado-eleitor) durante o movimento grevista, que durou um mês. O sindicato reivindicava melhores condições de trabalho para os estivadores e, principalmente, o

²⁶² V. Anexo III onde consta os sindicatos que tiveram o pleito fiscalizado pela Inspeção Regional do Ministério do Trabalho.

²⁶³ Ao contrário das eleições dos representantes populares que tinham como órgão mediador a Justiça Eleitoral e que homologaria os eleitos, para a representação das associações profissionais a administração e condução seria feita pelo Ministério do Trabalho, mesmo os recursos seriam “julgados” pelo “Ministério”. Cf. BARRETO, op. cit., v. 1, p. 101 e 102.

²⁶⁴ A referência aos trabalhadores e à atuação dos mesmos no movimento operário foi recuperada de acordo com a disponibilidade de informações obtidas ao longo da pesquisa, não sendo extensiva ou conclusiva.

²⁶⁵ REPÚBLICA. Florianópolis, 8 dez. 1931, p. 2.

²⁶⁶ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 21 mar. 1932, p. 6; Id., 4 jun. 1932, p. 1; Id., 24 jun. 1932, p. 1; Id., 28 nov. 1933, p. 8; REPÚBLICA. Florianópolis, 8 dez. 1931, p. 2; Id., 22 mar. 1932, p. 4; Id., 24 jun. 1932, p. 2; COLLAÇO, op. cit., p. 36; LEUCHTENBERGER, op. cit., p. 116.

²⁶⁷ REPÚBLICA. Florianópolis, 2 fev. 1933, p. 3.

controle do serviço portuário pelo sindicato, com a designação de horários e das turmas de sindicalizados.²⁶⁸

Antonio Pennafort de Souza (“União dos Estivadores de São Francisco do Sul”²⁶⁹) era outro nome conhecido, no meio operário. Além de liderar o processo de sindicalização, em São Francisco do Sul, integrou-se a comissão de Agripino Nazareth, promovendo a organização sindical em Santa Catarina. Foi delegado geral da “Federação Regional dos Trabalhadores de Santa Catarina”, sediada em Joinville, delegado da “Federação do Trabalho em Santa Catarina”, em Florianópolis.²⁷⁰

Francisco Antonucci (“Sindicato dos Operários Hervateiros”²⁷¹) e Joaquim Neves (“Aliança dos Operários em Construção Civil”²⁷²) fizeram parte da “Federação Regional dos Trabalhadores”²⁷³ e participaram da comissão de negociação entre os operários e a “Associação Comercial”, em Joinville, durante a greve dos trabalhadores na qual reivindicavam a execução do decreto que regulamentava a jornada de 8 horas de trabalho.²⁷⁴ Antonucci compôs ainda a diretoria provisória do “Sindicato dos Classificadores e Empilhadores de Madeira”, em 1931.²⁷⁵

O prazo final para a realização das Assembleias de escolha dos delegados-leitores era 30 de maio, posteriormente prorrogada para 30 de junho. Além desse prazo, o sindicato teria, depois de conhecido o delegado-eleitor, de enviar, por telegrama, para o Ministério do Trabalho o nome do eleito, e ainda enviar uma cópia autenticada da ata da Assembleia Geral. Entre outras exigências para a homologação do delegado-eleitor, estava a de chegar com 8 dias de antecedência ao Distrito Federal, levando consigo os demais documentos que comprovassem os poderes a que estava imbuído pela sua respectiva associação profissional, prova de que exercia há pelo menos 2 anos a profissão. Também deveria comprovar a filiação à entidade que representava, bem como a cópia da ata da reunião em que fora eleito e

²⁶⁸ Cf. REPUBLICA. Florianópolis, 3 fev. 1933, p. 4.

²⁶⁹ A NOTICIA. Joinville, 28 nov. 1931, p. 4.

²⁷⁰ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 4 dez. 1931, p. 6; A NOTICIA. Joinville, 14 nov. 1931, p. 1; Id., 15 nov. 1931, p. 1 e 8; PATRIA. Florianópolis, 19 nov. 1931, p. 3; REPUBLICA. Florianópolis, 2 dez. 1931, p. 2; Id., 5 dez. 1931, p. 3; Id., 9 ago. 1932, p. 2.

²⁷¹ A NOTICIA. Joinville, 20 nov. 1931, p. 3.

²⁷² A NOTICIA. Joinville, 18 nov. 1931, p. 4; Id., 19 nov. 1931, p. 6.

²⁷³ A NOTICIA. Joinville, 21 nov. 1931, p. 4.

²⁷⁴ A NOTICIA. Joinville, 17 jan. 1933, p. 1.

²⁷⁵ Cf. A NOTICIA. Joinville, 20 nov. 1931, p. 3.

um exemplar do estatuto da entidade todos os documentos deveriam ser autenticados pela diretoria.²⁷⁶

2.4.2 *As Eleições dos Representantes Classista dos Empregados*

Dos 25 sindicatos de Santa Catarina que elegeram seus delegados-eleitores, 20 tiveram seus representantes homologados para participarem do colégio eleitoral o qual escolheria os deputados classistas, conforme o Quadro VI (abaixo)²⁷⁷. Tal estágio é considerado crítico por alguns autores, pois havia o risco de manipulação do resultado e exclusão de delegados-eleitores dos empregados que fossem menos favoráveis ao Governo.²⁷⁸

Quadro II:
Relação de sindicatos e de delegados-eleitores aptos a participarem do pleito dos deputados classistas

	Sindicato	Município	Data de reconhecimento	Delegado-eleitor
1	Trab. em Paioís e Trapiches	Laguna	10 dez. 1932	Antonio Julio da Rosa
2	União dos Estivadores	Laguna	10 dez. 1932	Egídio Cidade
3	Trab. em Armazés e Trapiches	São Francisco do Sul	03 ago. 1932	Rufino dos Santos
4	Soc. União dos Op. Estivadores	São Francisco do Sul	26 jan. 1932	Antonio Pennafort de Souza
5	Op. Em Padarias	Florianópolis	05 dez. 1932	Theodoro Fernandes da Silva
6	União dos Op. Estivadores	Florianópolis	21 set. 1932	Álvaro Soares Ventura
7	Assoc. dos Emp. no Comércio	Florianópolis	17 maio 1933	Raul Wendhausen
8	Op. em Const. Civil	Florianópolis	22 jun. 1932	João dos Passos Xavier
9	União Emp. Hotéis, Rest. E cong.	Florianópolis	08 dez 1932	Alfredo Vieira
10	Trab. em Armazéns e Trapiches	Florianópolis	05 dez. 1932	Roberto Bayestouf
11	Op. Fáb. De Rendas e Bordados	Florianópolis	22 jun. 1932	Ricieri Beltrani
12	Hervateiros	Joinville	30 set. 1932	Lucio Amaral
13	Aliança dos Op. em Const. Civil	Joinville	30 set. 1932	Joaquim Neves
14	Op. Emp. Em Moinhos	Joinville	30 set. 1932	Ewaldo Scheibe

²⁷⁶ Cf. BARRETO, op. cit., v.1, p. 117.

²⁷⁷ V. Anexo IV: consta o nome do delegado-eleitor, da associação e a cidade de 21 dos 25 escolhidos, 4 nomes não foram possíveis de identificar.

²⁷⁸ Entre os delegados-eleitores que constam no Anexo IV e que não foram homologados, conforme o Quadro II está Francisco Marçal, os demais não nos foi possível identificar.

15	Classificad. e Empilh. de Madeira	Joinville	30 set. 1932	Francisco Antonucci
16	União dos Op. em Fáb. De Papel	Itajaí	21 out. 1932	Carlos Otto Priess
17	União dos Op. Metalúrgicos	Itajaí	31 maio 1933	Manoel Muller
18	Marítimo de Pequena Cabotagem ⁱ	Itajaí	11 ago. 1933	Alberto Werner Sobrinho
19	Op. Fiação e Tecelagem ⁱ	Brusque	22 jun. 1933	Luiz Guimarães de Oliveira
20	Charuteiros ⁱ	Blumenau	19 jun. 1933	José Antonio dos Anjos
	Aliança Op. Fiação e Tecelagem ⁱⁱ	Joinville	19 abr. 1933	
	Encaixotadores e Trab. Armazéns ⁱⁱ	Joinville	30 set. 1932	
	Metalúrgicos ⁱⁱ	Joinville	30 set. 1932	
	Condutores de Veículo ⁱⁱ	São Francisco do Sul	23 dez. 1932	
	Trab. em Transportes Marítimos ⁱⁱ	São Francisco do Sul	02 set. 1932	

i - Reconhecida fora do prazo estabelecido pela lei, mas cujo delegado-eleitor foi homologado.

ii – Reconhecida pelo Ministério do Trabalho, não consta na listagem de delegados-eleitores homologados.

Fonte: BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. *Aspectos Institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930*. Porto Alegre, 2001. Tese (Doutorado em História) PUC-RS, 2001, v. 2, Anexo.

Com relação ao Quadro II, alguns pontos devem ser analisados. As datas de reconhecimento não estão diretamente ligadas ao período de organização dos sindicatos, visto que a oficialização vinha meses depois. Além disso, o número total de sindicatos não corresponde ao número total de delegados-eleitores homologados.

Pela data de reconhecimento, 19 dos 25 sindicatos foram reconhecidos no ano de 1932. Em Joinville, 6 dos 7 sindicatos existentes, naquele momento, foram reconhecidos na mesma data – 30 de setembro –, o que aponta para uma conjuntura diversa daquela iniciada por Agripino Nazareth, no final de 1931, pois a condução da organização sindical e do reconhecimento pelo Ministério do Trabalho estavam sendo agilizadas.

Por sua vez, essa agilidade se enquadrava na atuação do Cap. tte. da Marinha Aurélio Linhares, representante do Ministério do Trabalho em Joinville. Linhares era membro e fundador do “Clube Três de Outubro”, em Santa Catarina, portanto devemos associar a sua atuação como representante do Ministério do Trabalho com os objetivos do clube, sobretudo, os que eram voltados para os trabalhadores: apoiar na organização das associações profissionais e, principalmente, defender a

implantação da representação das associações profissionais no parlamento, definida em fevereiro de 1932.

Considerando o quadro acima, a divisão por Municípios, ficam 7 em Florianópolis, 7 em Joinville, 4 em São Francisco do Sul, 3 em Itajaí, 2 em Laguna, 1 em Brusque, 1 em Blumenau. Sendo que, regionalmente a concentração maior de sindicatos estava na região Norte do estado (Joinville e São Francisco) com 11 sindicatos. Em seguida vinha o Vale do Itajaí (Itajaí, Blumenau e Brusque) com 5 sindicatos, isolados estavam Florianópolis e Laguna.

De acordo com a legislação, o delegado-eleitor deveria estar no Rio de Janeiro com 8 dias de antecedência (Decreto 22.696/1933) para a votação dos deputados classistas. No caso dos empregados a eleição seria no dia 20 de julho, portanto, deveriam estar na capital Federal já no dia 12 de julho. A viagem e a hospedagem dos delegados-eleitores poderiam ser disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho. Todavia, em determinados casos, a burocracia os impedia que chegassem a tempo.

Os delegados-eleitores das associações profissionais de Santa Catarina partiram nos dias 9 e 10 de julho.²⁷⁹ Destes delegados-eleitores, dois trabalhadores foram escolhidos como representantes classistas: Antonio Pennafort de Souza e Álvaro Soares Ventura (segundo suplente das bancada dos empregados).

2.5 *Os Trabalhadores Catarinenses na Constituinte Nacional*

Entre os trabalhadores eleitos deputados classistas estavam dois que representavam associações de Santa Catarina: Antonio Pennafort de Souza, titular; e Álvaro Soares Ventura, suplente. Ambos Assumiram a vaga no Parlamento, em momentos distintos: Pennafort esteve na Constituinte durante todo o período de elaboração da Carta Constitucional (novembro de 1933 a julho de 1934) e Ventura quando a Assembleia Constituinte já assumira o caráter de congresso ordinário. Ao analisarmos a atuação destes, no Parlamento, o que pretendemos é expor o contexto, as decisões, as articulações e posições dentro do Congresso Nacional.

²⁷⁹ Cf. BARRETO, op. cit., v. 1, pp. 119, 148, 149, 150; REPUBLICA. Florianópolis, 8 jul. 1933, p. 3; Id., 12 jul. 1933, p. 2.

2.5.1 Antonio Pennafort de Souza

Os dados biográficos de Antonio Pennafort são escassos, limitados a poucas fontes e mesmo assim incompletos, o que iremos apresentar aqui é um apanhado do que podemos recolher ao longo da pesquisa.

Antonio Pennafort de Souza era natural do Piauí e foi estivador, na cidade portuária de São Francisco do Sul, litoral Norte do estado de Santa Catarina, onde constituiu família.²⁸⁰ Foi marinheiro e navegou em embarcações estrangeiras. Esteve a serviço do Loyde Brasileiro, de onde se afastou por divergir da opinião do então diretor da Empresa, comandante Cantuária Guimarães; era contra-mestre da Marinha Mercante.²⁸¹ Em São Francisco do Sul foi encarregado pela “União dos Estivadores do Rio de Janeiro” de organizar a estiva daquela cidade, como uma sucursal do Rio de Janeiro.²⁸²

Distinguiu-se como de “índole jacobina”, provavelmente por ter participado, em 1915, da revolta dos sargentos – rebelião que ocorreu no Rio de Janeiro, com o intuito de derrubar o governo de Venceslau Brás e organizar uma República Parlamentar. O conflito teve como líderes os deputados Maurício Lacerda e Agripino Nazareth. Durante a Constituinte, Pennafort, defendeu a ampliação do prazo da anistia, de forma irrestrita, para o período de 1910 até aquele momento, 1934. Um período que contemplava os envolvidos com a Revolta da Chibata, em 1910.²⁸³

Sua atuação no estado de Santa Catarina podia se caracterizar como reformista, pela sua aproximação com políticos locais e por pautar suas ações com diálogo e acordos. Segundo Adolfo Konder – presidente do estado, entre 1926 e 1930 – e um dos constituintes em 1933, definiu

²⁸⁰ BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. 9 dez. 1933. *Annaes da Assembléa Nacional Constituinte*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 26. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp>. Acesso: 12 abr. 2009. As páginas referem-se ao documento digitalizado e não ao original.

²⁸¹ *Ibid.*, 17 jan. 1933, p. 16 e 17.

²⁸² Os motivos que levaram a tal são desconhecidos por nós. Pela documentação no Arquivo Público de Santa Catarina, a “União dos Estivadores do Rio de Janeiro” mantinha contato constante com o governo do estado, bem como a “Sucursal” de São Francisco do Sul, a qual Pennafort era presidente. O mais intrigante é um ofício da “União dos Estivadores do Rio” em que afirmam o apoio da entidade ao então candidato a presidência Julio Prestes, e posteriormente em discurso na Constituinte, Pennafort afirmou, junto com outros trabalhadores, “ter pego” em armas e apoiado o movimento revolucionário de 1930. Cf. *Ibid.*, 28 abr. 1934, p. 37.

²⁸³ Cf. BRASIL. *Annaes da Assembléa...*, 28 mar. 1934, p. 45 e 47. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp>. Acesso: 12 abr. 2009.

Pennafort como “um exemplo a ser lembrado”. Seu contato com Pennafort se deu quando este apresentou-se com uma carta de recomendação do chefe dos estivadores do Rio de Janeiro, que o incumbira de organizar a estiva do porto de São Francisco.²⁸⁴ Entretanto, a recepção do operário foi com restrições – afirmou Adolfo Konder, pois acreditava-se que ele era mais um “agitador”. Contudo mostrou ter uma “intervenção” entre patrões e empregados, “útil e benéfica”.²⁸⁵

Segundo Konder: “foi elle o elo a unir as actividades conjugadas que desde então marcharam entendidas, no sentido de uma cooperação sincera e efficaz.” A colaboração de Pennafort foi essencial para que não se registrasse nenhuma greve durante o período que Konder foi Presidente do estado (1926-1929), como chegou a afirmar: “durante meu governo, não se registrou uma só greve por motivo de desentendimento entre empregadores e empregados.”²⁸⁶

Durante o processo de sindicalização, iniciado em 1931, Pennafort foi um dos que esteve à frente da campanha. Ocupou cargo de delegado geral da “Federação Regional dos Trabalhadores de Santa Catarina”, com sede em Joinville. Posteriormente, atuou como delegado da “Federação do Trabalho em Santa Catarina” (1932) e esteve à frente da organização do “Partido Operário Socialista”, que não chegou a pleitear cargos eletivos.²⁸⁷

Na Constituinte, defendeu e apresentou emendas à nacionalização da Marinha Mercante e a obrigatoriedade em todos os portos da praticagem, por nacionais. Pennafort nos seus pronunciamentos recorria a sua “experiência” de marinheiro e o conhecimento sobre o serviço portuário ao redor do mundo como forma de argumentação, principalmente, quando tratava dessas temáticas em emendas ao “Anteprojeto” propostas por ele. Como integrante da bancada dos deputados classistas dos empregados foi signatário e cossignatário de emendas que abrangiam os trabalhadores em geral, tais como a participação dos lucros da empresa, direito de greve e a liberdade sindical. Suas atividades na Constituinte continuaram quando esta

²⁸⁴ Cf. BRASIL. Câmara dos Deputados. 28 ago. 1934. *Annaes da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936, p. 46. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>. Acesso: 13 maio 2009.

²⁸⁵ Cf. *Ibid.*, loc. Cit.

²⁸⁶ *Ibid.*, loc. cit.

²⁸⁷ Cf. A NOTICIA. Joinville, 21 nov. 1931, p. 4; REPÚBLICA. Florianópolis, 9 ago. 1932, p. 4; APESC. *Ofícios de Diversos para Governador*, 1933, jan.-dez., f. 276.

assumiu funções ordinárias, até agosto de 1934, quando foi assassinado, no Rio de Janeiro, por uma mulher que ele vinha assediando.²⁸⁸

Passaremos a destacar algumas matérias que Pennafort esteve envolvido e defendeu na Constituinte; segundo ordem de importância: a nacionalização da cabotagem, seguida da obrigatoriedade da praticagem – temas estes de cujas emendas foi cossignatário.

2.5.1.1 *Nacionalização da Cabotagem*

A matéria com a qual Pennafort envolveu-se e freqüentemente manifestava-se na Assembleia Nacional Constituinte foi a nacionalização da cabotagem.²⁸⁹ Associada a essa questão estavam outras problemáticas que o deputado procurou englobar: o serviço portuário e os operários marítimos. Para Pennafort a nacionalização da cabotagem e a exclusividade aos marítimos brasileiros eram questões interdependentes, de acordo com ele: “uma vez que se ofereça oportunidade da nacionalização dos trabalhos da marinha mercante, é necessário conceder tal direito aos marítimos.”²⁹⁰

Na referência à cabotagem, o “Anteprojeto de Constituição” resguardava a competência “privativamente” à Assembleia Nacional²⁹¹ para legislar sobre esta matéria, estava redigido da seguinte forma: “Navegação de cabotagem e dos rios e lagos do país podendo permitir a liberdade da primeira se assim o exigir o interesse público; portos; viação férrea, rodoviária, aérea e respectivas organizações de terra.”²⁹²

Duas emendas visavam alterar o dispositivo acima do “Ante-Projeto”, uma de Antonio Pennafort e outra de Edgard Teixeira Leite, em que Pennafort era cossignatário. Na primeira, de número 568, e apresentada em 19 de dezembro de 1933, excluiu-se a parte do texto que dava margem à livre concorrência sobre a navegação de cabotagem.²⁹³ Na segunda, de número 1.108, de 16 de dezembro, a perspectiva da nacionalização da cabotagem era mais bem delineada. Nesta, a liberdade de cabotagem era substituída por: “a navegação de cabotagem será feita

²⁸⁸ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 28 ago. 1934, p. 6.

²⁸⁹ Transporte entre portos do território nacional.

²⁹⁰ BRASIL. *Annaes da Assembléa...*, 17 jan. 1934, p. 16. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp>. Acesso: 12 abr. 2009.

²⁹¹ Designava a reunião conjunta da Câmara dos Representantes e da Câmara dos Estados para apreciar a mensagem do presidente da República e aprovação das contas da Presidência da República e dos ministros de Estado.

²⁹² *Ibid.*, 16 nov. 1933, p. 11.

²⁹³ Cf. *Ibid.*, 27 nov. 1933, p. 346.

por navios nacionais.”²⁹⁴ Nas justificativas, das respectivas emendas, temos a argumentação e o posicionamento dos autores sobre a nacionalização sobretudo o papel que ela deveria desempenhar junto aos trabalhadores.

Segundo Antonio Pennafort, o artigo do “Anteprojeto”, da forma como foi redigido, não só abria espaço para a liberdade de cabotagem, sem vínculos nacionais, como significava “uma abdicação da soberania nacional”²⁹⁵. Edgard Teixeira Leite julgava ser um “crime contra o Brasil”, o que ameaçaria a “nossa capacidade de defesa nacional.”²⁹⁶ Ambos, Pennafort e Leite, atribuem grande importância para a defesa nacional a manutenção da Marinha Mercante como atividade nacionalizada, da forma que o era até aquele momento, instituída pela Constituição de 1891 e por decreto do Governo Provisório²⁹⁷. Ainda, segundo os respectivos deputados, a “desnacionalização” da Marinha Mercante seria um delito contra a economia nacional e uma “ameaça permanente à nossa produção.”²⁹⁸

Temos aqui o desdobramento do debate que ocorreu entre a perspectiva de uma economia liberal e de uma economia nacional. A primeira atestada pelo “Anteprojeto”, singularmente redigido pelo Governo Provisório, inserido na conjuntura exposta no capítulo 1. A segunda questiona as atribuições antinacionais do “Anteprojeto”, aos deputados supracitados. A referência estava na Constituição de 1891, geralmente distinguida como liberal.

Cabe ainda notar o cerne da argumentação, direcionado para a questão da defesa nacional. O tema surgiu nas mais variáveis conotações: comportamento social, propaganda política, ao trabalho; tinha uma relevância que extrapolava as forças armadas. Correspondendo a esta perspectiva, Pennafort aludia ao princípio de que: “a cabotagem será sempre nacional. São os interesses da economia e, portanto, da defesa nacional que assim determinavam”.²⁹⁹ Da mesma forma, Teixeira Leite relaciona a produção e a defesa nacional. Seria constante esse tipo de afirmação por Antonio Pennafort, na Constituinte, relacionando a nacionalização da cabotagem e a importância que se reservava ao emprego de nacionais.

²⁹⁴ Ibid., p. 399.

²⁹⁵ Ibid., p. 347.

²⁹⁶ Ibid., p. 399.

²⁹⁷ Decreto 20.303, de 19 de agosto de 1932, que define a nacionalização do trabalho na Marinha Mercante.

²⁹⁸ Cf. Ibid., pp. 347 e 399.

²⁹⁹ Ibid., pp. 347.

Quando da discussão, em segundo turno, do projeto de Constituição da Comissão dos 26³⁰⁰, encarregada de redigir com emendas apresentadas pelas Comissões e sub-Comissões dos temas constitucionais, Pennafort apresentou outra emenda (nº. 427), já que o “substitutivo da Comissão dos 26” não traduzia as aspirações das classes marítimas.³⁰¹

2.5.1.2 *Praticagem Obrigatória*

Na emenda número 566, a qual o autor era Antonio Pennafort, era defendida a obrigatoriedade da praticagem³⁰²: “A praticagem dos portos e barras nacionais será obrigatória.”³⁰³ Na justificativa apresentada junto com a emenda, Pennafort direciona suas críticas à praticagem exercida por estrangeiros. Todavia, era uma questão controversa, pois mesmo a praticagem nos portos ser definida por lei, não era aplicada, razão pela qual ganhou repercussão dentro e fora da Constituinte.

Em fevereiro de 1934, Pennafort, recebeu o apoio dos práticos “natos” do “Centro dos Práticos do Rio de Janeiro”: “solidários com a patriótica atitude assumida por V. Ex., em defesa da nacionalização da Marinha Mercante Brasileira e da praticagem obrigatória nos portos da República.”³⁰⁴

O manifesto encaminhado ao deputado ainda fazia menção ao papel que os práticos tiveram durante a I Guerra, quando obtiveram a obrigatoriedade pelo serviço. Eles questionavam o argumento das autoridades de que o serviço de praticagem deveria ser livre, e manifestaram o desejo de ver a atividade de praticagem sob controle de uma associação de classe, conforme proposto durante o conflito mundial pelo Ministro da Marinha em 1917. Entre as principais razões aventadas pelo “Centro dos Práticos” para a obrigatoriedade da atividade, estava a vantagem de evitar perdas e desastres.³⁰⁵

Na discussão, em segundo turno, do substitutivo da Comissão dos 26, Pennafort apresentou novamente uma emenda – a de nº. 427 – que

³⁰⁰ A Comissão dos 26 era formada por representantes dos estados e por representantes classistas, responsáveis por analisar as emendas e regir o projeto de “Constituição” durante a Assembléia Nacional Constituinte.

³⁰¹ Cf. *Ibid.*, 28 mar. 1934, p. 43

³⁰² Serviço de condução de embarcações em portos e barras, em áreas onde existem dificuldades ao livre e seguro tráfego de navios.

³⁰³ BRASIL. *Annaes da Assembléa...*, 27 nov. 1933, p. 346. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp>. Acesso: 12 abr. 2009.

³⁰⁴ *Ibid.*, 27 fev. 1934, p. 47.

³⁰⁵ Cf. *Ibid.*, pp. 48 e 49.

compreendia a praticagem em portos, já que a Comissão não incluiu no texto a emenda que tinha apresentado antes, porém, com uma diferença: não suscitava a obrigatoriedade, como na emenda anterior, apenas referia-se aqueles que deveriam desempenhar a atividade de prático, que por sua vez se restringia aos brasileiros natos.

No texto da “Constituição” prevaleceu como estava disposto na emenda 427, apenas a garantia de que brasileiros natos exerceriam a praticagem: “Art. 132. Os proprietários, armadores e commandantes de navios nacionaes, bem como os tripulantes na proporção de dois terços pelo menos, devem ser brasileiros natos, reservando-se tambem a estes a praticagem das barras, portos, rios e lagos.”³⁰⁶ Deixava de ser uma competência sobre a qual se poderia legislar e regulamentar, passava a ser um dispositivo constitucional do capítulo “Da Ordem Econômica e Social”. Curiosamente, no primeiro artigo deste capítulo, está expresso: “é garantida a liberdade econômica.”³⁰⁷

Comparativamente, a primeira emenda apresentada por Pennafort e a posterior ao “substitutivo” não possuem continuidade: a primeira defendia a obrigatoriedade da praticagem nos portos, a segunda, a exclusividade aos nacionais. Porém, o teor da justificativa anexada à emenda 566 e dos seus discursos na Constituinte mantinham-se a coerência; a alusão ao controle das atividades portuárias estrangeiras, à necessidade de naturalização e ao emprego de nacionais .

2.5.1.3 *A Experiência como Argumento*

Em suas exposições, Antonio Pennafort utilizava duas fundamentações para a defesa da nacionalização da cabotagem e para a praticagem: o papel desempenhado pela Marinha Mercante durante o conflito mundial (1914-1919), e sua experiência como marítimo em empresas nacionais e internacionais.

De acordo com Pennafort, a nacionalização era uma recompensa aos marítimos nos serviços prestados durante a Primeira Guerra Mundial, com “heroísmo e bravura”, pois tinham a incumbência de transportar, através dos “mares bloqueados”, os gêneros de primeira necessidade aos exércitos aliados. Segundo o deputado, as empresas estrangeiras eram as únicas interessadas na livre cabotagem, sem nenhum compromisso com o Brasil e, se repetisse os fatos que

³⁰⁶ BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934. *Diário do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro, ano II, nº. 198, 19 dez. 1935, p. 9266.

³⁰⁷ *Ibid.*

ocorreram durante a I Guerra, retirar-se-iam para seus países. Argumentava:

Não é possível que, durante a paz, se abandone a marinha mercante nacional. Os estrangeiros, agora, pleiteam a cabotagem livre, para explorá-la sequiosos de ouro – objetivo primordial dos gananciosos. Quando, entretanto, o Brasil se achar em guerra, essas mesmas bandeiras estrangeiras, que ora se batem pela liberdade de cabotagem, se afastarão, por certo, das costas do Brasil. Então, quem servirá o Brasil? Serão os próprios brasileiros, que voltarão a cumprir o seu dever, conforme o fizeram durante a conflagração mundial.³⁰⁸

Com respeito ao desempenho à praticagem dos portos litorâneos mantém o autor a mesma linha de pensamento. Pennafort reproduzia uma dialética classista, apropriando-se de determinados temas, como o espírito de nacionalidade ou a moralidade, e os arregimentava em conformidade com seus interesses. E o que se comprova em um memorial que lhe foi encaminhado pelo “Centro dos Práticos do Rio de Janeiro”:

Quando o Brasil entrou na guerra mundial de 1917, o então Sr. Ministro da Marinha, como medida de prudência mandou que se tornasse obrigatório o serviço de praticagem em todos os portos da República, para defesa nacional, requisitando para esse serviço os práticos nacionais como era de direito, pois, tratava-se da integridade nacional.³⁰⁹

A motivação dessa associação era a obrigatoriedade e o controle da atividade por brasileiros e suas associações de classe.

Pennafort frisava a importância que a frota do Lloyd Brasileiro³¹⁰ poderia desempenhar, tanto no processo de nacionalização como na questão do desemprego que afetava os marítimos, já que a companhia possuía vários de seus navios, parados. Ele afirmava: “estando a sua

³⁰⁸ BRASIL. *Annaes da Assembléa...*, 17 jan. 1934, p. 16. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp>. Acesso: 12 abr. 2009.

³⁰⁹ *Ibid.*, 27 fev. 1934, p. 48.

³¹⁰ Empresa estatal Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, proprietária de embarcações que realizava o transporte de mercadorias entre portos nacionais e internacionais. Extinta em 1997.

maioria fundeada na baía de Guanabara, estando o restante encalhado na Ilha do Mocanguê. O que necessitamos é de um administrador exemplar que, impulsionando os negócios da Companhia, tire da aflição e da miséria companheiros que se acham ao desamparo.”³¹¹ Conforme se vê, sua proposta direcionava-se para uma solução estatal e não envolvia o controle, por empresa de capital nacional. Frisando suas palavras:

sem o menor interesse em defender qualquer proposta apresentada por interessados que se queiram tornar arrendatários do Lloyd Brasileiro [...]. O que Faço, com todo desassombro, é defender os direitos dos meus companheiros trabalhadores do mar.³¹²

Ao que parece, não se tratava apenas da frota “monopolizada” por estrangeiros que deveria sofrer um processo de nacionalização, visto que os postos de trabalho também estavam inseridos em suas perspectivas: aos “nacionais” deveria ser assegurando as atividades da Marinha Mercante e serviços portuários. No mesmo “memorial” citado, os práticos alegavam: “só os navios estrangeiros aqui aportados utilizam-se de práticos e esses preferem os estrangeiros que conseguiram monopolizar a praticagem do porto [do Rio de Janeiro], não consentindo mesmo a intromissão de brasileiros nos seus grupos.”³¹³

Porém, Pennafort abria uma exceção aos estrangeiros “familiarizados conosco”, com família constituída no Brasil. Porém, era necessário, segundo o deputado, fazer com que esses cidadãos fossem naturalizados brasileiros para não privar o sustento de suas famílias. Por outro lado, era necessário evitar o que havia ocorrido na I Guerra Mundial quando vários funcionários de empresas estrangeiras, em setores estratégicos, como comunicação, retornaram aos seus países de origem.³¹⁴

Outro ponto de destaque é a articulação que Antonio Pennafort fazia entre a experiência que possuía como marítimo e sua exposição de ideias, sobretudo relacionadas com os trabalhadores e com o serviço naval – sempre em contraposição a um conhecimento técnico ou

³¹¹ BRASIL. *Annaes da Assembléa...*, 17 jan. 1934, p. 17. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/constituinte_principal.asp>. Acesso: 12 abr. 2009.

³¹² *Ibid.*, p. 18.

³¹³ *Ibid.*, 27 fev. 1934, p. 48.

³¹⁴ Pennafort menciona o caso da Companhia Telegráfica Western Cable em que os cargos de chefe de secção eram ocupados por ingleses. Durante a I Guerra a Companhia não fechou suas portas porque “os cargos de responsabilidade foram ocupados por brasileiros.” Cf. *Ibid.*, p. 51.

intelectual que afirmava não possuir, conforme podemos notar nesta fala: “Venho a tribuna neste momento fazer algumas considerações, não de ordem técnica, porquê me falta o preparo precioso, mas de natureza prática, em virtude dos conhecimentos que pude adquirir nas viagens pelo universo, como marinheiro que fui.”³¹⁵

Sobre a nacionalização da cabotagem, argumentava:

se defendo a medida, cujo alcance a ninguém escapará, é porquê tenho a respeito conhecimentos práticos – não teóricos, pois para isso me faltou o principal. Como marujo, tive a felicidade de percorrer o globo, em suas quatro partes. E, em todos os portos em que estive, encontrei, sempre, assegurado aos nacionais, o privilégio e a garantia em questão.³¹⁶

Da mesma forma analisava a praticagem obrigatória, aproximando sua experiência e a proposta:

Em todos os países, que tive a ventura de visitar, verifiquei serem elas privativas dos nacionais. No Brasil, com a sua costa imensa, temos diversas barras desamparadas. Eu mesmo, que já naveguei sob bandeiras estrangeiras, como a suéca, a norueguesa e a dinamarquesa [...], recordo-me de que, aportado, certa vez, em Cádiz, na Espanha, lá encontrei uma zona franca, com balisamento completo, por meio de quatro bóias, o que afasta qualquer perigo à navegação. Todos os navios, estrangeiros ou nacionais, são entretanto obrigados a ancorar a quinhentos metros daquelas bóias, à espera que o prático os conduza ao fundeadouro.³¹⁷

Se realmente possuía ou não conhecimento técnico, Pennafort conhecia as vantagens da atividade de praticagem – que significava segurança, quando praticada “exclusivamente” por profissionais.³¹⁸ Portanto, contrariava a ideia de liberdade profissional, ou seja, a possibilidade de que qualquer pessoa pudesse exercer uma profissão. A proposta de Pennafort foi mais adiante: “apelo para esta augusta

³¹⁵ Ibid., 28 mar. 1934, p. 43.

³¹⁶ Ibid., 17 jan. 1934, p. 16.

³¹⁷ Ibid., p. 17.

³¹⁸ Cf. Ibid., loc. cit.

Assembléa, afim de que seja dado o direito de praticagem obrigatória, *controlada por um sindicato*.³¹⁹ O controle direto pelo sindicato, a formação de *closed shop* era habitualmente uma das reivindicações de trabalhadores portuários, que deveria corresponder ao acesso de profissionais capacitados e à organização (escala) de trabalho portuário. Assim, poderiam neutralizar ameaças aos postos de trabalho, bem como distribuir as atividades por meio de rodízios.

Em janeiro de 1933, os estivadores e os trabalhadores de armazéns, trapiches e paióis de Laguna (SC), entraram em greve após serem confrontados pelos proprietários de embarcações e de armazéns, que se negavam a submeterem-se ao controle, tanto das atividades como da escala de pessoal, adotado pelos sindicatos dessas categorias. Os proprietários, indiferentes à reivindicação, passaram a utilizar trabalhadores não sindicalizados ou mesmo sem especialização como modo de enfraquecer o movimento grevista. Entre outras referências ao *closed shop* está o caso do porto de Santos, onde os portuários lutaram durante décadas para possuir o controle sobre o próprio trabalho e ficar “sem patrão”.³²⁰

Devido a experiência que possuía, tanto no Brasil como em outros países, a questão não causou estranheza a Pennafort. Além disso o “Centro dos Práticos”, no “memorial”, expressou sua expectativa com relação à organização do serviço de praticagem sendo efetuada por uma associações de trabalhadores, barrada anteriormente por ferir o “livre serviço de navegação”.³²¹

Do transcorrer das discussões até a apresentação de emendas em plenário, Pennafort apresentou a de nº. 427, que previa sua inserção no Título I da “Constituição Federal”, concernente à “Organização Federal” – uma combinação das duas emendas apresentadas anteriormente, cabotagem e praticagem, num mesmo artigo:

A navegação de cabotagem, assegurando-se, a exclusividade desta, a navios nacionais; sendo que o comando dos navios mercantes nacionais, praticagem das barras, portos rios e lagos só

³¹⁹ Ibid., loc. cit. (grifo nosso)

³²⁰ Cf. CORREIO DO SUL. Laguna, 1 jan. 1933, p. 3; CORREIO DO SUL. Laguna, 8 jan. 1933, p. 1; SILVA, Fernando Teixeira. Valentia e cultura do trabalho da estiva. In: BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando T., FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas, SP: UNICAMP, 2204, pp. 224-227.

³²¹ BRASIL. *Annaes da Assembléa...*, 27 fev. 1934, p. 48. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp>. Acesso: 12 abr. 2009.

poderá ser exercido exclusivamente, por brasileiros natos.³²²

A emenda foi aprovada com 145 votos cuja cobrança de apoio foi feita por Pennafort, dirigindo-se da tribuna aos deputados que haviam coassinado a emenda. Todavia, o texto constitucional foi alterado, em sua essência, com a seguinte redação: “os tripulantes na proporção de dois terços pelo menos, devem ser brasileiros natos”³²³ A parte onde se previa a cabotagem nacional foi rejeitada, permanecendo apenas a exigência de brasileiros natos como proprietários responsáveis pela empresa de exploração do comércio naval, pelo comando dos navios nacionais e pela atividade de praticagem. Portanto, o artigo da constituição limitava-se às embarcações de bandeira nacional, deixando livre os navios estrangeiros que prestavam serviços de cabotagem.

A atividade dos constituintes na elaboração da “Constituição” e o texto constitucional promulgado tinha consigo esta discrepância (ou temor) em nacionalizar, ou melhor, estatizar. Os artigos da Constituição que previam, de alguma forma, a nacionalização eram seguidos de outros que garantiam a liberdade econômica. O texto constitucional, bem como propostas e discursos abordavam temas que até então pareciam excludentes: regulação e liberdade econômica.³²⁴

2.5.1.4 *Articulações Proletárias na Constituinte*

Entre outros projetos que Antonio Pennafort participou, sobretudo, como cossignatário, estavam emendas relacionadas aos direitos trabalhistas e à própria definição da representação das associações profissionais na Câmara dos Deputados.

Pennafort foi cossignatário da emenda constitucional encaminhada por Vasco de Toledo, que trata da liberdade e da autonomia sindical (nº. 1139)³²⁵. Ação esta considerada um dos pontos-chave do movimento sindical, caracterizado como “combativo” e

³²² Ibid., 9 maio 1934, p. 23.

³²³ BRASIL. Constituição..., p. 9266.

³²⁴ Em particular o Título IV – Da Ordem Econômica e Social, os artigos 115 ao 119 da Constituição de 1934. Cf. BRASIL. Constituição..., p. 9264.

³²⁵ A emenda determinava: “A lei de organização sindical assegurará a completa autonomia dos sindicatos, relativamente a partidos e governos e garantirá a unidade sindical e liberdade política de seus associados.” Eram signatários, Vasco de Toledo, João Miguel Vitaca, Antonio Pennafort, Gilbert Gabeira, Antônio Rodrigues de Souza, Alberto Surek e Armando Laydner. Cf. BRASIL. *Annaes da Assembléa...*, 30 nov. 1933, p. 592. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp>. Acesso: 12 abr. 2009.

distanciando-se do modelo implantado pelo Ministério do Trabalho. A referida emenda trazia em sua justificativa referência à experiência do atual movimento sindical brasileiro e à declaração de princípios do Congresso Sindical Nacional Proletário, realizado em 12 de abril de 1933³²⁶. Entre as diretivas tomadas pelo Congresso cabe destacar:

Os sindicatos não podem aceitar de forma alguma, a tutela de nenhum partido ou Governo, e reclamam nesse sentido todas as garantias na defesa de sua personalidade jurídica; Toda a legislação social em benefícios do proletariado deve ficar sob a fiscalização direta dos sindicatos, que serão legalmente autorizados a apresentar denúncias nos casos de infração das leis sociais em vigor.³²⁷

O texto refere-se ainda ao direito de greve, bem como ao apoio oferecido ao “movimento político proletário”.³²⁸ O que nos parece importante destacar é a articulação e a participação de Pennafort juntamente com outros representantes classistas, distintos por suas ações reivindicativas dentro da Assembleia e denominados como “minoría proletária”.³²⁹ Conforme citação anterior, Pennafort associava-se a antigas reivindicações do movimento operário, entre elas: legislação social, o direito de férias, a jornada de oito horas e o direito de greve, expostos no texto do Congresso Sindical.

Tais reivindicações também tiveram Pennafort como cossignatário, a exemplo da emenda nº. 195 de João Vitaca – legislação em que era proposta a jornada máxima de 8 horas de trabalho e nas indústrias insalubres, 6 horas. Segundo a argumentação da proposta de emenda visava-se a redução do número de operários desocupados, para tanto era necessário reduzir as horas de trabalho.³³⁰ Na constituição prevaleceram as oito horas, prorrogáveis em casos previstos por lei.³³¹

³²⁶ Ibid., p. loc. cit. Nos *Anais da Assembléia* consta como 1923, enquanto que Ângela de Castro Gomes afirma 1933, ao qual nos referimos acima, por ter em seus “princípio” referência ao Ministério do Trabalho, quando este em 1923 ainda não existia. Cf. GOMES, Ângela de Castro. *Invenção do trabalho...*, p. 181.

³²⁷ BRASIL. *Annaes da Assembléia...*, 30 nov. 1933, pp. 593 e 594. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp>. Acesso: 12 abr. 2009.

³²⁸ Cf. Ibid., p. 594.

³²⁹ Aos quais pertenciam Vasco de Toledo, Acyr Medeiros, Miguel Vitaca e Waldemar Reickdal, este último não subscreveu a emenda supracitada.

³³⁰ Cf. BRASIL. *Annaes da Assembléia...*, 30 nov. 1933, p. 189. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp>. Acesso: 12 abr. 2009. Eram signatários da emenda: João Miguel Vitaca, Francisco de Moura, Guilherme Plaster, Waldemar

Outra emenda referente à legislação trabalhista que constou com o apoio de Pennafort estava foi a que amparava o direito de greve. Este, por sua vez, foi sugerido ao “Anteprojeto de Constituição” pela emenda nº. 266, também de Vitaca, com a seguinte redação: “É garantido o direito de greve pacífica ao proletário sindicalizado.”³³² De acordo com os argumentos apresentados na justificativa era uma forma de protesto contra a inobservância às leis, contra a eventual prepotência dos mais fortes na sociedade e contra a exploração dos trabalhadores.³³³ Sendo assim, depois de várias discussões e reformulações, essa lei foi excluída do texto constitucional.³³⁴ No debate que antecedeu à supressão do artigo³³⁵, Antonio Pennafort se colocava a favor do direito de greve:

devemos ter o direito de greve pacífica, porquê os capitalistas e industriais também fazem greve, quando acumulam os stocks, para cada vez mais aumentar o preço dos artigos prejudicando a vida econômica do trabalhadors. Se eles tem esse direito, por que não dar igual direito ao proletário?³³⁶

Por fim, outra matéria na qual Pennafort esteve envolvido dizia respeito à própria definição da representação das associações profissionais. Cabe ressaltar que o “Anteprojeto” encaminhado pelo Governo Provisório não definia o futuro dessa forma de representação, que coube à Assembleia Constituinte definir pela sua institucionalização ou não como garantia constitucional. As emendas que Pennafort coassinou previam um Poder Legislativo Unicameral, no âmbito federal (emenda nº. 573) composto por representantes da sociedade e das associações profissionais, eleitos proporcionalmente: para os

Reikdal, Gilbert Gabeira, Alberto Surek, Sebastião de Oliveira, Mario Manhães, Antonio Rodrigues de Souza, Ferreira Neto, Antonio Pennafort, Vasco de Toledo, Martins Silva e Armando A. Laydner.

³³¹ BRASIL. Constituição..., Art. 121, § 1º, letra c, p. 9265.

³³² BRASIL. *Annaes da Assembléia...*, 30 nov. 1933, p. 202. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp>. Acesso: 12 abr. 2009. Eram signatários da emenda: João Miguel Vitaca, Francisco de Moura, Gilbert Gabeira, Waldemar Reikdal, Guilherme Plaster, Antonio Pennafort, Alberto Surek, Ferreira Neto, Antonio Rodrigues de Souza, Luiz Tirelli, Mario Manhães, Martins e Silva, Sebastião de Oliveira, Vasco de Toledo e Armando Laydner.

³³³ Cf. *Ibid.*, loc. cit.

³³⁴ Cf. BRASIL. *Annaes da Assembléia...*, 16 nov. 1933, p. 700; *Id.*, 23 maio 1934, p. 32, 43 e 45. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp>. Acesso: 12 abr. 2009.

³³⁵ Cf. *Id.*, 23 maio 1934, p. 44 46, 47 49e 54;

³³⁶ *Ibid.*, p. 55.

representantes do povo o número da população seria dividida por 25, e para as associações profissionais, o número de associações seria dividido por 4. Essa medida buscava aumentar o número de representantes das associações profissionais, segundo esta justificativa: “não se compreende que a Assembléia Nacional venha a ser formada com ínfima minoria de Deputados classista [...], devem as classes ter assegurado na Assembléia, o papel que lhes cabe.”³³⁷ Da mesma forma deveria se dar no âmbito estadual, com um legislativo unicameral (emenda n.º. 194).³³⁸ No âmbito municipal, todos os representantes deveriam ser classistas (emenda n.º. 192), apontados como os mais aptos para a elaboração de leis municipais devido ao seu conhecimento técnico “nas relações na vida municipal”.³³⁹

O caso de Antonio Pennafort é apenas um exemplo de como era complexo e diverso o comportamento dos trabalhadores que compunham a bancada dos deputados classistas dos empregados. Ângela de Castro Gomes afirma que apenas a “minoría proletária” defendia iniciativas contrárias ao projeto governamental, tais como direito de greve e o modelo de unicidade sindical, os demais deputados classistas dos empregados estaria comprometidos com o modelo ministerialista.³⁴⁰

Contudo, ao recuperarmos a atuação de Antonio Pennafort de Souza, temos uma perspectiva diferente da historiadora citada. Pennafort foi um dos deputados que defendeu o direito de greve e esteve comprometido com a garantia de direitos dos trabalhadores, marítimos, principalmente. Além disso, coassinou emendas elaboradas por Vitaca, Toledo, Reikdal e Acyr Medeiros (“minoría proletária”) os quais, também apoiaram emendas de Pennafort, bem como de outros deputados, proletários ou não.

Por fim o texto constitucional comportava reivindicações como a autonomia sindical, jornada de oito horas de trabalho, entre outros como

³³⁷ Id., 27 nov. 1934, p. 347. Eram signatários da emenda: Antonio Rodrigues de Souza, Antonio Pennafort, João Miguel Vitaca e Waldemar Reikdal.

³³⁸ Ibid., p. 328. Eram signatários da emenda: Francisco de Moura, Waldemar Reikdal, Guilherme Plaster, João Miguel Vitaca, Gilbert Gabeira, Alberto Surek, Sebastião de Oliveira, Mario Manhães, Antonio Rodrigues de Souza, Antonio Pennafort, Ferreira Neto, Vasco de Toledo, Martins Silva e Armando A. Laydner.

³³⁹ Id., 30 nov. 1933, p. 484. Eram signatários da emenda: Francisco de Moura, João Miguel Vitaca, Guilherme Plaster, Waldemar Reikdal, Gilbert Gabeira, Alberto Surek, Sebastião de Oliveira, Mario Manhães, Antonio Rodrigues de Souza, Antonio Pennafort, Ferreira Neto, Vasco de Toledo e Armando A. Laydner.

³⁴⁰ Cf. GOMES, Ângela de Castro. *Invenção do trabalhismo...*, p. 181.

o salário mínimo, férias anuais, repouso semanal.³⁴¹ Esses direitos refletiam a articulação dentro da bancada proletária juntamente com representantes que não faziam parte dela, mas se identificavam com as questões referentes aos trabalhadores.

2.5.2 *Álvaro Soares Ventura*

As informações sobre Álvaro Ventura são mais numerosas, provavelmente por se tratar de uma reconhecida liderança comunista em Santa Catarina, que militou entre as décadas de 1920 e 1960, em associações de classe e no “Sindicato dos Estivadores”. Foi uma figura relevante na organização sindical, em 1931, e esteve à frente da “Federação do Trabalho em Santa Catarina”.

Álvaro Ventura foi eleito, em julho de 1933, em primeiro turno, como segundo suplente, em primeiro turno, da representação das associações dos profissionais dos empregados.³⁴² Com a morte de Pennafort, em agosto de 1934, assumiu a vaga quando se tornou deputado classista, a Assembleia Constituinte já havia assumido os trabalhos ordinários da Câmara dos Deputados. Sua presença foi marcada, acima de tudo, pelos discursos e posicionamentos que tomou no plenário, marcadamente associados ao PCB e ao movimento sindical, o que provocou sucessivas críticas e ataques por parte de vários deputados.

Ao assumir como deputado classista dos empregados, o contexto político e social de então era de embate ideológico, com o fortalecimento do integralismo, o recrudescimento da repressão política, a discussão no Congresso da Lei de Segurança Nacional (LSN), conhecida como “Lei Monstro”.

Sua militância socialista, assim como sua ligação com o PCB não foi resultado de seu contato com o partido no Rio de Janeiro. E vinha de décadas anteriores, com proveniência em Santa Catarina (seu estado de origem), e mesmo em São Paulo onde trabalhou durante um período.

Ventura nasceu em 1893, em São José – cidade próxima à capital Florianópolis. Entre seus primeiros ofícios, esteve o de tropeiro, transportando mercadorias e gado entre a serra catarinense e o litoral. Em Florianópolis, em 1910, foi preso por reivindicar a jornada de 8 horas de trabalho. Em 1914, em São Paulo, integrou o movimento

³⁴¹ BRASIL. Constituição..., Arts. 120 e 121, p. 9265-6.

³⁴² O primeiro suplente Mario Bastos Manhães ocupou a vaga de Ennio Sermenha Lepage, que foi cassado pelo TSJE.

anarquista. Segundo Celso Martins, Ventura militava em São Paulo, onde trabalhava de padeiro. Durante uma greve dos trabalhadores de padaria, Ventura entregou a polícia por lideranças do movimento grevista (identificados por Martins como anarquistas) por se opor a ideia de dinamitar as padarias que se mantinham abertas. Depois de preso foi deportado para Mato Grosso, onde trabalhou em uma fazenda da Cia. Mate-Laranjeira.³⁴³

De volta à Santa Catarina, na década de 1920, envolveu-se com a política local, participando da campanha eleitoral do PRC, que teve Lauro Müller como candidato ao governo do estado, sendo seu vice, Hercílio Luz. Era uma chapa para manter a unidade das lideranças do partido. Eleitos, Müller renunciou para que Hercílio Luz assumisse. Pela “solução de gabinete”, Ventura cindiu-se do PRC, reaproximando-se dos militantes anarquistas e comunistas presentes entre os operários e intelectuais da capital catarinense.³⁴⁴

2.5.2.1 *Desencontros e Encontros com o PCB*

Ventura relacionava seus encontros e desencontros com o PCB com as ideias e as posições do partido nos anos 1920, identificadas por ele como pequeno burguês, conforme declarou sobre a composição das lideranças do partido: “praticamente durante toda a década de 20, ficou nas mãos dos pequenos burgueses, como Otávio Brandão, Fernando de Lacerda.”³⁴⁵ Em 1930 ele e outros comunistas apoiaram e participaram da campanha da “Aliança Liberal”, depois do movimento de outubro, que levaria à deposição de Washington Luiz, enquanto o PCB se opunha a qualquer envolvimento.³⁴⁶ Sobre sua ligação com o PCB e o posicionamento frente ao movimento de outubro de 1930, expunha:

Já na época eu tinha ligações com o Partido Comunista, apesar deste não existir aqui [em Santa Catarina] na época. Mas eu tinha ligações aqui com alguns rapazes, como Fonseca, Ungaretti, Galletti. Formávamos um bloco que estudava a questão social e política brasileira, para sempre estar em dia com os problemas brasileiros.

³⁴³ Cf. MARTINS, Celso. op. cit., p. 18.

³⁴⁴ Cf. *Ibid.*, p. 19.

³⁴⁵ *Ibid.*, f. 2.

³⁴⁶ Cf. *Ibid.*, f. 1, 2 e 4; RIBEIRO, Manoel Alves (Mimo). *Caminho*. Florianópolis: Edeme, s/d, p. 19.

Em 30 tomamos uma posição muito séria, já que em 29 houve a preparação para a revolução.³⁴⁷

A questão religiosa também lhe era cara, conforme a seguinte citação: “Eu, por exemplo, era católico e professava o catolicismo. Fui irmão da Irmandade do Senhor dos Passos, do Hospital de Caridade³⁴⁸. Ajudava a fabricar caixão de defuntos, consertar canos d’água e noutros serviços. E, no entanto, era comunista”³⁴⁹, era “contra antideísmo”, por considerar que:

o antideísmo dificultava o povo a se aproximar do Partido Comunista revolucionário. É por isso que tinha muitas discussões com elementos do partido, mas nunca se levava essas discussões aos congressos pois, antes de tudo, se evitava o conflito que pudesse culminar com a dissolução do partido.³⁵⁰

Outro ponto que demarcou o seu distanciamento com o PCB foi a participação nas eleições das associações profissionais, “rejeitada” pelo partido. Álvaro Ventura, como mencionamos anteriormente, esteve à frente da organização e sindicalização em Santa Catarina, a partir de 1931, quando o PCB ainda não encarava os sindicatos oficiais como uma estratégia para alcançar os trabalhadores. Neste afastamento entre Ventura (e outros comunistas, em Santa Catarina) com o PCB, a sindicalização seguiu como uma atividade à margem das decisões do Comitê Central, criando-se condições de mobilização e organização dos trabalhadores nos principais centros urbanos (Joinville, Florianópolis, Itajaí) e regiões adjacentes a estas. Não podemos afirmar que os comunistas dominassem os sindicatos, pois eram compostos por outras tendências ideológicas, católicas e reformistas, mas possuíam respaldo, sobretudo em momentos de reivindicação ou em momentos mais combativos.

Segundo Ventura, o propósito de participar do processo de escolha de representantes das associações profissionais dos empregados e compor essa bancada na Constituinte era para demarcar a presença dos

³⁴⁷ VENTURA, Álvaro Soares. *Entrevista de Álvaro Soares Ventura*. [jul. 1979]. Entrevistadores: Nelson R. de Moura e Laudelino J. Sarda. Florianópolis, 1979. Entrevista concedida para matéria do jornal “O Estado”, f. 1. (transcrição).

³⁴⁸ Instituição religiosa formada por clérigos e leigos. É também responsável pela administração do “Imperial Hospital de Caridade”, em Florianópolis.

³⁴⁹ VENTURA, Álvaro Soares. *Entrevista...*, f. 4.

³⁵⁰ *Ibid.*, loc. cit.

trabalhadores. Ao assumir a “representação”, posicionou-se como marxista-leninista. Conforme o relato de Ventura:

Nosso propósito era de marcar a presença dos trabalhadores na constituinte, e isso foi uma vitória nossa já que o Partido Comunista havia rejeitado a nossa participação nesta assembléia, mais pelo fato de não aceitar a representação de classe. E foi por isso que rompi com o partido. O Comunismo não aceitava a representação de classes. Mesmo assim, depois que assumi na Assembléia, fui à tribuna falando em nome dos princípios que norteavam a atividade comunista, baseado na filosofia de Marx e Lênin.³⁵¹

Sua posição quanto aos princípios marxistas não era uma novidade no Parlamento, os deputados ligados ao PSB de São Paulo, Guaracy Silveira, Zoroastro Gouveia e Frederico Virmond Lacerda Werneck já haviam demarcado esse posicionamento na Assembleia. O PSB era definido como “liberal socialista, via esta que ‘comportava a socialização dos meios de produção, admitindo a propriedade rural e industrial, sempre que não importem em exploração do esforço alheio’.”³⁵² Com o tempo, Álvaro Ventura aproximou-se novamente do PCB e, de forma definitiva, filiou-se ao partido e expôs o posicionamento do PCB no Parlamento nacional.

2.5.2.2 *Palavra Cassada*

Alvaro Ventura soube da morte de Pennafort pelos jornais, depois recebeu o telegrama da Câmara dos Deputados, convocando-o a assumir a vaga de deputado classista. De acordo com Celso Martins, a passagem foi paga pelo Sindicato dos Estivadores de Florianópolis, por intermédio de uma “coleta entre os camaradas e a diretoria”. Partiram, portanto, Ventura e a família para o Distrito Federal, em um pacote do Lloyd.³⁵³

Com um terno emprestado apertado nos ombros e conservado por dona Elisa, sua esposa – preparou-se para o seu primeiro pronunciamento no plenário da Câmara.³⁵⁴ Levou consigo um discurso

³⁵¹ Ibid., loc. cit.

³⁵² KAREPOVS, Dainis. PSB-SP: Socialismo e tenentismo na Constituinte de 1933-34. *Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, Florianópolis, v. 13, n.º 16, 2006, p. 180.

³⁵³ Cf. MARTINS, Celso. op. cit., p. 53; REPÚBLICA. Florianópolis, 28 ago. 1934, p. 2.

³⁵⁴ Cf. VENTURA, op. cit., f. 3; MARTINS, Celso. op. cit., p. 55 e 59.

que lhe foi entregue por um integrante do PCB, “era um manuscrito com as posições do Partido Comunista Brasileiro frente às eleições de outubro [1934]”, redigido durante a I Conferência Nacional do Partido, conforme expõe Celso Martins.³⁵⁵

Num primeiro momento, fez críticas aos partidos tradicionais governistas e de oposição que iniciavam a propaganda político-partidária. Em seguida, à “burocracia sindical reformista”, aos trotskistas e aos que vinham semeando, no meio operário, “ilusões da democracia burguesa”. Por fim, apresentou o PCB como o responsável por denunciar “manobras” políticas a que eram submetidos os trabalhadores e como estes deveriam “responder”. De acordo com o pronunciamento de Alvaro Ventura:

O Partido Comunista do Brasil, secção da Internacional Comunista, único partido que luta verdadeiramente em defesa dos interesses do proletariado e das massas populares, desmascara essas manobras, desvenda seu conteúdo de classe e aponta o caminho para todos os explorados e oprimidos se libertarem da insuportável situação de miséria em que vivem: o caminho da luta de classes revolucionária contra a fome, a guerra imperialista, os golpes armados, a reação e o fascismo – pelo pão, pela terra e pela liberdade.³⁵⁶

A repercussão foi imediata havendo, inclusive, pedido de cassação do seu mandato por tal pronunciamento, o qual, acusaram os demais deputados, conteria ideias extremistas e subversivas. Partes de seu discurso (citado acima) foram publicadas em alguns jornais³⁵⁷, porém, o “Diário do Poder Legislativo” não divulgou seus pronunciamentos, está registrado nos “Diários”, apenas, “não publicado”. Repetindo-se no seu segundo, terceiro e sexto pronunciamento. Possivelmente com conteúdo considerado de igual teor, subversivo e extremista.³⁵⁸ Além disso, teve a palavra cassada pela Mesa da Câmara, como expôs em um de seus pronunciamentos, isto é,

³⁵⁵ Cf. *Ibid.*, p. 55.

³⁵⁶ VENTURA, Alvaro apud MARTINS, op. cit., p. 56.

³⁵⁷ Celso Martins cita o Jornal “A Plebe”, do Rio de Janeiro, e “A Gazeta”, de Florianópolis. Cf. MARTINS, op. cit., p. 56.

³⁵⁸ Cf. BRASIL. *Annaes da Câmara...*, 6 set. 1934, p. 9; *Id.*, 8 set. 1934, p. 21; *Id.*, 11 set. 1934, p. 23; *Id.*, 21 set. 1934, p. 31. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>. Acesso: 13 maio 2009.

foi impedido, durante algum tempo, de discursar da tribuna da Câmara devido as ideias que proferia em nome do PCB.³⁵⁹

Os artigos dos jornais do Rio de Janeiro, reproduzidos nos periódicos de Santa Catarina, apontavam o modo austero de Ventura dirigir-se aos demais deputados. Geralmente definindo-os como “reacionários” ou “feudais burgueses”, conforme descreve o “Jornal do Brasil”: “Começou com a violência que lhe é habitual. Atacou aquela ‘burguesia exploradora e canalha’; verberou o ‘imperialismo sem entranhas’”.³⁶⁰ Ganhava advertências se continuasse com aquelas manifestações, conforme ameaçou Christovão Barcelos, na oportunidade, presidindo a sessão: “Se o orador insiste em desatenção para com os seus colegas e desrespeito as autoridades constituídas, serei forçado a tomar medidas severas, de acordo com o regimento.” Com indiferença, Ventura respondeu: “Póde V. Exa. cassar-me a palavra”. Replicou o presidente: “E cassarei, si continuar a manifestar-se com falta de consideração a Câmara.”³⁶¹ Em mais de uma oportunidade, quando discursava, foi aparteado e devolvia de forma ríspida ou declinava de corresponder ao aparte. Quando questionado pelo deputado classista Ferreira Netto, a resposta foi: “Não admitto e não respondo aparte de mentecapto.”³⁶²

2.5.2.3 *Meu Partido...*

As declarações de Álvaro tornaram-se polêmicas devido ao posicionamento ideológico e político que tomava como comunista e membro do PCB. Na sessão do dia 13 de setembro de 1934, da Assembléia Nacional Constituinte³⁶³, Ferreira Netto perguntou-lhe se era comunista e a resposta foi: “Sou marxista-leninista”.³⁶⁴ Era a sua confissão de fé comunista como afirmou décadas depois. Tal declaração custou-lhe a expulsão da “Irmandade do Nosso Senhor dos Passos”: “Quando fui eleito deputado, depois de fazer minha confissão de fé comunista, eles me expulsaram da Irmandade”.³⁶⁵

³⁵⁹ Cf. BRASIL. *Annaes da Câmara...*, 13 set. 1934, p. 20. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>. Acesso: 13 maio 2009.

³⁶⁰ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 17 set. 1934, p. 1.

³⁶¹ *Ibid.*, loc. cit.

³⁶² O ESTADO. Florianópolis, 14 set. 1934, p. 3.

³⁶³ Transformada em sessões ordinárias da Câmara dos Deputados.

³⁶⁴ O ESTADO. Florianópolis, 14 set. 1934, p. 3.

³⁶⁵ VENTURA, Alvaro. op. cit., f. 4.

Os jornais se referiam a Alvaro Ventura como o “deputado comunista”, representante do PCB, porém nos “Anais” e “Diário” da Câmara dos Deputados, tanto os apartes citados anteriormente como as referências ao PCB são omitidos, por censura da própria Câmara ou pelo próprio deputado, como manobra para que seus discursos fossem publicados, diferente dos primeiros, que não constam no “Diário do Poder Legislativo”. No pronunciamento do dia 14 de setembro, as referências ao PCB são claras. Apesar de não citar a sigla partidária, referia-se como “meu Partido”.

Nessa sessão expôs a situação de operários estrangeiros, presos por terem participado de greves e por essa razão seriam expulsos do país. Argumentava:

Se estes honestos trabalhadores, pelo simples facto de serem grevistas, são passíveis da pena de expulsão, então, Sr. Presidente, eu vos pergunto, que pena devemos aplicar a Matterazzo, Crespi e a todos os plutocratas paulistas que, em 1932, desencadearam a maior carnificina da América. [...] É torva a justiça de classe.³⁶⁶

Para em seguida “conclamar” todos os trabalhadores a um movimento grevista generalizado:

É contra todas essas misérias, contra todas essas venalidades, contra todas essas monstruosidades que eu protesto, em nome das classes trabalhadoras, em nome dos oprimidos, em nome do meu partido, conclamando os trabalhadores de todo o Brasil, todos os explorados, a protestar energeticamente com ação, com greves de protesto, greves econômicas e políticas.³⁶⁷

Com os termos “protesto” ou então “meu Partido protesta”, Ventura, no discurso do dia 13 de setembro de 1934, enfatizou às críticas a atuação de órgãos governamentais e ações policiais contra os trabalhadores. Nesse discurso dirigiu críticas a atitude de Mendonça Lima, diretor da Central do Brasil, por não receber uma comissão de greve dos trabalhadores, bem como ao Ministério do Trabalho, o qual denominou de “ministério da mistificação”, por ludibriar os trabalhadores. Denunciou as violências policiais aos trabalhadores de

³⁶⁶ BRASIL. *Annaes da Câmara...*, 13 set. 1934, pp. 18 e 19. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>. Acesso: 13 maio 2009.

³⁶⁷ *Ibid.*, p. 19.

Belo Horizonte, o “atentado” praticado contra os estudantes da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Questionou as prisões e deportações de trabalhadores que ocorreram no Rio Grande do Sul.³⁶⁸ Neste último, praticado contra os membros da “Liga Eleitoral Proletária”, conforme expôs, em telegrama, Polycarpo H. Machado – presidente da “Liga Proletária”.³⁶⁹

Por fim, tratou assuntos como: a entrada da União Soviética na Liga das Nações, e mais uma vez a posição do PCB: “É esse, sem duvida, o acontecimento mais importante destes últimos tempos, na arena internacional.” Segundo Ventura, entre outras justificativas para a entrada da URSS estava o “princípio da não-intervenção” e por que fazem parte da Liga “numerosas pequenas nações que [...] desejam a paz”, em contraposição à Alemanha e ao Japão, que se retiraram, “os dois maiores e mais perigosos e ostensivos factores e provocadores de guerra – [A URSS] dá a essas pequenas nações maiores possibilidades de agirem em sua defesa, desde que tenham o apoio de uma grande potência, como a União Soviética.”³⁷⁰

Na sessão de 24 de setembro, Alvaro Ventura fez um pronunciamento sobre a “incorporação” de Luis Carlos Prestes ao PCB, incluindo-o a um artigo da “Classe Operária” que analisa a inclusão do novo membro.³⁷¹ Três dias depois, tratou do registro do PCB, que estava sendo tratado no TSJE, decisão que vinha sendo protelada, segundo Ventura.³⁷² A presença do PCB constou na Câmara, com ou sem o aval, com ou sem a legalização:

*Nossa legalidade, nós sabemos como conquistá-la: nas demonstrações de rua, nas greves das massas, pela pressão das massas. Quanto a nossa participação no Parlamento burquez, percam o somno de vez os Srs. Fazendeiros e industriais. Da outra vez, foi negado também o registro do Partido e eu aqui estou. Desta vez, o registro poderá ser novamente negado. Mas, nem por isso, estamos certos, deixaremos de estar aqui, em numero maior.*³⁷³

³⁶⁸ Cf. *Ibid.*, pp. 19 e 20.

³⁶⁹ Cf. *Ibid.*, p. 20.

³⁷⁰ *Ibid.*, p. 22.

³⁷¹ Cf. BRASIL. *Annaes da Câmara...*, 24 set. 1934, p. 29. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>. Acesso: 13 maio 2009.

³⁷² Cf. BRASIL. *Annaes da Câmara...*, 27 set. 1934, p. 38. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>. Acesso: 13 maio 2009.

³⁷³ *Ibid.*, p. 38.

A expressão “Nossa Legalidade” aqui expressa por Ventura refere-se nada mais do que a legalidade do PCB, associando sua presença na Câmara ao mesmo partido.³⁷⁴ Tal atitude de um deputado classista membro do PCB nos leva a algumas questões: Primeira, que alguns membros do partido reconheceram na representação das associações profissionais uma estratégia para participarem do jogo político, mesmo que o partido fosse, inicialmente, contrário a essa forma de representação, como discutimos anteriormente. O que nos leva a nossa segunda questão, a mudança do próprio posicionamento do partido, da mesma forma que o fez na oficialização dos sindicatos sobre sua hegemonia, a partir de 1934.

Essa transformação na atitude partidária pode ser notada, quando um outro membro do PCB entregou a Álvaro Ventura documentos sobre o posicionamento do partido frente as eleições de outubro de 1934, os quais ele leria no seu primeiro dia como deputado classista. Sobre esta ocasião, segundo Celso Martins, no dia em que iniciou seus trabalhos na Câmara, foi procurado por um homem, que entregou: “um maço de papéis que ele colocou no bolso, se trancou no quarto e começou a ler. [...] O documento que ele carregava era um manuscrito com as posições do Partido Comunista Brasileiro frente às eleições de outubro.”³⁷⁵

Outra mudança na conduta do PCB, neste momento, foi sua aliança com outros partidos (alguns dos quais o PCB e Ventura haviam denominado de “pequeno-burgueses” e “falsos amigos”) tais como o “Partido Socialista-Proletário”, PSB, “Partido Trabalhista” e “Liga Trotskista” com os quais formou uma frente-única, que pleitearia reivindicações operárias. Vemos nessa articulação o que se projetou em 1935 com a “Aliança Nacional Libertadora”, na qual Alvaro Ventura foi uma das lideranças em Santa Catarina.³⁷⁶

2.5.2.4 *Denúncias e Militância no Distrito Federal*

Nos pronunciamentos que se seguiram, Álvaro Ventura retornava às denúncias das violências cometidas contra os trabalhadores, tanto em

³⁷⁴ Mais adiante Ventura explicitaria: “por meu intermédio, o meu Partido, chama todos os trabalhadores a., seja qual fôr a decisão desse Tribunal [Superior de Justiça Eleitoral], continuarem lutando de fôrma effectiva pela existência publica e legal de seu unico partido de classe.” Ibid., p. 39. (Grifo nosso)

³⁷⁵ MARTINS, op. cit., p. 55.

³⁷⁶ Cf. BRASIL. *Annaes da Câmara...*, p. 13 set. 1934, p. 23; 27 set. 1934, p. 40. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>. Acesso: 13 maio 2009.

movimentos grevistas como em reuniões sociais. Na sessão de 22 de setembro, fez a leitura de comunicações recebidas de Minas Gerais, São Paulo e Alagoas. No primeiro estado, foram-lhe enviados um telegrama da “Frente Única Anti-Fascista” e da “Federação do Trabalho de Minas”, referindo-se a invasão e prisão de trabalhadores reunidos no “Sindicato da Construção Civil” e que estavam em “greve pacífica.”³⁷⁷

De São Paulo receberia uma carta denunciando a prisão arbitrária do “camarada”, Bernardo Chernizer, segundo informa, “sofrendo toda a sorte de torturas.”³⁷⁸ Apesar de pedido de *habeas corpus* Chernizer permanecia preso:

O facto é que o preso continúa encarcerado, está sendo barbaramente espancado e a policia se nega apresental-o em vista do estado em que se encontra. Contra toda esta monstruosidade pedimos uma providencia sua na Câmara e uma interpeção de Ministro da Justiça, exigindo que seja cumprido o dispositivo constitucional do art. 113.³⁷⁹

A “União Geral dos Trabalhadores” em Alagoas comunicou e solicitou a Alvaro Ventura que protestasse sobre as prisões de trabalhadores que estavam realizando propaganda sindical.³⁸⁰ As denúncias enviadas por associações de trabalhadores continuaram a ser tratadas por ele como o eram por outros deputados na Câmara. Mas o envolvimento de Ventura ia além de ler protestos de sindicato. Ele participou do movimento operário no Rio de Janeiro³⁸¹ e em outras mobilizações como o comício anti-guerreiro na Praça da Harmonia, organizada pelo “Comité de Luta contra a Guerra Imperialista, a Reacção e o Fascismo”. Durante a manifestação houve repressão policial. Segundo Ventura: “um troço de policiaes, armados até aos dentes e sob as ordens de um tenente chefe de gabinete ou cousa que o

³⁷⁷ Cf. BRASIL. *Annaes da Câmara...*, 22 set. 1934, pp. 33 e 34. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>. Acesso: 13 maio 2009.

³⁷⁸ *Ibid.*, p. 34.

³⁷⁹ *Ibid.*, p. 35.

³⁸⁰ *Ibid.*, loc. cit.

³⁸¹ Cf. BRASIL. *Annaes da Câmara...*, 27 set. 1934, p. 37; *Id.*, 2 out. 1934, p. 13; *Id.*, 24 out. 1934, p. 6. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>. Acesso: 13 maio 2009.; BRASIL. Câmara dos Deputados. 28 ago. 1934. *Diário do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 38. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>. Acesso: 13 maio 2009.

valha do capitão Felinto Muller, invadiu aquela praça, atirando contra os trabalhadores que assistiam o comício”.³⁸²

Diferente de Antonio Pennafort, Ventura esteve diretamente ligado ao movimento operário do Rio de Janeiro. Não significa que Pennafort não possuísse contato com os trabalhadores, ele estava e as cartas e telegramas que lhe eram enviados confirmam isto, porém, não participou de grandes alterações ou confrontou diretamente as autoridades. Provavelmente por isso, como deixa relatado Manoel Alves Ribeiro em suas memórias, Ventura pronunciou que sua chegada a Câmara dos Deputados foi para: “substituir, nesta casa, um companheiro que não soube honrar o seu mandato”.³⁸³

Contudo esse juízo não deve servir para reduzir a participação de Antonio Pennafort na Constituinte ou lhe relegar um papel de traidor dentro do movimento operário. Deve por sua vez integrar a perspectiva de uma composição mais ampla da experiência dos trabalhadores, como nos dois casos analisados.

Eram dois trabalhadores, dois estivadores com formações diferentes, trajetórias diferentes, que imprimiram em sua passagem pelo Parlamento, aspectos diversos da cultura política da classe trabalhadora.

Mas, o processo pela definição da representação das associações profissionais e da participação dos trabalhadores junto a essa demanda, no sentido de garantir um espaço no Parlamento, ainda não havia chegado ao final. Um novo espaço de debate e decisões se abria com as constituintes estaduais, como em Santa Catarina. Uma nova empreitada estava inserida numa conjuntura política e social acirrada, que caminhava para a radicalização política e social, bem como a restrição ao regime constitucional.

Neste capítulo, dos dois trabalhadores catarinenses (dois estivadores), Álvaro Soares Ventura e Antonio Pennafort de Souza, demonstraram em sus atuações no Parlamento, formações, trajetórias e noções ideológicas distintas. Além disso, reconheciam em seus mandatos como representantes das associações profissionais a finalidade de defender a lutar por direitos dos trabalhadores.

³⁸² BRASIL. *Annaes da Câmara...*, 24 set. 1934, p. 28. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>. Acesso: 13 maio 2009.

³⁸³ RIBEIRO, Manoel A. *Caminhos...*, p. 22; Id., *Entrevista...*, f. 2.

Capítulo 3: A Participação dos Trabalhadores no Processo de Institucionalização da Representação das Associações Profissionais em Santa Catarina

3.1 Apresentação

Neste capítulo abordaremos a participação dos trabalhadores no processo de institucionalização da representação das associações profissionais em Santa Catarina, em 1935, através da sua Constituinte Estadual. É importante destacar que, diferente da Constituinte Nacional, a Estadual não contou com a presença de representantes classistas, dos empregados e dos empregadores. Os deputados classistas foram eleitos, em outubro de 1935, quando a Constituinte Estadual já havia assumido o caráter de Assembleia Legislativa, iniciando a primeira legislatura.

Para tanto, retomaremos o contexto político e associativo dos trabalhadores referente ao período de 1934 a 1937, no qual houve a organização da “Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina”, um partido formado por trabalhadores que concorreram à Constituinte Estadual, em outubro de 1934, pelo voto proporcional. Houve, ainda, o desencadeamento de movimentos de greve, como a dos ferroviários, dos marítimos e dos estivadores, além da formação da “Aliança Nacional Libertadora” (ANL), na qual setores do movimento operário estiveram envolvidos.

3.2 O Movimento Operário e o Contexto de Constitucionalização de Santa Catarina

O contexto político e associativo no qual os trabalhadores se inseriram nos fornece um cenário das condições e arregimentações políticas no estado de Santa Catarina, durante os debates constitucionais sobre a institucionalização da representação classista. Um cenário em que se expõem os trabalhadores, ao mesmo tempo, como jogadores e partes do jogo político.

3.2.1 Disputas Eleitorais: os Trabalhadores no Jogo Político

Os partidos políticos, em Santa Catarina, ou seja, “Partido Liberal Catarinense” (PLC), “Partido Republicano Catarinense” (PRC), “Legião

Republicana Catarinense” (LRC), “Partido Social Evolucionista” (PSE)³⁸⁴ e “Ação Integralista Brasileira” (AIB)³⁸⁵ viram na classe trabalhadora um elemento que poderiam agregar-se na disputa partidária, o que implicaria em discursos e programas dirigidos aos trabalhadores. E da mesma forma que apontamos no Capítulo 2, esses discursos e programas continham os conceitos de harmonia social, de negação da luta de classes e de conciliação política (calcados na encíclica “Rerum Novarum”) como figuras de retórica dos políticos catarinenses.

Contudo, diferente das eleições anteriores (1933), os periódicos ligados a esses partidos apresentavam um número maior de pronunciamentos voltados aos trabalhadores. O PLC, por exemplo, tinha como estratégia a ligação da chapa liberal com a conquista de direitos trabalhistas, pós-1930, como foi vinculada no jornal “República”:

Operário! Votando nos candidatos que integram as chapas liberais, contribuirás, decisivamente, para impedir o retorno ao passado, época em que o proletariado não gozava dos direitos que hoje desfruta, graças á vitória da mentalidade nova, que iniciou seu governo abrindo caminho para as reivindicações proletárias.³⁸⁶

O passado a que remete a citação não estava muito distante para os integrantes do PLC, visto que eles possuíam uma carreira política construída na Primeira República. O que procuravam na verdade era desvincular sua própria imagem desse período. Por outro lado, impunham à “Coligação Por Santa Catarina” a responsabilidade de todos os males sofridos pelos trabalhadores, fosse pela ausência de direitos trabalhistas ou desrespeito a eles.

Ao enfatizarem a frase atribuída ao Presidente da República, Washington Luis, de que a questão social era um caso de polícia, buscavam ligar a “Coligação Por Santa Catarina” com a repressão aos

³⁸⁴ O PRC, a LRC e o PSE formaram nas eleições de 1934 a “Coligação Por Santa Catarina” a qual possuía uma chapa formada por quadros dos três partidos. O PRC foi o partido deposto em outubro de 1930, contudo, a LRC e o PSE eram, paradoxalmente, aliados do governo central e que se “auto-intitulavam como herdeiros da revolução de trinta”. Cf. COELHO, Eduardo Teixeira. *O político e o social: constitucionalização de Santa Catarina na década de trinta*. 2006. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, pp. 43-45.

³⁸⁵ A AIB não participou das eleições anteriores, foi organizada em Santa Catarina nesse mesmo ano, 1934.

³⁸⁶ REPÚBLICA. Florianópolis, 14 out. 1934, p. 1.

operários, que caracterizou a “República Velha” e o tratamento violento dirigido aos trabalhadores e às suas associações de classe. Com o intuito de expor essa diferença entre os regimes, velho e novo, e a conquista de direitos, o PLC apresentou uma referência inusitada:

Na Republica Velha, A Questão Social Era Considerada Um Caso De Policia [...] A Legislação Social toda É Obra Revolucionaria, O Que É Reconhecido E Proclamado Por Todos Os Órgãos Proletários Do País, Inclusive Pelo Jornal A CLASSE OPERARIA, Orgam Central Do Partido Comunista Do Brasil.³⁸⁷

Apontar o PCB e a “Classe Operária” como legitimadores da legislação social do Governo Provisório é no mínimo insólito, já que os comunistas condenavam a política trabalhista praticada pelo regime. Mas podemos especular sobre essa tentativa de legitimar a legislação e mesmo o papel desempenhado pelo PLC com relação aos trabalhadores. Ao citar um partido que estava na ilegalidade e que seus integrantes eram perseguidos, reconhecia-se a provável simpatia dos trabalhadores para com o PCB, a qual o PLC também intentava.

Por sua vez, a “Coligação Por Santa Catarina” também procurou estabelecer ligações com os trabalhadores. Antes, porém, tinha de desfazer a imagem que representava *o passado*, de que eram repressores e de que tratavam os trabalhadores como caso de polícia. Para tanto, os coligados argumentavam que tais violências não chegavam às vias de fato, limitando-se às palavras, o que diferenciava das violências praticadas contra os trabalhadores pelo Governo Provisório e seus aliados, os quais se projetavam como defensores das vitórias trabalhistas, inclusive com fuzilamento, diante das manifestações pacíficas.³⁸⁸

Através de periódicos simpáticos à “Coligação Por Santa Catarina”, eram externadas demonstrações de solidariedade vinda de categorias profissionais para essa organização política. Segundo o jornal “A Pátria” os ferroviários de porto União (Norte do estado) manifestavam apoio à Adolfo Konder, então Deputado Federal, por sua intervenção a favor deles, durante a greve que ocorreu entre 6 e 10 de outubro de 1934, paralisando as linhas férreas de Santa Catarina

³⁸⁷ CORREIO DO ESTADO. Florianópolis, 10 out. 1934, p. 2.

³⁸⁸ Cf. A PÁTRIA. Florianópolis, 23 dez. 1933; Id., 8 out. 1934, p. 3

(incluindo a E. F. São Paulo-Rio Grande).³⁸⁹ Mais adiante trataremos desse movimento.

Contavam ainda como estratégia a publicação de ofícios de solidariedade, como o da “Liga Nacional Trabalhista de Timbó”, composta por cerca de 800 sócios eleitores, entre os quais lavradores, artífices e ferroviários de Taió, localizada no Vale do Itajaí.³⁹⁰

Através do jornal “Correio do Estado”, ligado ao interventor Aristiliano Ramos, um artigo assinado por “um ferroviário”, que não se identificou, confrontava essas informações.³⁹¹ Novamente era relegado à “Revolução de 1930” o papel decisivo na garantia de direitos em contraposição ao passado que a “Coligação” representava. A representação das associações profissionais era mais um elemento usado na argumentação que expunha a inserção dos trabalhadores na vida pública do país. Questionava o autor anônimo do artigo: “Quando nos tempos idos, nós tínhamos o nosso representante na Câmara? [...] Só tínhamos direito de trabalhar, mas defendermos os nossos interesses particular ou coletivo não tínhamos.”³⁹² Como que rebatendo às demonstrações de solidariedade a Adolf Konder, declarou que os ferroviários do ramal ferroviário da linha de São Francisco – Cia. São Paulo-Rio Grande – estariam coesos com o PLC, única corrente revolucionária no estado.³⁹³

Na busca por uma proximidade com os trabalhadores, o PLC incluiu um operário na chapa liberal. Ao ser indicado como candidato, Francisco Antonucci, presidente da “Federação dos Trabalhadores de Joinville”³⁹⁴, pediu licença de seu cargo para concorrer à chapa liberal. Antonucci era membro do “Sindicato dos Operários Hervateiros”³⁹⁵ e, em 1933, foi escolhido delegado-eleitor por esse sindicato. Portanto um nome relevante no meio operário, principalmente de Joinville e em localidades próximas como São Francisco do Sul e Mafra.³⁹⁶ Depois,

³⁸⁹ A PÁTRIA. Florianópolis, 11 out. 1934, p. 1. De acordo com este mesmo jornal, foi: “promovida pelo operariado, para agradecer-lhe a sua interferência na solução do caso, pois o dr. Adolfo Konder se colocou ao lado dos paredistas, muito trabalhando para que fossem atendidas, como aliás o foram, as preensões dos mesmos.” Id., *ibid.*

³⁹⁰ A PÁTRIA. Florianópolis, 8 out. 1934, p. 1; Id. 13 out. 1934, p. 6.

³⁹¹ Cf. CORREIO DO ESTADO. Florianópolis, 13 out. 1934, p. 1.

³⁹² *Ibid.*, loc. cit.

³⁹³ Cf. *Ibid.*, loc. Cit.

³⁹⁴ A NOTÍCIA. Joinville, 20 nov. 1931, p. 3; Id., 17 jan. 1933, p. 1

³⁹⁵ REPUBLICA. Florianópolis, 8 jul. 1933, p. 3; DIÁRIO OFICIAL. Rio de Janeiro, 24 jul. 1933, 14694-14698; BOLETIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Rio de Janeiro, 20 abr. 1936, apud BARRETO, op. cit., v. 2.

³⁹⁶ Cf. CORREIO DA TARDE. Joinville, 28 jun. 1934, p. 1; A GAZETA. Florianópolis, 17 set. 1934, p. 1; Id., 18 set. 1934, p. 1;

ocorreu a adesão de mais um operário à chapa, quando Arão Rebelo, então Deputado Federal, desistiu de sua candidatura para deputado à Constituinte Estadual, segundo o jornal “A Gazeta”, em favor do líder operário de Itajaí, o estivador Dyonisio Veiga.³⁹⁷

A AIB apresentava uma referência particular às associações profissionais, tanto patronais como operárias, pois tinha como projeto estabelecer as organizações de classe como base para a escolha dos chefes de Estado e de governos regionais.³⁹⁸ Suas propostas compartilhavam princípios como hierarquia, colaboração de classes (ameaçada pelo comunismo) e valores morais católicos (família, casamento e ensino confessional).

Em Joinville, um dos primeiros núcleos da AIB, que contava com um grande número de operários, instava-os: “Operário Joinvillense! Convidamos-te a vires conosco, formar a ‘Legião Libertadora’. O teu concurso nos é preciso e precioso. Representas uma das parcelas de maior valor na soma dos valores reais que integrarão a nacionalidade que crearemos com a tua ajuda.”³⁹⁹ Entretanto, não lhes eram oferecidas garantias, benefícios ou igualdade, pois, segundo a AIB, na natureza, a igualdade não existe. As garantias que os trabalhadores necessitavam deveriam ser conquistadas através do integralismo, a saber:

instrução para teus filhos; assistência médica para a tua família; garantias para o teu socêgo na velhice; condições higiênicas para o teu trabalho; proteção de tua prole, com a proteção que for dada á mulher operaria em sua labuta; salário mínimo, baseado na tua capacidade de produção; organização sindical, onde teus interesses serão por ti, cuidados e defendidos.⁴⁰⁰

³⁹⁷ Cf. A GAZETA. Florianópolis, 20 set. 1934, p. 1. Francisco Antonucci obteve 35.202 votos, pelo quociente partidário, era o 11º. suplente do PLC. Dionisio Veiga obteve 35.200 votos, pelo quociente partidário, era o 12º. suplente do PLC; nenhum desses trabalhadores assumiu como deputados em toda a legislatura (1935-1937). Cf. REPÚBLICA. Florianópolis, 4 abr. 1934, p. 1; Id., 17 jan. 1935, p. 1.

³⁹⁸ Ver Capítulo 1, secção 1.4. Segundo Reale: os representantes da Nação devem sair do seio das associações organizadas”. Apud BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. *Aspectos institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930*. Porto Alegre, 2001. Tese (Doutorado em História). PUCRS.

v. 1, p. 36.

³⁹⁹ ANAUÊ. Joinville, 28 jul. 1934, p.1.

⁴⁰⁰ Ibid., loc. cit; Em outro artigo, de autoria de Miguel Reale, a pluralidade sindical garantida pela “Constituição de 1934” ganhava um papel de destaque, pois serviria para organizar sindicatos integrais e combater os “revolucionários sem rumo”, talvez considerando lideranças socialistas. Mas, a estrutura sindical, tal como implantada pelo Governo Provisório, era

O Integralismo era um movimento de massas, e de acordo com Carlos Lenzi, em 1937, existiam 102.000 integrantes filiados a AIB, apenas em Santa Catarina.⁴⁰¹ Portanto, não podemos desconsiderar que muitos deles fossem trabalhadores que aderiram a esse movimento, principalmente em cidades industriais como Joinville, onde o núcleo integralista era bastante forte a ponto de, em 1936, elegerem o prefeito da cidade.⁴⁰²

Nessas três organizações partidárias analisadas há pouco, as propostas voltadas para os trabalhadores são fundamentadas na “*Rerum Novarum*”, que tinha como princípio a harmonia social. O acesso a direitos, por exemplo, não provinha de reivindicações ou de conquistas, mas de concessões.

Os trabalhadores não poderiam mais ser desconsiderado nas eleições, visto que se tornaram um grupo estratégico nas disputas eleitorais entre os partidos. Além disso, o direcionamento de discursos voltados aos trabalhadores apontava para as transformações por que passava a sociedade naquele período. A questão social não implicava apenas o acesso à legislação trabalhista, mas também a reconfiguração social, com o impacto dos trabalhadores urbanos na política.

Dessa forma, passava por mudanças o modo de representação e de inclusão dos trabalhadores. A construção da cidadania (usando o termo de José Murilo de Carvalho) se dava para além da construção legal, ela ocorria substancialmente entre homens e mulheres que vislumbravam novas formas de associações e representação a partir de uma perspectiva própria, ou seja, de suas concepções culturais, de suas experiências, uma perspectiva notada pelos “de baixo”, por militantes do movimento operário e pelos trabalhadores comuns.

Ainda durante o processo eleitoral para a Constituinte Estadual de 1935, os trabalhadores não teriam uma participação como meros coadjuvantes. Semelhante à eleição de 1933, organizou-se no estado um partido operário, denominado “Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina”, que concorreria com os demais partidos a vagas a Constituinte Estadual. Contudo, a proposta desse grupo destoava dos

criticada, sobretudo pelo resultado que dela advinha: o aumento das greves e dos conflitos, pondo em risco a integridade nacional e a harmonia de classes. Além disso, os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho eram considerados como organizações de fachada. Cf. A GAZETA. Florianópolis, 25 ago. 1934, p. 6.

⁴⁰¹ Cf. LENZI, Carlos Alberto da Silveira. *Partidos e políticos*. Florianópolis: UFSC, 1983, p. 126.

⁴⁰² Cf. *Ibid.*, p. 125

partidos conservadores, conforme analisaremos mais detidamente a seguir.

3.2.2 “Irmão do Trabalho”: A Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina

3.2.2.1 Manifestos e Propostas.

No dia 1º de outubro de 1934, a “Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina” publicou seu primeiro manifesto, na seção “A pedido”, no jornal “A Notícia” de Joinville, estampado com o título: “Tudo pela Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina”⁴⁰³.

Em seus manifestos, a “Liga dos Trabalhadores” sempre reafirmava ser um partido formado apenas por trabalhadores e conclamava os demais operários a apoiarem esta organização. “Vota em ti mesmo”⁴⁰⁴, enfatizava o manifesto. No segundo “Manifesto”, publicado no jornal “A Gazeta”, em 6 de outubro de 1934, trazia o seguinte imperativo: “Põe, acima de tudo, a tua consciência independente ao serviço da tua própria causa.”⁴⁰⁵ Percebe-se nessas palavras que a “Liga dos Trabalhadores” buscou identificar-se como um partido dos trabalhadores. Sobre a ênfase de que não se tratava apenas de uma representação, mas sim a presença dos operários na Constituinte Estadual.

Foi publicada, em edições posteriores do jornal “A Gazeta”, uma entrevista com Sebastião Bonsfield Vieira⁴⁰⁶ – candidato desse partido – e um terceiro “Manifesto”, assinado por esse candidato. A chapa contendo o nome dos candidatos da “Liga dos Trabalhadores” foi vinculada em várias edições do jornal até o dia da eleição, em 14 de outubro, bem como informações sobre a campanha desse partido.⁴⁰⁷

Um fator a ser destacado é a retórica empregada, nesses documentos da “Liga dos Trabalhadores” e nos discursos de seus partidários, os quais salientavam a condição de miséria em que viviam os operários, a exploração a que eram submetidos, o esforço e o trabalho

⁴⁰³ Cf. A NOTICIA. Joinville, 1 out. 1934, p. 7.

⁴⁰⁴ A NOTICIA. Joinville, 1 out. 1934, p. 7; A GAZETA. Florianópolis, 13 out. 1934, p. 2.

⁴⁰⁵ A GAZETA. Florianópolis, 6 out. 1934, p. 6.

⁴⁰⁶ Sebastião Bonsfield Vieira era um dos redatores do jornal “A Gazeta”, escrevia poesias e era responsável pela coluna de críticas literária e artística, mas possuía outras ocupações, como descrito por Vieira: tipógrafo, músico, afinador de pianos, consertador de máquinas de escrever e guarda-livros. Cf. A GAZETA. Florianópolis, 9 out. 1934, p. 1.

⁴⁰⁷ Cf. A GAZETA. Florianópolis, 6 out. 1934, p. 6; Id., 9 out. 1934, p. 1; Id., 13 out. 1934, p. 2.

como construtores da moral, da cidadania e da inserção na sociedade, em oposição àqueles que não trabalhavam, seus patrões.

A entrevista com Sebastião B. Vieira nos oferece um exemplo desses aspectos, pois ao ser indagado sobre o que faria no Congresso (referindo-se a Constituinte Estadual), respondeu ao jornalista:

Procuraria continuar no Congresso a obedecer a minha querida amiga e velha mestra de “trabalhos forçados” e mal pagos: Dona Miséria essa fera implacável que nos manda gritar e ao mesmo tempo, para “gozar”, fecha os ouvidos dos que deveriam ouvir...

E o mais interessante é que Dona Miséria teimou que ainda há de entrar no Congresso, vestida de pobre, porque já entrou lá muitas vezes, mas... com outra roupa!⁴⁰⁸

A ideia de um partido operário não era inédita. Em fevereiro de 1933, foi fundado em São Francisco do Sul o “Partido Socialista Operário”, que em decorrência de disputas entre lideranças operárias e mesmo do envolvimento de políticos locais, foi dissolvido sem mesmo apresentar candidatos.⁴⁰⁹ Em outra oportunidade, em novembro de 1933, foi aventada a formação de um partido operário, durante o I Congresso Trabalhista de Santa Catarina, que ocorreu em Florianópolis. O congresso reunia algumas lideranças sindicais do estado, entre elas, José Rodrigues Fonseca que sugeriu a formação de um partido político, porém a ideia não se concretizou.⁴¹⁰

Em setembro de 1934, durante o I Congresso Proletário de Santa Catarina⁴¹¹, (realizado entre os dias 15 e 18, em Itajaí, com a presença de representantes-delegados de 30 entidades sindicais do estado), foi formada uma organização político-partidária composta por trabalhadores do estado, a “Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina”. O “Sindicato Ferroviário Catarinense” responsável pela organização desse congresso foi quem costurou as alianças para a formação da “Liga dos Trabalhadores”. Conforme publicado no jornal “A Gazeta”, o objetivo do congresso operário era traçar as diretrizes do proletariado catarinense

⁴⁰⁸ A GAZETA. Florianópolis, 9 out. 1934, p. 1.

⁴⁰⁹ V. Capítulo 2, 2.2.5 Partido Operário Socialista.

⁴¹⁰ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 21 nov. 1933, p. 8; Id., 22 nov. 1934, p. 8.

⁴¹¹ A mesa dos trabalhos era composta por: presidente, Leandro Machado (“Sindicato Ferroviário Catarinense”), secretário, Sebastião de Carvalho Costa (“Associação dos Empregados do Comércio de Florianópolis”), Tesoureiro, José Rodrigues Fonseca (“Sindicato dos Operários da Construção Civil de Florianópolis”).

em face do próximo pleito eleitoral⁴¹². Segundo o “Correio do Estado”, a finalidade era coordenar, em uma só diretriz, todos os sindicatos reconhecidos existentes em Santa Catarina.⁴¹³

O Congresso Proletário estabeleceu, ainda, um programa com 45 “teses”, definindo as reivindicações relacionadas ao trabalho e à cultura proletária. Entre as “teses” estabelecidas pelos congressistas estavam: legislação sobre a indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa; a revisão e o reajustamento do salário dos operários no estado; campanha contra o álcool e o jogo; formação de uma “elite” operária e o desenvolvimento cultural da classe proletária – nesse caso, acreditamos que o termo elite não se refira a status, mas sim ao desenvolvimento intelectual dos trabalhadores; participação junto aos poderes públicos na elaboração da instrução pública, literário-moral e intelectual dos filhos dos operários, bem como solicitar junto aos governos estadual e federal a revisão ou anulação das concessões para a exploração carbonífera no estado e pleitear junto ao Governo do Estado a encampanação da Linha Férrea de São Francisco a Marcelino Ramos (Linha São Francisco).⁴¹⁴

Após o Congresso Proletário, sua direção seguiu para Florianópolis, onde pleitearia junto ao interventor do estado algumas das reivindicações definidas, conforme publicou o “Correio do Estado”:

Encontram-se nesta capital os srs. Leandro Machado, que dirigiu os trabalhos do Primeiro Congresso Operário Catarinense [...] e Ataliba Vieira, delegado ao Congresso pelo Sindicato Ferroviário Catarinense, que, em companhia dos srs. Sebastião José de Carvalho Costa, representante da Assemércio junto ao Congresso e José Fonseca, do Sindicato de Construções Civis, desta Capital, pleitearão, junto às autoridades competentes, a execução de certas reivindicações proletárias ventiladas e aprovadas pelo Congresso.⁴¹⁵

Em seu “Manifesto” de 1^o de outubro, a “Liga dos Trabalhadores” comprometeu-se a defender todas as “teses” firmadas no I Congresso Proletário de Santa Catarina, como se pode notar neste discurso: “Pugnaremos pela gratuidade e obrigatoriedade do ensino

⁴¹² Cf. A GAZETA. Florianópolis, 23 ago. 1934, p. 6

⁴¹³ Cf. CORREIO DO ESTADO. Florianópolis, 22 set. 1934, p. 6.

⁴¹⁴ CORREIO DO ESTADO. Florianópolis, 22 set. 1934, p. 6; O LIBERTADOR. Itajaí, 22 set. 1934, p. 2.

⁴¹⁵ CORREIO DO ESTADO. Florianópolis, 22 set. 1934, p. 1.

primário, como luctaremos sem treguas, por todas as conquistas proletárias, inspirados pelo senso proletário, vanguardados pela Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina.”⁴¹⁶

A “Liga dos Trabalhadores” também expôs o seu posicionamento frente às eleições de outubro de 1934 e criticava os políticos: “Companheiros! É sabido por todos nós que trabalhamos e que sempre vivemos oprimidos, que a politicagem interessseira nos procura, única e exclusivamente, nas epochas de eleições.”⁴¹⁷

Os “trabalhistas”⁴¹⁸ abrem o “Manifesto” de 1º de outubro, criticando uma prática que lhes é conhecida de anos anteriores: a aproximação dos políticos apenas em anos eleitorais, interessados em votos. As críticas desse “Manifesto” se referem às eleições daquele ano, provavelmente as atividades do PLC, da “Coligação República” e dos Integralista.⁴¹⁹

Porém, os “trabalhistas” abordam, ainda, as eleições de 1929, mais especificamente a campanha da “Aliança Liberal”, que nas eleições daquele ano, incluiu no seu programa propostas voltadas para a classe trabalhadora, sendo que várias das lideranças da campanha aliancista participaram do movimento de outubro de 1930 e assumiram postos no Governo Provisório. De acordo com esse grupo:

O desprezo official pela sorte dos trabalhadores continua mais acentuado do que nunca, embora a Aliança Liberal, no seu manifesto, houvesse se reportado com um optimismo digno de estudo, e capaz de convencer o mais sceptico do trabalhadores.

A protecção aos interesses dos Operários deve ser completa.

A conquista das oito horas de trabalho, o aperfeiçoamento e a ampliação das leis de férias, dos salários mínimos, a protecção dos menores, a carência de ensino, a falta de hospitaes e de

⁴¹⁶ A NOTICIA. Joinville, 1 out. 1934, p. 7;

⁴¹⁷ Ibid., loc. cit.

⁴¹⁸ Iremos associar o termo trabalhistas, entre aspas, aqueles que integraram a “Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina”, tal qual se referiram os periódicos e registros oficiais.

⁴¹⁹ Cf. A GAZETA. Florianópolis, 10 out. 1934, p. 1; Em seu “Manifesto” de 13 outubro afirmaram: “Entre esse degladiar da política que ora se debate na ânsia desmedida dos interesses partidários, tu, [...] sentes que há em ti uma necessidade de nortear de outro modo os teus pensamentos que são justos, os teus anseios que são o grito de toda a tua classe sacrificada!”. A GAZETA. Florianópolis, 13 out. 1934, p. 2.

assistência, continua como problemas em estudos sem nada de positivo e concreto.⁴²⁰

Assim, em períodos eleitorais os trabalhadores eram reconhecidos como eleitores, mas não como cidadãos. Eles faziam apenas parte de um esquema viciado que possibilitava a permanência dos mesmos políticos que, embora rivais diante da disputa partidária, pertenciam ao mesmo grupo, à mesma classe, a qual os “trabalhistas” se opunham. Dessa forma, afirma a “Liga dos Trabalhadores”:

Os partidos da politicagem em lucta, tudo prometteram, como sempre, porém, não somos tão ingênuos que possamos acreditar que elles farão algo pelo nosso bem estar quando essa atitude é incompatível e incoherente com os inabaláveis designios das suas hostes partidárias.⁴²¹

Esse era o tom do “Manifesto” (1^o/10) de confronto, de oposição a uma classe, à qual pertenciam políticos e patrões responsáveis pela sua exploração, conforme se nota na sequência do “Manifesto”:

Igual atitude tomam os que nos exploram diariamente, no labor, na lucta pela conquista de pão, esses que do nosso esforço tudo desejam e que nada nos dão, além do estritamente necessário para não tomarmos sem vida victimados pela fome, enquanto vivem no maior fausto, na maior luxo, tendo de tudo e tudo, gozando á custa do nosso esforço, producto do nosso sofrimento, resultado das nossas dores.⁴²²

O trecho acima não procura estabelecer uma ideia de cordialidade, nem faz menção a harmonia entre as classes. Pelo contrário, apresenta o confronto entre essas classes, colocando-as nas extremidades em que patrões e empregados se enfrentam numa luta entre exploradores e explorados.

Para tanto, conforme se vê a seguir, é necessário reagir, confrontar o domínio dos exploradores, agindo de forma conjunta, unidos enquanto classe, como externa a “Liga dos Trabalhadores”:

Agora, quando procuram solidificar os alicerces do seu domínio, o domínio dos exploradores,

⁴²⁰ A NOTICIA. Joinville, 1 out. 1934, p. 7.

⁴²¹ Ibid., loc. cit.

⁴²² Ibid., loc. cit.

devemos reagir mais unidos de que nunca, sob o desfraldar da bandeira proletária, da bandeira que se agita protestando contra as desigualdades e injustiças existentes, ainda entre as criaturas plasmadas no mesmo barro, que sentem as mesmas necessidades fisiológicas, mas onde uma grande ala é condenada ao aniquilamento, ao desprezo, á fome e á ignorância.⁴²³

Assim era preciso escapar das dissidências partidárias no seio dos trabalhadores. Aliás, uma questão sempre suscitada em reuniões operárias mas, sobretudo, como forma de afastar as associações de ligações políticas. Segundo o “Manifesto”, a “Liga dos Trabalhadores” era uma possibilidade de liberdade:

O único caminho que se apresenta capaz de impedir que continuemos escravizados: A UNIÃO DE TODOS NÓS ao lado da LIGA DOS TRABALHADORES DE SANTA CATARINA, a facção que luta tenazmente pelas reivindicações proletárias por ella é composta, somente, de trabalhadores, de explorados, e de victimas do reaccionarismo burguez.⁴²⁴

Contudo, a dispersão dos trabalhadores entre os demais partidos, o que parecia inevitável, mereceu no “Manifesto” de 6 de outubro, um apelo à “consciência” de cada trabalhador, segundo este documento:

E si por injunções derivadas de interesses outros que não sejam os das tuas próprias reivindicações, tiveres que collocar nas urnas, a 14 deste mez, chapa que não seja a que contem os nomes abaixo, - producto do esforço e valor próprio – faze-o envergonhado da tua deprimente acção e ao deixares a cabine indevassável onde puzeste o teu voto inconsciente, cospe sobre a mão que te trahiu, cospe sobre essa tua mão indigna de ti mesmo!⁴²⁵

Em seu “Manifesto” de 1º de outubro, a “Liga dos Trabalhadores” propôs uma alteração na forma de se legislar e sobre o

⁴²³ Ibid., loc. cit.

⁴²⁴ Ibid., loc. cit.

⁴²⁵ A GAZETA. Florianópolis, 6 out. 1934, p. 6.

próprio exercício da democracia, de acordo com este enunciado: “defenderemos de o povo ter a iniciativa própria na apresentação de leis e do referendun na aprovação daquelles que emanarem do poder competente.”⁴²⁶ Ou seja, a “Liga dos Trabalhadores” defendia uma atuação constante e direta da sociedade sobre o processo político, fosse na apresentação de leis ou na aprovação dos atos governamentais.

No seu segundo “Manifesto”, em 6 de outubro, a “Liga dos Trabalhadores” enfatizava o seu ideal de governo, com uma noção particular sobre o regime republicano e assim declarou: “Lembra-te de que esta chapa será a concretização desse lemma tão malbaratado desde os primórdios da democracia de 1889. Governo do Povo pelo Povo.”⁴²⁷

Portanto, consideravam o regime republicano como capaz de permitir o acesso à democracia, porém, esta relação foi deturpada ao longo da República, sobretudo o lema que lhes parecia mais caro: “O Governo do Povo pelo Povo”. A “Liga dos Trabalhadores” representava o retorno a esse ideal, pois era um meio de afastar os trabalhadores da opressão e de percorrer um novo caminho, conforme apresentado no “Manifesto” de 13 de outubro: “Não te apercebes que há um só meio de descontinuares a rota traçada pela mão invisível do inimigo: retroceder, abandonar a estrada dolorosamente percorrida.”⁴²⁸

Apesar disso, a instituição da República era percebida por aqueles trabalhadores como princípio dos valores democráticos, definidos pela “Liga dos Trabalhadores” através de uma participação mais ativa dos trabalhadores, de forma plena, nas atribuições e instituições do Estado e nos governos.

Longe de ser uma proposta corporativista de representação, a “Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina” era uma alternativa dos trabalhadores para que tivessem uma representação partidária na Constituinte Estadual, ou mesmo nas disputas eleitorais posteriores. Calcada na ideia de uma democracia direta e ampla, a “Liga dos Trabalhadores” se afastava das demais organizações partidárias do estado que defendiam a maior interferência do Estado.

Contudo, os trabalhadores integrantes deste partido não eram contrários a representação das associações profissionais no Parlamento; pelo contrário, como veremos mais adiante, alguns dos candidatos como José Rodrigues Fonseca⁴²⁹, Sebastião Bonsfild Vieira⁴³⁰, Zeferino

⁴²⁶ A NOTICIA. Joinville, 1 out. 1934, p. 7.

⁴²⁷ A GAZETA. Florianópolis, 6 out. 1934, p. 6.

⁴²⁸ A GAZETA. Florianópolis, 13 out. 1934, p. 2.

⁴²⁹ Cf. A GAZETA. Florianópolis, 9 nov. 1934, p. 1; REPÚBLICA. Florianópolis, 10 out. 1935, p. 1.

Abreu⁴³¹, Elyseu Sant’Anna⁴³², Waldemiro Luiz Gonçalves⁴³³, Leandro Machado⁴³⁴, participaram das eleições para a representação classista de 1934 e de 1935.

Além disso, a formação e, sobretudo, a forma como se estabeleceu esse partido denota a linha tênue que relacionava e interligava o movimento operário, bem como a política corporativista, pensada e assimilada de modo particular pelos trabalhadores – os quais poderiam estar sob influência dos católicos, dos comunistas, dos socialistas ou dos reformistas –, estabelecendo um alinhamento que envolvia corporativismo, autonomia sindical, reivindicações, oposição ao governo e movimentos grevistas. Sendo a formação da “Liga dos Trabalhadores” um exemplo dessa performance complexa.

O “Congresso Proletário”, por sua vez, onde foi estabelecida a organização e a articulação que possibilitou a criação desse partido, era composto por organizações sindicais de Santa Catarina, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, frutos da política sindical do Governo Provisório. Contudo, o objetivo da reunião operária em Itajaí era estabelecer linhas comuns de ação, reivindicações que atingiam diretamente a política corporativista pós-1930, os mesmos objetivos que a “Liga dos Trabalhadores” afirmou serem suas diretrizes, além de se opor aos partidos formados pelos políticos tradicionais.

3.2.2.2 *Os Candidatos*

De acordo com o jornal “A Gazeta” a escolha da chapa ocorreu através de uma convenção operária em Florianópolis, no dia 5 de outubro. Todavia, seus candidatos foram registrados no dia 9 de outubro de 1934 no Tribunal Regional de Justiça Eleitoral.⁴³⁵

Seus candidatos procuraram realizar propaganda, principalmente a divulgação da chapa, e comícios como o que ocorreu em Itajaí: “Realizou-se aqui, com grande entusiasmo, e perante considerável massa popular, o comício de propaganda eleitoral dos candidatos da Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina, sendo os oradores

⁴³⁰ Cf. A GAZETA. Florianópolis, 29 out. 1934, p. 1.

⁴³¹ Cf. A GAZETA. Florianópolis, 5 nov. 1934, p. 1.

⁴³² Cf. A GAZETA. Florianópolis, 9 nov. 1934, p. 1.

⁴³³ Cf. REPÚBLICA. Florianópolis, 20 set. 1935, p. 1; REPÚBLICA. Florianópolis, 10 out. 1935, p. 1.

⁴³⁴ Cf. REPÚBLICA. Florianópolis, 26 set. 1935, p. 2.

⁴³⁵ Cf. A GAZETA. Florianópolis, 6 out. 1934, p. 6; Id. 10 out. 1934, p. 1.

aplaudidos.”⁴³⁶ Entre os que pronunciaram discursos estava José Rodrigues Fonseca, que havia proposto em 1933 a criação de um partido operário e que no Congresso Proletário integrou-se a mesa dos trabalhos, conforme telegrama enviado pelos operários de Itajaí, solidarizando-se com os de Florianópolis: “Para o operariado de Florianópolis. Os operários de Itajahy, reunidos em comício, depois de ouvir a palavra vibrante de José Rodrigues Fonseca, enviam a sua solidariedade proletária”⁴³⁷. Foram signatários dessa manifestação de apreço Christiano D’Avila, Felix Couto, Pedro de Alcântara e Helibrio Martins dos Santos.

Contudo, como expusemos anteriormente, os partidos formados por políticos tradicionais buscavam expandir suas influências sobre os trabalhadores. Numa dessas tentativas o PLC promoveu a divulgação de um boletim expressando o apoio dos presidentes de sindicatos de Itajaí a esse partido.⁴³⁸ Dois trabalhadores procuraram desmentir esse apoio: Eugenio José Reichert (integralista) e Waldemiro Gonçalves (“trabalhista”), segundo nota por eles emitida:

Aos operários: Tendo circulado nesta cidade [Itajaí] e em municípios vizinhos um boletim da União Operária de Itajahy, recommendando que todo o operariado consciente deve votar no Partido Liberal e tendo sido lançadas nesse boletim, as nossas assignaturas, vimos, por meio deste, protestar contra esse abuso de serem os nossos nomes utilizados á nossa revelia, visando tão sómente intrigar-nos com os companheiros das causas a que estamos filiados, e mesmo porque o operário consciente sabe discernir o bem do mal, e conhece seus deveres cívicos.⁴³⁹

O jornal “O Liberal” publicou, em 11 de outubro de 1934, uma contribuição assinada por “Um operário”, intitulada “Operários, cuidado com as sirenes liberaes”, onde criticava e denunciava as ações do PLC, segundo este editorial: “Ameaças [aos operários], opondo-lhes dificuldades para que o seu partido se não desfalque com os votos dos operários, com cujo apoio têm elles contado para se manterem no poder”.⁴⁴⁰

⁴³⁶ Id., 12 out. 1934, p. 1.

⁴³⁷ Ibid., loc. cit.

⁴³⁸ Id., 10 out. 1934, p. 1.

⁴³⁹ Id., 13 out. 1934, p. 1; Cf. Id., 10 out. 1934, p. 1.

⁴⁴⁰ O LIBERTADOR. Itajaí, 11 out. 1934, p. 1.

A chapa era formada por 31 candidatos⁴⁴¹ de diversas áreas profissionais e regiões do Estado. A região de onde provinha o maior número de candidatos era Florianópolis, com 10 candidatos. Depois vinha Itajaí, com 7, em seguida, São Francisco do Sul com 4. Outras regiões tinham 3 ou 1 candidato.⁴⁴² Entre as profissões desempenhadas pelos candidatos estavam: 6 estivadores, seguidos por estivadores terrestres, ferroviários, mecânicos e pedreiros, que tinham 3 profissionais de cada categoria.⁴⁴³

A “Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina” obteve um total de 184 votos⁴⁴⁴. Mesmo sem eleger candidatos e apesar do número pequeno de votos, a organização de um partido operário ganhou repercussão após as eleições, quando o partido foi ligado ao comunismo. A informação partiu do jornal “O Pharol” de Itajaí. Segundo esse periódico, a reduzida votação que os “trabalhistas” obtiveram nas urnas deveu-se: “ao facto de estar sendo a ‘Liga dos Trabalhadores’ orientada por elementos que conservavam contacto directo com as aggremações communistas espalhados pelo Brasil.”⁴⁴⁵

Em seguida, o jornal promoveu ideias anticomunistas, como o maléfico regime da Rússia, destruidores de famílias, pátrias e religiões, para justificar o perigo que significava a ligação desse partido com ideias subversivas. Assim, mesmo com um pequeno número de votos, era algo que se devia apreciar com mais cuidado, pois era um número bastante expressivo, podendo, inclusive, chegar a 200 partidários. O jornal destacava ainda: “Os communistas catharinenses teem, pois, o seu partido registrado e a comunicação desse registro nos acaba de ser feita pelo presidente nesta cidade sr. Joaquim Lopes Correia.”⁴⁴⁶ Ou seja, o que o jornal afirma é que a “Liga dos Trabalhadores” era a organização legalizada do PCB no estado.

Pelas páginas de “O Libertador” buscou-se descaracterizar o aspecto negativo levantado pelo “Pharol”, negando-se que a “Liga dos Trabalhadores” fosse uma organização comunista. No entanto, no

⁴⁴¹ Ver Anexo VI onde consta o nome dos candidatos, localidade e profissão que exerciam.

⁴⁴² Ver Anexo VII para a distribuição numérica dos candidatos por região e profissão.

⁴⁴³ Ver Anexo VIII: Número de candidatos por profissão.

⁴⁴⁴ REPÚBLICA. Florianópolis, 17 jan. 1935, p. 1.

⁴⁴⁵ O PHAROL. Itajaí, 27 out. 1934, p. 1.

⁴⁴⁶ *Ibid.*, loc. cit; De acordo com o jornal “O Libertador”: “Firmado pelo sr. Joaquim Lopes Corrêa, recebemos attencioso officio communicando-nos que acaba de ser organizado, nesta cidade [Itajaí], o Directorio da “Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina.”

Tendo concorrido ás ultimas eleições, com seus candidatos registrados no Superior Tribunal Eleitoral, a Liga se cria como órgão de reivindicações proletárias, e será dirigida por elementos puramente trabalhadores.” O LIBERTADOR. Itajaí, 27 out. 1934, p.1.

conteúdo do artigo, em resposta ao “Pharol”, assinado por “um trabalhista”, percebemos um embate de correntes políticas, conforme se nota neste trecho: “Não será com êsses expedientes que o orgam integralista conseguirá as sympathias da classe operária. Não deve também esquecer que muitos dos que abraçaram a nova doutrina, sahiram tambem da massa proletária.”⁴⁴⁷ Ou seja, era uma disputa político-partidária e um embate entre dois grupos: os integralista e os “trabalhistas”.

Nessa mesma edição de “O Libertador”, Joaquim Lopes Corrêa, presidente do diretório da “Liga dos Trabalhadores”, foi enfático ao definir Juventino Linhares, redator e proprietário de “O Pharol”, como “politico militante nas facções liberal-integralista”.⁴⁴⁸

Apesar de Corrêa negar a existência de militantes comunistas na “Liga dos Trabalhadores” ou amenizar as determinadas manifestações de seus integrantes, podemos afirmar através de outras fontes, que alguns desses candidatos e membros do partido tinham ligações com o PCB. Entre eles podemos destacar: Manoel Alves Ribeiro, José Rodrigues Fonseca, Ataliba Vieira, Sebastião Bonsfield Vieira.⁴⁴⁹ Além disso, alguns de seus membros integraram-se à “Aliança Nacional Libertadora”, em 1935.

3.2.3 A ANL em Santa Catarina e a sua Repercussão no Meio Operário

Na continuidade entre o envolvimento dos trabalhadores com o processo político, cabe ainda destacar a formação da “Aliança Nacional Libertadora” (ANL)⁴⁵⁰, uma frente única que detinha uma base diversificada e se opunha fundamentalmente ao fascismo, do qual a AIB

⁴⁴⁷ O LIBERTADOR. Itajaí, 27 out. 1934, p.1.

⁴⁴⁸ Cf. *Ibid.*, p. 2.

⁴⁴⁹ Cf. MARTINS, Celso. *Os comunas: Alvaro Soares Ventura e o PCB catarinense*. Florianópolis: Paralelo 27, 1995, pp 34, 47-51; CANCELLIER, Luis Carlos. PCB inicia em SC com a Revolução de 30. *O Estado*. Florianópolis, 28 mar. 1982.

⁴⁵⁰ Organização nacional formada em março de 1935, sendo Luis Carlos Preste seu presidente de honra e autor do manifesto de 5 de julho de 1935. Em abril deste mesmo ano, com base na Lei de Segurança Nacional foi decretada a ilegalidade da ANL e seu consecutivo fechamento. Em novembro seus principais dirigentes, formados por militares, e lideranças do PCB (entre eles Prestes) participaram de uma tentativa de golpe armado contra o governo Vargas. A tentativa falhou e ofereceu um contexto para a prolongação do estado de sítio e a sua equiparação ao Estado de Guerra, aprovado pelo Congresso Nacional. Em novembro de 1937 o golpe de Estado Novo utilizaria um suposto plano de golpe comunista como pretexto para eliminar qualquer liberdade e resqúicio de democracia que existisse.

era seu principal expoente, bem como ao governo Vargas.⁴⁵¹ A ANL possuía uma particularidade com relação às frentes-únicas antifascistas que a antecedeu, a sua capacidade de aglutinar as principais forças de esquerda, PCB e Liga Comunista, juntamente com o PSB-SP, além de uniões sindicais, intelectuais, militares e membros da classe média.⁴⁵² Segundo Ricardo Castro:

A formação de uma ampla frente de setores progressistas (e não apenas a esquerda) a favor de amplas reformas na sociedade que caracteriza a “frente popular” diluiu a luta antifascista na luta mais ampla por reformas e contra as forças conservadores e reacionárias.⁴⁵³

Apesar da proposta de envolver trabalhadores urbanos e camponeses, foi nos centros urbanos que se deram, com maior intensidade, suas manifestações e mobilizações, sobretudo apoiando as reivindicações operárias, que incluíam a jornada de 8 horas de trabalho, o salário mínimo e o aumento de salário. Com relação ao campo, a distribuição de terras era o único ponto, e abrangia camponeses, pobres e operários aos quais seriam destinadas as propriedades tomadas dos grandes proprietários, de empresas internacionais e da Igreja.⁴⁵⁴

A fundação da ANL, em Santa Catarina, ocorreu em 9 de junho de 1935, em Florianópolis, sob a presidência do médico Miguel Boabaid⁴⁵⁵. Entre os que se manifestaram, estavam o jornalista Lorival Câmara, o médico Cezar Ávila⁴⁵⁶, o capitão da Força Pública do estado, Renato Tavares da Cunha Melo⁴⁵⁷, o operário Manoel Alves Ribeiro⁴⁵⁸,

⁴⁵¹ Sobre a organização de frentes antifascistas no Brasil ver: CASTRO, Ricardo Figueiredo. A Frente única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, pp. 354-388.

⁴⁵² Cf. *Ibid.*, pp. 375 e 379.

⁴⁵³ *Ibid.*, p. 379.

⁴⁵⁴ Cf. PRESTES, Luiz Carlos. *Manifesto da Aliança Nacional Libertadora*. Disponível na Internet: < <http://www.marxists.org/portugues/prestes/1935/07/05.htm>>. Acesso em: 4 out. 2009.

⁴⁵⁵ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 10 jun. 1935, p. 6; Miguel Boabaid chegou a Florianópolis em 1933, foi nomeado, em 1934, médico do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos, foi médico do Centro de Saúde Pública da capital, criado em 1937 por Nereu Ramos. Em 1945 com a legalidade do PCB, foi candidato pelo partido. De acordo com Boabaid, sua influência comunista adveio de César Ávila e pelo Capitão Germano Donner (ambos integraram a ANL), conforme expôs em entrevista para Celso Martins em 1981. Cf. JORNAL DA CIDADE. Tubarão, 20 nov. 1981, p. 6.

⁴⁵⁶ Médico-cirurgião, natural de Lages, residia e possuía um consultório em Florianópolis. Cf. MARTINS, op. cit., p. 72.

⁴⁵⁷ Ex-Comandante da Força Pública de Santa Catarina (29/04/1933-29/04/1935). Participou dos movimentos de tenentistas de 1922 e 1924, e durante a “Revolução de 1930”. Renato

o deputado constituinte João de Oliveira, além de representantes das associações sindicais de Florianópolis e de uma comissão de operários de Itajaí, a saber: Joaquim Lopes Corrêa, Martinho Silva, Bernardino Borba, Waldemiro Gonçalves, Osmar Espíndola, Luís Dias, Julio Cavalcanti de Mello e Cesar Borba.⁴⁵⁹

Os discursos, realizados durante a sua instalação da ANL, giravam em torno de críticas ao imperialismo, ao integralismo, ao “feudalismo” latifundiário.⁴⁶⁰ O diretório estadual da ANL foi organizado em 13 de junho de 1935, em Florianópolis.⁴⁶¹ Outros diretórios foram formados nos municípios de Lages, Tubarão e Itajaí.⁴⁶²

Eram momentos de radicalização por parte do poder público, ações como: a proibição de *placards* (cartazes políticos) da ANL, da AIB e mesmo de partidos locais⁴⁶³, o controle de *meetings* (reuniões políticas), que dependeriam de local e horário designados pela Polícia Civil (caso o permitisse)⁴⁶⁴, a proibição do uso da camisa verde⁴⁶⁵, e mesmo a possibilidade de censura.⁴⁶⁶ Tudo isso demonstrava o uso da

Tavares foi apontado por Henrique Rupp Jr. (um tradicional político do estado) em carta a Getúlio Vargas, como um fervoroso adepto de Nereu Ramos (isso durante o movimento de 1932) e ainda como “o mais rubro aliado de Stalin em Santa Catarina, cuja doutrina propaga com ardor.” apud CORREA, Carlos Humberto. *Um estado entre duas Repúblicas: a revolução de trinta e a política em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, p. 131; Cf. MARTINS, op. cit., pp. 72 e 98-100

⁴⁵⁸ Manoel Alves Ribeiro (Mimo), natural de Imaruí, Sul do estado, participou em 1920 de uma greve de mineiros de carvão em Lauro Müller, nos anos 1930 participou do movimento de sindicalização em Florianópolis, era delegado de propaganda da ANL. Em 1939 foi um dos participante na organização do PCB em Santa Catarina. Em 1945, com a legalidade do PCB, foi candidato pelo partido. No final dos anos 1950 foi vereador pelo “Partido Social Progressista”(PSP). Cf. O ESTADO. Florianópolis, 16 maio 1993, p. 3.

⁴⁵⁹ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 10 jun. 1935, p. 6; Pelo menos Joaquim Lopes Corrêa e Martinho Silva eram comunistas. Cf. MARTINS, op. cit., p. 76.

⁴⁶⁰ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 11 jun. 1935, p. 3; Id., 12 jun. 1935, p.3; Id., 13 jun. 1935, p. 3.

⁴⁶¹ A Diretoria era formada por César Ávila, presidente; Renato Tavares da Cunha Melo, vice-presidente; Miguel Boabaid, secretário-geral; Jorge Vieira, 1º. secretário; Ramiro Uliassá, 2º. secretário; Ayrton Martins e Sebastião Vieira, delegados de publicidade; Manoel Alves Ribeiro e Deodoro A. Silva; delegados de propaganda; João Medeiros, tesoureiro; Germano Donner, Max Berenhauser, Mustafá Guarany e Silva, Augusto Livramento e Francisco Luizemberger, compunham a comissão executiva. Cf. O ESTADO. Florianópolis, 17 jun. 1935.

⁴⁶² Cf. O ESTADO, 3 jul. 1935, p. 1; MARTINS, op. cit., p. 76.

⁴⁶³ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 21 jun. 1935, p. 6; Id., 24 jul. 1935, p. 6.

⁴⁶⁴ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 27 fev. 1935, p. 6; Id., 17 jul. 1935, p. 1.

⁴⁶⁵ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 9 jul. 1935, p. 6.

⁴⁶⁶ Como foi insinuado através de editorial do jornal O Estado em 3 de abril de 1935, p. 6.

Lei de Segurança Nacional (LSN), aprovada pela Câmara dos Deputados, em abril de 1935.⁴⁶⁷

Como parte desse contexto, haviam embates entre aliancistas e integralistas (da mesma forma que no restante do país, com violentos choques entre seus integrantes), como ocorreu em 3 de julho de 1935 no Café Estrela, no centro de Florianópolis.⁴⁶⁸ Em Canoinhas (Norte do estado), o resultado foi a morte do funcionário do Ministério do Trabalho, o militante da ANL, Cid Vieira⁴⁶⁹. Nesse mês, o governo cassou o registro da ANL, sob o argumento de ser a uma organização que ameaçava a integridade nacional e de manter ligações com o PCB.⁴⁷⁰

Em novembro de 1935, com a tentativa de golpe pelos comunistas, os integrantes da ANL foram perseguidos e presos. Santa Catarina, mesmo que distante dos acontecimentos do Rio de Janeiro e de Natal, em que ocorreram a tomadas de quartéis pelos revoltosos, acabou ganhando atenção especial, pois o presidente nacional da ANL, Hercolino Cascardo, era responsável pela Delegacia do Trabalho Marítimo em São Francisco do Sul.⁴⁷¹

De acordo com o inquérito da Polícia Civil de Florianópolis encaminhado à Delegacia de Ordem Política e Social do Distrito Federal, um dos principais mentores da ANL e das atividades comunistas no estado era Alvaro Soares Ventura⁴⁷². De acordo com o registro de depoimento:

Ele depoente [Alvaro S. Ventura] realmente recebia algumas vezes boletins da “Aliança Nacional Libertadora” e a última vez que recebeu

⁴⁶⁷ Lei Nº. 38, de 4 de abril de 1935, define crimes contra a ordem política e social. In: BRASIL. *Coleção das Leis de 1935. Atos do Poder Legislativo (Janeiro a Dezembro)*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1936, p. 37.

⁴⁶⁸ O ESTADO, Florianópolis, 4 jul. 1935, p. 6.

⁴⁶⁹ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 5 jul. 1935, p. 6; Cid Vieira era irmão de Rogério Vieira, deputado constituinte do estado.

⁴⁷⁰ Cf. VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 82, 86 e 87; O ESTADO. Florianópolis, 15 jul. 1935, p. 1 (Segunda Edição); REPÚBLICA. Florianópolis, 14 jul. 1935, p. 1.

⁴⁷¹ Sobre a organização da ANL em Santa Catarina e suas atividades v. MARTINS, op. cit, pp. 69-107; e SILVA, Victoria G. “O Estado” e “A Gazeta”: posturas frente ao fechamento da Aliança Nacional Libertadora em 1935. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. *História: Trabalho, cultura e poder*. Florianópolis: ANPUH-SC; PROEXTENSÃO; UFSC, 2004, pp. 384-386.

⁴⁷² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AERJ). Fundo “Polícia Política do Rio de Janeiro”, prontuário de Alvaro Soares Ventura (1936-1968), ff. s/nº.

pode fazer uns três meses [...]; êle mesmo mandava para Laguna e dava também a José Rodrigues Fonseca para distribuir com as pessoas de sua intimidade.⁴⁷³

José Rodrigues Fonseca⁴⁷⁴ era considerado pela polícia de Florianópolis um perigoso extremista e braço direito de Alvaro Ventura, conforme descrito no seu prontuário do DOPS do Distrito Federal: “Elemento extremista de grande actividade, especialmente nos meios proletários, tanto assim que, foi expulso do Sindicato dos Operários em Construção Civil, por ser propagandista de idéias comunistas no seio da classe”.⁴⁷⁵ Um ofício da Secretária de Segurança Pública de Santa Catarina junto ao mesmo prontuário acresce:

Ficou constatado, ser José Rodrigues Fonseca quem distribuia nesta Capital os boletins comunistas aqui clandestinamente espalhados antes da eclosão do movimento Subversivo de Novembro do anno passado [1935], provado ficando também, ser elle por assim dizer, o braço direito de Alvaro Soares Ventura.⁴⁷⁶

Esses dois militantes, juntamente com outros integrantes da ANL foram enviados, no ano seguinte, em 1936, para o Rio de Janeiro onde sofreram processo pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) e permaneceram encarcerados até 1939.⁴⁷⁷

Entre os que discursaram na instalação da sede da ANL, em Santa Catarina, estava Manoel Alves Ribeiro, ligado ao “Sindicato da Construção Civil” e que, em 1932, participou da diretoria da “Federação Regional dos Sindicatos de Florianópolis”.⁴⁷⁸ Em seu discurso, o alvo se concentrava na ação dos integralistas, essa era a tônica de sua

⁴⁷³ Id., prontuário de Alvaro Soares Ventura, f. s/nº.

⁴⁷⁴ José R. Fonseca dirigiu em 1931-32 a “Campanha do Povo”, responsável por protestos contra a empresa Cia de Luz, Tração e Força de Florianópolis, devido a falha no serviço de luz da cidade, alta de preços e demissão de funcionários e, participou ainda, da “Federação Regional dos Sindicatos de Florianópolis”. Foi escolhido delegado-eleitor, em 1934, para as eleições classistas de 1935. Cf. O ESTADO. Florianópolis, 12 dez. 1931, p. 6; Id., 4 mar. 1933, p. 1; A GAZETA. Florianópolis, 9 nov. 1935, p. 1.

⁴⁷⁵ AERJ. Fundo “Polícia Política do Rio de Janeiro”, prontuário de José Rodrigues Fonseca (1937-1939), ff. s/nº.

⁴⁷⁶ Id., prontuário de José Rodrigues Fonseca (1937-1939), f. s/nº.

⁴⁷⁷ Id., prontuário de Alvaro Soares Ventura e José Rodrigues Fonseca.

⁴⁷⁸ O ESTADO. Florianópolis, 20 fev. 1932, p. 6; Id., 21 mar. 1932, p. 6.

argumentação, o Integralismo era o principal entrave das reivindicações operárias, como destacou em seu discurso:

Companheiros Operários!

Em toda extensão do País, onde os operários reclamam melhoria imediata de alimentação, casa, roupa e saúde, armam-se bandos integralistas para reprimir todas e quaisquer possibilidades reivindicadoras e garantir os costados daqueles que mantêm a exploração em que vivemos.⁴⁷⁹

Por sua vez, a ANL era apresentada como uma organização compatível com os valores e as reivindicações dos trabalhadores, visto que uma organização tem o dever de defender as causas da classe trabalhadora, como expôs o orador:

Devemos confiar na Aliança Nacional Libertadora, que é a única organização nacional amiga dos trabalhadores e que luta com absoluta sinceridade e com desassombro contra os seus maiores inimigos – O INTEGRALISMO, os LATIFUNDIÁRIOS e o IMPERIALISMO!⁴⁸⁰

Esses três operários participavam constantemente das atividades da ANL, eram seus oradores mais contumazes. Na composição do diretório Municipal de Florianópolis havia a presença de outros trabalhadores, como Waldomiro Monguilhott⁴⁸¹, Porfírio de Almeida Gonçalves⁴⁸² e Irineu Pavan⁴⁸³. A participação de trabalhadores na composição das diretorias da ANL também se repetia em outros municípios do estado. Como vimos, anteriormente, uma comissão de operários de Itajaí havia participado da instalação da sede estadual em

⁴⁷⁹ O ESTADO. Florianópolis, 18 jun. 1935, p. 3.

⁴⁸⁰ O ESTADO. Florianópolis, 18 jun. 1935, p. 3.

⁴⁸¹ Operário da construção civil, fez parte da diretoria do “Sindicato dos Operários da Construção Civil”, e segundo Celso Martins foi um dos fundadores do PCB em Santa Catarina. Cf. O ESTADO. Florianópolis, 22 dez. 1931, p. 6; MARTINS, op. cit., p. 75.

⁴⁸² Era funcionário público, trabalhava na Alfândega de Florianópolis, é identificado como um militante anarquista. Cf. O ESTADO. Florianópolis, 6 jul. 1935, p. 6; MARTINS, op. cit., pp. 20, 47 e 75.

⁴⁸³ Trabalhador gráfico, participou da organização do “Sindicato dos Operários Gráficos”, em 1931, foi delegado-eleitor, em 1935, e diretor do jornal “Voz do Operário”. Cf. REPUBLICA. Florianópolis, 10 dez. 1931, p. 3; A GAZETA. Florianópolis, 22 nov. 1934, p. 2; O ESTADO. Florianópolis, 4 abr. 1932, p. 6.

Florianópolis. Dentre estes, Joaquim Lopes Corrêa⁴⁸⁴, Martinho Silva⁴⁸⁵ e Osmar Machado Espíndola⁴⁸⁶ participaram da organização da ANL em Itajaí.⁴⁸⁷

3.3 Os Trabalhadores Catarinenses e o Processo de Institucionalização da Representação das Associações Profissionais

O que procuramos expor até este ponto é mais do que um simples contexto do movimento operário diante da institucionalização da representação das associações profissionais. É a participação ativa que os trabalhadores, sobretudo as lideranças operárias, tiveram no processo político desse microcosmo estadual.

Chegamos, portanto, a duas considerações. A primeira diz respeito ao envolvimento dos trabalhadores no processo político do estado (destacadamente através de organizações político-partidárias) que oferecia a possibilidade de inserção nas instituições do Estado e de estabelecer seus interesses junto a políticas governamentais: sem, contudo, abandonar as organizações sindicais ou classistas. Como vimos, anteriormente, os trabalhadores escolhidos como candidatos (seja no PLC ou na “Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina”) possuíam, de alguma forma, destaque no meio operário, pois provinham de diretorias de sindicatos ou de federações e ofereciam, dessa forma, legitimidade às organizações político-partidárias que desejavam alcançar os trabalhadores.

A segunda está ligada à atividade reivindicativa dos trabalhadores, que não se esmaeceram, mesmo diante da limitação de liberdade, ao longo de 1934 e 1935. Em determinados momentos, a organização e as manifestações dos trabalhadores se entrecruzavam com o processo político, convergiam-se, alimentavam-se, não tinham em si o

⁴⁸⁴ Estivador, foi um dos candidatos da “Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina”, em 1934, é apontado por Celso Martins como um militante comunista. Cf. A GAZETA. Florianópolis, 6 out. 1934, p. 6; MARTINS, Celso. Op. cit., p. 76.

⁴⁸⁵ Martinho Silva também é distinguido como militante comunista por Celso Martins. Cf. Ibid, loc. cit.

⁴⁸⁶ Motorista, foi candidato pela “Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina”. Cf. A GAZETA. Florianópolis, 6 out. 1934, p. 6

⁴⁸⁷ Dentre os demais operários de Itajaí que integravam a comissão, cabe ainda destacar, Waldomiro Luiz Gonçalves, que era estivador, e foi candidato da “Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina”; Os demais integrantes da diretoria da ANL de Itajaí eram: Alberto Correa, Graciliano Rodrigues, Euclides Braga Silva, Arlyndo Nery, José Mariano Furtado e Pedro Alcântara. Cf. A GAZETA. Florianópolis, 6 out. 1934, p. 6; O ESTADO. Florianópolis, 3 jul. 1935, p. 1.

caráter meramente classista, eram também manifestações da cultura política dos trabalhadores.

O que procuramos afirmar ao longo desta pesquisa foi a construção pelos trabalhadores de uma percepção política ligada à organização classista, em especial no período entre 1934-1935, quando isso ficou mais evidente. A representação das associações profissionais, por sua vez, foi o expoente dessa percepção, independente de posições ideológicas. A institucionalização da representação classista era uma consequência mais que natural para os trabalhadores; era, pois, uma conquista, a ocupação de um espaço que lhes era legítimo, era considerado um direito, e por isso se inseria como mais uma das instituições da classe trabalhadora.

3.3.1 A Construção de uma Percepção Política e a Organização Classista

De forma semelhante ao que afirmamos no capítulo anterior, o processo eleitoral e a realização de sindicalização nesse período também foi entrecortado com movimentos grevistas, dentre os quais os marítimos e os ferroviários, que estabeleceram movimentos nacionais.⁴⁸⁸ Portanto, a mobilização e a organização classista poderiam estar envolvidas com a política, possibilitando uma percepção classista sobre o processo político. O desencadeamento de greves e seus desfechos, a ligação de associação e de trabalhadores com organizações políticas eram correlações que poderiam fomentar a consciência política dos trabalhadores, bem como poderiam ser subterfúgio para ações repressivas.

Em abril de 1934, os marítimos declararam-se em greve, após o Ministério do Trabalho tentar alterar a organização do “Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadorias e Pensões da Marinha

⁴⁸⁸ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 17 abr. 1934, p. 1; Outras classes que empreenderam paralisações, mas regionalmente, foram: **Proprietários de veículos de carga** – devido ao aumento da taxa de viação. Os mesmos eram responsáveis pelo abastecimento da Capital, com mercadorias vindas de São José, Biguaçu e Palhoça. Permaneceram paralisadas de 16 à 28 de junho de 1934. Cf. O ESTADO. Florianópolis, 19 jun. 1934, p. 6; Id., 20 jun. 1934, p. 6; Id., 22 jun. 1934, p. 6; 28 jun. 1934, p. 6; A PÁTRIA. Florianópolis, 18 jun. 1934, p. 6; Id., 19 jun. 1934, p. 1; Id., 20 jun. 1934, p. 6; Id., 21 jun. 1934, p. 6; Id., 27 jun. 1934, p. 6; **Greve dos verdureiros** (Florianópolis) – em decorrência do aumento do imposto que pagavam. Cf. O ESTADO. Florianópolis, 2 jan. 1935, p. 6; **Greve dos engraxates** (Florianópolis) - em 5/1/1935 a reivindicação era o aumento na comissão que ganhavam; em 12/1/1935, reivindicavam descanso aos domingos. Cf. O ESTADO. Florianópolis, 5 jan. 1935, p. 6; A PÁTRIA. Florianópolis, 5 jan. 1935, p. 6; Id., 12 jan. 1935, p. 1; **Greve dos magarefes** (retalhistas de carne). Cf. O ESTADO. Florianópolis, 3 abr. 1935, p. 6

Mercante”. O Ministério pretendia estabelecer um conselho formado por dois representantes dos marítimos, dois das empresas e dois de livre indicação do governo.⁴⁸⁹ A greve contou com a paralisação dos trabalhadores dos sindicatos de Florianópolis, Itajaí, São Francisco e Laguna, solidários com seus colegas.⁴⁹⁰

O conflito teve a intermediação de Protógenes Guimarães, o então Ministro da Marinha, sendo que os marítimos obtiveram em parte as suas reivindicações, ao afastar a interferência governamental sobre o conselho do instituto de aposentadorias, ao ser excluído a representação que seria escolhida pelo governo.⁴⁹¹ O conselho passaria a ser composto por 8 representantes, quatro dos associados e 4 das empresas.

Porém, o mais interessante era o último ponto do acordo que foi publicado no jornal “O Pharol”, de Itajaí: “Será assegurada imediatamente a liberdade de reunião a todos os sindicatos e restituídos á liberdade quaesquer associados, que AINDA SE ENCONTREM NA PRISÃO.”⁴⁹² Conforme se vê, os marítimos, ao inserirem entre suas reivindicações de classe a liberdade de reunião, destacavam como essa questão era tão relevante à sua própria organização enquanto classe. Ademais, é importante destacar os valores que permeavam as organizações dos trabalhadores e a inserção destes na construção de ideais de cidadania, bem como o posicionamento diante de uma política autoritária, e a possibilidade de trânsito entre a mobilização classista e o processo político.

Em 5 de outubro de 1934, os ferroviários entraram em greve, que seguiu até 11 de outubro, com o intuito de reivindicar reajuste nas tabelas salariais.⁴⁹³ Inicialmente o movimento foi conflagrado pelos ferroviários da Rede SP-RG. Em seguida houve adesão da Viação Férrea Paraná-Santa Catarina e, posteriormente, da São Paulo Railway e a Cia. Força e Luz do Paraná, em solidariedade aos ferroviários. Sendo considerada uma das maiores greves já ocorridas até então, pois teve também a adesão dos ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana.⁴⁹⁴

⁴⁸⁹ A PÁTRIA. Florianópolis, 18 abr. 1934, p. 4.

⁴⁹⁰ Cf. O PHAROL. Itajaí, 21 abr. 1934, p. 1; A PÁTRIA. Florianópolis, 17 abr. 1934, p. 1;

⁴⁹¹ O ESTADO. Florianópolis, 19 abr. 1934, p. 6; REPUBLICA. Florianópolis, 19 abr. 1934, p. 2; Id., 20 abr. 1934, p. 2; A PÁTRIA. Florianópolis, 19 abr. 1934, p. 1.

⁴⁹² O PHAROL. Itajaí, 28 abr. 1934, p. 2.

⁴⁹³ Cf. A GAZETA. Florianópolis, 26 set. 1934, p. 2; Id., 8 out. 1934, p. 6; A NOTICIA. Joinville, 6 out. 1934, p. 1 e 3; Id., 12 out. 1934, p. 8; REPUBLICA. Florianópolis, 10 out. 1934, p. 6.

⁴⁹⁴ Cf. A GAZETA. Florianópolis, 5 out. 1934, p. 6; A NOTICIA. Joinville, 7 out. 1934, p. 1; Id., 9 out. 1934, p. 1; O ESTADO. Florianópolis, 6 out. 1934, p. 6.

Mas seu impacto não era medido apenas sobre a economia. Devemos, pois, nos recordar que, em outubro, o país vivia um período eleitoral.⁴⁹⁵ Considerando esse momento, o jornal “A Notícia” observou: “a proximidade da data marcada para as eleições, dão a atmosfera um pesado ar abalando moralmente todas as autoridades e partidos políticos, também affectados com os acontecimentos.”⁴⁹⁶ Em Santa Catarina, os ferroviários, igualmente a seus companheiros, aderiram a greve, mas houve no estado uma ligação particular entre esse movimento e as eleições.

Em setembro de 1934, o “Sindicato Ferroviário Catarinense” organizou o que foi considerado o primeiro “Congresso Operário de Santa Catarina”, envolvendo os sindicatos até então organizados no estado.⁴⁹⁷ Desse mesmo congresso surgiu a “Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina”, a qual se propunha a defender as teses do congresso, entre as quais a encampanação do ramal (ferroviário) de São Francisco a Marcelino Ramos (RS).⁴⁹⁸ Além disso, integravam-se ao partido três ferroviários, todos do município de Mafra, pertencentes ao sindicato dos ferroviários.⁴⁹⁹

Este trânsito entre os trabalhadores e o processo político também era explorado por partidos formados pelos políticos tradicionais. Nesse caso, o movimento grevista dos ferroviários foi usado pela “Coligação Republicana”, que imputava a vitória da classe à atuação de Adolfo Konder, ao defender os interesses dos trabalhadores na Câmara do Deputados.⁵⁰⁰ A regulação das relações de trabalho e os direitos trabalhistas contidos na “Constituição de 1934”, eram tomados como vitória e benevolência para com os trabalhadores diante da situação dominante que, no estado, representava o PLC.⁵⁰¹

Ainda com relação às regulamentações sobre o trabalho contidas na “Constituição de 1934”, houve por parte dos trabalhadores uma solenidade em torno desses direitos os quais eram recebidos como uma

⁴⁹⁵ Cf. A NOTICIA. Joinville, 7 out. 1934, p. 1; Id., 9 out. 1934, p. 1.

⁴⁹⁶ A NOTICIA. Joinville, 7 out. 1934, p. 1.

⁴⁹⁷ Cf. CORREIO DA TARDE. Joinville, 31 jul. 1934, p. 4; A GAZETA. Florianópolis, 23 ago. 1934, p. 6; O PHAROL. Itajaí, 15 set. 1934, p. 1; Id., 22 set. 1934, p. 1; Id., 29 set. 1934, p. 6; O LIBERTADOR. Itajaí, 22 set. 1934, p. 2; CORREIO DO ESTADO. Florianópolis, 22 set. 1934, pp. 1 e 6.

⁴⁹⁸ Cf. A NOTICIA. Joinville, 1 out. 1934, p. 7; A GAZETA. Florianópolis, 6 out. 1934, p. 6; Id., 13 out. 1934, p. 2.

⁴⁹⁹ Ver Anexo VIII.

⁵⁰⁰ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 11 out. 1934, p. 6; A PÁTRIA. Florianópolis, 11 out. 1934, p. 1; Id., 13 out. 1934, p. 6.

⁵⁰¹ Cf. CORREIO DA TARDE. Joinville, 13 mar. 1934, pp. 1 e 6.

conquista. Em Joinville, por exemplo, a “Federação Regional dos Trabalhadores de Santa Catarina” organizou uma manifestação em que se congratulavam por tais direitos.⁵⁰² Em Florianópolis, no final de setembro de 1934, o “Sindicato dos Operários da Construção Civil” estabeleceu uma tabela de salários mínimos, e publicou-a nos principais jornais de Florianópolis.⁵⁰³ Em seguida, encaminhou ofícios ao governo do estado⁵⁰⁴, no qual constava a legitimação da sua reivindicação, calcada na “Constituição”:

Amparada pelo dispositivo do Artigo 121, parágrafo 1o., letra b, título IV, do Capítulo da Ordem Econômica e Social, esta se dirigindo a todas os Departamentos Públicos e bem assim aos contratantes particulares, solicitando para que seja pago aos Operários em Construção Civil, os Salários Mínimos, fixados por esta organização [...] ratificado pela Directoria e com aprovação plena da Assembléia Geral desta organização.⁵⁰⁵

Os trabalhadores de hotéis, restaurantes e congêneres seguiram o mesmo caminho, estabelecendo seus salários mínimos, com aumento, considerado o que lhes era pago antes.⁵⁰⁶ Presente em uma das reuniões do “Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Restaurantes e Congêneres”, José Rodrigues Fonseca discursou sobre a necessidade dos trabalhadores a aumentar suas bases salariais⁵⁰⁷, conforme relatou o jornal “República”:

O sr. José Rodrigues Fonseca que disse da momentosa questão que atualmente agita os empregados da industria hoteleira.

Concitou os seus camaradas a se unirem firmemente ao Sindicato, para por essa fôrma fazerem valer os seus direitos profissionais.

Analisando a fundo a questão, fez ver, como os garçons atualmente recebem salários os mesmos

⁵⁰² Cf. CORREIO DA TARDE. Joinville, 13 mar. 1934, pp. 1 e 6.

⁵⁰³ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 2 out. 1934, p. 3; REPÚBLICA. Florianópolis, 2 out. 1934, p. 6; Id., 3 out. 1934, p. 6; A GAZETA. Florianópolis, 1 out. 1934, p. 1; A PÁTRIA. Florianópolis, 4 out. 1934, p. 2.

⁵⁰⁴ O ofício e a tabela contendo os salários mínimos estão dispostos nos Anexos IX e X, respectivamente.

⁵⁰⁵ Ofício do “Sindicato dos Operários em Construção Civil” de Florianópolis. In: APESC. Ofícios de Diversos para Governador, 1934, f. 219.

⁵⁰⁶ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 21 maio 1935, p. 6; Id., 24 maio 1935, p. 3; 28 maio 1935, p. 6; REPÚBLICA. Florianópolis, 26 maio 1935, p.3; Id., 30 maio 1935, p. 2.

⁵⁰⁷ Cf. REPÚBLICA. Florianópolis, 26 maio 1935, p. 3.

que recebiam há 10 anos, quando a chicara de café custava apenas 100 réis.⁵⁰⁸

Em janeiro de 1935, os marítimos estabeleceram novamente outro movimento grevista nacional reivindicando reposição salarial.⁵⁰⁹ Em novembro, a correlação entre política e o movimento operário tornou-se mais visível. Os estivadores de Itajaí, São Francisco do Sul, Laguna e Florianópolis reivindicavam aumento salarial⁵¹⁰, baseados na tabela estabelecida pelo Comandante Herculino Cascardo, a qual vinha sendo descumprida por transportadores e companhias de navegação.⁵¹¹

Publicada, em 1º de novembro de 1935, pela Delegacia do Trabalho Marítimo, a tabela de salários fazia parte da regulamentação da estiva para os portos de São Francisco do Sul e Joinville, definindo horários e especificações dos serviços.⁵¹² O movimento que, inicialmente, limitava-se ao porto de São Francisco, alastrou-se. Os estivadores de Itajaí passaram a reivindicar aumento de salários e logo os estivadores de Florianópolis se solidarizaram, paralisando também suas atividades⁵¹³. Conforme o ofício do “Syndicato dos Operários Estivadores de Florianópolis” enviado ao governado Nereu Ramos:

Comunico a V.Exa., que em vista da atitude reacionária dos patrões não respeitando a decisão da Delegacia do Trabalho Marítimo ocasionando serias dificuldades a Economia Nacional, os associados deste Syndicato reunidos em Assembléa Geral, resolveram cruzar os braços em solidariedade aos seus companheiros que estão em serias dificuldades por culpa da quelles que se aproveitam do seu sangue e do seu suor.⁵¹⁴

Assinava o ofício Álvares Soares Ventura, presidente do respectivo sindicato. Seis dias antes das revoltas, Ventura, estava em

⁵⁰⁸ Ibid., loc. cit.

⁵⁰⁹ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 2 jan. 1935, p. 6; Id. 5 jan. 1935, p. 6; Id., 7 jan. 1935, p. 6; REPÚBLICA. Florianópolis, 6 jan. 1935, p. 1; Id., 13 jan. 1935, p. 6.

⁵¹⁰ Cf. REPÚBLICA. 14 nov. 1935, p. 8.

⁵¹¹ Cabe lembrar que Cascardo era o presidente nacional da ANL, foi transferido em julho do Rio de Janeiro para a São Francisco do Sul, onde chefiava a Delegacia da Capitania dos Portos, ainda em julho, a ANL foi fechada, mas suas atividades tiveram continuidade na ilegalidade. Foi um dos que esteve envolvido com o levante de 1935.

⁵¹² Cf. APESC. Ofícios de Diversos para Governo do Estado. 1935/1936, ff.149-159.

⁵¹³ Cf. Ibid., f. 178; Cf. O ESTADO. Florianópolis, 13 nov. 1935, p. 6; Id., 14 nov. 1935, p. 1.

⁵¹⁴ APESC. Ofícios de Diversos para Governo do Estado. 1935/1936, f. 178.

Itajaí, participando de um congresso operário⁵¹⁵ e, segundo seu relato, fora informado de que o 3º R.I. já estava sitiado. Segundo Ventura, sua permanência em Itajaí devia-se também à negociação sobre o estado de greve em que se encontrava a estiva. De acordo com ele:

Eu não poderia deixar Itajaí porque estávamos discutindo problemas de salários e eu serviria de intermediário com a Junta Comercial de Florianópolis, com Florêncio Costa, que era dono de uma casa [comercial] nesta capital, Carlos Laisner, que trabalhava no Carlos Hoepcke. Depois de muita discussão conseguimos 25% de aumento dos salários, apesar de nosso pedido ser de 35%.. Então a greve acabou e todos voltaram ao trabalho na estiva. Eu também voltei ao trabalho, a bordo de um navio alemão na Barra Norte. Eu estava trabalhando [...] quando a polícia havia batido na minha casa.⁵¹⁶

Ao saber do mandado de prisão contra si, Ventura fugiu para a casa de um parente em Santo Amaro da Imperatriz (cerca de 32 Km de Florianópolis, região rural). De lá partiu para Figueiredo, na região serrana, onde foi capturado, numa fazenda onde havia se refugiado. Foi preso, encaminhado para a Capital e posteriormente processado pelo TSN, no Rio de Janeiro, permanecendo preso até 1939.⁵¹⁷

Já no final de novembro, a estiva de Blumenau reivindicava a equiparação com a tabela de Itajaí.⁵¹⁸ Era classificada como “exigente demais”⁵¹⁹. As empresas de navegação apelaram para a intervenção do governo do estado e culpavam Herculino Cascardo pela instabilidade da estiva no estado e pelo aumento dos preços nos fretes devido à reposição salarial.⁵²⁰ Em telegrama enviado ao Ministro da Guerra, João Ribeiro Gomes Filho, em 23 de novembro (um dia após o início dos levantes) Carlos Renaux, industrial do ramo têxtil, acusava Cascardo de extremista e comunista:

⁵¹⁵ Cf. REPÚBLICA. Florianópolis, 17 nov. 1935, p. 3.

⁵¹⁶ VENTURA, Álvaro Soares. *Entrevista de Álvaro Soares Ventura*. [jul. 1979]. Entrevistadores: Nelson R. de Moura e Laudelino J. Sarda. Florianópolis, 1979. Entrevista concedida para matéria do jornal “O Estado”, f. 5. (transcrição).

⁵¹⁷ Cf. *Ibid.*, f. 6.

⁵¹⁸ APESC. *Cartas de Diversos ao Palácio*. 1935-37, f. 112 e 114.

⁵¹⁹ Cf. *Ibid.*, f. 111-117.

⁵²⁰ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 21 nov. 1935, p. 1.

Official marinha Cascardo desprezando leis sociaes fazendo parar todo movimento portuário industrial comercial obstando sahia algodão dos nossos armazéns em Itajaí [...] pedir intervenção ministros competentes fim remoção immediato comunista Cascardo official indisciplinado extremista exaltado.⁵²¹

Entre 23 a 27 de novembro, ocorreram os levantes militares, ligados ao PCB, denominado “Intentona Comunista”. As greves ocorreram nesse período e foram classificadas como tentativa de subverter o poder em Santa Catarina, como expressou o governador Nereu Ramos em sua fala a Assembleia Legislativa em 16 de julho de 1936.⁵²²

Em 26 de novembro de 1935, Herculino Cascardo foi exonerado do cargo e encaminhado para o Rio de Janeiro. Ademar Siqueira, delegado da Capitania dos Portos de São Francisco do Sul, ao assumir o lugar de Cascardo deu continuidade às negociações, cuja tabela conciliatória foi adotada no dia 28 de novembro de 1935.⁵²³

Como podemos notar, havia uma constante mobilização classista associada, principalmente, ao processo político. Não apenas com respeito à organização político-partidária, mas também sobre as definições legais e os marcos institucionais por que passava o país naquele momento.

Podemos somar a esse conjunto a organização das associações profissionais e dos sindicatos para a disputada das eleições classistas que ocorreram em outubro e novembro de 1934. Além disso, os sindicatos e as demais associações profissionais tinham de se adaptar às disposições do novo decreto de sindicalização (nº. 24.694), promulgado em 12 de julho de 1934. O decreto visava a destituir a autonomia sindical, instituída com a “Constituição de 1934”. Ainda, segundo Hélio Arruda e Carlos Mendonça:

O seu art. 2 º, alínea “c”, definia os sindicatos como órgãos de colaboração com o Estado na solução dos problemas profissionais. O decreto acabava com a autonomia sindical em razão do controle do Ministério do Trabalho sobre os

⁵²¹ APESC. Cartas de Diversos ao Palácio. 1935-37, f. 106.

⁵²² Cf. CENTRO DE MEMÓRIA DO PODER LEGISLATIVO (CMPL). *Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, em 16 de julho de 1936, pelo governador do estado Nereu de Oliveira Ramos.*

⁵²³ Cf. REPÚBLICA. Florianópolis, 30 nov. 1935, pp. 1 e 8.

sindicatos. O conteúdo dos estatutos sindicais estavam previstos no decreto. Continuava proibido a propaganda de ideologias exóticas e de caráter político e religioso. Foi mantida a obrigação de remessa de relatórios ao Ministério. As penalidades são abrandadas, mas o sindicato poderia ser fechado até 6 meses.⁵²⁴

Portanto, era necessária a readaptação e a aprovação dos estatutos dos sindicatos em conformidade com as disposições do novo decreto de sindicalização que, de acordo com as “Disposições Gerais”, no seu Art. 40, tinham um prazo de 6 meses.⁵²⁵ A “Constituição de 1934” distinguia outra mudança com relação à eleição anterior dos representantes das associações profissionais. As eleições dos representantes passaram a ser divididas em quatro grupos, a saber: lavoura e pecuária; indústria; comércio e transportes; bem como profissões liberais e funcionários públicos.⁵²⁶

Cada grupo, com exceção do último, era subdividido em dois, garantindo aos trabalhadores e aos patrões representação igual. Entretanto, os representantes de cada grupo só podiam escolher representantes do próprio grupo. Diferente da eleição de 1933, cujos delegados-eleitores escolhiam os representantes que se limitavam apenas à classe, ou seja, empregado, empregador, profissional liberal ou funcionário público. Sendo assim, os delegados-eleitores dos empregados do grupo da indústria, só poderiam eleger os representantes dos empregados da indústria, e assim com os demais grupos profissionais.

Durante dois meses, foram anunciadas e publicadas as eleições dos delegados-eleitores dos respectivos sindicatos de Santa Catarina, que participariam das eleições classistas no Rio de Janeiro, em janeiro de 1935. No grupo Lavoura e Pecuária, existia uma associação que elegeu um delegado-eleitor; no grupo Indústria existiam 15 sindicatos registrados, dos quais 11 elegeram seus delegados-eleitores; no Comércio e Transporte haviam 17 sindicatos, dos quais 13 elegeram seus delegados-eleitores; os Profissionais Liberais tinham 10 associações que indicaram 5 delegados; e os Funcionários Públicos das

⁵²⁴ ARRUDA, Hélio Mário de, MENDONÇA, Carlos Vinicius Costa de. Oliveira Vianna: ideologia social autoritária. *Revista Agora*. Vitória, nº. 3, 2006, p. 12.

⁵²⁵ BRASIL. Coleção das Leis de 1934. Atos do Governo Provisório (Julho). 2ª. Parte. v. IV. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1936, p. 838.

⁵²⁶ Cf. BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934. *Diário do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro, ano II, nº. 198, 19 dez. 1935, p. 9256.

três associações que existiam, todas elegeram seus delegados.⁵²⁷ De um total de 46 sindicatos e associações reconhecidas pelo Ministério do Trabalho (por isso eram aptos a indicarem delegados-eleitores), 32 elegeram seus delegados-eleitores.⁵²⁸

Ainda, em junho de 1935, os sindicatos de Florianópolis organizaram a “Colligação dos Sindicatos de Florianópolis”, uma espécie de federação regional como a que existiu em 1932.⁵²⁹ Assim, foi fundada no dia 22 de junho de 1935, na sede do “Syndicato dos Operários da Construção Civil”, a qual se propunha a dirigir todas as questões de classe reunidas nessa organização.⁵³⁰ Os sindicatos presentes, através de seus representantes, eram: “União dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Congêneres”, “Syndicato dos Bancários”, “Syndicato de Operários em Construção Civil”, “Associação dos Empregados do Comércio” (Assemércio), “Syndicato dos Operários em Padarias”, “Syndicato dos Gráficos”, “Syndicato dos Operários Metallurgicos” e “União dos Operários Estivadores”.

Na primeira sessão, a de formação da “Colligação”, os oradores expuseram como o momento político e mesmo organizações políticas poderiam convergir sobre a organização do movimento operário. O discurso de Alvaro Ventura e a presença de Renato Tavares, juntamente com uma delegação da ANL, expunham a inter-relação entre trabalhadores e suas associações com a política.⁵³¹ De acordo com o que foi publicado pelo jornal “O Estado”, Ventura discursou: “sobre a vida do trabalhador e disse que este não só devia lutar economicamente, mas também politicamente, pela sua emancipação politicamente, pela sua emancipação”.⁵³²

Ainda, segundo o jornal acima citado:

O sr. Hyppolito Pereira, discursando, bordou commentários em torno da figura heróica do capitão Luís Carlos Prestes.

O sr. dr. César Ávila, que estava presente á reunião, em longa exposição, combateu a politicagem que continúa a campear impunemente, e discorreu documentadamente

⁵²⁷ Cf. A GAZETA. Florianópolis, 22 nov. 1934, p. 2.

⁵²⁸ Ver o Anexo XI.

⁵²⁹ Cf. ; O ESTADO. Florianópolis, 15 jun. 1935, p. 1; Id., 22 jun. 1935, p. 6; Id., 24 jun. 1935, p. 6; Id., 27 jun. 1935, p. 1; Id., 28 jun. 1935, p. 6; Id., 5 jul. 1935, p. 6; Id., 8 jul. 1935, p. 3.

⁵³⁰ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 22 jun. 1935, p. 6.

⁵³¹ Cf. Id., 24 jun. 1935, p. 6.

⁵³² Ibid., loc. cit

sobre a falta de assistência social e outros problemas sociais.

O sr. Antonio Vieira Machado, em rápidas palavras, bordou também apreciações derredor da indigência infantil, dizendo dos males que ella acarreta á formação dos cidadãos.⁵³³

O orador César Ávila, mencionado anteriormente, era presidente estadual da ANL.⁵³⁴ Cabe lembrar que é o período em que a “Aliança” estava sendo implantada no estado. Quanto a Hyppolito Pereira (empregado do comércio) e Antonio Vieira Machado (motorista), ambos já possuíam uma trajetória dentro do movimento trabalhista. Pereira esteve, inclusive, presente nas manifestações, em Florianópolis, em prol da execução da legislação trabalhista e em apoio aos estivadores grevistas de Laguna, em 1932.⁵³⁵ Vieira Machado foi delegado geral da “Federação Regional dos Sindicatos de Florianópolis e da diretoria do “Sindicato dos Chauffeurs de Florianópolis”.⁵³⁶

Cinco dias depois de fundada a “Colligação dos Syndicatos de Florianópolis”, seu presidente, Emygdio Cardoso, renunciou em razão do sindicato a que representava na “Colligação dos Syndicatos”, a “Assemércio”, ter decidido em Assembleia Geral retirar-se da nova organização inter-sindical. Alvaro Ventura, segundo o jornal “O Estado”, procurou mais uma vez expor a finalidade da “Colligação dos Syndicatos” e censurou a atitude da Assemércio, conforme publicado nesse jornal:

O sr. Ventura, em longa exposição, analysou os fins da Colligação, e explicou minuciosamente os serviços que ella poderia prestar aos proletários, caso sua acção fosse prestigiada. Demorou-se o orador em considerações sobre a vida do operário em geral, concitando-o a tomar parte activa e interesse pelo estudo de todas as leis que digam respeito aos trabalhadores. Censurou o procedimento dos companheiros que haviam dado

⁵³³ Ibid., loc. cit.

⁵³⁴ O ESTADO. Florianópolis, 17 jun. 1935, p. 2.

⁵³⁵ Cf. A PATRIA. Florianópolis, 30 jan. 1933, p.7; O ESTADO. Florianópolis, 30 jan. 1933, p. 6.

⁵³⁶ O “Sindicato dos Chauffeurs de Florianópolis” não consta como um dos sindicatos oficializados pelo Ministério do Trabalho, pois não consta nas relações de sindicatos ou de representantes disputando as eleições classistas. Porém não significa que não constitui-se uma associação sindical. O mesmo sindicato é mencionado nos jornais já em 1933, ver O ESTADO. Florianópolis, 27 jan. 1933, p. 1.

o seu apóio á fundação da Colligação e depois desertaram.⁵³⁷

Nessa mesma sessão, José R. Fonseca também pronunciou e fez a mesma crítica a “Assemércio”.⁵³⁸ Com a renuncia do presidente, Fonseca foi aclamado presidente da associação, na sessão de 4 de julho de 1935, e reportou o pedido para que todos os sindicatos de Florianópolis se associassem à “Coligação”, pois não compreendia como ainda existiam associações que não se faziam representar nessa organização.⁵³⁹ Mais uma vez Ventura considerou que a “Colligação dos Sindicatos” seria um modo de se obter benefícios concretos aos trabalhadores, se eles se unissem em torno da organização em uma frente única.⁵⁴⁰

Contudo, a decisão da “Assemércio” de se retirar da “Colligação dos Sindicatos”, ao que parece, não se limitou a uma decisão da “Assembleia Geral”, possivelmente o vínculo entre a ANL e a “Colligação dos Sindicatos” tenha influenciado no seu desligamento. Como se pode notar, houve a presença de aliancistas na sua fundação, bem como trabalhadores que participavam das atividades da ANL, como José Rodrigues da Fonseca, Alvaro Ventura e Sebastião Bonsfield Vieira.⁵⁴¹

Além disso, os embates que ocorreram entre integralistas e aliancistas, o agravamento da situação da ANL, acusada de envolvimento com o comunismo; o atrito entre os aliancistas Renato Tavares e Carlos Diniz (este baleado por aquele durante uma discussão, levou o desligamento de outros membros da ANL) poderiam ter influenciado na decisão da “Assemércio”.⁵⁴² O que nos leva a pensar que, provavelmente, o sindicato não queria se envolver com uma organização classificada como extremista, pois correria o risco de perder o registro sindical.

Diante dos movimentos grevistas que pululavam por todo o país, uma das críticas mais comuns oferecidas pelos jornais estavam a legislação trabalhista e a inabilidade do Ministério do Trabalho. O jornal “A Pátria”, de Florianópolis, em artigo intitulado “Paredes e mais

⁵³⁷ O ESTADO. Florianópolis, 28 jun. 1935, p. 6.

⁵³⁸ Cf. *Ibid.*, loc. cit.

⁵³⁹ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 5 jul. 1935, p. 6.

⁵⁴⁰ Cf. *Ibid.*, loc. cit.

⁵⁴¹ Cf. *Id.*, 17 jun. 1935, p. 2.

⁵⁴² Cf. *Id.*, 4 jul. 1935, p. 6.

paredes”, tratava da greve dos marítimos e a relacionava com outras, conforme se pode observar:

Cabe ao Ministério do Trabalho das soluções ao problema. Esse órgão ministerial, entretanto, mergulhado num marasmo nitidamente burocrático, se encontra, até agora, de braços cruzados, pouco se incomodando com o significativo fenômeno das paredes. [...] E, por enquanto, as paredes teem tido, com exceção da dos ferroviários da Central, um caráter pacífico. Si, porem, os paredistas, suponhamos, transmutarem o seu pacifismo, o que fazer?⁵⁴³

A falta de ação do Ministério preocupa por uma razão: a possibilidade de o movimento tomar um caminho contrário ao seu “pacifismo”, usualmente empregado para caracterizar a “cordialidade” com que foi iniciado. No jornal “O Libertador” também dirige as críticas à inoperância do Ministério do Trabalho e estabelece como maior frequência das greves o período pós-outubro de 1930. De acordo com esse jornal: “As greves no Brasil tomaram maior vulto depois do movimento de 30. E, no entanto, no novo regime é que foi creado a Pasta do Ministério do Trabalho justamente para evitar as greves e resolver as questões entre patrão e operário.”⁵⁴⁴

No jornal “A Noticia” foi publicado uma nota (vinculada ao jornal “Paiz”), intitulada “Syndicalização e greves”, em que se constata a “epidemia” dos movimentos grevistas, mesmo após a promulgação da “Constituição de 1934”, na qual não se reconhece o direito de greve. Acentua ainda o jornal que as greves são uma forma de os sindicatos melhorarem a situação de seus sócios e demonstrar-lhes sua atividade.⁵⁴⁵

Dentre outras situações, até mesmo a representação das associações profissionais poderia ser alvo de críticas, conforme se constata no jornal “Correio da Tarde”: “Praticamente a representação classista só tem conseguido, até aqui acirrar a guerra das classes, levando para a tribuna do Parlamento questões que só podem interessar á economia interna dos sindicatos.”⁵⁴⁶

A questão levantada por esse jornal e, invariavelmente pelos demais, era a participação dos trabalhadores no cenário político quando

⁵⁴³ A PÁTRIA. Florianópolis, 18 abr. 1934, p. 1.

⁵⁴⁴ O LIBERTADOR. Itajaí, 10 nov. 1934, p. 1.

⁵⁴⁵ Cf. A NOTÍCIA. Joinville, 30 set. 1935, p. 6.

⁵⁴⁶ CORREIO DA TARDE. Joinville, 31 out. 1934, p. 6.

fora de controle, ou melhor, a sindicalização e a representação das associações profissionais não cumpria em todo com os seus objetivos. Entre eles controlar e desfazer o conflito de classes, isto é, controlar e desfazer qualquer ação autônoma dos trabalhadores e de suas associações. Portanto, em parte, os jornais instigavam uma crítica à política corporativista do Governo Provisório, bem como sua continuidade no Governo Constitucional, mas também os riscos que essa “autorização” de associação dos trabalhadores poderia acarretar, o que nos leva a outra situação explorada pelos jornais, a saber: possibilidade de movimentos sediciosos.

O risco de estimular a organização dos trabalhadores poderia servir, como abordaram os jornais, para a propagação do comunismo ou mesmo para um golpe, a partir das associações com a infiltração de elementos estranhos à classe, conforme os termos da época. Artigos como: “Uma revolução extremista”, que tratava de uma conspiração de cabos e sargentos de São Paulo para se instituir uma república socialista.⁵⁴⁷; “Comunismo e o proletário brasileiro”, que aborda a “boa orientação” dos trabalhadores brasileiros por não se envolverem com o “olho de Moscou” referindo-se a alguns deputados classistas.⁵⁴⁸ Os classistas a que se refere o texto eram Vitaca, Reikdal, Toledo, Medeiros (Ventura assumiria em setembro de 1934); No artigo “O perigo do Comunismo”, trata-se do crescimento do comunismo no Brasil, e para evitar o que ocorrera na Espanha, o Governo Brasileiro deveria agir, energicamente, conforme publicado: “precisa o governo encarar o comunismo como um perigo nacional, exigindo providencias radicaes e extremas”⁵⁴⁹; No artigo, “Um golpe comunista contra o Brasil”, eram apresentadas as motivações para o fechamento da ANL. De acordo, com esse artigo, o chefe de polícia do Distrito Federal descobriu um plano cujas instruções eram seguidas pelos membros da ANL e financiado pela “Terceira Internacional” para a condução de um golpe comunista no Brasil.⁵⁵⁰

Esses artigos que abordavam ligações com o comunismo, bem como alardes de golpes (isto antes da “Intentona Comunista”) caracterizavam o delineamento de um novo inimigo: o comunismo.⁵⁵¹

⁵⁴⁷ Cf. O PHAROL. Itajaí, 10 mar. 1934, p. 1.

⁵⁴⁸ Cf. CORREIO DA TARDE. Joinville, 26 maio 1935, p. 3.

⁵⁴⁹ Cf. O PHAROL. Itajaí, 27 out. 1934, p. 1.

⁵⁵⁰ Cf. REPÚBLICA. Florianópolis, 23 jul. 1935, pp. 2-8.

⁵⁵¹ Cf. PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. O anticomunismo católico em cena: a defesa da propriedade desconstrução do “paraíso soviético”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*,

O anticomunismo impulsionou uma onda de ações policiais, desfazendo qualquer ideia de democracia que pudesse existir no Brasil durante esse período. O acirramento dos conflitos ideológicos, o embate entre aliancistas e integralistas e depois a tentativa de golpe em 1935, são apontados como motivações que levaram o Governo Vargas (1934-1937) à adoção de estratégias autoritárias. Contudo, a leitura pode ser feita de outra forma: tais manifestações foram frutos de uma política governamental que se fechava e intensificava a repressão a qualquer manifestação oposicionista.⁵⁵²

O “perigo vermelho” era associado principalmente com o movimento operário ou com qualquer atividade de crítica ou de oposição que os trabalhadores pudessem nutrir. Em fevereiro de 1935, foi noticiada uma reunião de protesto, em Florianópolis.⁵⁵³ Tal reunião deveria ocorrer no “Sindicato dos Operários de Construção Civil”, e era organizada por José Rodrigues Fonseca, e seria contra a Lei de Segurança Nacional que tramitava no Congresso Nacional.⁵⁵⁴ Em 27 de fevereiro, noticiou-se o cancelamento da reunião e o comparecimento do presidente do sindicato à Polícia Civil, para esclarecimentos.⁵⁵⁵

Nesse mesmo ano, foi criada a ANL; contudo, em agosto de 1934, havia sido publicado no jornal “A Gazeta” uma convocação aos trabalhadores, estudantes e militares, para a criação de um comitê antifascista. Podemos cogitar que o mesmo grupo de trabalhadores envolvido com a ANL tenha participado desse comitê, assim como da reunião de protesto e da organização da “Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina”, cujos integrantes eram acusados de propaganda comunista pelo jornal “O Pharol” (o mesmo que publicou vários dos artigos anticomunistas).⁵⁵⁶

Dessa forma, a relação entre trabalhadores e a política era encarada como um risco à organização social, tendo em vista a possibilidade de ser associada a movimentos sediciosos que visavam a subverter o *status quo*, como destacavam os artigos de jornais citados acima.

Até este momento, falamos sobre a possibilidade da relação entre associações classistas e trabalhadoras com as organizações políticas, de

vol. VI, ano 3, n.º 2, dez.2008, p. 205. Disponível na Internet: <www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria>. Acesso em: 21 out. 2009.

⁵⁵² Cf. *Ibid.*, loc. Cit.

⁵⁵³ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 26 fev. 1935, p. 1.

⁵⁵⁴ Cf. *Ibid.*, loc. cit.

⁵⁵⁵ Cf. *Id.*, 27 fev. 1935, p. 6.

⁵⁵⁶ Cf. O PHAROL. Itajaí, 27 out. 1934, p. 1.

acarretar em uma percepção classista sobre o processo político. Entretanto essa noção de política não se efetuiu como algo externo aos trabalhadores, pois eles se inseriram nesse processo e revestiram essa relação com sua cultura política. Sendo assim, a sindicalização tinha um sentido próprio para os trabalhadores, independente das intenções governamentais. A representação das associações profissionais também tinha um significado próprio para os trabalhadores, já que não lhes foi completamente imposta. O que permitiu a essa instituição adquirir um papel relevante e envolta em uma percepção classista, cujos trabalhadores atribuíram a ela, servindo a seus propósitos, às suas reivindicações e à formação como agentes políticos que o eram.

Esse estudo nos leva também a perceber esse momento como um período de transição em que os trabalhadores urbanos – nacionais e estrangeiros – constituíram uma força social e política que não poderia ser mais ignorada. Eles se colocaram como agentes responsáveis pelo processo político, capazes de interferir nas instituições e políticas governamentais das quais estavam dispostos a participar.

Cabe, agora explorar esses aspectos na definição da representação das associações profissionais em Santa Catarina, durante seu processo constitucional, e na participação do representante dos trabalhadores na Assembleia Legislativa.

3.4 *A Representação das Associações Profissionais no Debate da Constituinte Estadual*

Na Constituinte Estadual não houve a participação de representantes das associações profissionais, como na Assembleia Nacional Constituinte. De acordo com as “Disposições Transitórias” da “Constituição de 1934”, as Constituintes Estaduais ficavam responsáveis por providenciar a institucionalização da representação das profissões dentro da Assembleia Legislativa.⁵⁵⁷ Ou seja, a proporção e divisão de deputados classistas era definida pelos deputados eleitos proporcionalmente. Sendo assim, os trabalhadores não teriam, num primeiro momento, participação no processo de definição da representação classista. Porém, a partir de julho de 1935, quando o debate saiu da Comissão Constitucional⁵⁵⁸ e foi para o plenário da

⁵⁵⁷ Cf. BRASIL. Constituição..., p. 9270.

⁵⁵⁸ Formada por nove deputados responsáveis por elaborar o ante-projeto e o projeto de Constituição.

Constituinte, houve manifestações no sentido de defender uma proposta que fosse de interesse dos trabalhadores.

A Constituinte catarinense iniciou seus trabalhos em 29 de abril de 1935. Os dias que se seguiram foram conturbados. O interventor do estado – Aristiliano Ramos – (que pertencia ao PLC) e o presidente deste partido, Nereu Ramos, disputavam o governo do estado. Aristiliano, isolado no PLC, recorreu à “Coligação Republicana”, para manter sua candidatura. Porém, a oposição se dividiu, sendo que membros do PSE e da LRC passaram a apoiar a Candidatura de Nereu Ramos.⁵⁵⁹ Essa divisão prosseguiu durante todo o período até o fechamento das assembleias legislativas, em 1937. A Constituinte passou a ser dividida em maioria e minoria, que eram compostas, respectivamente, pelos que apoiavam Nereu Ramos e aqueles que lhe faziam oposição, o que não significava uma afinidade partidária.⁵⁶⁰

No dia 30 de abril de 1935, a sessão marcada para a eleição da mesa diretora da Constituinte, do Governador do estado (indiretamente) e dos senadores (indiretamente), não ocorreu devido a ausência dos deputados. Na madrugada desse mesmo dia, os deputados do PLC e alguns da “Coligação Republicana” se abrigaram na Guarnição Federal, o 14^o. Batalhão de Caçadores de Florianópolis, com a alegação de ameaças do Interventor contra eles e Nereu Ramos. No dia seguinte, 1^o de maio de 1935, amparados por um *habeas-corpus*, seguiram até ao prédio da Assembleia Legislativa, escoltados pela força Federal. Esses deputados foram os únicos que compareceram à sessão, e acabaram por eleger Nereu Ramos como Governador do estado.⁵⁶¹

Ao tomar posse, no mesmo dia, Nereu Ramos associou seu discurso ao Primeiro de Maio, à coincidência de sua posse com o “dia consagrado ao trabalho”; feriado instituído, no estado, durante o governo de seu pai, Vidal José de Oliveira Ramos (28/09/1910 – 20/06/1914).⁵⁶²

Por sua vez, o jornal “República”, órgão do PLC, dava ênfase às “benesses” concedidas pelo Governo Federal aos trabalhadores, num texto firmado na retórica da cordialidade:

Em nosso país, onde o homem do trabalho se caracteriza pela suas afirmações de civismo, pelo seu acendrado amor à família, pelo seu respeito as

⁵⁵⁹ Cf. COELHO, op cit., p. 57. e 58.

⁵⁶⁰ Cf. *ibid.*, p.62-70.

⁵⁶¹ *Ibid.*, p. 59.

⁵⁶² Cf. REPÚBLICA. Florianópolis, 2 maio 1935, p. 2. A data passa a ser feriado nacional em 1925, durante o governo de Artur Bernardes

instituições, pelas suas conscienciosas atitudes, as festividades de hoje têm o apoio geral de todas as classes, o que sobremodo eleva o obreiro patrício. Essas qualidades do operário brasileiro deram margem a que o Governo, nestes últimos tempos, traduzisse a sua melhor boa vontade para a classe, na solução dos seus mais palpitantes problemas, através de leis sábias. A criação de um Ministério ao qual direta e exclusivamente ficaram afetos os problemas sociais-trabalhistas é manifestação firme dos melhores e mais sérios propósitos para com a classe.⁵⁶³

As referências ao “Primeiro de Maio” seguiam o propósito de negar o conflito de classes e de assimilar uma política corporativista, reafirmando no “dia consagrado ao trabalho” o caráter familiar, cordial e cívico do “homem do trabalho”. Este, por sua vez, deveria então delegar somente ao Governo a solução de seus “palpitantes problemas”. Mas, no debate sobre a instituição da representação classista, veremos que ao mesmo tempo em que se faz uma ligação direta com o corporativismo, também se esvazia e se anulava essa forma de representação. Veremos a seguir como foi o debate para sua implementação.

Os trabalhos para a elaboração do projeto de Constituição foram realizados pela Comissão Constitucional, que era composta por 9 deputados, 8 responsáveis pela elaboração de uma parte do anteprojeto⁵⁶⁴, e um pelo relatório geral.⁵⁶⁵ Após a apreciação geral da

⁵⁶³ REPÚBLICA. Florianópolis, 1 maio 1935, p. 1.

⁵⁶⁴ O Anteprojeto era o texto que reunia os relatórios parciais, após a discussão entre os deputados da Comissão Constitucional, com o acréscimo de emendas, foi encaminhado, na forma de projeto, para a apreciação e discussão dos Deputados Constituintes. Na sessão de 10 de maio de 1935, da Assembleia Estadual Constituinte foi registrado o envio, pelo governador, de um anteprojeto de Constituição elaborado pela Interventoria Federal. Provavelmente este anteprojeto tenha sido considerado nas discussões dos relatórios parciais, contudo não podemos afirmar com certeza se o artigo referente a representação classista coincide nos dois anteprojetos. As partes para a elaboração do ante-projeto foi distribuídas da seguinte forma: “Organização do Estado” e “Poder Legislativo”, deputados Aderbal Ramos da Silva e Rogério Vieira; “Poder Executivo” e “Poder Judiciário”, Renato Barbosa e Acácio Moreira; “Regime Municipal”, Tiago de Castro; “Discriminação de Rendas e Elaboração de Orçamentos”, Marcos Konder; “Ordem Econômica e Social”, “Segurança Pública”, “Disposições Gerais” e “Disposições Transitórias”, Plácido Olímpio de Oliveira”; “Educação”, “Cultura” e “Funcionalismo Público”, Antonieta de Barros. Cf. CMPL. *Atas da Assembléia Constituinte 1935*, Livro nº 1, sessão de 10 maio 1935, f. 9 v.; CMPL. *Registros das Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 2, sessão de 31 jun. 1935, f. 1 v.

Comissão Constitucional, o texto seria apresentado como projeto aos demais deputados para que fosse avaliado e colocado em votação. A parte referente à instituição, à proporção e à divisão da representação das associações profissionais seria tratada no capítulo “Poder Legislativo”, e estaria sob a responsabilidade de Aderbal Ramos da Silva e Rogério Vieira.⁵⁶⁶

O relatório parcial sobre o capítulo, “Poder Legislativo”, não consta nos “Anais da Constituinte Estadual” nem no registro das “Atas da Comissão Constitucional”. Portanto, não podemos afirmar, com certeza, as especificações referentes à representação das associações profissionais nesse relatório.

Contudo, se confrontamos o projeto⁵⁶⁷, que consta nos “Anais da Constituinte” e as emendas apresentadas pela Comissão Constitucional, as quais foram todas rejeitadas⁵⁶⁸, deduzimos que ambos, relatório e projeto, apresentam o mesmo texto. Dessa foram, se considerarmos o projeto e o relatório com igual teor, havia cinco representantes, distribuídos em cinco grupos: lavoura, pecuária, indústria, comércio e transporte, profissionais liberais e funcionários públicos. Conforme:

Art. 5 – A Assembléia Legislativa compõe-se de trinta representantes do povo, eleitos mediante sistema proporcional e sufrágio universal, secreto, igual e direto; e de cinco representantes das organizações profissionais, eleitos na forma que a lei indicar, sendo um da lavoura, um da pecuária, um da indústria, um do comércio e transportes e um das profissões liberais e funcionalismo público, assegurada quando possível, nos quatro primeiros grupos, representação igual de empregadores e empregados.⁵⁶⁹

O peculiar nessa distribuição de representantes classistas, conforme exposta no Artigo 5º, é que em cada categoria desconsidera-se

⁵⁶⁵ O Relator Geral foi o Deputado Ivens de Araújo. Cf. SANTA CATARINA. Assembleia Estadual Constituinte. 63.ª sessão, 13 jul. 1935. *Anais da Assembléia Constituinte*. Sessões de 29 abril a 25 de agosto. p. 320.

⁵⁶⁶ *Ibid.*, loc cit.

⁵⁶⁷ Apresentado antes a todos que compunham a comissão dos nove, que apresentaram emendas e a possibilidade de alterar o texto, antes mesmo de ir a plenário, para o texto sofrer novas intervenções.

⁵⁶⁸ Com exceção de uma, que não alterava o artigo em si, apenas o acrescia.

⁵⁶⁹ PROJETO DE CONSTITUIÇÃO. Do Poder Legislativo. Cap. II, Sec. 1, Artº. 5o. In: SANTA CATARINA. Assembleia Estadual Constituinte. 12 jul. 1935. *Anais da Assembléia Constituinte*. Sessões de 29 abril a 25 de agosto. p. 353.

a divisão entre representação patronal e de trabalhadores, o que não se aplica ao último grupo. Mesmo que fosse prevista a igualdade de representação de empregados e empregadores, não fica claro como isso ocorreria, já que estava definida apenas uma vaga por grupo. Outro ponto controverso é a definição de um único representante para profissionais liberais e funcionários públicos, enquanto que os grupos da lavoura e pecuária tinham um representante cada.

Na discussão do anteprojeto, ainda na Comissão Constitucional, foi apresentado, pelo deputado Marcos Konder, a emenda nº. 11, que alterava a disposição e o número de representantes, conforme se lê:

Substitua-se o artº. 5º pelo seguinte Artº. 5º – A Assembléia compõe-se de trinta deputados do povo eleitos mediante sistema proporcional e sufrágio universal secreto, igual e direto, e de seis das organizações profissionais, eleitos na forma que a lei determina, divididos entre as classes seguintes: lavoura e pecuária, indústria, comércio e transportes, profissões liberais e funcionários públicos.⁵⁷⁰

Mesmo ampliando um representante, em comparação ao artigo do projeto, a emenda não deixa clara a distribuição dos seis deputados classistas entre as quatro “classes”, como Konder denominou as categorias definidas. Além disso, não considera a divisão patrões e empregados.

Outra emenda, de nº 12, foi apresentada pelo Deputado Tiago de Castro, a qual modificava o artigo 5º, como se pode perceber neste trecho:

A Assembléia Legislativa compõe-se de trinta representantes do Povo, eleitos trinta dias antes de terminar a legislatura anterior, mediante sistema proporcional e sufrágio igual e direto, e de seis representantes eleitos pelas organizações profissionais, na forma que a lei indicar. § 2º. – As associações profissionais para efeitos de representação na Assembléia com o grupos afins respectivos, compor-se-ão nas seguintes divisões: 1º. – Lavradores e criadores, 2º. – industriais; 3º. – comerciantes; 4º. – titulares de profissões liberais e funcionários públicos; 5º. – empregados no

⁵⁷⁰ CMPL. *Registros das Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 2, sessão de 24 jun. 1935, f. 5 v.

comércio e transportes e 6^o. – empregados nas indústrias.⁵⁷¹

A emenda mantinha o número de seis deputados classistas e agrupava “lavradores” e “criadores” em uma categoria, como era na “Constituição Nacional”. Contudo, a forma apresentada nos leva a crer em um representante patronal, sem margem para uma representação dos trabalhadores do campo. Tiago de Castro identificava-se com os interesses agropastoris, pois era um legítimo representante dos interesses dos grandes proprietários rurais e pecuaristas.⁵⁷²

Da mesma forma que a emenda de Marcos Konder, o número total de deputados classistas não era suficiente para abranger as associações dos empregadores e dos empregados, com exceção da indústria, prevista na representação para industriais e operários. Entretanto, Tiago de Castro, a respeito da emenda 11, justificou: “votei por seis representantes das classes, na forma da minha emenda, que atendem o princípio constitucional de igualdade de empregados e empregadores.”⁵⁷³

De acordo com as “Atas da Comissão Constitucional”, a emenda n^o. 12 foi dividida em três partes: a primeira tratava da representação popular; a segunda abordava a representação profissional; e a terceira, a divisão de grupos profissionais.⁵⁷⁴ Ou seja, não havia entre os constituintes um consenso sobre a forma como seria implementada a representação classista no estado. A primeira parte da emenda n^o 12 foi aprovada por unanimidade; porém, a segunda e a terceira foram adiadas para serem votadas em sessão posterior.

O primeiro assunto a ser tratado na sessão de 25 de junho de 1935 foi o Artigo 5^o; Postas em votação, a segunda e a terceira partes da emenda n^o. 11, desse artigo, foram rejeitadas. Votaram a favor dessa

⁵⁷¹ Ibid., ff. 5 v. e 6.

⁵⁷² Tiago Manoel de Castro era membro do PLC, compondo a ala dissidente do partido, que não apoiou a candidatura de Nereu Ramos. Era natural de Lages. Fez seus estudos no Colégio N. Sra. Da Conceição, em São Leopoldo (RS), onde estudo a elite política e da sociedade lageana, como Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, Caetano José da Costa, Joaquim de Oliveira Costa, Nereu Ramos, Aristiliano Ramos, Candido Ramos. Cf. COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, v.3, pp. 1.006-11.

⁵⁷³ CMPL. *Registros de Atas da Comissão Constitucional*, Livro n^o. 2, sessão de 25 jun. 1935, f. 6 v.

⁵⁷⁴ Cf. Ibid., Livro n^o. 2, sessão de 24 jun. 1935, f. 5 v.

emenda: Marcos Konder, Plácido Olímpio e Accácio Moreira.⁵⁷⁵ Como a maioria aprovou a parte sobre a representação das associações profissionais, da forma como estava no anteprojeto, a emenda de Tiago de Castro foi prejudicada, ou seja, desconsiderada para votação.

Ainda em discussão sobre o referido artigo, o deputado Ivens de Araújo apresentou a emenda n^o. 18, para que fosse agregada ao Artigo 5^o a equidade, quando possível, entre o número de representantes dos empregadores e dos empregados, aos grupos da lavoura, da pecuária, da indústria e do comércio e transportes.⁵⁷⁶ No entanto, não foi explicitado como existiria uma divisão equitativa entre empregados e empregadores dentro de um mesmo grupo já que o artigo estabelecia um número fixo de cinco representantes; ou seja, cada grupo teria apenas um representante, sem espaço para uma distribuição patrão e empregado.

Ao ser votada a emenda, houve empate. Mesmo quando apresentada por um deputado da maioria, que representava a situação governista dentro da Constituinte, não houve consenso. Isso pelo menos até a próxima sessão⁵⁷⁷, quando a emenda foi novamente a votação e aprovada. Ficava, portanto, o Artigo 5^o do “Projeto de Constituição Estadual” acrescido da proposta de Ivens de Araújo.

Sendo assim, de acordo com o registro das “Atas da Comissão Constitucional”, votaram contra essa emenda: Marcos Konder, Plácido Olímpio de Oliveira, Accácio Moreira e Tiago de Castro. A Comissão era composta por nove deputados, a emenda foi aprovada por maioria simples. Por conseguinte, Antonieta de Barros, Aderbal Ramos da Silva, Renato Barbosa, Ivens de Araújo (autor da referida emenda) e Rogério Vieira votaram a favor.⁵⁷⁸

Quanto a Marcos Konder, ele foi responsável pela emenda n^o 111, que inseria no “Projeto de Constituição Estadual”⁵⁷⁹ a representação classista no âmbito municipal. A emenda ao Artigo 92, aprovada pela Comissão, tinha a seguinte redação: “A lei de organização municipal determinará os municípios, cujas Câmaras devam comportar representação obrigatória das classes profissionais. Essa emenda foi

⁵⁷⁵ Cf. *Ibid.*, sessão de 25 jun. 1935, f. 6. Os demais deputados presentes na sessão e que votaram contra foram: Antonieta de Barros, Aderbal Ramos da Silva, Rogério Vieira e Ivens de Araújo. Cf. *Ibid.* loc. cit.

⁵⁷⁶ Cf. *Ibid.*, loc. cit.

⁵⁷⁷ Cf. *Ibid.*, sessão de 26 jun. 1935, f. 9.

⁵⁷⁸ Cf. *Ibid.*, loc. cit.

⁵⁷⁹ Cf. PROJETO DE CONSTITUIÇÃO. Da Organização Municipal. Cap. IV, Art^o. 99, § único. In: SANTA CATARINA. Assembleia Estadual Constituinte. 12 jul. 1935. *Anais da Assembléia Constituinte*. Sessões de 29 abril a 25 de agosto. p. 370.

subscrita também pelo Srs. Plácido Olímpio, Rogério Vieira, Antonieta de Barros, Renato Barbosa e Ivens de Araújo.⁵⁸⁰

Portanto, é relevante destacarmos que a representação das associações profissionais estava presente em duas partes do projeto que foi para a sua primeira fase de discussões em plenário pelos constituintes.⁵⁸¹ Com respeito a representação classista nos municípios, ela permaneceu inalterada durante estes primeiros debates. Já o Artigo 5º foi alvo de novas emendas e foi modificado ao final dessa fase de discussão ao ser votadas as emendas apresentadas ao projeto elaborado pela Comissão Constitucional.

Essa primeira fase de discussões ocorreu a partir de 26 de julho, quando os demais deputados que compunham a Constituinte puderam apresentar emendas ao “Projeto de Constituição Estadual” para que recebessem pareceres da Comissão Constitucional.⁵⁸² Assim, durante a sessão de 27 de julho de 1935 foram apresentadas três emendas que alteravam o Artigo 5º do projeto, mais especificamente a parte que tratava da representação das associações profissionais. Essas emendas foram apresentadas ao plenário para a primeira discussão e votação, sendo elas a de nº 74, de autoria de José Severiano Maia e de Domingos Rocha⁵⁸³; a de nº 86, de autoria de Tiago de Castro⁵⁸⁴; e por fim, a de nº 14, de Ivens de Araújo⁵⁸⁵.

O número total de representantes classistas fixado por estas emendas variava entre 5 (74 e 14) e 6 (86). A distribuição do número de representantes entre os grupos profissionais também era diferente entre uma emenda e outra, exceto a do grupo “profissões liberais e funcionários públicos”, que aparecia com um representante em todas as

⁵⁸⁰ CMPL. *Registro de Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 2, sessão de 3 jul. 1935, f. 22.

⁵⁸¹ Cf. CMPL. *Atas da Assembléia Constituinte 1935*, Livro nº 1, sessão de 6 ago. 1935, f. 64 v., onde consta como aprovada a emenda 111, de Marcos Konder, sobre a representação classista nos municípios.

⁵⁸² Cf. CMPL. *Registro de Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 2, sessão de 26 jul. 1935, f. 37 v.

⁵⁸³ Cf. CMPL. *Registro de Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 2, sessão de 27 jul. 1935, f. 45. Prejudicada pela aprovação de outra emenda. Cf. *Atas da Assembléia Constituinte 1935*, Livro nº 1, sessão de 5 ago. 1935, f. 62.

⁵⁸⁴ Cf. CMPL. *Registro de Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 2, sessão de 27 jul. 1935, f. 45. Prejudicada pela aprovação de outra emenda. Cf. *Atas da Assembléia Constituinte 1935*, Livro nº 1, sessão de 5 ago. 1935, f. 62.

⁵⁸⁵ Cf. CMPL. *Registro de Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 2, sessão de 27 jul. 1935, f. 45. Foi aprovada em primeira discussão. Cf. CMPL. *Atas da Assembléia Constituinte 1935*, Livro nº 1, sessão de 5 ago. 1935, f. 62.

emendas. O agrupamento profissional, porém, variava pouco entre uma emenda e outra.⁵⁸⁶

Um ponto importante que diferia essas emendas das que foram apresentadas ainda durante o processo de elaboração do projeto era a tentativa de estabelecer um número de vagas suficiente para comportar dentro de um mesmo grupo profissional a representação equitativa de empregados e empregadores.

Foi durante essas primeiras discussões que os sindicatos, principalmente os de Florianópolis, posicionaram-se pela aprovação da emenda 86, que previa um número de seis representantes classistas, sendo que desses representantes, dois seriam de associações profissionais dos trabalhadores, um pertenceria ao grupo “indústrias” e o outro do grupo “comércio e transportes”.⁵⁸⁷

Entre os dias 31 de julho e 2 de agosto de 1935, o jornal “O Estado” expôs algumas opiniões sobre as discussões que ocorriam na Constituinte a respeito da representação das associações profissionais. Foram escolhidos para dar seu parecer Emygídio Cardoso – presidente da “Associação dos Empregados no Comércio”⁵⁸⁸ –, o Deputado Tiago de Castro e Hermes Büchele – Presidente do “Sindicato dos Bancários”.⁵⁸⁹

Os dois primeiros possuíam opiniões favoráveis a representação classista. Emygido Cardoso destacou, inclusive, que as associações de classe estavam interessadas no assunto e, segundo ele, “vigilantes”.⁵⁹⁰ Ele acreditava, ainda, que a representação classista seria exercida apenas pelos empregados, pois, segundo Cardoso, não existia nem uma associação patronal organizada no estado. De fato não existia, mas até as eleições, em setembro de 1935, foram reconhecidas pelo Ministério do Trabalho três associações profissionais patronais.⁵⁹¹ Veremos adiante que Cardoso foi um dos que organizaram a manifestação pela aprovação da emenda 86.

Tiago de Castro, o deputado que apresentou duas emendas, tinha obviamente um parecer favorável à representação classista. Conforme o parlamentar expressou ao jornal: “Considero a representação de classe

⁵⁸⁶ Ver Anexo XII.

⁵⁸⁷ Id.

⁵⁸⁸ O “Sindicato dos Empregados do Comércio” também é definido como “Associação dos Empregados do Comércio” (Assemércio), denominação mais corrente, os ofícios e editais emitidos por esta organização são timbrados com a denominação “Assemércio”.

⁵⁸⁹ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 31 jul. 1935, p. 1; Id., 1º ago. 1935, p. 1; Id., 2 ago. 1935, p. 1.

⁵⁹⁰ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 31 jul. 1935, p. 1.

⁵⁹¹ Cf. Id., 26 ago. 1935, p. 1.

uma das maiores conquistas da Revolução. As organizações sindicais representam o ponto de partida para o objectivo culminante das classes trabalhistas – o da sua participação no Legislativo.”⁵⁹² Apesar desse discurso pró-sindicatos trabalhistas, em suas emendas 12 e 86, não reconhecia a possibilidade de um representante dos trabalhadores rurais dentro do grupo “lavoura e pecuária”, por isso manteve-se apenas um representante, o qual acreditamos que a vaga não estava reservada a um trabalhador. Essa perspectiva, porém, foi alterada em uma emenda apresentada, em conjunto com Marcos Konder, na segunda fase de discussões sobre o “Projeto de Constituição”.

Por último, foi entrevistado o Presidente do “Sindicato dos Bancários”, que possuía uma visão oposta a dos anteriores. Sabe-se que ele esperava a inserção da representação (o contrário não seria possível), mas questionava a concretização da sua finalidade, ou seja, representar os profissionais, consoante se vê nestas palavras de Büchele:

Somos da opinião que a representação classista, tal como a temos no Brasil, é quasi inútil. E isso porque a “representação profissionais”, sem a “organização das profissões”, não pôde ter a efficacia que della se espera.

Além disso, o número exíguo de deputados classistas, em relação aos deputados políticos, colloca a representação profissional na triste condição de um appendice da representação política, muitas vezes manobrado para fins alheios aos interesses trabalhistas.

A pressão da política sobre a representação profissional faz-se sentir, muitas vezes, já nas eleições classistas. É, pelo menos, a impressão que nos deixou o relato feito por diversos delegados-eleitores, que concorreram ao pleito de Janeiro.⁵⁹³

Nota-se nesse discurso uma posição diversa da que geralmente alguns representantes de sindicato tinham sobre a representação classista. Contudo, essa visão não era isolada. No primeiro capítulo vimos alguns trabalhadores com o mesmo pensamento, que por sua vez se igualava ao de políticos liberais que defendiam a representação proporcional da população como o modelo mais eficiente, democrático e que se adequava com a realidade nacional. Essa posição de Büchele nos

⁵⁹² Id., 1º ago. 1935, p. 1.

⁵⁹³ Id., 2 ago. 1935, p. 1.

permite perceber que a representação classista como instituição ainda estava num processo de avaliação. Dessa forma, enquanto alguns a encaravam como meio de estabelecer uma representação dos trabalhadores no Parlamento, outros discutiam sua relevância. Principalmente diante de manobras políticas a que estavam sujeitos os delegados-eleitores e os representantes classistas, como expôs Büchele, na citação acima, sobre o pleito classista de janeiro, quando foram eleitos os deputados classistas para o período 1935-1939. Assim, enquanto uns perceberam na representação classista a ascensão ao poder e o reconhecimento da cidadania, outros viam nessa representação apenas um manejo político pela situação governista.

O jornal “Diário da Tarde”, que fazia oposição ao governo do estado, seguiu o mesmo modelo. Entre os dias 30 de julho e 26 de agosto de 1935, publicou-se uma série de depoimentos em resposta a uma “enquête” proposta pelo jornal, editoriais e artigos sobre o processo de institucionalização da representação classista na Assembleia Legislativa. Todos eles apresentavam o mesmo tom crítico à maioria da Assembleia e ao governo do estado.⁵⁹⁴

O “Diário da Tarde” também consultou lideranças operárias, na Capital, entre eles estavam o ex-deputado classista Alvaro Soares Ventura, José Rodrigues da Fonseca e Hyppolito do Vale Pereira, os mesmos que, em junho, haviam participado da formação da “Colligação dos Sindicatos” e da A.N.L.⁵⁹⁵

O primeiro a expor sua opinião foi o “líder trabalhista” Alvaro Ventura.⁵⁹⁶ Em um texto pouco harmônico, além de considerar a discussão sobre as emendas apresentadas, buscou traçar um histórico sobre a implantação da representação classista no país, bem como os resultados e a sua própria experiência como deputado classista:

⁵⁹⁴ Foram consultados o Desembargador Heráclito Ribeiro e o Juiz Federal Substituto Oswaldo Bulcão Vianna. Cf. DIÁRIO DA TARDE. Florianópolis, 30 jul. 1935, p. 1; Id., 31 jul. 1935, p. 1; Id., 1 ago. 1935, p. 1; Id., 2 ago. 1935, p. 1; Id., 10 ago. 1935, p. 2; Id., 14 ago. 1935, p. 1; Id., 15 ago. 1935, p. 1; Id., 16 ago. 1935, p. 1; Id., 19 ago. 1935, p. 1; Id., 20 ago. 1935, p. 1; Id., 26 ago. 1935, p. 6.

⁵⁹⁵ DIÁRIO DA TARDE. Florianópolis, 5 ago. 1935, p. 1; Id., 16 ago. 1935, p. 6; Id., 19 ago. 1935, p. 1.

⁵⁹⁶ O “Diário da Tarde” apresentou-o como: “Respondendo á nossa ‘enquete’ fala-nos hoje o sr. Alvaro Soares Ventura, líder trabalhista e que como representante classista, teve occasião de tomar parte nos trabalhos do Congresso Federal. Da sua actuação naquella Câmara pôde-se divergir, mas não sepôde deixar de reconhecer que, dentro de suas convicções a sua operosidade foi das mais destacadas. O deputado Ventura foi mesmo, em determinado momento, a voz que se não calou, a que tudo com grande ardor combativo, em prol da idéia que o empolgara.” DIÁRIO DA TARDE. Florianópolis, 5 ago. 1935, p. 1.

Em vista do interesse tomado por este jornal sobre a Representação de Classes na Câmara Estadual e por querer ouvir entre outros os trabalhadores, respondo á interpelação com a franqueza que caracteriza os que cultuam a verdade, pedindo a V. S. que me permita fazer considerações sobre o referido ante-projecto da lei:

Como deve saber, a representação de Classes veio com a revolução de 30, a qual foi feita porque as massas exploradas e oprimidas queriam fazel-a, segundo o 'Tonni de Minas' e como os trabalhadores não se conformaram com a tapeação e procuravam arregimentar-se politicamente nas organizações, veio a lei de syndicalização e a representação de classe *formula fascista tapeativa*, e como os trabalhadores viram esta *cousa nova* vinda com a revolução, refrearam sua vontade de luta, e aguardaram os resultados, os quaes não se fizeram esperar, pois que uma vez eleitos os representantes dos Syndicatos reconhecidos, estes representantes accomodaram-se iguaes aos inimigos dos que trabalham. Prova-o a constituição de Julho, votada pelos deputados classistas em nome de Deus, *para os explorados – deveres, para os exploradores direitos*, - razão porque, quando accidentalmente passei pela Câmara Federal Ordinária me insurji contra meus companheiros classistas, e em nome do Partido Comunista do Brasil, mostrei aos habitantes deste País, como os detentores do poder, com apoio dos meus collegas classistas, esfomeavam as massas trabalhadoras, em benefício de meia dúzia de magnatas internacionais, que vivem desde 21 de Abril de 1500, das provações, da escravização, do terror branco, das leis de segurança, que os mãos patriotas impõem aos que habitam e trabalham neste País.

E desde minha passagem por aquella Câmara, os processos para a representação classista, provam-no as ultimas eleições no Rio de Janeiro, se vem transformando a todo momento, pois que é necessário que sejam eleitos só os que admittam as ordens do Chefe, uma vez que o regimen é Presidencial, e é perigoso deixar eleger os

trabalhadores conscientes, porque podem trazer máos resultados para os detentores do poder. Um trabalhador com imunidades, é perigoso, razão porque o ante-projecto da Constituição, que veio do Chefe, depois de visto pelos agentes da 'Intelligence Service', váe a plenário e o chefe conta com a maioria. Elle manda.⁵⁹⁷

Para Ventura, a representação das associações profissionais e a lei de sindicalização, que tinham sua origem na “Revolução de 1930”, constituíam “uma formula fascista tapeativa”⁵⁹⁸, pois era um meio de controlar as organizações mais ativas e combativas dos trabalhadores. Estes, conforme análise anterior, fizeram uma escolha, avaliaram a proposta de um modelo de representação classista, “refrearam” as mobilizações e “aguardaram os resultados”. Mas, segundo Ventura, no momento em que os representantes dos trabalhadores chegaram ao Congresso, acomodaram-se, tornaram-se iguais aos “inimigos dos trabalhadores”. Palavras fortes, que este ex-deputado classista já houvera pronunciado assim que assumiu a vaga de seu predecessor na Câmara dos Deputados, Antonio Pennafort de Souza, o qual, segundo Ventura: “não soube honrar o seu mandato”⁵⁹⁹.

Ventura agrega no seu discurso uma identificação ideológica, por vezes não compartilhada por outras lideranças do movimento operário, esses seguiam uma tendência que vinha desde a Primeira República cujas lideranças operárias, identificadas como “sindicalismo amarelo”, que, conforme Cláudio Batalha, preferiam o diálogo com seus “inimigos” e atitudes mais cordiais para chegar-se a um acordo, do que ações mais ofensivas como preferiam os anarquistas.⁶⁰⁰

Apesar de tachar a fórmula como “fascista”, Ventura também esteve entre aqueles que “esperaram”, participou do processo de sindicalização e das eleições classistas. Quanto a descrição sobre a sua chegada até o Parlamento, subestima ao dizer que foi não foi “acidental”, havia por trás uma mobilização por parte dos trabalhadores

⁵⁹⁷ DIÁRIO DA TARDE. Florianópolis, 5 ago. 1935, p. 1. O “Tonni de Minas” talvez se refira a Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Presidente da Constituinte Nacional e da Câmara dos Deputados (1934-1937), um dos elaboradores do ante-projecto de Constituição.

⁵⁹⁸ DIÁRIO DA TARDE. Florianópolis, 5 ago. 1935, p. 1.

⁵⁹⁹ RIBEIRO, Manoel A. Caminhos..., p. 22; Id., Entrevista..., f. 2.

⁶⁰⁰ Cf. BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. In: ANPOCS. Ciências Sociais hoje, 1990. São Paulo: Vértice, 1990, pp. 117-125.

– na qual ele estava incluso – os quais vislumbravam na representação classista uma forma de *fazerem-se* representar.

Mesmo diante dos obstáculos que, segundo Ventura, visavam a barrar os “trabalhadores conscientes” diante do perigo de eleger um trabalhador com imunidade ou mesmo pela maioria de um chefe que manda e impõe o seu projeto de Constituição”, a ideia pela defesa da representação classista manteve-se. Apesar disso, os trabalhadores, em Santa Catarina, ainda debatiam a forma como deveria prevalecer a representação de suas associações na Assembleia Legislativa, mesmo não participando das sessões da Constituinte Estadual. O mesmo Ventura, cético quanto à eficácia e à representatividade classista, participou das discussões, defendendo a inserção de 7 representantes classistas (conforme a emenda 86), e foi delegado-eleitor e candidato classista nas eleições de 1935.

Ao fim da enquête, que respondeu ao “Diário da Tarde”, deixou claro suas intenções e seu engajamento por trás da defesa da representação das associações classistas, como se vê: “Como trabalhador que observa e que está na luta pelo Poder aos Trabalhadores das cidades e dos campos, soldados e marinheiros, essas medidas tapeativas mais coragem dão a nós, trabalhadores, de prosseguir na luta por Pão, Terra e Liberdade.”⁶⁰¹ Conclui, Ventura, citando o lema da ANL.

Dessa forma, não há como negar que a representação das associações profissionais cumpria um objetivo político e que, ao ser apreciada, a favor ou contra, também estava imbuída de um caráter político. Mesmo os que eram a favor da representação, não entravam em consenso, visto que estavam divididos quanto à legitimidade dos representantes classistas, conforme afirmaram Hermes Büchele e Alvaro Ventura, mas de qualquer forma continuaram participando do debate sobre a representação das associações profissionais, neste caso, em especial, na sua implantação na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Apesar de a representação das associações profissionais ter sido concebida como uma forma de anular os embates partidários e regionais, sua institucionalização estava envolta em disputas políticas.

Dessa forma, a representação das associações profissionais era uma opção política e os trabalhadores que a defendiam tinham, por sua vez, uma posição política. Portanto, havia uma avaliação nesse ato, o qual não se enquadrava apenas numa retórica colaboracionista. Acreditamos, pois, que por trás dessa escolha – a defesa da

⁶⁰¹ DIÁRIO DA TARDE. Florianópolis, 5 ago. 1935, p. 1.

representação classista – os trabalhadores viam a possibilidade de participar do poder, de levar consigo suas reivindicações, de definir uma representação que pudesse, constantemente, expor seus interesses.

Por isso, quando estava em jogo a restrição da representação classista na Assembleia Legislativa, as organizações dos trabalhadores, na capital, iniciaram a mobilização de suas organizações com o intuito de reivindicar o modelo de representação classista que melhor atendesse seus interesses. O edital de reunião dos representantes dos sindicatos de Florianópolis partiu da direção da “Associação dos Empregados no Comércio”. A reunião ganhou caráter de urgência, quando foi anunciado que o deputado Aderbal Ramos da Silva (PLC) apresentaria uma emenda, reduzindo o número de representantes classistas.⁶⁰²

Essa reunião ocorreu em 7 de agosto de 1935. Entre os presentes estavam aqueles que nos dias anteriores haviam saído em defesa da representação das associações profissionais nos jornais de Florianópolis, como Emygídio Cardoso, que presidiu a sessão, e Alvaro Ventura, que novamente destacou a relevância de se instituir a representação classista.⁶⁰³ Na abertura, Cardoso destacou que o objetivo da sessão era, exclusivamente, para tratar da representação classista na Assembleia Estadual. De acordo com o jornal “O Estado”, Cardoso declarou:

[...] concitou os trabalhadores presentes e, unidos, trabalharem para que a representação classista em nossa Assembléa fôsse de facto a expressão do pensamento da classe e não o resultado de conchavos políticos.

O sr. Emygídio Cardoso discorreu sôbre a emenda número 86 apresentada á Assembléa Constituinte pela bancada da minoria e disse que ella vinha satisfazer em parte os interesses dos trabalhadores.⁶⁰⁴

Portanto, apesar de não ser ainda uma proposta ideal (pois satisfazia apenas em parte os interesses dos trabalhadores), ela era melhor que a emenda defendida pela maioria. A diferença entre uma

⁶⁰² Cf. O ESTADO. Florianópolis, 8 ago. 1935, p. 1.

⁶⁰³ Os representantes dos sindicatos presentes na reunião eram: Hermes Büchele, do “Sindicato dos Bancários”; Alvaro Soares Ventura e Edison Amorim, do “Sindicato dos Operários Estivadores”; João Eulálio da Silva, do “Sindicato dos Metalúrgicos”; João Silva, do “Sindicato dos Gráficos”; José Rodrigues Fonseca e João dos Passos Xavier, do “Sindicato dos Operários em Construção Civil”; e Emygídio Cardoso Junior, da “Assemércio”. Cf. O ESTADO. Florianópolis, 8 ago. 1935, p. 6.

⁶⁰⁴ Ibid., loc. cit.

emenda e outra era sutil, e a escolha da emenda 86 era estratégica. A emenda nº 14, de autoria de Renato Barbosa (da maioria), definia 5 representantes distribuídos da seguinte forma: 2 para a lavoura e pecuária, 2 para a indústria, comércio e transportes e 1 para os profissionais liberais e funcionários públicos.⁶⁰⁵ Dessas vagas, os trabalhadores de Santa Catarina teriam apenas 1 representante, pois não havia no estado um sindicato de trabalhadores rurais que pudesse ocupar a vaga definida. É importante destacar que a vaga remanescente seria destinada as associações patronais.

Por sua vez, a emenda nº 86 definia 6 representantes: 2 para a indústria, 2 para o comércio e transportes, 1 para a lavoura e pecuária e 1 para as profissões liberais e funcionários públicos.⁶⁰⁶ Tal emenda atendia as expectativas dos trabalhadores urbanos, já que excluía uma das vagas do grupo “lavoura e pecuária”, e definia um grupo para a “indústria”, no qual os trabalhadores teriam um representante e o grupo “comércio e transporte”, no qual os trabalhadores teriam mais um representante.

Dessa forma, acreditamos que ao conjugar os interesses das instituições sindicais dos trabalhadores urbanos, a emenda nº 86 ganhou a atenção dos participantes da reunião trabalhista, composta em sua totalidade por instituições de profissionais urbanas. Mas por reservar apenas 2 vagas aos representantes dos trabalhadores na Assembleia Legislativa, essa emenda não cumpria inteiramente seus interesses, desejosos de um número maior de representantes.

Durante a referida reunião, Alvaro Soares Ventura cumprimentou a iniciativa da “Assemércio” por mobilizar as organizações dos trabalhadores da capital na defesa da emenda nº 86 e insistiu que todos os sindicatos, presentes através de seus representantes, cerrassem fileiras para a aprovação da emenda.⁶⁰⁷ Propôs, ainda, a elaboração de um manifesto à todas as associações classistas pedindo que estas se dirigissem à Assembleia, afim de que os trabalhadores tivessem uma representação condigna naquela casa.⁶⁰⁸

Esse cumprimento de Ventura divergia de outro momento em que ele criticou a “Assemércio” quando esta se retirou da recém organizada “Colligação dos Sindicatos”, em junho de 1935, que deveria reunir os sindicatos de Florianópolis. O interessante é notar como a representação

⁶⁰⁵ Cf. CMPL. *Registro de Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 2, sessão de 27 jul. 1935, f. 45.

⁶⁰⁶ Cf. *Ibid.*, loc. cit.

⁶⁰⁷ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 8 ago. 1935, p. 6.

⁶⁰⁸ Cf. *Ibid.*, loc. cit.

classista serviu para congregar as organizações dos trabalhadores de Florianópolis em torno de uma reivindicação comum. Essa instituição tinha, portanto, a capacidade de reunir em torno de si os trabalhadores com tendências ideológicas diferentes.⁶⁰⁹ Se por um lado a coligação dos sindicatos foi percebida naquele momento como risco, sobretudo por ter a sua frente lideranças de militância comunista, por outro a representação classista tinha a capacidade de conciliar comunistas e demais ideologias que compunham o movimento operário.⁶¹⁰

Afora isso, o marcante nessa atitude é a relação das organizações operárias com uma corrente política, neste caso a minoria da Assembleia Constituinte. Se retomarmos determinadas situações abordadas ao longo deste trabalho, perceberemos que sempre foi uma prática das associações dos trabalhadores a negação do envolvimento de suas organizações com partidos ou com políticos, geralmente com o argumento de que tal situação era contrária aos estatutos da associação ou para manter a união dentro da classe. Como a ligação entre o “Clube Três de Outubro” e o “Sindicato dos Operários em Construção Civil”, sendo o sindicato criticado durante a reunião da “Federação Regional dos Sindicatos de Florianópolis”.⁶¹¹ O mesmo ocorreu durante o congresso operário realizado em Florianópolis, quando se discutiu a possibilidade de formação de um partido operário⁶¹², ou então durante a organização do “Partido Operário Socialista” em São Francisco do Sul.⁶¹³

Longe de ser um apoio explícito à determinada corrente política, mas essa relação nos aproxima da ideia que viemos defendendo: os trabalhadores tinham uma participação política ativa, durante os anos 1930, uma vez que defendiam reivindicações, em comum, capazes de reunir correntes diversas do movimento operário.

Durante a reunião, os organizadores encaminharam o manifesto a todas as associações de trabalhadores organizadas no estado. Em seu conteúdo, dava-se ênfase ao número de representantes, definido na emenda n^o 86: “Neste momento em que se cogita, no Projeto de

⁶⁰⁹ Posteriormente pudemos verificar que Emygídio Cardoso era militante integralista, Chefe Local (Florianópolis) da AIB. Consta no espediente da Assembleia Legislativa um ofício de Emídio (Emygídio) Cardoso Junior chefe local da AIB, que deixou de ser lido por “violar o preceito regimental.” Cf. DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Ano III. N^o 128, sessão de 4 de agosto de 1937, p. 1 (8). In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Florianópolis, 5 ago. 1937, p. 8.

⁶¹⁰ Ver Capítulo 3, seção 3.3.1

⁶¹¹ Ver Capítulo 2, seção 2.2.3.

⁶¹² Ver Capítulo 3, seção 3.2.2.1.

⁶¹³ Ver Capítulo 2, seção 2.2.5.

Constituição, de fixar o número de representantes de classe em número que não atende á necessidade de uma representação justa.”⁶¹⁴ No mesmo manifesto recomendava-se as associações dos trabalhadores a telegrafar “fortemente” ao presidente da Assembleia Constituinte, aos líderes da maioria e da minoria, por tal reivindicação. Foram signatários do manifesto todos os representantes das organizações profissionais presentes na reunião.⁶¹⁵ O “Sindicato dos Ferroviários” foi um dos sindicatos, que nos foi possível identificar, que enviou um telegrama aos deputados constituintes.⁶¹⁶

Contudo, em setembro, a “Colligação das Associações Proletárias” de Florianópolis enviou um protesto ao jornal “O Trabalho”, publicado pelo “Sindicato dos Ferroviários”, em Mafra, pois estampou em suas páginas o apoio a Severiano Maia, deputado da maioria, que votou a favor da redução dos representantes classistas. O telegrama, que foi publicado no “Diário da Tarde”, assim dizia:

A Colligação das Associações Proletárias protesta contra a noticia inserta nesse jornal e referente á pessoa do sr. Severiano Maia, na parte tocante á defesa dos trabalhadores, pois o dito cavalheiro até a presente data nada fez, haja vista o caso da representação das classes no estadual e municipal.⁶¹⁷

Em 9 de agosto, foi realizada uma segunda reunião⁶¹⁸ com os representantes dos sindicatos da Capital. Nessa sessão, um telegrama foi escrito e enviado ao Presidente da Assembleia Constituinte – Altamiro Lobo Guimarães –, e ao líder da maioria, Ivens Bastos de Araújo, os quais eram autores da emenda n^o 14, e ainda ao deputado Tiago de Castro, autor da emenda n^o 86.⁶¹⁹

Em resposta, o presidente declarou que o caso referente à representação classista só poderia ser tratado em segunda discussão do projeto, já que a primeira havia sido encerrada, bem como a respectiva

⁶¹⁴ O ESTADO. Florianópolis, 8 ago. 1935, p. 6.

⁶¹⁵ Assistiram a reunião, além dos representantes dos sindicatos: Henrique Moritz Junior, Altino Oliveira e Augusto Roberto Jacques, diretores da “Assemércio”, Hyppolito Pereira, comerciante, Nelson Coelho, gráfico e Jayme Lima. Cf. *Ibid.*, loc. cit.

⁶¹⁶ O Telegrama foi identificado na sessão de 17 de agosto. Cf. CMPL. *Atas da Assembléa Constituinte 1935*, Livro n^o 1, sessão de 17 ago. 1935, f. 77.

⁶¹⁷ DIÁRIO DA TARDE. Florianópolis, 17 set. 1935, p. 6.

⁶¹⁸ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 9 ago. 1935, p. 6.

⁶¹⁹ Cf. *Id.*, 10 ago. 1935, p. 3; CMPL. *Atas da Assembléa Constituinte 1935*, Livro n^o 1, sessão de 8 ago. 1935, f 66 v.

votação. Nesse processo, de primeira discussão e votação, o projeto elaborado pela Comissão Constitucional foi alterado no seu Artigo 5º pela aprovação da emenda nº 14. O texto constitucional previa cinco representantes, seguindo a distribuição de acordo com o parágrafo 2: “[...] das associações profissionais sendo um para as profissões liberais e funcionalismo público, 2 para a lavoura e pecuária e 2 para a industria, comércio e transportes.”⁶²⁰

Quanto à possibilidade de representação classista nos municípios, previsto no parágrafo único do Artigo 97, permanecia inalterado.⁶²¹ Sendo assim, a representação classista nas duas esferas, municipal e estadual, persistiu na primeira discussão e votação em plenário.

Na segunda fase de discussão sobre o projeto, três emendas foram apresentadas, sendo elas: nº 353, apresentada por Marcos Konder e Tiago de Castro⁶²²; nº 298, de Aderbal Ramos da Silva⁶²³; e a nº 316, de Rogério Vieira⁶²⁴.

A emenda de Tiago de Castro e de Marcos Konder ampliava de 5 para 7 representantes classistas ao todo, definindo 2 para a lavoura e pecuária, 2 para a indústria, 2 para o comércio e transportes, 1 para as profissões liberais e funcionários públicos.⁶²⁵ Segundo esses autores: “a representação profissional, embora fosse instituída para empregados e empregadores, tem interessado no Brasil especialmente á classe trabalhista, que considera essa prerrogativa uma das suas legítimas reivindicações.”⁶²⁶

Além disso, os autores reconheciam que, no Parlamento, as classes patronais do funcionalismo público e dos profissionais liberais já estavam muito bem representadas, mesmo que de forma indireta. Faltava apenas aos operários eleger um representante, o que através do voto popular, o conseguiram poucas vezes.⁶²⁷ Assim, a representação classista deveria cumprir com esse papel e estabelecer no Legislativo a colaboração e a solução dos problemas sociais.⁶²⁸

Inversamente, a emenda apresentada por Aderbal Ramos da Silva reduzia para 3 o número de representantes classistas: 1 para os

⁶²⁰ REPÚBLICA. Florianópolis, 7 ago. 1935, p. 1.

⁶²¹ Cf. Id., 8 ago. 1935, p. 2.

⁶²² Cf. CML. *Registro de Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 3, sessão de 5 ago. 1935, f. 17.

⁶²³ Cf. Ibid., sessão de 6 set. 1935, f. 20.

⁶²⁴ Cf. Ibid., f. 23 v.

⁶²⁵ Cf. Ibid., sessão de 5 ago. 1935, f. 17.

⁶²⁶ O ESTADO. Florianópolis, 14 ago. 1935, p. 6.

⁶²⁷ Cf. Ibid., loc. cit.

⁶²⁸ Cf. Ibid., loc. cit.

empregados, 1 para os empregadores e 1 para os profissionais liberais e funcionários públicos.⁶²⁹ Na sessão de 15 de agosto de 1935, Aderbal Ramos requisitou ao presidente que destacasse da emenda de sua autoria a parte que discursava sobre as profissões liberais, com isso as associações liberais eram excluídas do processo de escolha da representação classista.⁶³⁰

Na justificativa apresentada, Ramos manifestou: “É o único meio de se respeitar o princípio básico e fundamental de representação de classes: a igualdade perfeita entre empregadores e empregados.”⁶³¹

Na sessão do dia 15 de agosto de 1935, as referidas emendas acima citadas foram votadas e a emenda nº 316, de Rogério Vieira, foi retirada pelo próprio autor.⁶³² Portanto permaneceram ainda duas emendas referentes à representação classista durante a segunda discussão do “Projeto de Constituição”. A emenda aprovada nessa sessão e que alterou o texto constitucional foi a do deputado Aderbal Ramos da Silva.⁶³³

A aprovação dessa emenda não foi uma derrota para a minoria, mas sim para as organizações dos trabalhadores no estado, pois restringia o número de representantes e o poder de ações que estes teriam dentro do legislativo. Se recorrermos a justificativa de Konder e de Tiago de Castro, os trabalhadores estavam em desvantagem ainda muito maior com a redução do seu número de representantes classistas, diante de uma Assembleia que reunia em grande parte os interesses patronais do estado, dos quais eram compartilhados por Konder e Castro.⁶³⁴ Além disso, o parágrafo único do Artigo 97 que previa a representação classista nos municípios também recebeu destaque, através da emenda nº 331⁶³⁵. Sendo que a redação final da “Constituição” foi aprovada dessa forma, sem a representação classista

⁶²⁹ Cf. *Ibid.*, sessão de 6 set. 1935, f. 20.

⁶³⁰ Cf. *CMPL. Atas da Assembléia Constituinte 1935*, Livro nº 1, sessão de 15 ago. 1935, f. 72.

⁶³¹ O ESTADO. Florianópolis, 14 ago. 1935, p. 6.

⁶³² Cf. *CMPL. Atas da Assembléia Constituinte 1935*, Livro nº 1, sessão de 15 ago. 1935, f. 69 v.

⁶³³ *CMPL. Atas da Assembléia Constituinte 1935*, Livro nº 1, sessão de 15 ago. 1935, f. 70 v.

⁶³⁴ Alvará Catão, Heriberto Hülse e Marcio Portela, por exemplo estavam ligados a Organização Lage, que explorava carvão e transporte marítimo em Santa Catarina. Pompilio Bento era proprietário de uma indústria madeireira em laguna e presidente da associação comercial da mesma cidade. Emilio Ritzmann, comerciante e industrial da erva-mate. Cf. COELHO. Eduardo Teixeira, op. cit., pp. 17-22.

⁶³⁵ *CMPL. Atas da Assembléia Constituinte 1935*, Livro nº 1, sessão de 16 ago. 1935, f. 73.

nos municípios.⁶³⁶ Ou seja, era uma dupla derrota aos trabalhadores, que estiveram empenhados na defesa da representação das associações profissionais.⁶³⁷

Quanto ao Artigo da “Constituição do Estado” referente à representação classista que iria compor a Assembleia Legislativa teve a seguinte redação:

A Assembléia contará trinta deputados do povo e três das profissões, sendo aqueles eleitos em sistema proporcional e por sufrágio universal, secreto, igual e direto, e estes, na forma da lei, por sufrágio indireto, secreto e igual de associações profissionais, cabendo um para os empregados, um para os empregadores e um para os funcionários públicos.⁶³⁸

Ainda em reação à emenda n^o 298, algumas associações profissionais enviaram manifestos à Assembleia Constituinte, como a “Associação Catarinense de Imprensa”⁶³⁹, do “Sindicato Médico de Santa Catarina”⁶⁴⁰, da “Sociedade Catarinense de Farmacêuticos”⁶⁴¹ que protestavam contra a exclusão das profissões liberais da “Constituição”.

Vencido esse processo de institucionalização, cabia ainda aos trabalhadores a organização e a participação nas eleições classistas. Apesar de terem a vaga reduzida a um representante, as associações profissionais dos trabalhadores se mobilizaram e elegeram seus delegados-eleitores que, por sua vez, definiriam o representante dos empregados.

3.5 Eleições Classistas

As eleições em cada associação profissional para a escolha dos seus respectivos delegados-eleitores, ocorreram entre 9 e 26 setembro de 1935, e durante esse período, houve um novo embate entre oposição e situação. O jornal “República”, ligado ao PLC, acusou a oposição – a

⁶³⁶ Cf. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Da Organização Municipal. In: SANTA CATARINA. Assembleia Estadual Constituinte. 12 jul. 1935. *Anais da Assembléia Constituinte*. Sessões de 29 abril a 25 de agosto. pp. 402 e 403.

⁶³⁷ DIÁRIO DA TARDE. Florianópolis, 19 ago. 1935, p. 1.

⁶³⁸ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Capítulo II, Do Poder Legislativo, Secção I. In: SANTA CATARINA. Assembleia Estadual Constituinte. 12 jul. 1935. *Anais da Assembléia Constituinte*. Sessões de 29 abril a 25 de agosto. p. 385.

⁶³⁹ CMPL. *Atas da Assembléia Constituinte 1935*, Livro n^o 1, sessão de 22 ago. 1935, f. 80 v.

⁶⁴⁰ *Ibid.*, f. 82.

⁶⁴¹ *Ibid.*, sessão de 27 ago. 1935, f. 85 v.

minoria – de estar se envolvendo e tentando influenciar nas eleições classistas, conforme se vê nestas palavras: “novos e velhos politicoides, que, andam farejando as reuniões classistas e os postos eleitorais para, com sua presença, influírem nos acordos e nos pleitos.”⁶⁴²

Como vimos anteriormente, a minoria na Constituinte Estadual aproximou-se dos trabalhadores quando era discutida a emenda nº 86 e 298. Dos trabalhadores que participaram da reunião pró-emenda 86, em Florianópolis, pelo menos Emigdydio Cardoso, Alvaro Ventura e José Rodrigues Fonseca foram eleitos delegados-eleitores.

Ao final dos trabalhos constitucionais e promulgação da “Constiução Estadual”, a Assembleia Constituinte foi convertida em Assembleia Legislativa. Portanto, era necessário fazer a escolha dos representantes classistas.

O processo de eleição dos delegados-eleitores nas associações profissionais seguia um rito. Primeiro era preciso que o sindicato fosse reconhecido pelo Ministério do Trabalho; segundo, as associações deveriam publicar um edital de convocação dos associados para a Assembleia Geral Extraordinária, onde o pleito seria realizado; terceiro, que fossem enviados ao TRJE o nome do delegado-eleitor eleito, juntamente com uma foto, cópia da ata da sessão e a lista contendo o nome dos presentes, na eleição, tudo conforme as instruções para a eleição de representantes profissionais na Assembleia Legislativa, publicada no “Diário Oficial do Estado”.⁶⁴³

Durante a eleição para delegado-eleitor da “Associação dos Empregados no Comércio”, em 15 de setembro de 1935, a situação foi acirrada. Emygidio Cardoso teve 73 votos e Hyppolito do Valle Pereira, 72 votos, de um total de 145 eleitores associados ao sindicato.⁶⁴⁴ Diferente do que foi noticiado, a eleição do delegado-eleitor dos empregados do comércio não ocorreu num clima de cordialidade.⁶⁴⁵ O candidato derrotado, Hyppolito Pereira entrou com um recurso no TRJE. Alegou que participaram como escrutinadores membros da diretoria, o que era proibido pelo estatuto do sindicato. Porém, o TRJE manteve a eleição e homologou o delegado-eleitor.⁶⁴⁶

No “Sindicato dos Operários em Construção Civil”, o candidato preferencial era João dos Passos Xavier, conforme noticiou o jornal “O Estado”: “[...] antigo profissional e um dos mais estudiosos e

⁶⁴² REPÚBLICA. Florianópolis, 14 set. 1935, p. 7.

⁶⁴³ Cf. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Florianópolis, 2 set. 1935, p. 5.

⁶⁴⁴ Cf. O ESTADO. Florianópolis, 16 set. 1935, p. 1.

⁶⁴⁵ Cf. *Ibid.*, loc. cit.

⁶⁴⁶ Cf. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Florianópolis, 15 out. 1935, p. 2;

inteligentes operários desta capital. O sr. João Xavier conta com grande *sympatia* no seio de sua classe.⁶⁴⁷

Essa situação repetiu o que ocorrera na eleição classista de 1934, na qual Xavier também foi apontado como “prestigiado por forte corrente” dentro do sindicato.⁶⁴⁸ Mas da mesma forma que ocorreu em 1934, José Rodrigues Fonseca foi eleito delegado-eleitor dos operários em construção civil, no pleito de setembro de 1935.⁶⁴⁹

Este exemplo nos permite perceber como as eleições dentro das associações profissionais eram um momento de disputa entre correntes internas, que possivelmente possuíam diferenças ideológicas. No entanto, a escolha não recaía apenas naqueles que estavam à frente da organização sindical, mas nos candidatos que haviam tomado à frente das reivindicações de suas associações.

Ao fim do processo eleitoral classista foram escolhidos 20 delegados-eleitores de associações profissionais dos empregados. Havia no estado 34 associações de trabalhadores aptas a escolherem seus delegados-eleitores, e estes, por sua vez, a participarem da eleição indireta em que se elegeria o deputado classista dos trabalhadores. O número de sindicatos aptos a participarem das eleições classistas, isto é escolherem delegados-eleitores, manteve-se estável ao compararmos às eleições de 1934 para a Câmara dos Deputados, e às de 1935, para Assembleia Legislativa. Já com relação às eleições classistas para a Constituinte Nacional, que ocorreram em 1933, e para a Assembleia Legislativa, que ocorreu em 1935, houve um acréscimo de 26%,⁶⁵⁰, conforme a Tabela III, abaixo:

Tabela III:

Número de associações profissionais dos trabalhadores reconhecidos pelo Ministério do Trabalho em Santa Catarina (aptas a participarem das eleições classistas)

1933	1934	1935
25	33	35

Fontes: BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Aspectos Institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930. Porto Alegre, 2001. Tese (Doutorado em História) PUCRS, 2001, v. 2, Anexo; A GAZETA. Florianópolis, 22 nov. 1934, p. 2; REPÚBLICA. Florianópolis, 26 set. 1935, pp. 2 e 8; Id., 6 out. 1935, p. 1; Id., 10 out. 1935, p. 2; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Florianópolis, 1 out. 1935, p. 4; Id., 5 out. 1935, pp. 4 e 8; Id., 9 out. 1935, p. 2.

⁶⁴⁷ O ESTADO. Florianópolis, 16 set. 1935, p. 1.

⁶⁴⁸ Cf. A GAZETA. Florianópolis, 8 nov. 1934, p. 1.

⁶⁴⁹ Id., 9 nov. 1934, p. 1; REPÚBLICA. Florianópolis, 10 out. 1935, p. 1.

⁶⁵⁰ Cf. Quadro II e Anexo XIII.

Por outro lado, se compararmos o número de delegados-eleitores que foram homologados, percebemos que se manteve estável nas três eleições, conforme a Tabela IV:

Tabela IV:
Número de delegados-eleitores de Santa Catarina que participaram das eleições classistas

1933	1934	1935
20	25	20

Fontes: BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Aspectos Institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930. Porto Alegre, 2001. Tese (Doutorado em História) PUCRS, 2001, v. 2, Anexo; A GAZETA. Florianópolis, 22 nov. 1934, p. 2; REPÚBLICA. Florianópolis, 26 set. 1935, pp. 2 e 8; Id., 6 out. 1935, p. 1; Id., 10 out. 1935, p. 2; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Florianópolis, 1 out. 1935, p. 4; Id., 5 out. 1935, pp. 4 e 8; Id., 9 out. 1935, p. 2.

Sendo assim, foram homologados, ao todo, 20 delegados-eleitores, referentes a 20 associações dos trabalhadores.⁶⁵¹ Como dissemos anteriormente, no estado, havia 34 associações profissionais dos trabalhadores que poderiam eleger delegados-eleitores.⁶⁵² Portanto, 13 sindicatos foram excluídos da eleição dos empregados, dentre os quais 3 por terem suas eleições anuladas pelo Tribunal Regional de Justiça Eleitoral. Os sindicatos que sofreram processo foram: “Sindicato dos Operários Charuteiros de Blumenau”, “Sindicato dos Classificadores e Empilhadores de Madeira de Joinville” e o “Sindicato dos Encaixotadores e Trabalhadores em Armazéns de Joinville”.⁶⁵³

O “Sindicato dos Operários Charuteiros” teve seu pleito anulado devido a diferença dos nomes dos associados votantes entre a primeira e a segunda lista de presença enviadas ao TRJE.⁶⁵⁴

Já, os outros 11 sindicatos não nos foi possível identificar o nome do delegado-eleitor eleito ou se a associações não realizaram eleições.⁶⁵⁵ Dentro do primeiro caso esta o “Sindicato dos Operários em Fiação e

⁶⁵¹ 1-Waldomiro Luis Gonçalves, 2-Emygidio Cardoso Junior, 3-José Rodrigues Fonseca, 4-Paulo Janz Junior, 5-Fernando Waltrick, 6-Laudelino Bittencourt, 7-Adolfo João Bauer, 8-Antonio Moreira Junior, 9-Pedro Camilo Meirinho, 10-Frederico Manoel da Silva Filho, 11-Alvaro Soares Ventura, 12-Joaquim Neves, 13-Pedro Tomé do Nascimento, 14-Arlindo Pacheco dos Reis, 15-João José Heleodoro, 16-Sebastião Lucas Pereira, 17-Graciliano Rodrigues, 18-Tomás Adão Müller, 19-Manoel Dono Morgado e 20-Alfredo Furiatti. Cf. REPÚBLICA. Florianópolis, 10 out. 1935, p.1; Id., 11 out. 1935, p. 2; Ver também Anexo XIII ⁶⁵² Cf. Anexo XIII.

⁶⁵³ Cf. REPÚBLICA. Florianópolis, 6 out. 1935, p. 1; Id., 10 out. 1935, p. 1; Id., 11 out. 1935, p. 2; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Florianópolis, 16 out. 1935, p. 2; Id., 24 out. 1935, p. 6.

⁶⁵⁴ Cf. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Florianópolis, 16 out. 1935, p. 2.

⁶⁵⁵ Ver Anexo XIII.

Tecelagem de Brusque”⁶⁵⁶, que chegou a realizar uma segunda eleição, em 10 de outubro, devido a impugnação pelo TRJE do primeiro pleito(), porém não é apontado no “Diário Oficial do Estado, o nome do delegado-eleitor escolhido no segundo pleito.⁶⁵⁷ Provavelmente por ter sido mantida a anulação devido a irregularidades do pleito ou por ter sido realizada fora do prazo para as eleições classistas, 22 de setembro de 1935, conforme as instruções do TRJE.⁶⁵⁸

Ainda com respeito aos pleitos dos delegados-eleitores, é preciso destacar que dos 8 sindicatos em Florianópolis, reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, 3 não escolheram seu delegado-eleitor.⁶⁵⁹ Nesse caso a distância ou mesmo a despesa pecuniária, que por ventura pudessem existir para o deslocamento, não cabiam, já que as eleições para deputado classista ocorreriam na Capital.

A eleição classista para a escolha do representante dos empregados ocorreu em 21 de outubro de 1935, no TRJE, sob a presidência do Desembargador Francisco Tavares da Cunha Melo Sobrinho (Presidente do Tribunal).⁶⁶⁰ Estavam presentes 19 delegados eleitores, sendo que Alfredo Furiatti, do “Sindicato dos Ferroviários Catarinenses”, foi o único que não compareceu à eleição.⁶⁶¹

Realizada a apuração dos votos⁶⁶², foi eleito deputado o trabalhador Paulo Janz Júnior, do “Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville”, que obteve 11 votos. Foi eleito como suplente, Emygídio Cardoso, delegado-eleitor da “Assemércio”, com 10 votos. Também obtiveram votos para deputado, Alvaro Soares Ventura, 2 votos; Waldomiro Luiz Gonçalves, 5 votos; e como suplentes, Pedro Camilo Meirinho, 6 votos; Joaquim Lopes Correa, 2 votos.⁶⁶³

Somando-se os votos dos candidatos para deputado (18) há diferença de um voto em relação ao número total de delegados-eleitores presentes (19).⁶⁶⁴ Essa resultado deveu-se a um erro do delegado-eleitor, José Rodrigues Fonseca, que depositou seu voto na urna destinada à eleição dos empregadores, que ocorreu concomitantemente. Devido a

⁶⁵⁶ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Florianópolis, 9 out. 1935, p. 2.

⁶⁵⁷ Cf. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Florianópolis, 9 out. 1935, p. 2; Id., 31 out. 1935, p. 2.

⁶⁵⁸ Cf. Id., 2 set. 1935, pp. 5 e 6.

⁶⁵⁹ Ver Anexo XIII.

⁶⁶⁰ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Florianópolis, 22 out. 1935, p. 5.

⁶⁶¹ REPÚBLICA. Florianópolis, 22 out. 1935, p. 8.

⁶⁶² Os delegados-eleitores deveriam indicar na votação o nome para um deputado e um suplente.

⁶⁶³ REPÚBLICA. Florianópolis, 22 out. 1935, p. 8.

⁶⁶⁴ O mesmo ocorre com a soma de todos os votos para suplentes.

esse engano a eleição dos empregadores foi anulada e realizado um novo escrutínio.

3.6 *Paulo Janz Junior: O Deputado Classista dos Empregados*

Para nós, é um desafio recriar os passos do deputado classista Paulo Janz Junior, como também dos demais trabalhadores.⁶⁶⁵ Mesmo que tenha ocupado um alto posto no estado, como deputado, entre outubro de 1935 e novembro de 1937, suas referências como trabalhador são limitadas, como se vê nestas escassas informações no “Dicionário Político Catarinense” a respeito de sua vida: “Janz Júnior. “Mecânico. Deputado à Assembleia Legislativa do Estado, como representante classista (1935-1937). Faleceu em Laguna, a 19.7.1951.”⁶⁶⁶

Uma descrição muito diferente da de seus pares, representantes classistas, cuja biografia é amplamente revelada, abrangendo a vida acadêmica, profissional e familiar, incluso até mesmo suas “descendências”. Se compararmos com os demais deputados, essa discrepância é ainda maior. Nos foi possível identificar onde Janz Junior trabalhava através de uma nota do jornal “A Gazeta” publicada logo após a eleição: “Metalúrgico da firma joinvilense Otto Bennack & Cia.”⁶⁶⁷

Além disso, verificamos que o resultado da eleição foi contraditório e teve repercussões. Antes de ocorrerem as eleições classistas, o jornal “Diário da Tarde”, ligado à oposição ao governo do estado, fazia menção à pressão que o governo exercia sobre os delegados-eleitores. Segundo o “Diário”: “Podemos afirmar que o espírito da representação classista está sendo fraudado, fraudado por quem mais deveria estar empenhado em assegurar-lo, – o governo”⁶⁶⁸. Ainda segundo esse periódico, “elementos governistas” tentavam influenciar a eleição, porém, não fica esclarecido se essa influência realmente ocorreu – já que o “Diário” não faz uma afirmação mais incisiva – ou se trata-se apenas de uma investida por parte da oposição.

⁶⁶⁵ Inicialmente o nome de Paulo Janz Junior foi publicado no “Diário Oficial do Estado” com erro tipográfico, consta como Paulo JANZY, em outros periódicos e posteriormente no próprio “Diário Oficial” o nome é citado corretamente. Cf. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Florianópolis, 5 out. 1935, p. 8 Id., 16 out. 1935, p. 5.

⁶⁶⁶ PIAZZA, Walter F. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Ed. da Assembleia Legislativa, 1985, p. 226.

⁶⁶⁷ A GAZETA. Florianópolis, 21 out. 1935, p. 6.

⁶⁶⁸ DIÁRIO DA TARDE. Florianópolis, 21 out. 1935, p. 6.

O jornal “A Gazeta”, que realizou entrevistas com cada um dos deputados classistas, Janz Junior inquiriu sobre a pressão do governo às eleições classistas, por meio do “Diário da Tarde”, ao que respondeu:

Estranhei, porquanto, até esta hora, não troquei com o governador uma palavra sequer, nem subi as escadas do Palácio do govêrno. A minha vitória resultou da honradez e da lealdade dos meus companheiros.

Foram eles que indicando o meu nome, galhardamente o mantiveram, fechando os ouvidos aos intrigantes que procuraram por todas as fôrmas, baralhar e confundir.⁶⁶⁹

Se por um lado Junior atribui sua vitória exclusivamente aos seus “companheiros”; por outro, ele confirma que existiu a tentativa de influenciar o pleito, fosse pela situação ou pela oposição, com o intuito de “baralhar e confundir.”

Mas essa não foi a única controvérsia no pleito em que foi eleito Janz Junior. Alvaro Soares Ventura e José Rodrigues tentaram impugnar a eleição classista dos empregados. Como não estava muito claro no “Diário Oficial” o registro dessa situação, foi possível apenas identificar que a questão estava relacionada com a homologação de seu diploma.

Na sessão de 22 de outubro de 1935, do TRJE, quando foram apreciadas as eleições de 21 de outubro, foi apresentado, na sessão referida, um protesto encaminhado por Ventura e Fonseca:

O Exmo., Sr. Dr. Belisário Ramos prosseguiu o relatório referente á eleição dos empregados, tendo lido um protesto apresentado pelos srs. Delegados eleitores Alvaro Soares Ventura e José Rodrigues Fonseca. O Tribunal não tomou conhecimento do aludido protesto por falta de provas, e aprovou a eleição procedida.⁶⁷⁰

Os delegados-eleitores, conforme registro abaixo, contestaram a legitimidade dessa eleição. Na sessão de 5 de novembro de 1935, foi registrada uma petição estabelecida pelos mesmos:

Pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente foi lido uma petição de recurso interposto pelos delegados eleitores, Srs. Alvaro Soares Ventura e José

⁶⁶⁹ A GAZETA. Florianópolis, 22 out. 1935, p. 6.

⁶⁷⁰ TRJE. Boletins Eleitorais. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Florianópolis, 6 nov. 1935, p. 1.

Rodrigues Fonseca, contra a eleição do deputado Paulo Janz Junior, e suplente Emidio Cardoso Junior, o Tribunal indeferiu o referido requerimento por estar fora do prazo, sendo proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente o seguinte despacho: “Indeferido. As instruções não concedem recurso da expedição de diploma, mas ‘da decisão do Tribunal Regional, que houver aprovado a eleição e proclamado os eleitos’, marcando o prazo de 48 horas para a sua interposição. Esse prazo já se acha findo, visto como decisão recorrível foi proferida a 22 do mesmo mês de Outubro e publicada por edital no Diário Oficial de 24 do mesmo mês. Florianópolis, 5 de novembro de 1935.”⁶⁷¹

Outra questão em que Janz Junior esteve envolvido foi com a tentativa de interferir na caixa de previdência dos empregados no comércio, tentando obter um cargo no instituto de previdência, ao que a Assemércio contestou com a emissão de nota nos jornais:

O sr. Paulo Janz Junior, deputado dos empregados, não possui autorização desta Associação [dos Empregados no Comércio] nem de outra congênera no Estado, para fazer pedido ao Exmo. Ministro do Trabalho, para qualquer cargo na Caixa local do Instituto dos Comerciantes.

É nula portanto de qualquer efeito, a acção do referido deputado, na qual envolva ou interesse a esta Associação.⁶⁷²

Quanto à sua participação efetiva na Assembleia Legislativa, ao longo desta pesquisa no “Diário da Assembleia Legislativa”, publicado juntamente com o “Diário Oficial”, não identificamos qualquer participação em debates, na proposição de leis (dirigidas ou não aos trabalhadores) ou qualquer pronunciamento ou manifestação em plenário, fosse em discursos ou em apartes. Nas fontes que fazem referência as suas atividades na Assembleia, ele limitou-se apenas a subscrição de leis e pareceres.

⁶⁷¹ Id., 16 nov. 1935, p. 7.

⁶⁷² O ESTADO. Florianópolis, 9 nov. 1935, p. 6.

Em um desses pronunciamentos, consta o apoio de Paulo Jans Junior ao Projeto n.º 62 do deputado classista eleito pelos funcionários públicos – José Nicolau Born. Esse projeto previa o perdão aos lavradores (foreiros) referente às multas de terrenos situados no “Patrimônio das Caldas do Cubatão”. A cobrança dessas multas era permitida pelo Artigo 134, de Decreto n.º 46, de 11 de junho de 1934.⁶⁷³

Pudemos averiguar ainda que Junior era membro da Comissão de Saúde Pública e Assistência Social, perante a qual subscreveu pareceres voltados, sobretudo, à organização de centros de saúde. Na sessão de 12 de dezembro de 1935, ele aprovou o Parecer n.º 45, favorável ao projeto n.º 44, que criava os Centros de Saúde.⁶⁷⁴ Em outro parecer, o de n.º 12, favorável à lei n.º 138, de 14 de novembro de 1936, Paulo também o subscreveu, concordando com a criação da organização dos serviços de Saúde Pública pelo estado.

Por outro lado, como já destacamos, mesmo diante de um período de intensa mobilização dos trabalhadores e de conturbado momento político, Jans Junior não fez qualquer declaração. Não fez qualquer menção ao movimento grevista dos marítimos, que irrompeu em 13 de novembro e só foi completamente dirimido em 27 de novembro de 1935, ou procurou *solucionar* o conflito.

Durante os levantes de 1935 (a Intentona Comunista), entre 23 e 27 de novembro, não proferiu nenhum pronunciamento ou qualquer manifestação de apoio ao governo em *nome* dos trabalhadores catarinenses; limitou-se apenas a subscrever uma moção de apoio ao Presidente Getúlio Vargas, proposta pelo deputado Ivens de Araújo.⁶⁷⁵

Para tanto, na tentativa de reconstituir suas ideias e posições frente às reivindicações operárias, o modo como elas deveriam ocorrer e mesmo sobre a organização dos trabalhadores, usamos de um dos poucos registros sobre Paulo Jans Junior, que é a entrevista realizada pelo jornal “A Gazeta”:

As minhas diretrizes resumem-se em defender, com todo o ardor e todo o devotamento, as classes proletárias, pugnando, dentro da medida de minhas forças pela vitória de suas reivindicações. Dentro da Assembléia procurarei ser um intermediário das classes com o governo. Sou dos

⁶⁷³ Cf. DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Projeto n.º 62. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Florianópolis, 10 dez. 1935, p. 7.

⁶⁷⁴ Cf. DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Parecer n.º 45. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Florianópolis, 12 dez. 1935, p. 8. Id., 29 jul. 1936, p. 3 (8)

⁶⁷⁵ Cf. CMPL. *Anais da Assembléia Legislativa 1935*, sessão de 27 nov. 1935, p. 194.

que pensam que nada adiantam ataques, retaliações, discursos violentos contra os detentores do poder, porque das incompatibilidades que daí fatalmente resultarão, não podem, de modo algum, advir resultados proveitosos para ninguém. O deputado classista tem o dever de erguer a voz com desassombro e com lealdade, mostrando ao governo as necessidades precedentes do operariado, procurando remove-las, atinadamente. É com o esforço do deputado, aliado ao esforço e bôa-vontade do governo, que as situações críticas poderão ser resolvidas. O problema proletário é muito complexo. Para solucioná-lo torna-se necessário muita ponderação e muita prudência. Os assomos extremistas não são de molde a poder resolver situações, que acima [de] tudo necessitam do equilíbrio do espírito e da consciência. Assim, o deputado classista deverá auxiliar o governo em tudo que esteja dentro dos princípios da razão, do direito e da justiça, para que o governo por seu turno, atenda aos reclamos do operariado, no que igualmente estiver dentro desses mesmos princípios.⁶⁷⁶

Dessa forma, se por um lado sua posição dececionasse os mais combativos, por outro ela nos revela a possibilidade que existia dentro do movimento operário de uma perspectiva que se aproximasse de um projeto corporativista, proposto desde o Governo Provisório. A representação das associações profissionais, instituição que Janz Junior representava naquele momento, era parte desse projeto, com a finalidade de estabelecer um espaço de conciliação entre empregados, empregadores e Estado. Sendo assim, estava imbuído nesse sentido, também, a argumentação apresentada pelo deputado Aderbal Ramos da Silva, ao propor a redução da representação classista, pois, segundo ele, um representante dos empregados e um dos empregadores constituía a forma mais equitativa. O mesmo modelo era utilizado nas Juntas de Conciliação e Julgamento, bem como nas Comissões Mistas de Conciliação, as quais reuniam um representante dos empregados, um dos empregadores e um juiz representando o Estado, para intermediar o conflito e chegar a um acordo.

⁶⁷⁶ A GAZETA. Florianópolis, 22 out. 1935, p. 6.

Em suas palavras, Janz Junior remetia a esse projeto, quando se arrogava como “intermediário das classes”, buscando a conciliação, em contraposição ao que definiu como “assomos extremistas” ou os ataques, retaliações, discursos violentos contra os detentores do poder. E da mesma forma que o decreto 19.770 definia os sindicatos como órgãos de colaboração com o governo, Janz Junior tinha mesma perspectiva com relação à sua participação na Assembleia Legislativa, ou seja, aliar-se ao esforço e à boa-vontade do governo, com o objetivo de “auxiliar o governo em tudo que esteja dentro dos princípios da razão, do direito e da justiça, para que o governo por seu turno, atenda aos reclamos do operariado, no que igualmente estiver dentro desses mesmos princípios”⁶⁷⁷, conforme expôs na entrevista.

A atuação e a aproximação com o governo, ou seja, com os “detentores do poder”, poderia ser suficiente para classificar Janz Junior como pelego ou pertencente ao “sindicalismo amarelo”. Contudo, sua “prudência” apenas nos revela uma vertente que compunha o movimento operário em Santa Catarina, formado por vertentes que conviviam dentro das organizações dos trabalhadores.

Se compararmos a atividade de Paulo Janz Junior com a dos dois representantes classistas de Santa Catarina que o antecederam: Antonio Pennafort de Souza e Alvaro Soares Ventura, podemos chegar à conclusão de que foi pálida, para não dizer inexpressiva.

Mas, a nosso ver, a vitória de Paulo Janz Junior deixa transparecer mais do que uma passagem tímida pelo Parlamento estadual. Ela expõe o contexto político e social a que foram submetidas as atividades das associações profissionais e militantes operários, que ao longo dos anos 1930, mantiveram ações combativas e reivindicaram enfaticamente os direitos trabalhistas.

Os trabalhadores, que já tinham suas ações limitadas pela promulgação da Lei de Segurança Nacional (LSN), sofreram o maior impacto da repressão após os levantes que ocorreram entre 23 e 27 de novembro de 1935. Cabe lembrar que, mesmo a greve considerada ilegal, sem amparo constitucional, houve demonstrações de mobilização dos trabalhadores, no período que antecedeu os levantes, como foi na greve dos estivadores de Itajaí, Laguna, Florianópolis, São Francisco do Sul e Blumenau, sendo esse o último movimento que pudemos registrar.

O *silêncio* de Janz Junior pode ser entendido aqui como o silenciamento imposto ao movimento operário. Além disso, os jornais que editavam notas e informações sobre o movimento operário, desde a

⁶⁷⁷ Cf. *Ibid.*, loc. cit.

vitória da “Revolução de 1930”, mesmo que tendenciosamente partidárias, deixaram de fazê-las. Resultado da censura governamental a qualquer menção de greves ou conflitos de classe. imposta pela LSN. Por fim, a representação classista e o entrelaçamento dos trabalhadores com o processo político tiveram, aqui, mais uma demonstração de como estavam imbricadas.

Conclusão

Em 1932 quando a representação das associações profissionais foi estabelecida pelo “Código Eleitoral” e posteriormente regulamentada através de decretos do Governo Provisório, provavelmente a opinião dos trabalhadores não tenha sido considerada ou sequer tenham sido consultados. Segundo os detratores contemporâneos a ideia, e mesmo pesquisadores, tratava-se apenas de uma manobra do Governo para estabelecer uma maioria na Assembleia Nacional Constituinte. Uma maioria calcada em associações profissionais e sindicatos de fachada, oficializados às vésperas das eleições classistas pelo Ministério do Trabalho. Essas associações seriam, por sua vez, responsáveis por enviar ao Distrito Federal representantes corrompidos e aliciados pelo Governo. Nesta perspectiva as associações de trabalhadores e operários eram os mais suscetíveis.

Mas, ao colocarmos em evidência os trabalhadores, em Santa Catarina, delimitação desta pesquisa, notamos que estes assimilaram a proposta de um modo próprio, buscaram defendê-la, participar das eleições classistas à Constituinte Nacional. No Parlamento reafirmaram o interesse dos trabalhadores sobre a representação classista, bem como defendido várias questões que eram caras ao movimento operário, além de manterem-se envolvidos com as associações operárias e suas atividades.

A representação classista não parecia aos trabalhadores algo que pudesse lhes privar de sua autonomia, sua liberdade, seus interesses classistas, pelo contrário, a representação das associações profissionais, com a eleição de seus representantes ao Parlamento, lhes afigurava como um meio de fazer parte do poder, propor leis que fossem de encontro aos seus interesses, eleger representantes que provinham do meio operário e sobretudo por considerar que a representação classista era um direito que lhes cabia, uma instituição que foi assimilada e defendida como sua, e isto ao longo do período em que ela existiu, principalmente na durante a definição dos códigos constitucionais, nacional e estadual.

A experiência da representação das associações profissionais permitiu aos trabalhadores e aqueles que representavam suas associações no Parlamento de expor suas ideias, participar do debate legislativo na composição de leis que afetavam a própria organização dos trabalhadores ou relacionadas a outras questões, além de evidenciar a classe trabalhadora como uma agente político.

Além disso, ao longo da pesquisa, outras questões sofreram a avaliação e foram apropriadas pelos trabalhadores, mesmo antes da representação classista, como foi o processo de sindicalização e a legislação trabalhista. Questões estas que se mostraram interdependentes e que convergiam umas as outras, sobretudo no processo de sindicalização, pois este estabelecia as bases onde seriam realizadas as eleições classistas: os sindicatos e associações profissionais oficializados pelo Ministério do Trabalho. Estas questões convergiam devido ao fato de os trabalhadores participarem, estabelecerem seus interesses sobre elas, e acima de tudo, inseri-las dentro da sua esfera de direitos.

Esta experiência dos trabalhadores em Santa Catarina não reflete apenas uma transformação no processo político e representativo, ela expõe também as escolhas do movimento operário, sobre a organização de suas associações, sobre os seus interesses e sobre as suas perspectivas.

Vimos que a discussão sobre a implementação de um modelo de representação a partir das associações profissionais foi concebida muito antes da sua inserção no “Código Eleitoral”. Era uma discussão extraoficial, que os trabalhadores em Santa Catarina, tiveram contato durante o início do processo de sindicalização no estado, em novembro de 1931, intermediado por Agripino Nazareth, representante do Ministério do Trabalho.⁶⁷⁸ O próprio chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, já havia abordado a ideia em janeiro e maio de 1931⁶⁷⁹. Mas há uma diferença essencial.

Enquanto Getúlio Vargas referia-se a implantação de uma forma de representação calcada nas associações profissionais em reuniões fechadas, diante de militares e políticos, Agripino Nazareth expôs essa ideia a uma centena de trabalhadores durante um discurso em Joinville, provavelmente repetido nas demais cidades de Santa Catarina por onde

⁶⁷⁸ Esse processo, inicial, durou de novembro de 1931, quando Agripino Nazareth chegou ao estado, até por volta de fevereiro de 1932. Cf. A NOTICIA. Joinville, 18 nov. 1931, p. 4; Id., 19 nov. 1931, p. 6; Id., 10 dez. 1931, p. 6; REPUBLICA. Florianópolis, 18 dez. 1931, p. 2; Id., REPÚBLICA. Florianópolis, 14 jan. 1932, p. 3; O ESTADO. Florianópolis, 9 dez. 1931, p. 6; Id., 29 fev. 1932, p. 1; APESC. *Ofícios de Diversos para Governo e Interventoria Federal. 1930-1931. v. 1. f. 454.*

⁶⁷⁹ A primeira vez foi durante um banquete oferecido às Classes Armadas, em janeiro de 1931, a segunda oportunidade foi na instalação da subcomissão responsável pela revisão eleitoral, em maio de 1931. Cf. BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. *Aspectos institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930.* Porto Alegre, 2001. Tese (Doutorado em História). PUCRS. 2v, p. 77.

passou, afirmando que as associações profissionais seriam órgãos legislativos.⁶⁸⁰

Também em novembro de 1931, no mesmo momento em que eram criadas as primeiras organizações sindicais no estado, os trabalhadores tiveram, mais uma vez, contato com a ideia do que poderia ser a representação das associações profissionais, de suas organizações de classe. O interventor federal, Gen. Ptolomeu de Assis Brasil, solicitou a “Liga Operária”, associação de auxílio mútuo mais antiga da capital (1891), que indicasse dois representantes dos trabalhadores para compor o Conselho Consultivo do estado. A “Liga Operária” recorreu ainda a outra associação, a “União Operária” (1922), para que as duas em conjunto indicassem cada uma um representante. Havia diferenças entre a proposta de Agripino Nazareth e a do interventor federal. Segundo a proposta de Nazareth, as organizações dos trabalhadores que escolheriam os representantes dos trabalhadores seriam as oficializadas pelo Ministério do Trabalho; já a do interventor, eram associações de auxílio mútuo, e que foram escolhidas por serem as organizações operárias mais antigas da capital.

Contudo, foi na oportunidade de escolher um representante para compor o Conselho Consultivo que os trabalhadores estabeleceram uma discussão acerca da representação das associações profissionais. Em que debateram não só a forma de escolha do representante, como quem poderia ser seu representante.

Naquela oportunidade a “Liga Operária” indicou José Boiteux, desembargador do Tribunal de Justiça do estado. Por sua vez, a “União Operária”, propôs a convocação de todos os trabalhadores de Florianópolis e que na reunião ocorresse a escolha dos representantes dos trabalhadores. O aumento no prazo, necessário para realizar a convocação e eleição, foi negado pela interventoria, além disso, alguns membros da “União Operária” questionavam esse envolvimento político, algo que não era permitido, segundo os estatutos da associação. Diante disso, a “União Operária” retirou-se do processo. Com a desistência da “União”, a “Liga Operária” também deixou a escolha do representante dos trabalhadores, que acabou não se realizando.

Apesar da representação dos trabalhadores no Conselho Consultivo não ter se efetivado, a atitude dos trabalhadores que compunham aquelas associações nos revelam o seu posicionamento sobre a ideia de uma representação das suas associações profissionais.

⁶⁸⁰ Cf. A NOTICIA. Joinville, 17 nov. 1931, p 3.

Os trabalhadores estavam dispostos e interessados em indicar alguém que os representasse, no que seria o órgão fiscalizador da interventoria. Expuseram, também, que a convocação de todos os trabalhadores e a eleição era a forma pela qual deveria ocorrer a escolha de um eventual representante. E mesmo que as associações tenham se retirado, com o intuito de evitar uma ligação político-partidária, esta questão se reverteu ao longo do tempo.

Na verdade, a questão já estava resolvida em junho e julho de 1934, quando ocorreram as eleições classistas para a Assembleia Nacional Constituinte, contudo nestes pleitos não eram associações de auxílio mútuo que participavam da escolha dos delegados-eleitores, mas sim as organizações sindicais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho. Além disso, os representantes classistas participavam de um parlamento deliberativo, juntamente com os representantes populares, e não num órgão que fosse apenas consultivo, no qual as decisões e propostas não teriam força de lei.

Os trabalhadores não encararam como inapropriado o envolvimento de suas associações numa eleição. Pelo contrário, as organizações sindicais em que estiveram empenhados em forma-las e oficializa-las de acordo com o Decreto 19.770, de 19 de março de 1931, elegeram seus delegados-eleitores, que por sua vez tiveram como destino o Distrito Federal, para a eleição dos deputados classistas à Assembleia Nacional Constituinte.⁶⁸¹

Devemos considerar ainda a avaliações e escolha desses trabalhadores que decidiram participar do processo que instituiria uma nova Constituição. Uma estância de participação parlamentar até então nunca conquistada, e que tinha como base e referência as suas organizações associativas.

Após a inserção da representação das associações profissionais na “Constituição de 1934”, os trabalhadores de Santa Catarina participaram ainda de duas outras eleições classistas; uma em 1934, para a Câmara dos Deputados, e outra em 1935, para a Assembleia Legislativa.

Durante a Constituinte Estadual, em 1935, os trabalhadores ofereceram, novamente, uma demonstração de como a representação de suas associações no Parlamento lhes era uma instituição relevante. Mesmo que as constituintes estaduais não tenham sido formadas por representantes classistas, ao lado dos representantes da população, como

⁶⁸¹ Dos 25 sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, 5 não tiveram os delegados-eleitores homologados para participarem da eleição dos deputados classistas.

na Constituinte Nacional⁶⁸², lideranças e associações profissionais da capital catarinense participaram e intervieram nos debates para defender uma proposta que representasse o interesse dos trabalhadores.

Entre as emendas apresentadas pelos deputados constituintes ao “Projeto de Constituição Estadual”, estava o de nº 86, de autoria de Tiago de Castro, a qual recebeu o apoio dos trabalhadores. Ele previa um número de seis representantes, das quais duas vagas seriam destinadas as associações dos trabalhadores, uma ao grupo “indústrias” e outra ao grupo “comércio e transporte”. Era imperativo defender tal emenda, pois as demais emendas apresentadas reduziam o número de vagas destinado a representação das associações profissionais, consequentemente de representantes classistas dos trabalhadores.⁶⁸³

Diante dessa possibilidade os trabalhadores das principais associações profissionais de Florianópolis se reuniram para defender o seu ponto de vista. Alguns reconheciam que, mesmo na emenda 86, as vagas destinadas aos trabalhadores ainda eram insuficientes, mas era necessário definir o maior número de representantes no Parlamento estadual, e naquele momento era definido por aquela emenda.

A mobilização dos trabalhadores contou com manifestações através de jornais da capital e com reuniões nas quais definiam seu posicionamento frente às emendas apresentadas. Além do empenho dos trabalhadores em definir a melhor proposta e defende-la respeitando os seus interesses, essa intervenção no processo constitucional – no momento que se discutia a instituição da representação classista na Assembleia Legislativa – marcou, mais uma vez, a participação dos trabalhadores na política catarinense.

A representação das associações profissionais não tinha só a capacidade de confluir movimento operário e a conjuntura política, ela era capaz de reunir grupos políticos e ideológicos divergentes que existiam dentro do movimento operário. Um exemplo disso eram as lideranças como Emygídio Cardoso, que era integralista; e Alvaro Soares Ventura e José Rodrigues Fonseca, que eram comunistas.

Portanto, afora as divergências ideológicas que existiam, a representação classista era uma causa em comum. Contudo, devemos considerar que as expectativas eram diferentes, o papel político e institucional que era depositado sobre ela eram diferentes. Alvaro Soares

⁶⁸² A representação das associações profissionais foi instituída apenas nos trabalhos da Assembleia Legislativa.

⁶⁸³ As outras emendas eram: nº. 74, de autoria de José Severiano Maia e de Domingos Rocha; e a nº. 14, de Ivens de Araújo.

Ventura deixou bem claro isso na sua declaração no jornal “Diário da Tarde”: “Como trabalhador que observa e que está na luta pelo Poder aos Trabalhadores das cidades e dos campos, soldados e marinheiros, essas medidas tapeativas mais coragem dão a nós, trabalhadores, de prosseguir na luta por Pão, Terra e Liberdade.”⁶⁸⁴

A noção de que a representação classista, como parte de um projeto corporativista, implicava na submissão e controle das organizações operárias ganha uma outra perspectiva quando aproximada da conjuntura política, social e cultural dos trabalhadores. O que não compromete a ideia de que o Governo Provisório e constitucional de Getúlio Vargas pretendesse formar uma maioria no Parlamento utilizado-se a estrutura sindical oficializada pelo Ministério do Trabalho ou através da intervenção direta do governo nas eleições classistas e nas associações profissionais.

O objetivo do Governo era formar uma maioria na Assembleia Nacional e na Câmara dos Deputados – como qualquer outro governo – e utilizou todas as formas para consegui-lo. O estabelecimento de um projeto corporativista deveria cumprir com esta empreitada.

Mas, a questão é que este mesmo projeto corporativista tomava um outro sentido por lideranças do movimento operário, e provavelmente com o apoio dos trabalhadores, que perceberam na intervenção do Estado, na implantação de leis relacionadas ao trabalho e na execução das mesmas, confortáveis e seguros para dar continuidade as suas reivindicações.

Dessa forma, acreditamos que o projeto corporativista, como uma proposta governamental tinha como propósitos a formação de uma maioria no Parlamento, o controle do movimento operário, a centralização do Estado. Contudo, quando esta proposta chegava aos de baixo, aos trabalhadores, poderia seguir um objetivo completamente diverso, era tomada de forma diferente, se tornava um espaço para fortalecer as reivindicações e as lutas.

A atividade dos trabalhadores catarinense no Parlamento expôs estas e outras características do movimento operário. Mas, sobretudo, demonstrou como uma instituição calcada sobre o corporativismo, como a representação das associações profissionais, poderia servir para a defesa dos interesses dos trabalhadores, proporcionar a opinião e a presença de suas associações, principalmente no caso dos dois representantes catarinense, Antonio Pennafort de Souza e Alvaro Soares Ventura, no Parlamento nacional.

⁶⁸⁴ DIÁRIO DA TARDE. Florianópolis, 5 ago. 1935, p. 1.

Além disso, a defesa das questões caras ao movimento operário – jornada de trabalho, férias, direito de greve – não foram defendidos por uma minoria proletária, elas eram caras a todos os representantes classistas dos trabalhadores.

Os pronunciamento e posicionamentos de Pennafort na Constituinte, mesmo que não fosse um revolucionário, e que fosse mais reformista e preferisse acordos, demonstrou consonância com as atividades dos trabalhadores, ao associar-se e trazer ao Parlamento o parecer de associações profissionais de estivadores. Entre suas propostas à “Constituição”, bem como as que foi cossignatário, estavam a nacionalização da cabotagem, a praticagem obrigatória nos portos, a participação nos lucros da empresa, o direito de greve e a liberdade sindical.

Alvaro Ventura, mesmo que tenha participando de um momento em que a Constituinte já havia concluído os seus trabalhos, também trouxe ao Parlamento os interesses dos trabalhadores. Envolveu-se com as atividades do movimento operário do Rio de Janeiro, defendeu associações e expôs as agressões que sofriam os trabalhadores. Chegou mais perto do que se consideraria um revolucionário, ao se posicionar como membro do “Partido Comunista do Brasil” e expor as ideias e posicionamentos deste partido na Câmara.

A passagem destes trabalhadores pelo Parlamento revelou dois pontos essenciais: a experiência como fundamentação para argumentação e articulação entre os representantes dos trabalhadores, entre os membros desta bancada, como com representantes fora dela. Pennafort e Ventura não tratavam as condições da classe trabalhadora através de dados técnicos ou estatísticos, eles traziam para os seus discursos a sua própria vivência cultural, política e associativa.

Quando Pennafort tratava dos direitos e interesses dos estivadores e marítimos não expunha apenas as formalidades legais e produtivas, ele colocava a sua vivência, sua opinião; construía seu argumento com aquilo que havia experimentado. Ventura empregou, da mesma forma, no seu discurso e ao seu argumento a tenacidade da sua militância no movimento operário, expunha o seu envolvimento com as reivindicações do movimento operário e com as lutas empreendidas por ele. Estes dois representantes classistas levaram ao Parlamento a experiência dos trabalhadores adquirida durante décadas.

As atividades dos representantes classistas dos trabalhadores apontaram, também, para a multiplicidade de grupos que constituíam o movimento operário. Pennafort e Ventura demonstram esta perspectiva,

enquanto que o primeiro manteve uma ação reformista e conciliadora, o segundo demonstrou a vertente mais combativa.

Por sua vez, a participação de Paulo Janz Junior, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, expõe como o projeto corporativista também poderia silenciar a representação dos trabalhadores. Ali, o único representante das associações profissionais dos trabalhadores, não tinha como construir uma articulação com outros trabalhadores. O período em que se tornou representante classista também não proporcionava um discurso mais incisivo sobre as condições e reivindicações do movimento operário.

Por outro lado, o pouco que foi possível averiguar demonstrou uma atitude conciliadora, comprometia-se a defender os trabalhadores e “lutar” pelas suas reivindicações, mas sem ataques, ações e discursos violentos contra os “detentores do poder”⁶⁸⁵. Por fim Janz Junior considerava que a sua presença na Assembleia deveria ser de intermediário entre as classes e o governo, ou seja, a concepção mais próxima do projeto corporativista idealizado pelo Governo Provisório.

Ademais, como já o dissemos antes, ao colocarmos em evidência a participação dos trabalhadores catarinenses na instituição da representação das associações profissionais e na sua atividade como representantes classistas abrimos uma janela que nos permite vislumbrar o panorama do movimento operário em Santa Catarina nos anos 1930 (processo de sindicalização, envolvimento com a política catarinense e nacional), sendo que alguns pontos foram abordados de forma mais extensa do que outros.

Nesse percurso percebemos que os trabalhadores estiveram sim envolvidos com o corporativismo; estiveram sim envolvidos com a sindicalização e oficialização das associações profissionais; aproximaram-se do governo, mas quando estas ações foram ineficientes e não congregaram a conquista de direitos, eles adotaram estratégias combativas, manifestações e greves. As greves de 1933, 1934 e 1935, em Florianópolis, Laguna, Joinville, Itajaí, apontam para a convergência com o movimento operário em outros estados do país. A representação classista vinha no bojo de uma intensa participação dos trabalhadores, independente das correntes ideológicas.

O movimento operário deu demonstrações de envolvimento político e social nos anos 1930, que se revelou na proximidade com a interventoria; durante as eleições de 1933 e 1934, nas quais houve a formação de partidos operários, o “Partido Operário Socialista” e a

⁶⁸⁵ A GAZETA. Florianópolis, 22 out. 1935, p. 6.

“Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina”, este último, formado por alguns dos militantes comunistas de Santa Catarina; no envolvimento entre associações sindicais com o “Clube Três de Outubro” e com a “Aliança Nacional Libertadora”; bem como, na possibilidade que havia de políticos tradicionais assediarem lideranças, trabalhadores e associações com o objetivo de formar uma base eleitoral dentro da classe trabalhadora.

Por fim, ao longo da pesquisa procuramos expor que o envolvimento dos trabalhadores com o processo de instituição da representação das associações profissionais e como representantes classistas não significava a submissão, o atrelamento governamental ou a inexistência de um movimento operário combativo e reivindicativo. Sem dúvida havia o aliciamento, a corrupção, o controle das associações, a interferência na organização dos trabalhadores, mas paralelamente, os trabalhadores nutriam expectativas, ideais próprios e se apropriavam da política corporativista – neste caso a representação classista – auferindo a ela um caráter próprio, integrando-a a sua base de reivindicações e incluindo-a como uma de suas instituições de classe.

O movimento operário em Santa Catarina não estava dissonante das atividades e reivindicações que ocorriam em outros centros do país, apesar das distinções políticas e ideológicas que por ventura existiam no seu meio não impediram que realizassem ações de reivindicação e greves. A participação dos trabalhadores no período que se estende de 1931 a 1937, mais que expor a fragilidade diante da política governamental autoritária e opressiva, demonstra o empenho dos trabalhadores na luta por direitos e uma luta pelo cumprimento dos direitos, que continuariam nos anos posteriores.

Fontes

Jornais

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

A Gazeta, Florianópolis (1934-1937)
 A Notícia, Joinville (1930-1937)
 A Pátria, Florianópolis (1933-1934)
 Anauê, Joinville (1934)
 Correio da Tarde, Joinville (1934)
 Correio do Estado, Florianópolis (1934)
 Correio do Sul, Laguna (1933)
 Diário da Tarde, Florianópolis (1935)
 Diário Oficial do Estado (1935-1937)
 Jornal da Cidade, Tubarão (1981)
 O Estado, Florianópolis (1930-1937)
 O Libertador, Itajaí (1934)
 O Pharol, Itajaí (1932-1934)
 República, Florianópolis (1930-1937)

Documentos

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

Cartas de Diversos ao Palácio (1935-37)
 Ofícios de Diversos para Governador (1930-1937)

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

SANTA CATARINA. Assembleia Estadual Constituinte. 12 jul. 1935.
 Anais da Assembleia Constituinte. Sessões de 29 abril a 25 de agosto.

Assembléia Legislativa de Santa Catarina – Centro de Memória do Poder Legislativo

Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado, em 16 de julho de 1936,
 pelo governador do estado Nereu de Oliveira Ramos.
 Anais da Assembleia Constituinte.
 Registros das Atas da Comissão Constitucional.

Tribunal Superior de Justiça Eleitoral

Boletim Eleitoral (1933)

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Fundo “Polícia Política do Rio de Janeiro”, prontuário de Alvaro Soares Ventura (1936-1968), ff. s/nº.

Fundo “Polícia Política do Rio de Janeiro”, prontuário de José Rodrigues Fonseca (1937-1939), ff. s/nº.

Câmara dos Deputados – Centro de Documentação e Informação

Constituintes Brasileiros 1933/1934.

Documentos em meio digital

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. *Annaes da Assembléa Nacional Constituinte*. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp>.

BRASIL. *Atos do Governo Provisório*. Disponível na internet: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao>>.

BRASIL. *Atos do Poder Legislativo*. Disponível na internet: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao>>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. 28 ago. 1934. *Annaes da Câmara dos Deputados*. Disponível na Internet: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Diário do Poder Legislativo. Rio de Janeiro, ano II, nº. 198, 19 dez. 1935. Disponível na internet: <<http://www.camara.gov.br>>.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. PONTIFICADO DE LEÃO XIII. *Carta Encíclica Rerum novarum – sobre a condição dos operários*. Vaticano, 1891. Disponível na internet: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html>.

PRESTES, Luiz Carlos. *Manifesto da Aliança Nacional Libertadora*. Disponível na Internet: <<http://www.marxists.org/portugues/prestes/1935/07/05.htm>>.

Entrevistas e depoimentos

RIBEIRO, Manoel Alves (Mimo). *Entrevista*. s/d. Entrevistador: Celso Martins. Florianópolis, s/d. Depoimento concedido a Celso Martins.

SÜSSEKIND, Arnaldo. A CLT novembro de 1943. [jun. 2002]. Entrevistador: Magda Barros Biavaschi. Rio de Janeiro, 2002. Entrevista concedida para tese de doutoramento no Instituto de Economia da UNICAMP. (transcrição). Disponível em: <<http://iframe.trt4.jus.br/portalttr/htm/memorial/MENU/DEPOIMENTOS/Entrevista%20com%20Arnaldo%20Sussekind%20-%2027%20de%20junho%20de%202002.pdf>>.

VENTURA, Álvaro Soares. *Entrevista de Álvaro Soares Ventura*. [jul. 1979]. Entrevistadores: Nelson R. de Moura e Laudelino J. Sarda. Florianópolis, 1979. Entrevista concedida para matéria do jornal “O Estado”, f. 1. (transcrição).

Bibliografia

Livros

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1982.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo: Edições Sociais, 1998.

_____. (org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *O batismo do Trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes, SILVA, Fernando Teixeira da, FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CORRÊA, Carlos Humberto. *Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de trinta e a política em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1984.

COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

FORTES, Alexandre. *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, SP: UNICAMP, 1999.

GOMES, Ângela Maria de Castro. (Org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *Invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao Parlamento: o Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.

LENZI, Carlos Alberto da Silveira. *Partidos e políticos*. Florianópolis: UFSC, 1983.

MACEDO, Ubiratan Borges de. *Liberalismo e justiça social*. São Paulo: Ibrasa, 1995.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, PINTO, António Costa (orgs.). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS, Celso. *Os comunas: Alvaro Soares Ventura e o PCB catarinense*. Florianópolis: Paralelo 27, 1995.

PIAZZA, Walter F. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Ed. da Assembleia Legislativa, 1985.

RIBEIRO, Manoel Alves (Mimo). *Caminho*. Florianópolis: Edeme, s/d.

RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos*. Belo Horizonte: Autêntica; Fapesp, 2005.

SILVA Zélia Lopes da. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição à História do PCB*. São Paulo: Global, 1984.

STEPAN, Alfred. *Estado, corporativismo e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Capítulos de livros

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964). t. III, v. 4. São Paulo: Difel, 1983.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

FERREIRA, Nuno Estêvão. O corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa (1935-1945). In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomaes. *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas no contexto da Primeira República. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, GRANZIERA, Rui G. (Orgs.). *Getúlio Vargas & a economia contemporânea*. Campinas, SP: Unicamp, São Paulo: Hucitec, 2005.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Angela Maria de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. *Revista Ciência Política*. Rio de Janeiro, v. 21, nº. 3, jul.-set. 1978.

_____. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: Id. (Org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HALL, Michael M. Corporativismo e fascismo: as origens das leis trabalhistas brasileiras. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MAIO, Marcos Chor, CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MCILROY, John. Os sindicatos e o Estado. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES FILHO, Evaristo de. Prefácio. In: ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *O batismo do trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, PINTO, António Costa (orgs.). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SAES, Décio A. M. Classe média e política no Brasil: 1930-1964. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964). t. III. v. 3 São Paulo: Difel, 1983.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes, SILVA, Fernando Teixeira da, FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

SILVA, Fernando Teixeira. Direitos, Política e Trabalho no Porto de Santos. In: FORTES, Alexandre. *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, SP: UNICAMP, 1999.

_____. Valentia e cultura do trabalho da estiva. In: BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando T., FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

TRINDADE, Helgio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964). t. III. v. 3 São Paulo: Difel, 1983.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Artigos

ALMEIDA, Rufino Porfírio. O movimento operário em Santa Catarina: a greve de 1917, em Joinville. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, n. 4, 1982/1983.

ARRUDA, Hélio Mário de, MENDONÇA, Carlos Vinicius Costa de. Oliveira Vianna: ideologia social autoritária. *Revista Agora*. Vitória, nº. 3, 2006.

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. Representação das associações profissionais: a influência francesa no debate brasileiro da década de 30. *Revista de Informação Legislativa*, ano 45, n. 177, jan.-mar. 2008.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*, 1990. São Paulo: Vértice, 1990.

BOSI, Alfredo. Formações ideológicas na cultura brasileira. *Estudos Avançados*. 1995, v. 9, n.25.

CANCELLIER, Luis Carlos. PCB inicia em SC com a Revolução de 30. *O Estado*. Florianópolis, 28 mar. 1982.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira Republica*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 25, nº. 50.

CASTRO, Ricardo Figueiredo. A Frente única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002.

KAREPOVS, Dainis. PSB-SP: Socialismo e tenentismo na Constituinte de 1933-34. *Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, Florianópolis, v. 13, nº. 16, 2006.

LAUTH, Aloisius Carlos. A greve operária de 1933 e a formação sindical em Brusque. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, n. 5, 3º fase, 1984.

SANTOS, Rogério Dutra dos. Francisco Campos e os fundamentos do constitucionalismo antiliberal no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 50, nº. 2, 2007.

SILVA, Victoria G. “O Estado” e “A Gazeta”: posturas frente ao fechamento da Aliança Nacional Libertadora em 1935. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. *História: Trabalho, cultura e poder*. Florianópolis: ANPUH-SC; PROEXTENSÃO; UFSC, 2004.

VIEIRA, Jaci Guilherme. O Partido Comunista do Brasil: a difícil tarefa de se colocar como vanguarda dos operários em Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 3o. fase, nº. 18, 1998.

Artigos em meio digital

BATISTA, Carlos José Baqueiro. *Ensaio sobre o movimento operário na Bahia na República Velha*. jul. 1996. Disponível em: <<http://www.geocities.com/appl-bahia/bahia.html>>.

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. O Código Eleitoral de 1932 e a representação das associações profissionais. *História em Revista*, v. 8,

dez. 2002. Disponível na internet: <
http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_08_Alvaro_Augusto_de_Borba_Barreto.pdf>.

_____. Representação das associações profissionais no Brasil: o debate dos anos 1930. *Revista de Sociologia Política*, n. 22, jun. 2004. Disponível na internet: <
<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n22/n22a10.pdf>>.

_____. A representação das associações profissionais na legislação brasileira (1932-1937). *Revista de Informação Legislativa*, ano 41, n. 164, out.-dez. 2004. Disponível na internet: <
http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_164/R164-04.pdf>.

BENTO, Cláudio Moreira. *As revoltas pró-República Parlamentar 1915/16 (Ou “Revoltas de Sargentos”)*. RESENET. 2001. Disponível em: <
<http://www.resenet.com.br/revoltasrepub.htm>>.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA GAÚCHA. *Histórias classistas do anarquismo no Brasil e RGS*. A-Infos. maio 2006. Disponível em: <
<http://www.ainfos.ca/06/may/ainfos00323.html>>.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. O anticomunismo católico em cena: a defesa da propriedade desconstrução do “paraíso soviético”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VI, ano 3, n.º 2, dez. 2008. Disponível na Internet: <
www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria>.

Teses, Dissertações e Monografias

ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. *Entre a revolução e o corporativismo: a experiência sindical dos ferroviários da E. F. Sorocabana nos anos 1930*. São Paulo, 2006. Tese (Dissertação em História) USP, 2006.

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. *Aspectos institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930*. Porto Alegre, 2001. Tese (Doutorado em História). PUCRS. 2V.

COELHO, Eduardo Teixeira. O político e o social: constitucionalização de Santa Catarina na década de trinta. 2006. 103 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

COLLAÇO, Vera Regina Martins. O Teatro da União Operária: um palco em sintonia com a modernização brasileira. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em História). UFSC, 2004.

FORTES, Alexandre. “– Nós do quarto distrito...”. *A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Campinas, SP, 2001. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, 2001.

JACI, Guilherme Vieira. *História do PCB em Santa Catarina – da sua gênese até a operação Barriga Verde – 1922 a 1975*. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, 1994.

KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História). USP, 2002.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. *Liga Operária Beneficente de Florianópolis e União Beneficente Recreativa Operária: uma história de mutualismo e resistência*. 2004. 130 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SCHMITT, Jaqueline A. M. Zorbato. *Trabalhadores em Florianópolis...(Práticas de trabalho e as memórias de trabalhadores e trabalhadoras). 1900-1920*. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, 2001.

Teses, Dissertações e Monografias em meio digital

BIAVASCHI, Magda Barros. *O direito do trabalho no Brasil – 1030/1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. Campinas, SP, 2005. Tese (doutorado em Economia). UNICAMP, pp. 75, 129, 176 e 181. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000385083>>.

Anexos

<i>Anexo I:</i>	
Relação dos deputados classistas dos empregados e as respectivas chapas	
Nome	Chapa
Acyr Medeiros	Ambas
Antonio Ferreira Netto	Ambas
Gilberto Gabeira	Ambas
Vasco C. Toledo	Oficial
Antonio Rodrigues de Souza	Oficial
Waldemar Reikdal	Ambas
Luis Martins e Silva	Oficial
Francisco Moura	Oficial
Antonio Pennafort de Souza	Oficial
Sebastião Luiz de Oliveira	Oficial
Ennio Sarmenha Lepage	Oficial
João Miguel Vitaca	Oficial
Alberto Surek	Oficial
Everaldo da Silva Possolo	Oficial
Armando A. Leydner	Oposição
Guilherme Plaster	Oficial
Eugenio Monteiro de Barros	Oficial
Edmar da Silva Carvalho	Oficial
Suplentes	
Alvaro Soares Ventura	Oposição
Mario Manhães	Oficial
Jorge Bechevilles	Oficial
Florindo Pereira da Silva	Oposição
Cyro Mendes	Oficial
Salvador Galoza	Oficial
Raimundo Nonato C. Rocha	Oposição
Artério Luiz dos Prazeres	Oposição
Francisco da Silva Duarte	Oficial

Fonte: ARAÚJO, Ângela. *A construção do Consentimento...*, op. cit., p. 265.

Anexo II:
Distribuição de eleitores à escolha dos representantes classistas por unidade da federação

Estado	Empregados		Patrões	
	Nº.	%	Nº.	%
Distrito Federal	58	20,57	27	36,98
Rio de Janeiro	37	13,12	5	6,85
Rio Grande do Sul	18	6,38	9	12,33
São Paulo	43	15,25	19	26,03
Santa Catarina	20	7,10	-	-
Paraná	16	5,68	1	1,37
Pará	21	7,45	-	-
Bahia	15	5,32	-	-
Minas Gerais	15	5,32	11	15,07
Pernambuco	7	2,48	-	-
Espírito Santo	13	4,61	-	-
Sergipe	9	3,19	1	1,37
Alagoas	1	0,35	-	-
Maranhão	1	0,35	-	-
Piauí	3	1,06	-	-
Rio Grande do Norte	2	0,71	-	-
Paraíba	2	0,71	-	-
Ceará	1	0,35	-	-
Total	282	100,00	73	100,00

Fonte: DIÁRIO OFICIAL. Distrito Federal: Imprensa Nacional, 24, 25 e 29 jul., 03 ago. 1933, p. 14694-8, 14764-5, 15106, 15419-20 apud BARRETO, op. cit., v. 1, p. 142.

Anexo III:

Sindicatos Fiscalizados Pela (11.º) Inspeção Regional do Trabalho

Nome do sindicato	Município
União dos Operários Estivadores	Florianópolis
Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches	Florianópolis
Sindicato dos Operários em Construção Civil	Florianópolis
Sindicato dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Congêneres	Florianópolis
Sindicato dos Operários em Padarias	Florianópolis
Sindicato dos Operários em Rendas e Bordados	Florianópolis
Associação dos Empregados no Comércio	Florianópolis
Sindicato dos Operários em Fiação e Tecelagem	Brusque
União dos Operários Estivadores	Laguna
Sindicato dos Trabalhadores em Paioes e Trapiches	Laguna
Sindicato dos Operários em Fábrica de Papel	Itajaí
Sindicato dos Operários Metalúrgicos	Itajaí
Sindicato dos Operários Charuteiros	Blumenau
Sindicato de Transportes Marítimos e Fluviais	São Francisco do Sul
União dos Estivadores	São Francisco do Sul
Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches	São Francisco do Sul
Sindicato dos Operários Classificadores de Madeira	Joinville
Sindicato dos Operários Hervateiros	Joinville
Aliança dos Operários em Construção Civil	Joinville
Sindicato dos Operários em Moinhos	Joinville
Sindicato dos Operários Encaixotadores e Armazéns	Joinville

Fonte: REPUBLICA. Florianópolis, 8 jul. 1933, p. 3.

Anexo IV:**Delegados eleitores dos empregados escolhidos e seus respectivos sindicatos
1933**

Delegado-Eleitor	Sindicato	Município
Álvaro Soares Ventura	União dos Operários Estivadores	Florianópolis
Roberto Besyestorn	Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches	Florianópolis
João dos Passos Xavier	Sindicato dos Operários em Construção Civil	Florianópolis
Alfredo Vieira	Sindicato dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Congêneres	Florianópolis
Teodoro Fernandes da Silva	Sindicatos dos Operários em Padarias	Florianópolis
Riciere Beltrani	Sindicato dos Operários em Rendas e Bordados	Florianópolis
Raul Wendhausen	Associação dos Empregados no Comércio	Florianópolis
Luiz Guimarães de Oliveira	Sindicato dos Operários em Fiação e Tecelagem	Brusque
Egídio Cidade	União dos Operários Estivadores	Laguna
Antonio Julio da Rosa	Sindicato dos Trabalhadores em Paioes e Trapiches	Laguna
Carlos Otto Priess	Sindicato dos Operários em Fábrica de Papel	Itajaí
Manoel Müller	Sindicato dos Operários Metalúrgicos	Itajaí
José Antonio dos Anjos	Sindicato dos Operários Charuteiros	Blumenau
Alberto Werner	Sindicato de Transportes Marítimos e Fluviais	São Francisco do Sul
Antonio Pennafort de Souza	União dos Estivadores	São Francisco do Sul
Rufino dos Santos	Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches	São Francisco do Sul
Lucio Amaral	Sindicato dos Operários Classificadores de Madeira	Joinville
Francisco Antonucci	Sindicato dos Operários Hervateiros	Joinville
Joaquim Neves	Aliança dos Operários em Construção Civil	Joinville
Evaldo Scheibe	Sindicato dos Operários em Moinhos	Joinville
Francisco Marçal	Sindicato dos Operários Encaixotadores e Armazéns	Joinville

Fonte: REPUBLICA. Florianópolis, 8 jul. 1933, p. 3; DIÁRIO OFICIAL. Rio de Janeiro, 24 jul. 1933, 14694-14698; BOLETIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Rio de Janeiro, 20 abr. 1936, apud BARRETO, op. cit., v. 2.

*Anexo V:***Lista de Sindicatos Organizados Provisoriamente ou Oficializados que Foram Identificados em Jornais – Santa Catarina 1931-1933**

Localidade	Sindicato ou Associação Profissional
Mafra	<i>Sindicato de Offícios Vários</i>
Joinville	<i>Sindicato de Operários e Trabalhadores nas Fábricas de Phósphoros</i>
	<i>Sindicato de Operários e Empregados de Força, Luz e Telephone</i>
	<i>União de Trabalhadores do Livro e do Jornal</i>
	<i>Alliança dos Trabalhadores de Construção Civil</i>
	<i>Sindicato dos Operários e Empregados de Moinhos</i>
	<i>Sindicato dos Hervateiros</i>
	<i>Sindicato dos Carroceiros</i>
	<i>Sindicato dos Empilhadores e Classificadores de Madeira</i>
	<i>Sindicato dos Barriqueiros</i>
	<i>União dos Trabalhadores de Armazéns e Trapiches</i>
	<i>Federação Regional dos Trabalhadores de Santa Catarina</i>
	<i>Sindicato dos Trabalhadores em Cortumes</i>
	<i>Sindicato dos Operários e Diaristas da Prefeitura Municipal</i>
	<i>Sindicato dos Metalúrgicos</i>
<i>Sindicato dos Chauffeurs</i>	
São Francisco do Sul	<i>Sindicato dos Encaixotadores e Trabalhadores Internos de Armazéns</i>
	<i>Sindicato da União dos Operários Estivadores de Joinville</i>
	<i>União dos Operários Estivadores de São Francisco do Sul</i>
	<i>Sindicato dos Trabalhadores Marítimos e Fluviaes</i>
	<i>Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches</i>
	<i>Sindicato dos Condutores de Vehiculos</i>
	<i>Sindicato de Offícios Vários</i>
	<i>Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil</i>

Florianópolis	<i>Sindicato dos Operários da Construção Civil</i>
	<i>Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches</i>
	<i>Sindicato dos Trabalhadores Gráficos</i>
	<i>Sindicato dos Operários Metalúrgicos</i>
	<i>Sindicato dos Operários e Operárias em Fábricas de Bordados</i>
	<i>Sindicato dos Operários de Luz, Força e Telefone</i>
	<i>União dos Operários Estivadores de Florianópolis</i>
	<i>Alliança dos Operários e Empregados em Padarias</i>
	<i>Sindicato dos Chauffeurs</i>
	<i>Associação dos Empregados no Comércio – Assemércio</i>
	<i>Club dos Funcionários Públicos</i>
	<i>Sindicato dos Barbeiros</i>
	<i>Sindicato dos Alfaiates</i>
São José	<i>Sindicato dos Operários em Ofícios Vários</i>
Itajaí	<i>União dos Metalúrgicos de Itajaí</i>
	<i>União dos Operários da Fábrica de Papel</i>
	<i>Sindicato dos Trabalhadores do Livro e Jornal</i>
	<i>Sindicato dos Trabalhadores Marítimos Fluviaes</i>
	<i>Sindicato dos Trabalhadores da Fábrica de Vidros</i>
	<i>Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil</i>
	<i>Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos</i>
	<i>União dos Estivadores</i>
	<i>Sindicato dos Tecelões</i>
	<i>Sindicato de Trabalhadores em Usinas e Moinhos</i>
Laguna	<i>União dos Estivadores da Laguna</i>
	<i>União dos Trabalhadores em Paiões e Trapiches</i>
	<i>Liga dos Operários em Construção Civil</i>
	<i>Sindicato dos Carroceiros</i>

Fonte: A NOTICIA. Joinville, nov. 1931; REPÚBLICA. Florianópolis, dez. 1931/ jun. 1932; O ESTADO. Florianópolis, dez. 1931/ jan., maio e jun. 1932.

<i>Anexo VI:</i>		
Candidatos da Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina - 1934		
Nome	Local	Profissão
1 José Rodrigues Fonseca	Florianópolis	Pedreiro
2 Josué Cláudio de Souza	Rio de Janeiro	Jornalista
3 Norberto de Souza	São Francisco do Sul	Estivador
4 Ataliba Viera	Mafra	Ferroviário
5 Sebastião Bonsfield Vieira	Florianópolis	Bancário
6 Arnoldo Pauli	Blumenau/ Itajaí	Tipógrafo
7 Rodolfo Bosco	Florianópolis	Alfaiate
8 Olavo Silveira da Silva	Tubarão	Mineiro
9 João Maria da Silva	São Francisco do Sul	Estivador
10 Leandro Machado	Mafra	Ferroviário
Manoel Paulo Casemiro		
11 Conceição	Itajaí	Estivador
12 Sebastião Belli	Florianópolis	Marceneiro
13 José dos Anjos	Blumenau	Charuteiro
14 Elyseu Sant'Ana	Florianópolis	Pedreiro
15 Carlos Honoff	Criciúma	Mineiro
16 Alberto Werner Sobrinho	São Francisco do Sul	Marítimo
17 Olíbio Felipe	Mafra	Ferroviário
18 Pedro de Alcântara Pereira	Itajaí	Marítimo
19 Zeferino Abreu	Florianópolis	Estivador terrestre
20 Osmar Machado Espíndola	Itajaí	Motorista
21 Nicolau Ouriques	Blumenau	Estivador
22 João Quadros Junior	São Francisco do Sul	Estivador terrestre
23 João Euládio da Silva	Florianópolis	Mecânico
24 Luiz Carpes de Carvalho	Laguna	Alfaiate
25 Waldemiro Luiz Gonçalves	Itajaí	Estivador
26 Rodolpho Moura Alvez	Florianópolis	Carpinteiro
27 Alberto de Oliveira	Itajaí	Estivador terrestre

28 Lino Marega	Florianópolis	Pedreiro
29 Gastão Jacinto da Rosa	Itajaí	Mecânico
30 Joaquim Lopes Corrêa	Itajaí	Estivador
31 Manoel Alves Ribeiro	Florianópolis	Mecânico

Fonte: A GAZETA. Florianópolis, 6 out. 1934, p. 6; Id., 9 out. 1934, p. 1; Id., 13 out. 1934, p. 2.

Anexo VII:

Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina - Número de Candidatos por Localidade e Profissão

Florianópolis	
Profissão	Número Específico
Pedreiro	3
Bancário	1
Alfaiate	1
Marceneiro	1
Estivador	1
Carpinteiro	1
Mecânico	2
Total	10

Itajaí	
Profissão	Número Específico
Estivador	4
Marítimo	1
Motorista	1
Estivador Terrestre	1
Total	7

São Francisco do Sul	
Profissão	Número Específico
Estivador	2
Marítimo	1
Estivador Terrestre	1
Total	4

Blumenau	
Profissão	Número Específico
Tipógrafo	1
Charuteiro	1
Estivador	1
Total	3

Mafra	
Profissão	Número Específico
Ferrovários	3

Tubarão	
Profissão	Número Específico
Mineiro	1

Criciúma	
Profissão	Número Específico
Mineiro	1

Laguna	
Profissão	Número Específico
Alfaiate	1

Rio de Janeiro - RJ	
Profissão	Número Específico
Jornalista	1

Fonte: A GAZETA. Florianópolis, 6 out. 1934, p. 6; Id., 9 out. 1934, p. 1; Id., 13 out. 1934, p. 2.

Anexo VIII:

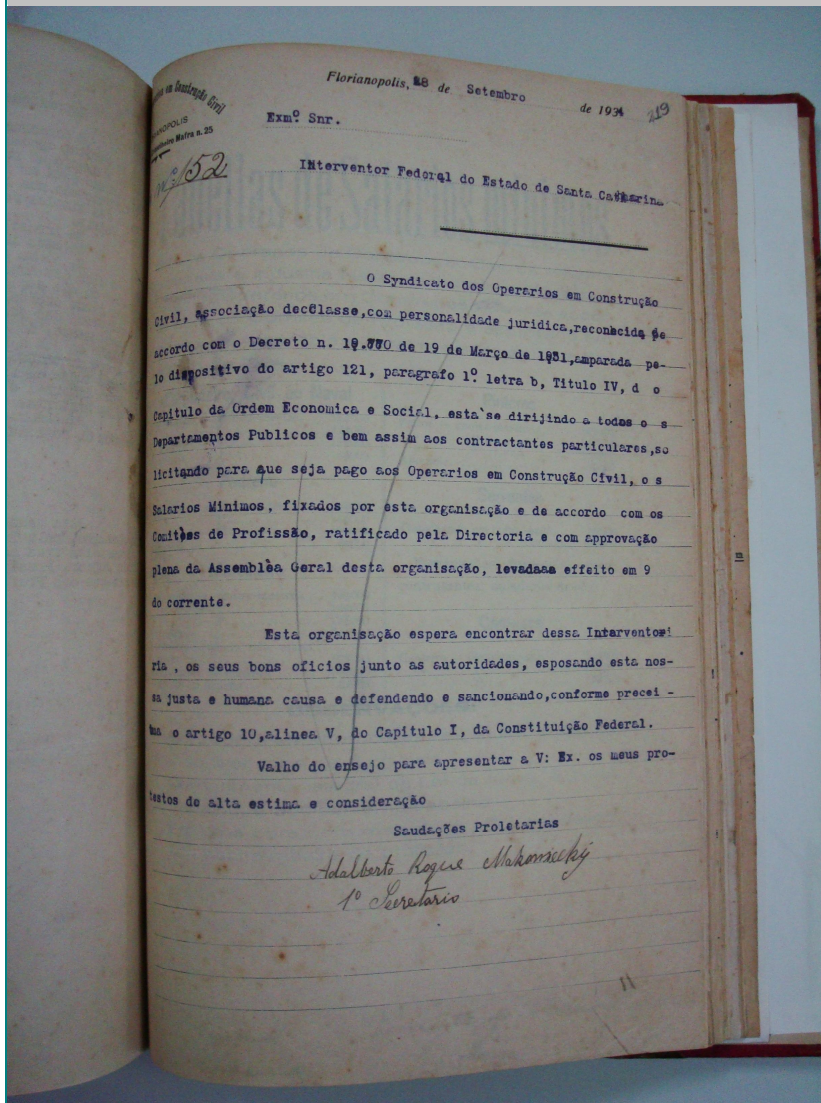
Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina - Número de Candidatos por Profissão

Profissão	Total
Estivador	6
Estivador terrestre	3
Ferroviário	3
Mecânico	3
Pedreiro	3
Alfaiate	2
Marítimo	2
Mineiro	2
Bancário	1
Carpinteiro	1
Charuteiro	1
Jornalista	1
Marceneiro	1
Motorista	1
Tipógrafo	1

Fonte: A GAZETA. Florianópolis, 6 out. 1934, p. 6; Id., 9 out. 1934, p. 1; Id., 13 out. 1934, p. 2.

Anexo IX:

Ofício do Sindicato de Operários em Construção Civil Encaminhado ao Interventor do Estado – 28 setembro de 1934.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Ofícios de Diversos para Governador, 1934, f. 219.

Anexo X:

Tabela de Salários Mínimos do Sindicato de Operários em Construção Civil

710

Tabelllas de Salarios minimos

para os Operarios de Construcção Civil, da Industria Mobiliaria e Industria Naval, elaborado pelo Sindicato dos Operarios em Construcção Civil, de accordo com os Comités de Profissão Civil, de accorção e aprovação de Assembléa Geral, realizada em 9 de Setembro de 1934.

Carpinteiro, Civil ou Naval	
Carpinteiro — contra-mestre....	16\$000
" 1ª.....	14\$000
" 2ª.....	12\$000
Aprendiz.....	6\$000
Pedreiro	
Pedreiro — contra-mestre....	16\$000
" 1ª.....	14\$000
" 2ª.....	12\$000
Aprendiz.....	6\$000
Marceneiro	
Marceneiro — contra-mestre....	16\$000
" 1ª.....	14\$000
" 2ª.....	12\$000
Marceneiro (quando não marci.....	14\$000
Administrador.....	12\$000
Arrebitador de madeira.....	10\$000
Servente de officina.....	8\$000

Pintores	
Pintor — contra-mestre.....	14\$000
" 1ª.....	12\$000
" 2ª.....	10\$000
Aprendiz.....	5\$000
Serventes	
Trabalhando em lugar secco....	8\$000
" " humido....	10\$000
Ferramentas, fornecidas pelos contratantes, ou administrador.	
Canteiros	
Canteiro — contra-mestre.....	16\$000
" 1ª.....	14\$000
" 2ª.....	12\$000

OBSERVAÇÕES:

Só poderá ter aprendiz da respectiva profissão, quando tiver mais de 5 officiaes.

Cumprimento integral da Lei de férias, 8 horas de trabalho, e accidente no trabalho.

Em uma obra com mais de 6 officiaes, deverá ter um contra-mestre de profissão,

Presidente: *Dimante de Oliveira Cabral*

Vice-presidente: *Luiz Augusto*

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Offícios de Diversos para Governador, 1934, f. 2120.

Anexo XI:

Demonstrativo dos Delegados-Eleitores do Estado de Sta. Catarina, para as eleições dos dias 5, 12, 19, 24 e 26 de Janeiro de 1935 na Capital Federal

Categorias	No. de Deputados				Associação e Sindicatos organizados legalmente		Nome do Delegado-Eleitor	Sede
	Empregadores		Empregados		Associação de Empregadores	Associações e Sindicatos de Empregados		
	Dep.	Sup.	Dep.	Sup.				
1ª. Lavoura e Pecuária	7	7	7	7	Não Existe	Colônia Cooperativa de Pescadores	Mario Couto	Florianópolis
2ª. Indústria	7	7	7	7	Não Existe	1 Sind. Op. em Rendas e Bordados	Euclides Pedro Dias	Florianópolis
						2 Sind. Op. em Construção Civil	José Rodrigues Fonseca	Idem.
						3 Sind. Op. em Construção Civil	Fernando Tiedler	Joinville
						4 Sind. Op. em Construção Civil	Hermes C. Mendonça	Itajaí
						5 Sind. Op. em Construção Civil	Não Elegeu	S. Francisco
						6 Sind. Op. Metalúrgicos	Claudio Müller	Itajaí
						7 Sind. Op. Metalúrgicos	Não Elegeu	Joinville
						8 Sind. Op. em Fiação e Tecelagem	Walter Wiese	Brusque
						9 Sind. Op. em Fiação e Tecelagem	Não Elegeu	Joinville
						10 Sind. Op. em Padarias	Manoel Ribeiro Nascimento	Florianópolis
						11 Sind. Op. em Fábrica de Papel	Bruno Paulo Rieser	Itajaí
						12 Sind. Op. em Moinhos	Ewaldo Scheib	Joinville
						13 Sind. Op. Hervateiros	Não Elegeu	Joinville
						14 Sind. Op. Gráficos	Irineu Pavan	Florianópolis
						15 Sind. Op. Charuteiros	Não Elegeu	Blumenau
3ª. Comércio e Transporte	7	7	7	7	Não Existe	1 Sind. Op. Estivadores	Edson Amorim	Florianópolis
						2 Sind. Op. Estivadores	Dionísio Veiga	Itajaí
						3 Sind. Op. Estivadores	Egydio Cidade	Laguna
						4 Sind. Op. Estivadores	Floriano Lins Caldas	S. Francisco
						5 Sind. Trab. em Trapiches e Arm.	Pedro Eulálio da Silva	Florianópolis
						6 Sind. Op. Armazéns e Trapiches	Thiago José da Silva	Itajaí
						7 Sind. Op. Armazéns e Trapiches	Não Elegeu	S. Francisco
						8 Sind. Op. em Paióis e Trapiches	Virgílio Manoel Fernandes	Laguna
						9 Sind. Empregados no Comércio	Eduardo A. Mendes	Joinville
						10 Sind. Empregados no Comércio	Sebastião José C. Costa	Florianópolis
						11 Sind. dos Ferroviários Catarinenses	Alfredo Furiati	Maфра
						12 Sind. dos Trab. Marítimos	Arthur Zimmermann	Itajaí
						13 Sind. Op. Hervateiros	Não Elegeu	Maфра
						14 Sind. Condutores de Veiculo	Não Elegeu	Maфра
						15 Sind. dos Encaixotadores	Não Elegeu	Maфра
						16 Sind. dos Classificadores de Mad.	Patrício Alves	Joinville
						17 Sind. dos Emp. em Hotéis, Rest...	João C. Rodrigues	Florianópolis

Categorias	No. de Deputados				Associação e Sindicatos organizados legalmente		Nome do Delegado-Eleitor	Sede
	Empregadores		Empregados		Associação de Empregadores	Associações e Sindicatos de Empregados		
	Dep.	Sup.	Dep.	Sup.				
4. I - Profissões Liberais	4	3	-	-	Instituto de Advogados de Sta. Catarina		Não Eleger	Florianópolis
					Associação Catarinense de Imprensa		Não Eleger	Idem
					Associação Joinvillense de Medicina		Não Eleger	Joinville
					Associação Joinvillense de Farmácia		Não Eleger	Idem
					Associação Joinvillense de Imprensa		Não Eleger	Idem
					Associação Catarinense de Farmacêuticos		Heitor Luz	Florianópolis
					Associação Catarinense de Engenheiros		Haroldo P. Paderneiras	Idem
					Sind. Médico de Santa Catarina		Antonio Bottini	Idem
					Sind. dos Cirurgiões Dentistas de Sta. Catarina		Luiz Freysleben	Idem
					Centro Catarinense de Engenheiros		José Nicolau Born	Idem
II - Funcionários Públicos	4	4	-	-	Club dos Funcionários Públicos de S. Catarina		Thomaz de Carvalho Meyer	Florianópolis
					Caixa Telegráfica Beneficente de S. Catarina		João Alcântara da Cunha	Idem
					Caixa Beneficente Postal Catarinense		Joel Vieira de Souza	Idem

Fonte: A GAZETA. Florianópolis, 22 nov. 1934, p. 2.

Anexo XII:

Emendas Apresentadas Pelos Deputados Constituintes

Emenda nº. 11, de Marcos Konder:

“Substitua-se o artº. 5o. pelo seguinte Artº. 5o. – A Assembléia compõe-se de trinta deputados do povo eleitos mediante sistema proporcional e sufrágio universal secreto, igual e direto, e de seis das organizações profissionais, eleitos na forma que a lei determina, divididos entre as classes seguintes: lavoura e pecuária, indústria, comércio e transportes, profissões liberais e funcionários públicos.”

(CMPL. *Registros das Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 2, sessão de 24 jun. 1935, f. 5 v)

Emenda nº. 12, de Tiago de Castro:

“A Assembléia Legislativa compõe-se de trinta representantes do Povo, eleitos trinta dias antes de terminar a legislatura anterior, mediante sistema proporcional e sufrágio igual e direto, e de seis representantes eleitos pelas organizações profissionais, na forma que a lei indicar. § 2o. – As associações profissionais para efeitos de representação na Assembléia com o grupos afins respectivos, compor-se-ão nas seguintes divisões: 1o. – Lavradores e criadores, 2o. – industriais; 3o. – comerciantes; 4o. – titulares de profissões liberais e funcionários públicos; 5o. – empregados no comércio e transportes e 6o. – empregados nas indústrias.”

(CMPL. *Registros das Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 2, sessão de 24 jun. 1935, ff. 5 v. e 6.)

Emenda nº. 18, de Ivens de Araújo:

“Assegurada quanto possível nos quatro primeiros grupos representação igual de empregados e empregadores”

(CMPL. *Registros das Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 2, sessão de 24 jun. 1935, f. 6.)

Emenda nº 111, de Marcos Konder:

“Emenda aditiva ao artº 92. Acrescenta-se o seguinte parágrafo: A lei de organização municipal determinará os municípios, cujas Câmaras devam comportar representação obrigatória das classes profissionais.”

(CMPL. *Registros das Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 2, sessão de 24 jun. 1935, f. 22.

Emenda nº 74, José Severiano Maia e Domingos Rocha:

“Ao artº 5 – Onde se lê ‘e de cinco representantes, etc’ leia-se e de cinco representantes das organizações profissionais, eleitos na forma que a lei indicar, sendo dois da lavoura e pecuária, dois da indústria, comércio e transporte, e um das profissões liberais e funcionalismo público, assegurada, nos dois primeiros grupos, representação igual de empregadores e empregados.”

(CMPL. *Registro de Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 2, sessão de 27 jul. 1935, f. 45.)

Emenda nº 86, de Tiago de Castro:

“Modifique-se a parte relativa aos representantes das organizações profissionais pelo seguinte: ‘e de seis representantes das organizações eleitos na forma da lei, sendo um da lavoura e pecuária, dois das indústrias, dois do comércio e transportes, e um das profissões liberais e funcionalismo público.’”

(CMPL. *Registro de Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 2, sessão de 27 jul. 1935, f. 45.)

Emenda nº 14, de Ivens de Araújo:

“Artº 5 – Substitua-se pelo seguinte: ‘A Assembléia Legislativa compõe-se de trinta deputados do povo e cinco das organizações profissionais. [...] §2º – Os das profissionais são eleitos na forma da lei, por sufrágio indireto, secreto e igual das associações profissionais, sendo um para as profissões liberais e funcionalismo público, 2 para a lavoura e pecuária e 2 para a indústria, comércio e transportes.’”

(CMPL. *Registro de Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 2, sessão de 27 jul. 1935, f. 45.)

Emenda nº 353, de Marcos Konder e Tiago de Castro:

“Substitua-se o artº. 5º. e o §2º. pelos seguintes: artº 5º. – A Assembléia Legislativa compõe-se de trinta deputados do povo e sete das organizações profissionais ao §2º. Os das profissões são eleitos na forma da lei, por sufrágio indireto, secreto e igual das associações profissionais, sendo um para as profissões liberais e funcionalismo público, dois para a lavoura e pecuária, dois para a indústria e dois para o comércio e transportes, ficando assegurada aos três últimos grupos igual numero de empregados e empregadores”

(CMPL. *Registro de Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 3, sessão de 5

ago. 1935, f. 17.)

Emenda nº 298, de Aderbal Ramos da Silva:

“Substitua-se no artº 5: onde se diz: 5 representantes de classe por 3 representantes... Substitua-se o § 2º do artº 5 pelo seguinte: Os das profissões são eleitos na forma da lei, por sufrágio indireto, secreto e igual das associações profissionais, sendo, com os grupos afins, divididos em três, sendo 1 para os empregadores, um para os empregados e 1 para as profissões liberais e funcionalismo.”

(CMPL. *Registro de Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 3, sessão de 6 set. 1935, f. 20.)

Emenda nº 316, de Rogério Vieira:

“Redija-se assim o artº 5º e parágrafo 2º. – Artº 5º. – A Assembléia Legislativa compõe-se de trinta deputados do povo e cinco das organizações profissionais - § 2º. – Os das profissões são eleitos na fórmula da lei, por sufrágio indireto, secreto e igual das associações liberais e funcionalismo publico, 2 para a lavoura e pecuária e 2 para a indústria, comércio e transportes.”

(CMPL. *Registro de Atas da Comissão Constitucional*, Livro nº. 3, sessão de 6 set. 1935, f. 23 v.)

*Anexo XIII***Delegados-Eleitores das Associações Profissionais dos Empregadosⁱ
(1935)**

	Delegado-Eleitor	Associação Profissional	Localidade
1	João Demétrio de Oliveira	Sindicato dos Operários Charuteiros	Blumenau
2	Não Identificado ⁱⁱ	Sindicato dos Operários em Fiação e Tecelagem	Brusque
3	Emygídio Cardoso Junior	Associação dos Empregados do Comércio – Assemércio	Florianópolis
4	Frederico Manoel da Silva Filho	Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches	Florianópolis
5	Laudelino Bittencourt	Sindicato dos Operários Empregados em Padarias	Florianópolis
6	Alvaro Soares Ventura	União dos Operários Estivadores	Florianópolis
7	Não Identificado ⁱⁱ	União dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Congêneres	Florianópolis
8	José Rodrigues Fonseca	Sindicato dos Operários em Construção Civil	Florianópolis
9	Não Identificado ⁱⁱ	Sindicato dos Operários Gráficos	Florianópolis
10	Não Identificado ⁱⁱ	Sindicato dos Operários e Operárias em Fábricas de Rendas e Bordados	Florianópolis
11	Não Identificado ⁱⁱ	Sindicato dos Operários Estivadores de Itajaí	Itajaí
12	Graciliano Rodrigues	União dos Trabalhadores Marítimos de Pequena Cabotagem	Itajaí
13	Waldomiro Luis Gonçalves	União dos Operários Estivadores	Itajaí
14	Sebastião Lucas Pereira	União dos Operários em Trapiches e Armazéns	Itajaí
15	Antonio Moreira Junior	Sindicato dos Trabalhadores em Usinas de Açúcar	Itajaí
16	Pedro Camilo Meirinho	União dos Operários em Fábrica de Papel	Itajaí
17	Manoel Dono Morgado	União dos Operários em Construção Civil	Itajaí
18	Não Identificado ⁱⁱ	União dos Operários Metalúrgicos	Itajaí
19	Patrício Alves Braga	Sindicato dos Classificadores e Empilhadores de Madeira	Joinville
20	Augusto Pedro Monteiro	Sindicato dos Encaixotadores e Trabalhadores em Armazéns	Joinville

21	Adolfo João Bauer	Associação dos Empregados no Comércio	Joinville
22	Tomás Adão Müller	Sindicato dos Empregados e Operários em Moinhos ⁱⁱⁱ	Joinville
23	Joaquim Neves	Aliança dos Operários em Construção Civil	Joinville
24	Paulo Janz Junior	Sindicato dos Metalúrgicos	Joinville
25	Não Identificado ⁱⁱ	Aliança dos Operários em Fiação e Tecelagem	Joinville
26	Não Identificado ⁱⁱ	Sindicato dos Operários Ervateiros	Joinville
27	Não Identificado ⁱⁱ	União dos Operários Estivadores	Laguna
28	Arlindo Pacheco dos Reis	União dos Operários Estivadores	Laguna
29	João José Heleodoro	Sindicato dos Trabalhadores em Paíóis e Armazéns	Laguna
30	Alfredo Furiatti	Sindicato Ferroviário Catarinense	Mafra
31	Fernando Waltrick	Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches	São Francisco do Sul
32	Pedro Tomé do Nascimento	Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais	São Francisco do Sul
33	Ramos Muniz Cerqueira	Sociedade União dos Operários Estivadores	São Francisco do Sul
34	Não Identificado ⁱⁱ	Sindicato dos Condutores de Veículos	São Francisco do Sul
35	Não Identificado ⁱⁱ	Sindicato dos Operários em Construção Civil	São Francisco do Sul

i Associações Profissionais Reconhecidas até 30 de Agosto de 1930

ii Não Identificado: Não foi possível indetificar o delegado-eleitor ou a associação profissional não o elegeu.

iii O Sindicato dos Empregados e Operários em Moinhos não consta como associação reconhecida dentro do prazo limite, conforme publicado no jornal “Republica”, em 26 setembro de 1935, porém seu nome foi homologado pelo TRJE e seu delegado eleitor participou das eleições para a escolha do deputado classista. Cf. REPÚBLICA. Florianópolis, 26 set. 1935, pp. 2 e 8;

Fontes: O ESTADO. Florianópolis, 16 set. 1935, p. 1; Id., 22 set. 1935, p. 1; REPÚBLICA. Florianópolis, 17 set. 1935, p. 1; Id., 20 set. 1935, p. 1; Id., 26 set. 1935, pp. 2 e 8; Id., 6 out. 1935, p. 1; Id., 10 out. 1935, p. 2; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Florianópolis, 1 out. 1935, p. 4; Id., 5 out. 1935, pp. 4 e 8; Id., 9 out. 1935, p. 2.